

HISTORIA
DE
PORTUGAL

Hsp
H5398biL

Historia de Portugal

DESDE O COMEÇO DA MONARCHIA
ATÉ O FIM DO REINADO DE AFFONSO III

POR

Alexandre A. HERCULANO de Carvalho e

Setima edição definitiva
conforme com as edições da vida do auctor

DIRIGIDA POR

DAVID LOPES

Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

EDIÇÃO ORNADA DE GRAVURAS E MAPAS HISTÓRICOS
EXECUTADOS SOBRE DOCUMENTOS AUTHENTICOS

DEBAIXO DA DIRECÇÃO DE

PEDRO DE AZEVEDO

Conservador do Archivo Nacional.

TOMO VIII

(Livro VIII : 3.^a parte)

e

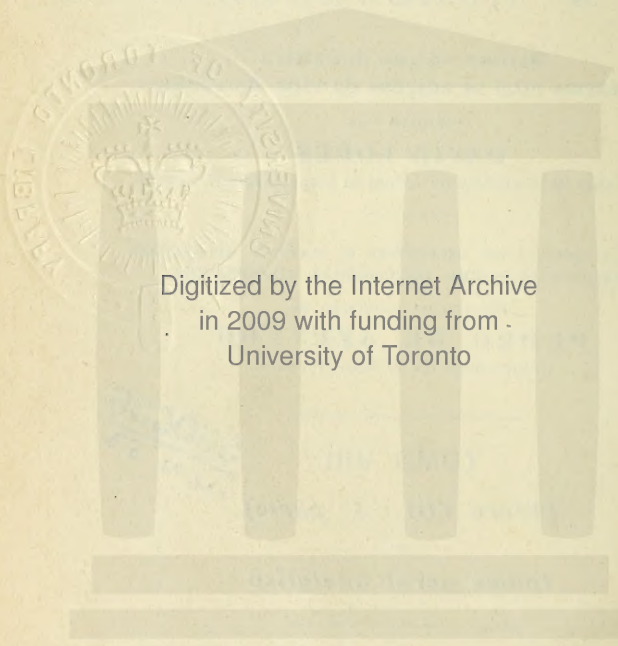
Indice geral analytico

LIVRARIAS AILLAUD & BERTRAND
Paris-Lisboa.

LIVRARIA FRANCISCO ALVES
Rio de Janeiro. — S. Paulo. — Bello Horizonte.

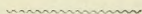
1916

560656
14.4.53



Digitized by the Internet Archive
in 2009 with funding from -
University of Toronto

LIVRO VIII



PARTE III

E

INDICE GERAL ANALYTICO

PARTE III

Distincção entre os habitantes dos concelhos. Arreigados e não-arreigados. Homens de fóra parte. — Situação dos individuos pertencentes ás classes privilegiadas, residindo nos concelhos. — Verdadeira indole dos foraes, o estabelecer as relações de direito publico local. — Quaes eram as suas principaes characteristics. — Garantias dos concelhos como individuos Moraes. Direito de asylo e solidariedade municipal. — Garantias communs á generalidade dos vizinhos, conforme as diversas formulas, nos concelhos perfectos, e ainda nos imperfectos. — Os cavalleiros villãos e os bésteiros. — Os peões. — Solarengos e malados. — Systema judicial. — Tributos. — Apreciação das instituições municipaes nos seculos XII e XIII.

EXPUSEMOS com bastante individuação no livro antecedente a distincção capital que se dava entre as classes populares e que as dividia em dous grupos — o dos cavalleiros villãos e o dos peões, — e como esses grupos eram subdivididos debaixo de certas relações sociaes (1). Dentro dos concelhos reflectia-se nesta parte a imagem da sociedade geral, postoque com modificações que adiante havemos de assignalar. O todo, porém, dos que residiam dentro de qualquer povoação municipal, além dessa distincção de jerarchia popular que reproduz a dos curiaes e dos privados dos tempos roma-

(1) Vol. 6, p. 93 e segg.

nos, dividia-se ainda por outra circumstancia, que nascia da indole das instituições. Ahí a unidade não consistia tanto numa juxta-posição material como numa associação. O concelho era na realidade uma pessoa moral, cujos membros ligava o nexo de direitos e deveres communs. A convivencia accidental na mesma povoação não bastava, portanto, para fazer incluir um individuo no gremio municipal : precisava-se de uma especie de incorporação politica. Assim, nem sempre o *morador* era *vizinho*; e nesse caso os vizinhos propriamente dictos distinguiam-se pela designação de *arreigados* e os apenas residentes pela de *não-arreigados*, bem como os absolutamente estranhos pela de *homens de fóra parte*. Já a outro proposito citámos documentos onde essa distincção se faz sentir. Mas aqui importa individuar mais um facto que se tornara assás commum nos fins do seculo XIII. A principio, talvez não existisse semelhante distincção. Fosse qual fosse a fórma porque o municipio se instituísse, é provavel que todos os chefes de familia que se aggregavam, ou que viviam já na povoação, entrassem na nova associação. Pelo menos, os foraes não prevêem senão a existencia ou de individuos material e moralmente estranhos ao concelho ou residentes no lugar e incorporados no gremio. *Morador* e *vizinho* parece terem sido synonymos. O movimento, porém, da população, as varias condições da existencia social, sobretudo as necessidades do commercio, os varios modos de possuir, e diversidade de industrias tornavam muitas vezes difficilissima a fixação de um individuo numa determinada povoação, de modo que pudesse satisfazer a todos os deveres, gosar de todas as vantagens da associação municipal. Entretanto forcejava-se para que essas excepções se dessem as

menos vezes que fosse possível, e os encargos a que o morador não-vizinho escapava, solto dos laços communs, recaíam por diversa fôrma sobre elle,



1. — Cena que representa o mestre-trovador, um jogral com viola de arco e uma rapariga com pandeiro. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

ainda porventura com mais força. Nos fóros de Castello-bom, semelhantes aos de Castello-melhor, de Alfaiates e de outras povoações do Cima-Coa, achamos especies importantes a este respeito (1).

1. Os foraes e fóros de Castello-bom, Castello Rodrigo, Sabugal, etc., na essencia identicos, são verdadeiramente

« Todo o individuo que possuir o valor de dez morabitinos e não estiver arrolado no registo e na matriz do recenseamento (*in carta et in padron*) não seja vizinho de foro, nem exerça cargos municipaes, nem a sua declaração jurada tenha maior fé em juizo (*non firmet super altero*) e pague, além disso, um morabitino cada domingo até que se aliste no recenseamento, ficando sujeito aos encargos... »

« Os alcaides, jurados e vozeiros (do concelho) andem pelas ruas e *arreiguem* (*rayguent*) os homens, e examinem que modo de vida têm... De cada aldeia venham quatro homens bons e jurem que os habitantes da aldeia se *arreigarão* : e se o não fizerem paguem o damno que ali causarem os ladrões e os malfeitoses... »

« Quem não estiver inscripto no registo da freguesia e sob a garantia do foral (*encommendado al foro*) e não for sujeito a todos os encargos não seja vizinho, nem exerça magistratura... »

« Quem não tiver filhos e mulher em Castello-bom não seja admittido aos cargos publicos (1). »

Pelos precedentes extractos sabemos que para ser considerado como vizinho do concelho cumpria estar incluído num recenseamento ou registo geral feito por parochias, registo em que eram igualmente inscriptos os habitantes das aldeias do termo. Para os moradores da villa se arrolarem empregava-se a principio, não só a compulsão indirecta, mas também a directa. A familia constituia a base do regimen municipal, porque o homem casado e

leoneses e expedidos no principio do seculo XIII antes de pertencerem a Portugal aquelles territorios. Muito mais extensos que os foraes e costumes da Guarda e das terras portuguezas vizinhas, vê-se pela comparação de uns com outros que as respectivas instituições eram, como naturalmente deviam ser, assás semelhantes. Elles são, portanto, um subsidio valioso para explicar e completar aquillo em que as *cartas* dos concelhos portuguezes limitrophes são obscuras ou deficientes.

(1) For. de Castello-bom, f. 29, 33, 38 v.

com filhos ou pelo menos com casa e familiares, era o verdadeiro *bonus-homo*, o que em regra tinha a capacidade politica para exercer magistraturas, facto que resulta de outros documentos que além deste teremos de citar.

Os costumes da Guarda, em analogia com as precedentes instituições, presuppõem os habitantes da povoação e das aldeias do seu alfoz incluídos sem excepção no gremio do concelho, embora divididos em categorias diversas. Mais : suppõe que a propriedade urbana basta para dar o direito de cidade, uma vez que o dono ahí tenha familia sua. Alugando-a, não sae do gremio ; mas as garantias que ficam subsistindo para elle são as dos homens de uma classe inferior :

« Todo o homem, que possuir uma casa na Guarda, conservando-a habitada por familia sua (*poblada*) e não a alugar tenha o foro de vizinho da villa ; e se a arrendar, tenha o foro de aldeão (1). »

É nos concelhos do typo verdadeiramente nacional, isto é, nos da primeira formula, onde se encontra mais bem caracterisada a distincção entre os simples moradores e os vizinhos da villa. Nos costumes de Béja lê-se :

« E' costume que se *estou arreigado*, e o mordomo exige de mim fiador por delicto sujeito a multa, não sou obrigado a dar-lh'o sem elle me provar judicialmente que incorri nessa multa. Se, porém, *não estiver arreigado*, devo-lh'o dar... Se o mordomo me penhora, estando eu arreigado, não me cumpre ir a juizo antes de se me entregar o que se me tirou... »

« ... Se o penhorado pede entrega e não está arreigado, não se lhe entrega o penhor (2). »

(1) Ined. d'Hist. Port., T, 5, p. 412.

(2) Ibid. p. 470 e 473.

No que respeita ás portagens ou direitos de barreiras, de que especialmente havemos de tractar, é que os costumes desta classe de concelhos fazem sentir bem a differença de vizinhos ou *arreigados* a moradores accidentaes ou *não-arreigados*. Escrevendo o concelho de Santarem ao de Béja sobre este assumpto, diz-lhe :

« Costume é, que o almocreve pertença á classe dos cavalleiros villãos. Se vae tractar dos seus negocios, e deixa a casa *sem familia*, cessa de ser vizinho. Mas se deixar em sua casa mulher ou criada e alfaia, continúa a ser vizinho e não paga portagem... »

« Ha mercadores que vêm de outras villas, alugam casas ou lojas em Santarem, e nellas vendem seus pannos e guardam os seus haveres ; e quando têm arranjado retornos vão-se embora, deixando as casas ou lojas alugadas ou sob palavra. Sabei que estes taes dão portagem na nossa villa. Mas aquelles mercadores que alugam casas pelo S. Miguel, de anno para anno, e nellas residem e comem e accendem lume e têm camas, estes *fazem vizinhança connosco* em tudo e por tudo, e são *vizinhos* e não pagam portagem. »

« Sobre o que nos mandastes perguntar, se o *homem solteiro* que traz cabedal de mercador vizinho ou de quaesquer outros vizinhos deve dar portagem, sabei que estes a dão, se não são creados de soldada de alguns desses cujas fazendas conduzem (1), ou se não são vizinhos ou filhos de vizinhos. Essa portagem, porém, é só do *quinhão* que lhes pertence nas mercadorias (2) ».

Destas passagens vemos que nos concelhos do typo de Santarem, a residencia fixa, a casa perma-

1 Reflectindo sobre a interpretação que deramos nas primeiras edições ás palavras dos costumes impressos no T. 5, p. 482 e seg. dos Ineditos da Academia « *senom moram por soldada* » convencemo-nos de que era erronea. A verdadeira é a que damos nesta edição. As soldadas ou avanças de que adiante falamos são cousa diversa.

(2) Ibid. p. 482 e 483.

nentemente estabelecida é necessaria para o individuo se considerar como membro da communidade. A familia, embora no sentido mais lato que vulgarmente damos a esta palavra, é aqui o elemento, a molécula da organização municipal.

Nos costumes de Béja encontra-se a definição de vizinho de um modo mais amplo :

« Seja em que tempo for que um homem alugue casa, se tiver bens moveis ou cousas equivalentes ahi ou em poder alheio, de modo que o possam obrigar a responder em juizo, é vizinho por esse facto (1) ».

Esta definição, porém, cuja maior latitude procede talvez de uma redacção imperfeita, deve entender-se com as restricções que se deduzem das anteriores citações. Em todo o caso a necessidade de ter uma habitação com caracter de permanencia era em Béja a condição necessaria para a vizinhança. Por isso achamos bem distincto o *morador* do *vizinho* num documento de 1255 :

« O alcaide, alvasís, concelho, *vizinhos e moradores* de Béja cortem madeiras e mandem pastar os gados nos termos dos castellos da ordem (de Sanctiago) além do Tejo (2) ».

Nas resoluções do concelho de Coimbra de 1269 ordena-se que os mercadores de retalho e os artifices que *não tiverem casa na villa* aluguem as lojas do açougue ou mercado real, onde devem vender os seus generos e artefactos. Os vizinhos, esses podem vender pannos de lan, cereaes, etc., nas proprias habitações (3). Assim, os que residem nas lojas do

(1) Ibid. p. 521.

(2) Gav. 5, M. 3, N.º 3, no Arch. Nac.

(3) Gav. 10, M. 5, N.º 11.

mercado habitam ahí, mas não são *vizinhos*, nem gosam de iguaes liberdades.

A's vezes o *morador não-vizinho* tornava-se tal para um determinado caso, por uma especie de patronato exercido por algum *morador-vizinho*. Esta particularidade relativa ao individuo absolutamente estranho ou de *fóra parte* encontra-se nos costumes de Torres-novas :

« É este o costume da dicta villa : Se *algum homem que ahí mora sem ser arreigado*, ou *alguem de fóra é penhorado antes da citação*, e se *algum vizinho arreigado*, que possua valores iguaes aos da penhora, o arreiga pela mesma quantia, restitue-se-lhe o penhor, e responde em juizo (1) ».

Nos concelhos de terceira formula, como nos da segunda, nem nos foraes, nem nos costumes mais antigos ha referencia á distincção entre moradores e vizinhos, mas sim á que se dava entre os vizinhos e os de *fóra parte*; acaso porque, conforme o que vimos em Castello-bom, todos os moradores eram obrigados a *arreigar-se*. Todavia, nos fins do seculo XIII parece que as cousas haviam mudado e já existiam moradores não vizinhos. E', pelo menos, o que indicam os costumes das Alcaçovas communicados d'Evora :

« Quando o porteiro põe signal em alguma cousa para seu dono vir a juizo, o *vizinho* ou *morador* não dará nada e o de fóra dará um soldo (1). »

A questão da vizinhança ou não-vizinhança tinha, porém, um lado mais grave por onde merece ser

(1) Ined. d'Hist. Port., T. 4, p. 618.

(2) M. 10 de F. A. N.º 1. Pouco adiante neste mesmo documento, falando-se ácerca da venda da hortaliça e da fructa, se distingue *morador* de *vizinho*.

considerada, porque importava mais á segurança e ás garantias geraes dos habitantes de qualquer povoação do que ás dos mercadores estabelecidos ou volantes, cuja qualificação era a maior parte das vezes um negocio puramente fiscal. Apesar de residirem, em regra, nas suas honras e coutos, nos seus solares patrimoniaes, e nas igrejas e mosteiros de que eram *naturaes* e *herdeiros*, ou de vaguearem pelo reino na sua vida aventureira, os nobres, cavalleiros ou infanções, vinham ás vezes habitar por qualquer motivo, sobretudo em razão de bens que ahi adquiriam, não só em aldeias do termo dos concelhos, mas tambem nas proprias villas. Eram hospedes perigosos, e tanto mais perigosos quando ahi achavam individuos da propria classe, o alcaide-mór ou o senhor, exercendo funcções em nome do rei e incorporados até certo ponto na magistratura local e electiva. A posse de propriedades territoriaes ou a residencia de um homem das classes privilegiadas no termo de qualquer concelho trazia graves inconvenientes. Vimos já como muitas aldeias ou fundadas ou adquiridas por nobres vinham a separar-se da metropole, não contribuindo para as despesas communs, esquivando-se aos tributos e serviços pessoaes que recaíam sobre os habitantes do concelho, e, quando muito, reconhecendo nos seus magistrados apenas certa supremacia jurisdiccional (1). Nem eram menos perigosos os individuos da classe ecclesiastica, igualmente privilegiada, sobretudo os das ordens militares e monasticas. As disposições testamentarias eram a principal origem das aquisições feitas por esta classe nos termos dos concelhos, ao passo que os proprios vil-

1) V. vol. 7, p. 247, 248, 252, etc.

lãos faziam ás vezes concessões de terras nos seus alfozes a pessoas de elevada jerarchia, as quaes mais tarde ou mais cedo calcavam aos pés os deve-



2. — scena que representa o mestre trovador, um jogral com guitarra e uma rapariga com pandeiro de guisos sentada num escabello. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

res que por esse facto contrahiam, ou obtinham do rei privilegios e immunidades que punham os predios concedidos fóra da acção municipal. Como vi-

mos, no reinado de Afonso III generalisaram-se estas concessões acompanhadas de cartas de vizinhança expedidas pelos burgueses aos valídos e poderosos, concessões e cartas que não raro seriam extorquidas pelo temor (1). É, porém, certo que ainda para se verificar essa associação singular se invocava a licença regia (2), o que suppõe o predomínio da jurisprudencia contraria, isto é, de que em regra o vizinho de qualquer concelho só podia ser aquelle que na realidade estava sujeito aos encargos e deveres communs.

Effectivamente nos foraes ou nos costumes achavam-se previstos até certo ponto os inconvenientes da confusão das classes nos gremios populares, da mistura dos nobres e dos ecclesiasticos privilegiados com os villãos, mistura que não raro era uma consequencia da juxta-posição da propriedade territorial, como facto anterior á organização do municipio. Nos foraes da primeira fórmula dos concelhos perfeitos encontra-se geralmente a seguinte disposição :

« Os predios urbanos que os meus fidalgos, freires, hospitalarios ou mosteiros tiverem na dicta villa estejam sujeitos ao foral (*faciant forum*) como se fossem de cavalleiros villãos. »

E nos do typo de Salamanca, como os de Proença e Idanha :

« Todas as casas da villa estejam sujeitas ao foro commum, salvo a do bispo e a dos freires (3). »

(1) Vol. 5, p. 224 a 229.

(2) Liv. dos Bens de D. J. de Portel, f. 1 e seg., f. 27. Ahi se vê que para a carta de vizinhança *precedia* a licença do rei, e á concessão de terrenos *seguia-se* a confirmação regia.

3 Os freires do Templo eram os senhores de Proença.

E além disso, no de Salvaterra :

« Os caseiros do rei reguengueiros e os do bispo, com seus bois e gados, tenham o foro commum dos vizinhos. »

Aos habitantes de Pinhel, concelho do typo d'Avila, tornou Sancho I extensivos certos costumes d'Evora approvados por Affonso I. Uma das disposições delles era que

« Todos os vizinhos de Pinhel tenham o mesmo foro. »

Mas nalguns concelhos ainda as disposições dos foraes são a este respeito mais explicitas. Taes as encontramos, até, em concelhos imperfeitos da quinta formula. Na carta pela qual Coimbra se regia antes de ter o mesmo foral que Santarem, estatua-se, como já vimos, que o infanção ou cavalleiro de linhagem não podesse ter ahi propriedade rustica ou urbana, senão querendo fazer vizinhança e sujeitar-se aos encargos communs dos cavalleiros villãos (1). Estas condições repetem-se nos foraes de Thomar, de Figueiró, d'Arega e de outras terras ao sul de Coimbra pela Estremadura. Havia, porém, nalguns concelhos prescripções ainda mais severas; porque não se limitavam a exigir que os individuos privilegiados, querendo ter ahi residencia ou propriedade, abnegassem dos seus privilegios: excluam-nos expressamente; e esse principio de exclusão exaggerava-se nalguns foraes a tal ponto, que até abrangia os villãos de outro qualquer concelho. Assim, por exemplo, numa postura municipal de Valhelhas, que se addicionou ao seu foral e que já noutro logar citámos, se prohibe sob

1 V. vol. 5, p. 152.

pena de morte, aggravada pela multa de cem morabitinos, a venda de qualquer casa ou predio rustico, arroteado ou não, a cavalleiro de linhagem, a bispo, ou a individuo de alguma ordem que não fosse a do Templo (1), sendo só permittida quando feita a homem no qual possam recair as obrigações municipaes. Em Castello-Mendo as provisões do foral concedido por Sancho II ainda eram mais restrictas. Não se permittia sequer, nem ao concelho, nem a particular algum, vender ou doar qualquer predio a outro concelho ou a morador d'elle, mas unicamente a quem fosse vizinho da propria villa.

Estas precauções extremas, verdadeiramente efficazes e que só nos apparecem como excepção, eram em these pouco razoaveis, mas desculpaveis naquella epocha. A falta de exclusão absoluta de todos os individuos de condição mais elevada nos gremios populares foi, digamos assim, um vicio physiologico, um defeito d'estructura, que, em nossa opinião, mais do que nenhuma outra causa externa contribuiu para alluir lentamente e arruinar por fim a unica instituição que não tem sido um vão jogo de palavras para assegurar a liberdade das classes laboriosas, a liberdade plebéa contra a oppressão das aristocracias. Hoje os progressos da civilização facultariam mil expedientes para conservar socialmente distinctas aggregações desta ordem sem separar materialmente os homens e a propriedade. Naquellas eras rudes não era, porém, assim. Todas essas providencias que sujeitavam os vizinhos ou moradores poderosos ás prescripções do foral; todas essas equações imaginadas para nivelar forças diversas não valiam mais, nem davam

(1) Como Proença, Valhelhas era do senhorio dos templarios.

melhor resultado do que as modernas theorias de igualdade politica desmentidas a cada instante e em toda a parte pela inexoravel realidade dos factos. O infanção, o cavalleiro fidalgo, o freire de uma ordem militar ou o membro do alto clero que possuia bens no concelho e ahi tinha residencia temporaria ou permanente tendia naturalmente a abusar da sua superioridade, e as declarações mais ou menos explicitas do foral ou da *carta* seriam quasi sempre inuteis para os cohibir sem o auxilio da força material. O leitor tem tido occasião de observar mais de uma vez na precedente narrativa as usurpações, a desobediencia ás leis municipaes e as perturbações que resultavam da acquisição de bens nos territorios dos concelhos por pessoas privilegiadas, e da sua residencia ahi. Fora inutil apontar maior numero desses factos, que eram consequencia forçosa de instituições incompletas, e que desde já sabemos se haviam de repetir com frequencia numa epocha rude e barbara.

Depois do pensamento, ou talvez antes instincto, do poder central que os foraes representavam, isto é, o de organizar o povo para o habituar a resistir por si, em virtude da união das familias, aos vexames dos poderosos, convertendo-o ao mesmo tempo num auxiliar efficaz da coroa contra as resistencias e aggressões da nobreza e sobretudo do clero, a caracteristica de todos elles é o serem destinados a determinar as relações desses grupos populares com o chefe do estado, ou por outra, com a sociedade geral representada nelle, e as dos individuos com o respectivo gremio. Essencialmente os foraes, como já dissemos, são codigos de direito publico (1).

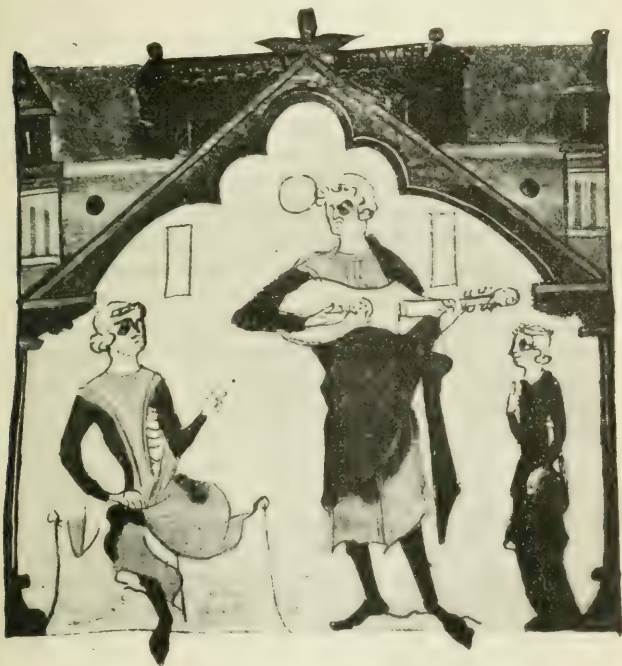
1 Cumpre não esquecer que damos á palavra *foral* o sentido preciso a que a restringimos no vol. 7. p. 83.

O seu principal e constante objecto é regular o tributo e as garantias dos cidadãos, não pela simples promulgação de principios abstractos, mas estribando-as na força, no direito de defesa pessoal ou collectiva, e na solidariedade municipal. Na verdade essas garantias chamam-se, conforme os tempos, fóros, liberdades, privilegios : mas semelhantes denominações importam em rigor o mesmo. São a liberdade e a dignidade do homem postas a abrigo do arbitrio e da prepotencia, quanto então era possível : é a propriedade assegurada contra a espoliação dos officiaes publicos : são, em summa, os principaes direitos e deveres de cada chefe de familia em relação ao estado e ao municipio definidos e determinados.

As provisões contidas nos foraes dividem-se regularmente em quatro classes : — 1.^a Immunidades do concelho como corpo moral, e garantias communes e deveres publicos de todos os vizinhos : — 2.^a Privilegios e encargos dos cavalleiros villãos : — 3.^a Formulas judiciaes, delictos e multas : — 4.^a Tributos directos e indirectos. As disposições das cartas de municipio que não entram facilmente nalguma destas categorias são pouco frequentes ou faltam absolutamente na grande maioria dessas cartas. Este facto basta para nos mostrar qual era a verdadeira indole dos foraes, considerados até agora pelos nossos escriptores como fontes da antiga jurisprudencia civil. Garantias, tanto communes, como de cada uma das duas classes de cavalleiros e peões, e systema tributario, eis os dous objectos sobre que a bem dizer exclusivamente versam taes diplomas. Eram essas duas questões capitais da constituição da *cidade* que, em regra, elles tinham por fim resolver e sobre que estatuiam. Facil é, na verdade, attribuir-lhes ao primeiro as-

pecto o character mais amplo que se lhes tem attribuido; mas o estudo comparado das idéas e instituições daquella epocha em breve nos desengana de quanto é inexacta essa apreciação. Por exemplo, os delictos eram, digamos assim, materia tributavel. D'aqui a necessidade de os mencionar nos foraes, circumstancia de que proveio a opinião, em grande parte erronea, postoque assás vulgar, de que a penalidade era ainda nesses tempos toda pecuniaria ou, por outra, de que na jurisprudencia criminal predominava quasi exclusivamente o systema germanico da composição, do *wehrgeld*. O mesmo se póde dizer das formulas do processo, dessa parte das instituições judiciaes que se encontram nos foraes. Ellas são ahi inseridas porque representam garantias. Numa epocha de ignorancia os redactores desses diplomas nem previam as distincções da jurisprudencia moderna, nem conheciam as do antigo direito romano. A sua intenção, expedindo-os, era por um lado fixar o cumulo de serviços que a sociedade geral, o estado, podia obter do gremio que se constituia, e por outro lado cercar os chefes de familia incluídos nelle de todas as vantagens compatíveis com as circumstancias peculiares e locaes para fazer subsistir e prosperar a povoação. Assim, pela natureza das cousas as provisões estatuidas na carta municipal pertenciam na maxima parte ao que hoje chamamos direito publico, sem que deixassem de ahi apparecer aquellas disposições de direito privado que directa ou virtualmente influíam no systema de garantias ou no systema tributario. É quasi escusado advertir que ás vezes se encontram em alguns foraes prescripções que fogem á regra commum que os caracteriza, e que respeitam ao direito privado ou criminal pura e exclusivamente. Era esse, como já o temos mais

de uma vez notado, o defeito de todas as formulas, de todas as instituições de então : a fluctuação e o incompleto das idéas manifestava-se em tudo; por-



3. - Cena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma cantadeira. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

que o espirito moderno de symetria, de ordem, de classificação não existia. A identidade das causas produzia a identidade dos effeitos. Nisto vinha a cifrar-se tudo. D'ahi a maior ou menor generali-

sação, o maior ou menor numero d'excepções em certos phenomenos sociaes, que, não nascendo de principios doutrinaes e fixos, falhavam onde quer que uma causa material e directa os não tornava convenientes. E' assim que, tambem, na verdadeira fonte do direito privado, na legislação tradicional, os *costumes*, que chegou até nós por se ter emfim reduzido a escripto, achamos ás vezes em larga escala reguladas certas materias de direito publico omittidas nos foraes, e sobre que se tinha sentido a necessidade de estatuir providencias só depois de constituido o municipio, sem que d'ahi se deduza que os *costumes* representem na sua indole e essencia a organização politica, o direito constitucional dos respectivos concelhos.

Comecemos por examinar as garantias ou privilegios dos vizinhos destes para depois examinarmos quaes eram os seus encargos e deveres. Em primeiro lugar tractaremos daquelles que respeitavam ao gremio como entidade moral, e dos que eram communs tanto aos peões como aos cavalleiros.

O direito de immunnidade e de asylo attribuido ao territorio do concelho ou pelo menos á povoação que era cabeça d'elle, á *villa*, constituia um privilegio importantissimo dos gremios municipaes. Sendo um dos mais efficazes meios de ir libertando as classes servis, como em outro logar observámos (1), esse privilegio era ao mesmo tempo um incentivo poderoso para attrahir habitantes aos logares despovoados por seculos de guerra ou fundados de novo em districtos desertos. Mais de uma vez temos citado passagens de varios foraes onde se allude ás multas estabelecidas contra os que

(1) Vol 6, p. 199 e segg.

offendessem qualquer individuo que se acolhia aos termos dos concelhos, e onde se affirma o direito de matar ou espancar aquelles que entrassem nas povoações para fazer mal a seus moradores. Nalgumas partes, de feito, o perimetro da villa, e ainda o do seu termo, era asylo inviolavel para o que ali se acolhia. Nos concelhos imperfeitos de organisação mais incompleta e nos proprios embryões delles vamos encontrar esta caracteristica. Ella nos revela, melhor que as fugitivas allusões dos documentos a um ou a outro acto de violencia, o estado tumultuario da sociedade, sobretudo no seculo XII, em que á injuria ou ao damno recebido se respondia com as atrocidades da vingança e em que essa vingança, pessoal, implacavel, sanguinaria, era lei, era justiça. Na impotencia de crear instituições que cohibissem directamente os destruidores effeitos de retaliações ferinas e muitas vezes interminaveis, procurava-se tirar dessa mesma anarchia recursos para augmentar o numero e a importancia dos gremios populares, onde pela propria indole da instituição e pelo contacto das familias as tendencias de organisação adquiriam força para luctarem contra os impetos desregrados das paixões individuaes. Na verdade repugna ao sentimento moral ver estatuir nos foraes que o forçador, o assassino, o salteador obterão a impunidade no seio de um grupo de população que esses mesmos diplomas vão constituir civilmente e onde se tracta de assegurar a honra, a vida e fazenda de certo numero de familias. Mas se, olhando á roda de nós, observarmos como, ainda depois de sete seculos de civilisação sempre crescente, as nações mais adiantadas recorrem a meios analogos para desbravar e povoar as suas incultas e ermas colonias, saberemos ser indulgentes com os homens dessas epochas rudes, que saídos apenas

da barbaria não desprezavam nenhuns elementos de ordem e de progresso, nem aquelles mesmos que indirectamente lhes subministrava o crime.

Nos foraes do typo de Santarem a doutrina da immuniidade local não é tão precisamente expressa como a vimos estabelecida em alguns concelhos imperfeitos e a veremos em outros, tanto destes como dos perfeitos. Dados a principio ás terras de maior vulto entre o Mondego e o Tejo, terras já populosas, vantajosamente situadas para a agricultura e commercio, e não precisando por isso de prover tão energicamente ao augmento da população; communicados depois a parte das villas do Alemtejo numa epocha em que já a organização do estado tomara mais consistencia, e bem assim ás povoações do Algarve conquistado ultimamente, elles apenas consagram a doutrina de que a violencia não é permitida dentro da villa e de que ahí só aos tribunaes incumbe a reparação de offensas. A inviolabilidade do coutamento é unicamente assegurada pela disposição, que já a outro proposito citámos, de que nenhum estranho entre na povoação após um inimigo seu, senão havendo treguas entre ambos, ou para resolverem pelos meios judiciaes a mutua contenda. Nos foraes, porém, do typo de Salamanca os direitos de asylo e de immuniidade apparecem-nos mais precisamente estabelecidos. Nisso, como em tudo, segundo já temos notado, os concelhos desse typo eram os que pareciam ter mais amplas garantias de liberdade, por isso mesmo que, sendo os mais antigos ou instituidos em districtos mais rudes, e guerreiros, era preciso proporcionar a energia da vida municipal ás tendencias para o abuso da força da parte de uma nobreza orgulhosa e violenta e de funcionarios brutalmente oppressores; era ás vezes necessario contrapor mais energi-

camente a liberdade local á servidão. Duas disposições se lêem geralmente nos foraes deste typo relativas a tal objecto : uma que exclue a acção do magistrado jurisdiccional do districto dentro do municipio; outra que tende a converter a povoação em lugar de refugio. Já a outro proposito transcrevemos as formulas ordinarias com que se manifestavam estes dous principios (1). Em alguns foraes, porém, dá-se-lhes uma applicação mais ampla e accrescentam-se outras provisões tendentes a fortificar o direito de asylo e a attrahir moradores para a povoação pelas garantias de segurança pessoal. Assim, por exemplo, lemos nos foraes de Castreição e com leves differenças nos de Marialva, Penedeno, Gouveia, Valhelhas e outros :

• Se algum individuo de diversa terra vier culpado em alguma morte ou com alguma cousa apprehendida (2) e entrar no termo de Castreição, e se algum dos seus inimigos entrar após elle e lhe tirar as cousas apprehendidas ou lhe fizer mal, pague ao senhor da villa 500 soldos e restitua em dobro o que tirou, ou pague uma composição dupla das feridas ou contusões que fizer (3). »

Ao passo que os delinquentes de grandes crimes acham acolheita no territorio municipal, as repres-

1) V. vol. 7, p. 202, 204, 205, 212.

(2) « cum homicidio aut cum pignore. » *Pignus* significa rigorosamente *cousa penhorada*; mas a idéa que se ligava á expressão é que está longe de ser tão restricta como a que hoje lhe ligamos de *apprehensão judicial*. *Pignus* era muitas vezes o objecto de que um individuo lançava mão, a pretexto de assegurar uma divida ou de ter direito a uma indemnisação, sem nisso intervir a auctoridade jurisdiccional. Já se vê que *pignus* representaria não raro uma verdadeira espoliação. As penhoras feitas judicialmente não obrigavam por certo ninguem a fugir, e é das que traziam esta consequencia que se tracta aqui.

(3) « Duplet illa pignora aut illos livores. »

lias desproporcionadas ás offensas ahí perpetradas por algum estranho contra os interesses do concelho ou dos seus membros são legitimadas expressamente por diversos foraes. O de Proença, bem como outros, estatue que :

« Qualquer homem de Proença que encontrar individuos de outras terras no termo da villa cortando ou levando madeiras dos montes tire-lhes quanto lhes achar, sem coima. »

« Se alguém vier as vossas aldeias para tomar á força victualhas ou outra qualquer cousa, e ahí o matarem ou o espãcarem, o matador ou o espãcador nada pague por isso, nem fique em homizio com os parentes do morto : e se estes forem querellar do facto a el-rei ou ao rico-homem do districto, paguem cem morabitanos de muleta, metade para os freires (templarios) e metade para o concelho. »

Nestes foraes da segunda formula é frequente uma disposição que prova bem quanto a instituição dos concelhos, como dissemos no livro antecedente, contribuia para annullar a adscripção da gleba, remontando muitas das cartas de povoação desse typo a uma epocha em que ella ainda vigorava. Em alguns delles lê-se :

« O colono (*junior*) ou o servo que morar ahí um anno, ninguém tenha poder sobre elle nem sobre a sua descendencia. »

Ou como outros se exprimem :

« O colono ou o servo que habitar convosco um anno seja livre e a sua progenie. »

Assim os individuos dessas classes oppressas, quando podiam acolher-se a uma destas povoações e evitavam ser apprehendidos durante um anno, obtinham completamente os fóros da liberdade. Mas

quem eram aquelles servos inferiores aos *juniores* a que alludem as precedentes passagens? Evidente-



4 — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma rapariga com pandeiro. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancionero da Ajuda.*)

mente os escravos sarracenos. O foral de Freixo é explicito na maneira como se exprime a tal respeito :

« O mouro que for christão e servo e se acolher a Freixo seja livre (1). »

Alguns concelhos havia entre os do typo de Salamanca onde o direito de asylo se achava a um tempo mais bem firmado e mais restricto. Tal era o de Urros, como se deduz da seguinte provisão do seu foral :

« Se qualquer individuo vier para a nossa villa inimizado com alguém e os seus inimigos vierem ali após elle, saúdem-no (3) e dêem-lhe seguro affiançado por quatro pessoas que fiquem responsaveis por cem morabitanos (4). Quem não quizer sujeitar-se a semelhante condição torne a sair da villa, e se alguém lhe der guarida pague cem morabitanos. Isto não é applicavel aos casos de homicidio ou de rapto. »

Os foraes do typo d'Avila encerram as mesmas disposições que os do typo de Salamanca : a faculdade de espoliar os que viessem cortar madeiras no termo e a de espancar ou matar aquelle que entrasse nos povoados a roubar qualquer objecto, não ficando aos parentes do morto o direito de querel-

(1) « Maurum qui fuerit christianum vel servum et ad Fresnum venerit sedeat liberum. » Pertence a outro lugar discutir qual era a situação dos mouros convertidos e não convertidos. Aqui basta advertir que nos documentos latino-barbaros *vel* equivale umas vezes a *aut*, outras a *et*.

(2) « ad nostram villam. » Esta phrase indica, embora o diploma seja exarado em nome de Affonso Henriques, que foram talvez os villãos que se constituíram municipalmente, e que o notario a quem mandaram escrever o foral se esqueceu de que falava em nome do rei.

(3) « salutent ei. » Isto é : não lhe dêem mostras de malquerença. Traduzimos por conjectura. Acaso *salutare* significava alguma formalidade legal que se devia praticar naquelle caso.

(4) Do foral de Sancta Cruz vê-se que esta fiança era de 400 morabitanos, cem por cada um dos quatro fiadores.

lar nem o de revindicta contra o matador. Nestes foraes ha, porém, uma providencia que, sendo respectiva a outra ordem de factos, se liga estreitamente com o systema de immunidades municipaes. Por exemplo, nos do Crato, de Evora e outros diz-se :

« ... quem quer que apprehender alguma coisa *pignorerit*) a mercadores ou viandantes christãos, judeus, ou mouros, não sendo o espoliado fiador de alguém ou devedor, pague ao aggressor 60 soldos ao fisco e restitua em dobro ao dono da coisa tomada, pagando, além disso, cem morabitinos por ter quebrado o conto 11) immuniidade municipal. Metade pertencera ao rei e metade ao concelho. »

Em algumas dessas cartas de povoação do typo d'Avila estabelece-se, em analogia com o que já citámos da segunda formula, o asylo para os escravos mouros que abraçavam o christianismo e que buscavam obter a liberdade. Tal é a da Covilhan :

« Todo o christão, *embora seja servo*, logo que habitar por um anno na Covilhan será livre e ingenuo. »

Nos foraes dos concelhos perfectos que não pertenciam a nenhuma das tres formulas ordinarias e nos dos imperfeitos mais importantes, acham-se frequentes passagens allusivas ao principio geralmente admittido de não se reputar criminoso o desforço popular contra os que por qualquer maneira quebravam a immuniidade do concelho. No da Eri-ceira e em outros é consagrada essa doutrina.

1) « *per cautum quod fregit.* » *Cautum* nas suas varias significações vem a importar sempre na essencia a mesma idéa, a não-permissão de um ou mais actos em relação a um territorio, a um individuo, etc. Nesta passagem equivale a *coutamento*, a immuniidade do territorio.

Quanto ao direito de asylo, eis o que, por exemplo, se lê na carta municipal de Bragança :

« Os servos, os homicidas ou os adulteros que vierem habitar na vossa cidade sejam livres e ingenuos. »

Tambem na historia dos concelhos imperfeitos mais de uma vez citámos incidentemente passagens onde a immundade territorial e o direito de asylo se mencionam (1). Em muitos outros da mesma categoria se manifesta essa formula significativa da tendencia que havia para constituir os gremios como pessoas moraes, equivalentes de certo modo aos individuos das classes aristocraticas. O que resulta, tanto de umas como de outras passagens, é que o territorio municipal se considerava uma especie de couto ou honra, isto é, de territorio analogo a esses tractos de terra inviolaveis em razão do individuo que ali tinha dominio ou propriedade, quer fosse um nobre, quer um membro do alto clero ou o abbade de um mosteiro. Não procedia, provavelmente, essa tendencia de calculos de equilibrio entre as diversas forças sociaes, calculos demasiado subteis para aquelles rudes tempos ; mas procedia da experiencia e do instincto que ensinam as sociedades na infancia a adoptarem irreflexivamente certas instituições, que povos mais adiantados achariam e adoptariam pelo raciocinio e como applicação objectiva de principios subjectivos. E por semelhante instincto que se póde explicar o facto de serem as immundades municipaes de alguns concelhos imperfeitos, importantes pela sua população, riqueza, situação e extensão, ou por quaesquer outras condições, talvez mais bem caracterisadas ainda do que

(1) V. vol. 7, p. 108, 111, 121, 130, 135.

nos concelhos perfectos. Era que estes numa organização mais completa, num nexo mais forte entre os seus membros, numa physiologia, emfim, mais harmonica e potente, tinham outros recursos para contrastar a aggressão das classes aristocraticas e repellir as pressões illegitimas, as offensas contra os direitos, quer collectivos do gremio, quer singulares de cada um dos seus membros. Assim succedia que ahi o principio de inviolabilidade e o seu corollario, o direito de asylo, eram ás vezes só indicados ou até esqueciam nos respectivos foraes, ao passo que em certos gremios imperfeitos o principio ou o corollario são expressos por formulas energicas e positivas. Tal era a povoação de Villa-nova no Alto-Minho, concelho imperfeito, ao que parece, da sexta formula, a cujos quarenta vizinhos Sancho I deu foral em 1205 :

« Se o mordomo vier ahi para vos espoliar de qualquer cousa que vos pertença, espolia-o vós a elle como se fosse outro qualquer individuo. »

« Todo o homem estranho que vos fizer mal seja meu inimigo e pague quinhentos soldos. »

Em Alijó esta multa ou *coutamento* elevava-se a seis mil soldos.

No foral do Castello de S. Christovam é expresso que :

« Nem o vigario do districto, nem os porteiros se atrevam por qualquer dissensão que haja entre vós a entrar ahi. »

« Se por algum caso ferirdes alguém fóra da vossa villa ou commetterdes algum delicto sujeito a multa e poderdes acolher-vos á povoação, nunca vos vão lá buscar. »

No de Pena-ruiva são de certo modo convidados os criminosos a procurar refugio no recincto da povoação :

« Todos os que estiverem culpados de algum acto illicito, como servidão quebrada, homicidio, estupro, venham para esta villa e fiquem seguros e livres. »

Como, segundo parece, os reguengos que se dilatavam entre Lisboa e Cintra eram em partes cultivados por sarracenos escravos do rei, acha-se no foral desta ultima villa o direito de asylo limitado ácerca delles :

« O homicida e o foragido que para ahí fugirem sejam recebidos e do mesmo modo os escravos, salvo sendo d'el-rei. »

Remontando aos principios do seculo XII, quando a maior barbaridade exigia mais poderosa repressão para manter illesa a immuniidade dos concelhos ainda raros e debeis, as garantias que protegiam essa immuniidade deviam ser, onde e quando conviesse estabelecê-las, energicas até a ferocidade. Assim achamos no foral de Azurara :

« Dando o foro (á villa) o conde D. Henrique contou o territorio desde o Dão até o Mondego em mil e quinhentos modios. E por isso qualquer homem que ahí entrar após o homicida ou após o servo fugido ou por outro motivo analogo, pague aquella multa ou arranquem-lhe os olhos ou cortem-lhe as mãos. »

Deste modo a natureza de logares immunes, de asylos, é um dos caractéres mais communs dos gremios populares ; mas semelhante prerogativa era antes o meio de attrahir uma população mais ou menos turbulenta, do que o de tornar preferivel para as classes populares a existencia municipal. Este fim obtinha-se principalmente com as vantagens que essa existencia proporcionava aos chefes de familia que a acceitavam, fosse qual fosse a sua condição na categoria de homens do povo, de vil-

lãos. Eram taes vantagens de muitos generos : davam-se até nos encargos com que se contrapesavam os privilegios, encargos que, além de menos gravosos em geral do que os da população solta, tinham permanencia e regularidade, não dependendo do capricho dos officiaes da coroa ou da prepotencia dos nobres e dos membros do alto clero. É dessas vantagens communs a todos os vizinhos que procuraremos dar uma idéa, se não completa, ao menos sufficiente para conhecermos o que nellas havia mais notavel e essencial.

A primeira circumstancia attendivel nesta ordem de factos e que de certo modo harmonisava com o direito de immuniidade, com o *coutamento*, consistia numa especie de solidariedade municipal, num systema de protecção mutua e de responsabilidade commum, que não só concorria para assegurar os vizinhos contra as violencias externas, mas que tambem nalguns casos evitava rixas, dissensões e aggravos entre uns e outros. Esta solidariedade, que moralmente devia existir mais ou menos em todos os gremios, é evidente sobretudo nas instituições e usos dos concelhos perfeitos da segunda e da terceira formulas.

Naquelles tempos de continuas luctas externas e internas em que se expediram a maior parte dos foraes e em que qualquer povoação estava arriscada a ser accommettida subitamente, não só pelos inimigos implacaveis de raça e de crença, os sarracenos, mas tambem pelos leoneses e até, em virtude das rixas e odios civis e da barbaria da epocha, pelos habitantes de um concelho limitrophe ou por membros poderosos das classes privilegiadas, a suprema questão de cada municipio era a prompta concorrência de todos os cidadãos á defesa commum. Esta resistencia collectiva contra aggressões exteriores

vinha a ser o *appellido*. O *appellido* importava a defesa de um por todos e de todos por um, constituindo a melhor garantia da liberdade e segurança do concelho. Dever geral do paiz, mas em relação ao serviço do rei, elle tomava nos municipios o character de dever dos cidadãos uns para com os outros. Assim nos foraes de Freixo, Sancta Cruz e semelhantes estatue-se expressamente :

« Homem de Freixo que não for com seus vizinhos em occasião de *appellido* pague um morabitino, e se disser que não ouviu a chamada, preste sobre isso juramento, jurando com elle outro vizinho (1). »

Em alguns foraes desta especie a mesma obrigação impreterivel é expressa por diversa formula. Por exemplo, no de Penamacor ordena-se que :

« Tanto os peões como os cavalleiros que não forem a *appellido*, salvo andando fóra em serviço de alguem, paguem, os cavalleiros dez soldos, e os peões cinco. »

A solidariedade municipal apparece-nos num direito consagrado nos foraes desta formula, a que já alludimos de passagem a outro proposito (2). A denegação de julgamento da parte do *judex* em certos casos importava para o queixoso a faculdade de matar o magistrado. Este direito monstruoso envolvia, porém, uma contradicção com a idéa que por mil modos se inculcava nas instituições municipaes, a sanctidade das magistraturas. Buscava-se de algum modo salvar a antimonía desta barbara usança estampando um signal de reprovação naquelle acto de violencia por via de uma multa insinificante e ás vezes apenas symbolica, mas o

(1) Noutros foraes, como no de Sancta Cruz, ordena-se que jure com dous vizinhos.

(2) V. vol. 7, p. 203.

matador do juiz ou ficava exempto, della ou tocava-lhe apenas uma quota minima. Eram os moradores em commum quem respondia, postoque de modo



5. — Scena que representa o mestre-trovador, uma bailadeira de braços erguidos dançando ao som das castanholas e um jogral com psalterio, sentado. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

bem pouco gravoso, pela reparação moral de um attentado publico que constituia ao mesmo tempo um direito privado (1).

(1) Tomaremos para exemplo desta disposição, nos foraes do typo de Salamanca, a do de Sancta Cruz: —

A especie de fraternidade na mutua defensão, e a responsabilidade commum, que se reputava dever existir entre os membros do mesmo gremio resulta ainda de certo numero de instituições e usos dos concelhos desta formula. Tal era a doutrina estabelecida nos respectivos foraes que não consentia a um individuo do concelho advogar em juizo interesses de estranhos :

« Vizinho que se apresentar como vozeiro por homem de outra terra contra o seu vizinho pague dez soldos e a septima parte ao fisco salvo sendo nomeado procurador na causa pelos alcaides. »

Os costumes da Guarda abrangem um grande numero de provisões tendentes a manter a solidariiedade dos membros do mesmo gremio :

« Ninguém que seja vizinho da Guarda dê guarida a individuo que queira fazer mal a alguém do concelho ou que seja seu inimigo. Se lhe der acolheita e elle vier a ferir aquelle de quem é inimigo, pague o que o hospedou quinhentos soldos, e dez mil se elle o tiver morto, ficando além disso por homicida, salvo provando por combate judicial ou pela declaração do ferido ou emfim pela dos parentes do morto, que tal hospedagem não deu ao feridor ou matador, nem este saiu da sua casa quando feriu ou matou aquelle homem. Os alcaides façam execução com os interessados por esta multa, que se dividirá, um terço para o ferido ou parentes do morto, um terço para o concelho e um terço para os alcaides. »

Quando qualquer vizinho prendia outro, accu-

« *Judex si noluerit colligere directum vel fiador super pignora qui tenuerit, mactet illum sine tota calumnia, fora que pectemus singulas pelles de conelios quantos qui ibi moraverint qui de posta fuerint de dare; et ipsum qui eum occiderit non det nihil; et si parentes ibi habuerint salutent ei.*

sando-o de haver practicado algum assassinio, se o accusado não queria provar judicialmente a sua innocencia dentro de nove dias, era expulso da povoação, sob pena de quinhentos soldos se alli voltasse. Se ousava fazê-lo, quem o recebia em casa ou o defendia dos seus inimigos ou lhe dava alimento era multado em quinhentos soldos para os parentes do morto, uma vez que se lhe provasse o facto com o testemunho de tres vizinhos. Mas não era só isto. Os costumes proseguem :

« Depois de se averiguar quem é de feito o assassino, embora este pague a multa imposta aos homicidas, se porventura se atrever a residir no termo e os seus inimigos forem em busca d'elle para o matarem ou perseguirem, quem quer que o amparar pague os quinhentos soldos, e se por causa disso os matarem a ambos, o matador não pague o coutamento, nem fique sujeito á revindicta, bem como nenhum dos que com elle forem. »

E noutra parte :

« Qualquer vizinho da Guarda que for queixar-se do concelho ou de vizinho seu ao senhor da villa pague cem morabitos, derribem-lhe a casa e saia da Guarda e de seu termo como aleivoso e traidor (1). »

Nestas disposições revela-se de sobejo a tendencia para a cohesão interna dos gremios que predominava na jurisprudencia tradicional dos concelhos do typo de Salamanca. Não era, porém, só ali que se manifestava a solidariedade municipal. Nos foraes do typo d'Avila existe igualmente a inhibição de advogar o morador causas d'estranhos contra o seu conterraneo no tribunal municipal e a obrigação de correrem todos á defesa commum, ao

(1) Ined. d'Hist. Port., T. 5, pag. 418 e 429.

appellido, quando a segurança do concelho era ameaçada, sob pena de uma multa *paga aos vizinhos* (1). Em Bragança, se o mordomo real era assassinado, a responsabilidade pecuniaria da multa recaía sobre todos os cidadãos, e cada um pagava uma quota della (2). Esta mesma responsabilidade collectiva dos moradores pelos actos de um delles nos apparece em Guimarães. Os ministros fiscaes do districto não podiam fazer execuções pelos delictos sujeitos á calúnia, ou tributo sobre a criminalidade, dentro do couto da villa, sem ventilar a questão perante os alcaides. No caso de denegação de justiça penhoravam o que o delinquente possuia fóra do recincto vedado, mas se este nada possuia ahi, haviam o direito real da calúnia pelos bens que os habitantes tinham além do territorio immune até obrigar os magistrados de Guimarães a ouvirem e sentenciar o pleito fiscal (3).

Nos foraes dos concelhos imperfeitos encontram-se ás vezes provisões que tendem igualmente a apertar os laços da fraternidade entre os habitantes da mesma povoação, a sanctificar o principio de unidade juridica e moral que devia ligá-los. Assim lemos, por exemplo, nos de Sabadelhe, Longroiva, Cernancelhe, etc. :

« Quem levantar discordia ou vos poser em lucta uns contra outros ou com o senhor da villa e não poder emendar o mal que fez expulsae-o com todos os seus haveres. Mas se tiver atraídoado ou o senhor ou o concelho, seja

1 « miles pectet decem solidos, et pedes quinque solidos ad *vicinos* : » For. de Gravão, Evora, Coruche, etc.

2 For. de Bragança Mem. das Confirmações, Append. N.º 371.

3 Carta Regia de 1272 no Liv. 1 de Doaç. d'Aff. III, f. 116.

expulso e perca tudo o que possuir, metade para o senhor e metade para este ou para o concelho, conforme a traição for commettida contra um ou contra outro. »

No de Moimenta :

« Se ali houver vizinho que nas relações com os seus vizinhos não se quizer sujeitar ao foral, nem acceitar o arbitramento delles ou do senhor da terra, expulsem-no da villa. »

O mesmo por diversas phrases se lê no de Villanova. No de Villa-boua vimos já uma disposição tendente aos mesmos fins (1). Em muitos outros foraes de concelhos imperfeitos se encontram provisões analogas (2). Emfim, quando no reinado de Sancho II, mas sobretudo no de Affonso III, os direitos reaes, os tributos impostos nos concelhos, e ainda as prestações dominicaes de alguns logares não organisados em gremios, se foram reduzindo a sommas fixas pagas collectivamente (3), esse facto, assás generalisado, contribuiu para fortificar a ligação dos membros de cada concelho por um dos lados mais importantes da vida, os interesses economicos. Elle foi ás vezes a causa de se estabelecer virtualmente, embora mais ou menos desenvolvida, a organização municipal em territorios onde até ahi se não creara de modo directo e por verdadeiros foraes.

Examinemos agora quaes eram os principaes privilegios ou garantias pessoas que abrangiam ambas as classes de cavalleiros e de peões, para

11 V. vol. 7, p. 167.

12 Como no de Caldas d'Aregos (Doc. de Bostello na Collecç. de Doc. para a Hist. de Port. N.º 236).

13 Vol. 5, p. 151 e segg. nota XI, e vol. 7, p. 231.

depois vermos os deveres e encargos que tambem pesavam sobre uma e outra.

Os membros do municipio, os chefes de familia, os cidadãos, emfim, como já então elles se denominavam ás vezes (1), gosavam nos concelhos perfeitos da primeira formula de varias garantias importantes, como a immuniidade da pessoa, quando se não procedia á prisão por mandado judicial (salvo em casos restrictissimos), a da inviolabilidade do lar domestico, a de respeito aos laços da familia e ao direito de propriedade. Estas e outras garantias e liberdades manifestam-se num grande numero de provisões e costumes exarados nos foraes, nos corpos de jurisprudencia tradicional e em diplomas regios expedidos a favor de diversos gremios. Não fora possivel citá-los todos, nem citá-los extensamente. Lembraremos os mais notaveis, aliás sufficientes para provar qual era a indole das instituições municipaes em relação a tal objecto. Nestes concelhos achavam-se no decurso dos seculos XII e XIII estabelecidas severas prevenções contra a privação da liberdade individual, contra o encarceramento do cidadão indiciado em qualquer delicto. Os officiaes do rei e os proprios magistrados jurisdiccionaes eram obrigados a admittir a fiança na maior parte dos casos crimes. Nas cortes de 1254 (2) o concelho de Coimbra aggravava-se já de lhe quebrarem esta immuniidade, ao que o rei respondia :

1 Testamento de N. e de sua mulher *cives ulixbonenses*: Doc. de Alcobaça de 1232 na Gav. 81 da Collecç. Espec. Num doc. de S. Vicente do seculo XIII N. Payão diz-se *conciéis Ulixbone* (Ibid. Gav. 87). M. Pestana e sua mulher chamam-se *cives elborenses*, em doc. de Aleob. de 1252. (Ibid. Gav. 84), etc.

2 Ou de 1261; porque o documento não tem data.

« Todo aquelle que der fiador de que virá submetter-se ao tribunal dos alvasis, o alcaide deve deixá-lo ir salvo se o crime for de pena capital e não o levar para o castello uma vez que prestou fiança (1). »



6. — Scena que representa um mestre-trovador, uma rapariga dançando com castanholas nas mãos erguidas e um jogral com psalterio, sentado. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

Esta doutrina vae com effeito achar-se no direito tradicional desses concelhos. Nos costumes de San-

(1) Gav. 3, M. 5 N.º 19, no Arch. Nac.

tarem (1) é expressa a prohibição imposta ao alcaide de metter ninguem em ferros, salvo o caso de crime capital, e a obrigação que tem, na hypothese de prender qualquer individuo, de levar o preso perante os alvasís, que immediatamente o mandarão soltar se der fiança. A mesma jurisprudencia da immunnidade pessoal é consagrada nos foraes deste typo quando prohibem aos mordomos que prendam por crimes fóra da povoação, devendo limitar-se a mandar citar o réu para o tribunal municipal. Assim os officiaes do rei, quer administrativos, quer fiscaes, que mais facilmente abusariam do constrangimento corporal para opprimirem os cidadãos, ficam inhibidos de practicar taes violencias. Mais : na segunda metade do seculo XIII achava-se tão generalisado o principio, que os proprios magistrados jurisdiccionaes dos districtos, os meirinhos, eram obrigados a respeitar a liberdade dos indiciados, devendo no caso de estes quererem dar fiador de que iriam submetter-se ao julgamento ou dos juizes municipaes ou dos reaes, admittir-lhes fiança, uma vez que o delicto não importasse pena de morte (2).

Este respeito ás pessoas, ordenado aos agentes da força publica e até aos magistrados, estendia-se á propriedade nos concelhos da primeira formula.

1 Communicados a Oriola : Gav. 15, M. 3 N.º 14. Em Lisboa: C. R. de 1227 no Liv. dos Pregos f. 2 no Arch. da Camara Municipal e Cost. de Béja (Ined. T. 5, p. 494).

2 Acha-se esta disposição numa especie de regimento dos meirinhos no verso do pergaminho que contém os capitulos especiaes de Coimbra e Montemor-velho que constituem o N.º 18 da Gav. 3, M. 5 acima citado. Este regimento foi publicado na collecção *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, Vol. 1, 252.

Considerava-se como regra geral que ninguém, incluindo o exactor fiscal, o mordomo, podesse apprehender qualquer cousa possuida por um vizinho do concelho embora a elle tivesse direito, senão em virtude de mandado dos juizes. Se uma violencia de tal ordem se practicava, o processo não tinha andamento enquanto as cousas apprehendidas ou penhoradas não eram restituídas a seu dono (1). Dava-se uma unica excepção á regra, excepção que aliás confirmava o mesmo principio de respeito á propriedade ; o senhorio de uma casa podia por divida de aluguer apoderar-se de um penhor do inquilino (2).

A inviolabilidade da casa do cidadão era outra das garantias capitaes nestes concelhos. Nos foraes da primeira formula essa garantia é a que desde logo se promulga. Quem quer que entrar á força numa casa, havendo testemunhas presenciasaes, terá de pagar a coima de quinhentos soldos, sem se lhe admittir defensor em juizo. Suppondo, porém, que de dentro resistam e que matem o aggressor, o tributo sobre o assassinio, que é em regra tambem de quinhentos soldos, fica reduzido a um morabitino pago pelo matador ou pelo dono da casa, e a metade disso se o aggressor ficar apenas ferido. Este respeito pelo lar domestico era obrigatorio ainda para o ministerio publico : ao menos não estava no arbitrio dos seus agentes abusarem da auctoridade

1) Cost. de Santarem e Borba Ined. T. 4, p. 541 e 543. Cost. de Béja Ibid. T. 5, p. 469. — Gav. 15, M. 3 N.º 14. — O mesmo no concelho de Torres-vedras pertencente a esta formula Doc. de Alcob. de 1259 na Collecç. Espec. Gav. 86, etc.

2) Cost. de Santar. Ined. T. 4, p. 551. Cost. de Béja Ibid. T. 5, p. 511).

para profanar o sanctuario da familia. Se um ladrão perseguido pela justiça se acolhia a alguma casa e ali lhe davam valhaacouto. os officiaes publicos, antes de entrar dentro, deviam chamar homens bons que os acompanhassem, fazendo accender luzes, e entrando depois de haverem exigido a entrega do asylado. Só assim lhes era licito empregar a força. E ainda depois da desobediencia flagrante do dono da casa, este tinha direito de computar o estrago que lhe houvessem feito para ser pago pela justiça (1).

As instituições dos concelhos de primeira formula não se reduziam, porém, a assegurar os cidadãos contra abusos do poder em relação á liberdade pessoal, á propriedade e á inviolabilidade da habitação. Iam mais longe : abrangiam um complexo de disposições tendentes a fortificar os laços domesticos, que não podiam deixar de estribar-se na alta idéa que se fazia da auctoridade do chefe de familia, na persuasão de que este a representava e de certo modo a resumia e de que era ponto de contacto entre a molecula e o todo, entre o elemento social e a sociedade. A parte da jurisprudencia municipal donde isto se deduz encerra especies notaveis. A ninguem era licito intentar acção contra mulher casada sem se dirigir primeiro ao marido (2). A adultera não podia ser considerada como criminosa nem ser presa enquanto seu marido não a accusava de adulterio perante o concelho. Só então, e havendo sido os parentes della intimados préviamente para a punirem, se procedia á prisão (3). Nos delictos a

(1) Ibid. T. 4, p. 566, e T. 5, p. 516.

(2) Ibid. T. 4, p. 569, e T. 5, p. 517.

(3) Cost. de Santar. Gav. 15, M. 3 N.º 14.

que correspondia a pena de varadas ou açoutes e em que era delinquente qualquer mulher casada havia uma usança barbara, repugnante e até certo ponto ridicula, mas que condizia com a idéa que se formava da auctoridade absoluta e exclusiva do chefe de familia. Quando uma ré d'esta ordem era condemnada ás *varas*, a pena executava-se na sua propria habitação. Os alvasis com a parte queixosa dirigiam-se para alli. A sentenciada, em camisa e saia de linho, involta num sudario ou lençol e cingida de uma faixa larga, ajoelhava no meio da casa sobre uma almofada ou no pavimento borrifada antes com agua. As varas que serviam para o castigo e que em algumas partes eram de vide deviam ser do comprimento de metade do braço desde o sangradouro até a raiz do dedo grande e da grossura do pollegar. Um alvasil pegava numa destas varas e dava com ella num travesseiro ou almofada. Era para marcar a força dos golpes. O marido executava então o castigo : mas se, movido da compaixão, vibrava mais frouxamente a vara, nuns concelhos recaía sobre elle a pena imposta a sua mulher, noutros, segundo parece, a justiça substitua-o no mister de executor (1). Do mesmo modo, se um escravo mouro commettia alguma contração ou crime leve (2), o alcaide não podia proceder contra elle prendendo-o no castello; devia chamar o dono a responder pelo escravo (3). Quanto aos caseiros, aos creados de lavoura que os burgueses tinham nas suas casas ou herdades, a representação do chefe de familia não era absoluta; mas

(1) Ibid. — Cost. de Santarem (Ined. T. 4, p. 541). Cost. de Béja. (T. 5, p. 504).

2 « Si fecerit sandice. »

3 C. R. de 1254 no Liv. dos Pregos, f. 4.

ainda assim não deixava de ser contemplada. Exemptos pelos foraes de todos os encargos, menos o do appellido, esses operarios e caseiros não o eram da mulcta ou contribuição criminal nos grandes delictos de homicidio, furto, rapto e lixo na boca: mas em vez de reverterem integralmente as mulctas respectivas para o fisco, o proprietario recebia metade de cada uma dellas. Por uma contradicção singular, mas favoravel ao chefe de familia, os foraes deste typo no Alemtejo estatuiam que elle não fosse responsavel pela calumnia ou mulcta em que seus filhos incorressem. Pagavam-na estes ou pela bolça, ou, se não tinham com que, pela applicação de uma pena corporal (1).

Afora estas immuniidades e garantias, os concelhos perfectos de primeira formula gosavam de um grande numero de liberdades e prerogativas communs a todos os vizinhos, fosse qual fosse a sua categoria. Pelos respectivos foraes estavam exemptos de pagar o tributo da luctuosa, um dos que representavam a servidão da terra, geral nos predios originariamente da coroa não situados dentro dos perimetros municipaes. Certas cousas, cujo uso a coroa geralmente reservava para si nas terras onde tinha dominio, e do mesmo modo as classes privilegiadas nas suas honras e coutos, ficavam nestes concelhos, principalmente nos do Alemtejo, livres no todo ou em parte para os vizinhos, pagando um certo tributo. Taes eram as lojas de retalho de mercadorias proprias, os moinhos, azenhas, pisões, fornos de pão, de louça e os de telha, estes ultimos sujeitos a uma dizima e os outros

1 For. de Villa-viçosa, Monsaraz, Extremoz, etc. Adiante teremos de voltar a este assumpto.

exemptos della (1). O respeito á propriedade que os foraes tendiam a estabelecer reproduz-se no que ordenam ácerca do gado perdido. A rez transviada levava-se ao agente fiscal, que a conservava por tres meses sem lhe dar destino, mandando lançar pregão em cada um delles até apparecer o dono. As cartas municipaes desta formula pertencentes a povoações do Alemtejo eram ainda mais amplas que as da Estremadura. Não podiam ser obrigados os moradores desses concelhos a vender nem victualhas nem alguma outra cousa contra sua vontade. Nos concelhos, porém, do Algarve, constituídos geralmente por este typo, os privilegios communs a ambas as classes eram mais restrictos do que no Alemtejo e proximamente semelhante aos da Estremadura. Nos costumes ou direito tradicional encontram-se immunidades analogas, que embora não se achassem estatuidas nos foraes, o tempo havia introduzido num ou noutro concelho. Tal era a de se esperar anno e dia pelo réu, que, chamado a juizo, jazia doente; tal o de não se concluir a execução quando o penhorado ficava por esse acto sem nada; tal o de nunca se penhorar a roupa do uso, o de serem depositados os penhores na casa de um vizinho morador na mesma rua do executado, o de não serem confiscados os bens dos padecentes, entregando-se esses bens aos seus herdeiros e assim outras franquezas a que temos de passagem alludido, como a de não terem privilegio algum as causas da fazenda cujo julgamento competia aos alvasis sem appellação; de não serem processados os criminosos sem querella particular, etc. Havia em algumas cidades antigas bairros donde os inconvenientes da

(1) Além dos foraes, C. R. de 1261 no Liv. dos Pregos, f. 4.

residencia affluentavam os moradores. Estes bairros eram os do recinto da povoação primitiva. Para reter ahi os habitantes concediam-se-lhes privilegios especiaes; e por isso os da almedina de Coimbra e os da alcaçova de Lisboa estavam desobrigados do serviço militar no exercito ou hoste e da anúduva ou trabalhos publicos de fortificação (1).

Nos concelhos do typo de Salamanca a liberdade pessoal dos vizinhos apparece-nos assegurada em diversas disposições dos respectivos foraes. Qualquer individuo estranho ao municipio que encarcerasse um membro d'elle era multado numa quantia avultada (300 ou 500 soldos), metade para o offendido e metade para o fisco. Se pelo contrario o vizinho do gremio practicava semelhante violencia contra o estranho pagava apenas cinco soldos (2). Ninguém podia ser preso por crime dando fiador ou pagando desde logo a multa (3). É, porém, na faculdade da mudança do domicilio que verdadeiramente se manifesta o immenso progresso que a liberdade pessoal fizera com a instituição dos concelhos deste typo. Se o leitor se recordar de que naquella epocha a residencia obrigada era a condição caracteristica da hereditariedade do dominio util nos logares colonisados pelo rei, e se attender a que a maior parte das povoações que receberam o foral de Salamanca eram, não cidades e villas conquistadas aos sarracenos como muitos concelhos do typo de Santarem, mas sim verdadeiras colonias fundadas de novo nos desvios e brenhas ou em lo-

1 C. R. de 1263 Liv. 1 de Doaç. d'Aff. III, f. 93. C. R. de 1206 (Chancell. de D. Dinis, L. 1, f. 138 v.).

(2) Foraes da Guarda, Linhares, Penamacor, Gouveia, Castreição, etc.

(3) For. de Salvaterra, etc.

gares arruinados e desertos repovoados de fogo morto, apreciará facilmente a distancia que ia de um habitante destes municipios aos simples jugueiros e ainda aos possuidores das cavallarias-colonias



7. -- Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma rapariga a tocar castanholas. (*Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

nos territorios não-municipaes cuja situação descrevemos no livro antecedente. Nos gremios perfeitos da segunda formula o habitante que vivia um anno no herdamento que lhe fora distribuido impunha-

lhe, digamos assim, o sello da sua personalidade (1). Se edificava uma casa ou plantava uma vinha, podia no fim do anno mudar a residencia para onde lhe approuvesse, continuando a possuir ahi os seus bens ou vendendo-os a qualquer individuo que fosse vizinho, restricção que, aliás, não se estatua em todos os foraes (2). Em varias destas villas o morador, se nisso achava vantagem, podia ir servir alguém fóra do concelho, o que muitas vezes devia acontecer, sobretudo em relação aos cavalleiros villãos, assoldadando-se como homens d'armas dos ricos-homens e infanções obrigados a acompanhar o rei nas campanhas com gente de guerra quando exerciam tenencias ou desfructavam préstamos. A familia daquelle membro do municipio que abandonava temporariamente este por semelhante motivo não podia ser vexada, nem offendida a propriedade do ausente (3). Esta mesma liberdade pessoal se verificava em sentido inverso. Pelo facto de ser morador em algum destes concelhos era licito a cada qual possuir herdamentos em outros quaesquer, ficando unicamente sujeito ao foral do lugar em que vivia e absolvido dos deveres e encargos tributarios que aliás pesariam sobre elle em virtude da posse desses bens noutro lugar. Os redditos de taes predios eram seus, e ninguem podia esbulhá-lo delles sob pena de avultada multa em beneficio do fisco (4).

(1) « Et ille qui domum fecerit aut vineam, aut suam hereditatem honoraverit et uno anno in illa sederit, si postea in alia terra habitare voluerit », etc.

(2) Comparem-se os foraes da Guarda, Valhelhas, Celorico, Freixo, Castello-Mendo, Sancta Cruz, Salvaterra, Linhares, Gouveia, etc.

(3) For. de Castello-Mendo, Guarda, etc.

(4) For. de Salvaterra, Proença, Idanha, Castello-Mendo, Penamacor, etc.

A inviolabilidade da habitação não era tão explicita nos foraes deste typo como nos da primeira formula. Entretanto encontram-se nelles algumas provisões que a presuppõem. Em Proença, Salvaterra do Extremo, Idanha, Penamacor e outras villas não se podia impôr aposentadoria ou aboletamento nas casas dos habitantes; isto é, não podiam ser constrangidos a darem pousada a ninguem contra a propria vontade. Noutra parte eram exemptos desse vexame os cavalleiros villãos e os que por lei gosavam de identicas prerogativas, mas não os peões. As pesadas multas estabelecidas contra os que entravam á força d'armas na morada do cidadão, e das quaes, numas partes metade, e noutras seis septimos revertiam em beneficio do offendido, equiparando-se assim os factos desta ordem aos delictos mais graves (1), prövam que se fazia ahi alto conceito da sanctidade do lar domestico. Pelo mesmo motivo era este considerado como asylo, até para o homicida. Se um vizinho matava outro e se refugiava na propria casa, quem o perseguisse e o assassinasse lá dentro perpetraria um delicto pelo qual seria multado, não em consequencia do sangue espargido, porque as usanças barbaras daquella epocha admittiam como direito a vindicta privada, mas sim pela quebra da immunidad domestica (2). O que recusava franquear a sua casa á justiça quando esta queria ahi fazer pesquisas era tambem multado (3); mas esse mesmo meio indirecto de facilitar aos magistrados o accesso no interior das ha-

(1) Vejam-se os foraes de Freixo, Urros, Guarda, Celorico, Valhelhas, etc.

(2) For. da Guarda, Castello-Mendo e Sancta Cruz.

(3) Cost. da Guarda: Ined. T. 5. p. 406 e 420.

bitações mostra que os costumes não lhes consentiam empregar a força para o obter.

Aqui, bem como nos grandes concelhos da primeira formula, a cohesão da familia e o respeito pelo seu chefe, por aquelle que a representava e a resumia, manifestam-se em diversas instituições. Em alguns foraes, como o da Guarda, lemos :

« O homem da Guarda que deixar sua mulher legitima (de *beeçom*) pague um dinheiro ao juiz : se a mulher deixar seu marido legitimo pague 300 soldos, metade para o marido. »

E no de Sancta Cruz :

« Quem deixar sua mulher pague um dinheiro, e se a mulher deixar o marido pague 30 morabitanos, metade para o fisco e metade para o marido. Quem a defender delle pague dez soldos. »

Estas disposições, que se encontram ainda em outras cartas municipaes analogas, parece facilitarem a quebra não motivada dos laços domesticos; parece favorecerem as paixões desregradas do homem e sanctificar uma preponderancia quasi illimitada do sexo mais forte sobre o mais fraco. O espirito de taes provisões não era, porém, esse. A expressão é que é incompleta e inexacta, circumstancia commum nos foraes redigidos muitas vezes por mão inhabil. Outros nos subministram a phrase correcta e o verdadeiro sentido da instituição. No de Salvaterra do Extremo lê-se :

« A mulher que abandonar seu marido legitimo pagar-lhe-ha 300 soldos cuja septima parte pertencerá ao fisco. Quem encontrar sua mulher commettendo claramente *adulterio* abandone-a. O marido e os filhos fiquem-lhe com todos os bens, pagando um dinheiro ao juiz, e todo aquelle que quizer fazer mal por isso ao offendido seja

multado em 500 soldos para o concelho, deduzido o septimo do fisco, e expulsem-no da villa como traidor. »

O mesmo, por estas ou por outras palavras e omittindo mencionar os filhos, se estatue nos de Penamacor, de Proença, de Castello-Mendo e em outros. A infidelidade do marido parece que não auctorisava a mulher a separar-se, e portanto a vantagem estava do lado d'elle; mas a razão é obvia: as consequencias não eram iguaes. O foral de Numaão, o mais antigo que nos resta da segunda formula, encerra, além da precedente doutrina, providencias tendentes a manter a justa auctoridade do chefe da familia em relação á mulher. Se esta, por motivos que nesse diploma não estão bem claros, lhe fugia e se encerrava no *palatium* ou noutro qualquer lugar, o marido podia ir arrancá-la de lá, e se alguém, fosse quem fosse, lhe punha obstaculo, tantas noites a mulher ahi estava tantos 300 soldos pagava o seu defensor ao fisco e ao offendido. O proprio foral de Sancta Cruz e outros semelhantes nos estão mostrando que o homem podia punir a esposa infiel sem que a ninguem fosse licito impedir-lh'o. O respeito á auctoridade do marido manifestava-se noutra disposição contida em grande numero destes foraes. Quem espancava mulher alheia que vivia recatada (*de recábedo*) pagava uma reparação ao marido, a qual variava de 60 a 300 soldos e, se não era recatada, de metade, e até, nalguns logares, a mesma somma em ambos os casos. Esta reparação não remia, porém, a offensa directa, porque aos parentes della ficava o direito da revindicta (1). Pelo foral de Freixo o raptor da mulher

(1) For. de Salvaterra, Freixo, Castello-Mendo, Penamacor, etc.

casada era posto junctamente com ella á mercê do marido, o que suppunha a connivencia da raptada no crime. A jurisprudencia relativa aos raptos de filhas-familia tendia tambem á manutenção dos laços domesticos. Practicado por individuo de outro concelho era este delicto reputado assás grave para trazer a necessidade de um medianido segundo o que anteriormente observamos. Sendo, porém, o crime commettido dentro do concelho e sem connivencia da raptada, o delinquente tinha de pagar uma multa que variava de 300 soldos ou de 30 morabitinos até 500 soldos, e que revertia ou para a familia queixosa, deduzida a septima fiscal, ou integralmente para o fisco. Mas neste caso, como no de espancamento da mulher casada, a restituição da filha a seus paes e a reparação da multa não bastavam a absolver o réu. Ficava, além d'isso, *homizieiro* dos parentes da victima; isto é, ficava equiparado ao assassino e sujeito a ser morto legalmente por elles conforme a jurisprudencia geral da revindicta (1). Alguns foraes, como o de Urros e Freixo, iam mais longe. Se uma donzella estava pedida em casamento e algum outro sabia attrahi-la e a levava da casa paterna de sua livre vontade, os parentes não podiam tornar a recebê-la sem annuencia do trahido noivo; e se o faziam, tinham que lhe pagar 300 soldos, de que pertencia ao fisco a septima parte, ficando além disso sujeitos á revindicta do desprezado.

A unidade moral da familia representada no seu chefe attendia-se em outras prescripções dos foraes deste typo, como nos da primeira formula. Abrangia a familia não só a mulher e os filhos, mas tam-

(1) For. de Gouveia, Marialva, Penedono, Sancta Cruz, Proença, etc.

bem os creados e até os solarengos (1). Os homens de trabalho que residiam em casa ou nas fazendas dos vizinhos, se por qualquer motivo eram metti-



8. — Cena que representa o mestre-trovador, um jogral com viola e uma cantadeira. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

dos em processo e seu amo estava ausente, não iam a juizo antes de elle voltar, limitando-se a dar uma fiança de que compareceriam então. As multas com que, segundo o systema da epocha, se aggravavam as penas dos delictos revertiam a beneficio do

(1. Adiante veremos o que eram os solarengos.

amo, e apenas o fisco havia a septima parte da sua importancia. Do mesmo modo, se um destes caseiros, creados ou colonos era assassinado, a multa pertencia ao amo, deduzida a septima do fisco. Como nos concelhos da primeira formula, o chefe de familia não era todavia obrigado a pagar o tributo da calunnia pelos delictos de seus filhos ou creados, uma vez que lhes não dêsse acolheita em casa ou os protegesse depois de perpetrado o crime (1).

A estas garantias da liberdade pessoal, da inviolabilidade do lar domestico e da solidariedade da familia ajunctavam-se muitas outras assás importantes, as quaes, com a forte organização municipal que anteriormente descrevemos, tornavam os concelhos da segunda formula os mais liberalmente constituídos, sobretudo se attendermos á situação topographica das povoações a que se concediam os foraes deste typo, circumstancia què cabe aqui advertir. Predominando pela Beira e Alemdouro, provincias reduzidas pela conquista christan nos seculos X e XI e onde a população inferior se organisara sob o predominio da servidão, esta deixara ahí radicadas certas usanças gravosas, certos direitos oppressivos, que o progresso da civilização estava longe de haver desarraigado no decurso do seculo XII e principios do XIII, tempo em que se expediram a maior parte desses foraes. Pelo contrario nos grandes municipios da primeira e terceira formulas, instituidos em cidades e villas, ou antigas ou fundadas de novo em territorios muito mais recentemente arrancados ao dominio dos sarracenos, não havia um contraste tão evidente entre a liber-

(1) For. de Proença, Idanha, Salvaterra, etc. Adiante voltaremos mais extensamente a este assumpto.

dade e os usos e habitos de servidão territorial como nos districtos mais ao norte. Assim, nas cartas de povoação do typo de Salamanca, e ainda em outras relativas aos concelhos imperfeitos de certa importancia situados nesses districtos septentrionaes, estatuem-se garantias e exempções que não nos apparecem nas dos dous typos de Santarem e de Avila, não porque nestes se conservassem vexames e violencias que naquelles se aboliam, mas porque no sul do reino não existiam em tão subido grau as oppressões legaes, os direitos e serviços mais gravosos que pesavam sobre a população solta das provincias do norte. Todavia, por isso mesmo, os foraes destas ultimas provincias e em especial os do typo de Salamanca representam um progresso de liberdade maior, uma reacção mais energica e efficaz contra factos economicos e juridicos que, nascidos nas eras tenebrosas da servidão das classes inferiores, a successão de eras menos rudes não tinha podido extirpar nesses districtos, ao passo que em boa parte não haviam chegado a estabelecer-se como regra nos territorios meridionaes.

O privilegio, que tambem se encontra nos foraes da primeira formula e a que já de passagem noutro logar alludimos, de ninguem ser reputado réu nem obrigado a responder em juizo sem haver querella particular, o que excluia a acção do ministerio publico, era assás vulgar nestes concelhos (1). A propriedade dos baldios e bosques era commum, passando estes para o dominio do concelho pela carta de foral. Villas havia onde a coroa deixava livres aos moradores a exploração das minas ou vieiros de metaes, e a extracção dos barros proprios para a

1. For. de Valença, Numão, Penamacor, Proença, etc.

fabricação da louça (1). Em alguns dos foraes deste typo as lojas de venda, os moinhos e os fornos são expressamente escusos de contribuições. Nelles se concede tambem aos vizinhos o privilegio de não serem constrangidos a exercer o cargo de mordomos nem o de agentes delles ou de *serviçaes* (2). Em varios desses diplomas eximem-se os habitantes da povoação de diversas prestações singulares, cuja origem remontava aos tempos do dominio leonês e que por estas exempções foram caíndo em desuso. Taes eram a luctuosa, conhecida que por morte do colono os herdeiros pagavam ao senhor do solo, o *nuncio* ou *nucio*, que era a luctuosa dos cavalleiros villãos, o *maninhádego*, ou a *manería*, que consistia na reversão dos bens dos que morriam sem filhos para o senhor; as *osas*, foragem que pagavam as mulheres das classes tributarias quando casavam, e sobretudo as viúvas que contrahiam segundas nupcias (3). Noutros foraes desta formula é expressa a exempção do imposto criminal sobre o homicidio quando, aggredido, o vizinho matava alguem em sua propria defesa (4). Em muitos delles, finalmente, tomavam-se providencias para impedir os abusos das chamadas penhoras, e das execuções quer fiscaes quer municipaes. Nos casos de muleta ou outros analogos, logo que o devedor desse fiança de vir a juizo, o exactor não podia proceder contra elle sem mandado judicial, o que tambem era a

(1) « *Venarii et barrarii* » : For. de Salvaterra, de Penamacor e outros.

(2) For. de Penamacor, Proença, Idanha.

(3) For. de Molas, Santa Cruz, Urros, Freixo, Gouveia, Linhares, Celorico, Valhelhas, etc. Quando tractarmos da historia da fazenda publica exporemos mais largamente a indole destes diversos encargos tributarios.

(4) For. de Salvaterra, Proença, Idanha.

regra para as penhoras ou arrestos particulares de que adiante havemos de tractar (1). Tanto destas penhoras, como dest'outras, eram exceptuados em alguns logares a cama e o fato de uso (2).

Nos concelhos da terceira formula as garantias e privilegios estavam especificados não só nos foraes, como quasi sem excepção os achamos nos da segunda, mas tambem no direito consuetudinario, o que do mesmo modo acontecia nos da primeira, e vem corroborar o que ha pouco dissemos sobre a differença da situação entre os districtos do sul e os do norte do reino anteriormente á organização dos respectivos municipios, differença que em nosso entender explica a maior liberalidade ou antes a maior necessidade de certas provisões em uns do que em outros. Servia o foral d'Evora em regra de modelo á instituição dos concelhos do typo d'Avila, mas na concessão da carta municipal de cada um delles declarava-se de ordinario que ao novo gremio se davam conjunctamente o *foro e os costumes*, circumstancia que subsequente-mente se reproduzia quando o modelo que se adoptara para constituir outro concelho era a organização de um daquelles gremios, digamos assim, filiaes (3). Se depois se introduzia um *costume*, uma garantia ou privilegio novo nalguma dessas povoações mais importantes, e que elle se radicava ahi

(1) For. da Guarda, Penedono, Marialva, Sancta Cruz, etc.

(2) For. de Penamacor. — Cost. da Guarda : Ined., T. 5, p. 433.

(3) « *Damus vobis forum et costume* de Elbora » : For. de Coruche, Abrantes, Montemor-novo, etc. — « *Damus vobis forum et costume* de Montemaiori » : For. d'Alcaacer, etc. — « *Damus vobis forum et consuetudinem* de Covilliana » : For. de Sarzedas. — « *Damus vobis forum et costume* de Alcaçar » : For. de Gravão.

por confirmação do rei ou por outro qualquer modo, as villas de menos vulto cujas instituições eram analogas tractavam de o incorporar no seu direito particular. Assim, juncto ao foral original de Pinhel encontram-se em additamento varias exempções que Evora obtivera *como costume* por concessão de Afonso I e que tambem foram concedidas áquella villa em tempo de Sancho I (1). Transmittiam-se assim os costumes de um concelho para outro, não como subsidio ao direito consuetudinario, como uma jurisprudencia adoptada espontaneamente para a melhor applicação daquelle direito, mas sim como instituição propria, promulgada de antemão nas expressões genericas dos preambulos dos foraes em que a uma terra se concediam os *fóros e os costumes* de outra (2). Assim, nesta formula a legislação tradicional é equiparada á carta constitutiva, e as fontes naturaes do direito publico confundem-se legalmente com as do civil, o que não acontecia nos concelhos do typo de Salamanca senão excepcionalmente e pela imperfeição das idéas juridicas daquelle epocha. É por isso que as cartas de povoação do typo d'Avila são muito menos amplas em liberdades e privilegios, e é nos costumes, ainda mais que nos concelhos do typo de Santarem, que se vão encontrar registadas as restantes prerogativas e immunidades dos burgueses.

(1) For. origin. de Pinhel no M. 7 de F. A. N.º 9.

(2) « Estes son os costumes e os usos d'Alcaçar que *de-*
cem usar os de Garvão » (Ined., T. 5, p. 375) : « ... veeron
perguntar... d'alcaçar... aos juizes e ao concelho de
montemaior o novo onde aviam foro e carta, *por costumes,*
como usavamos com elrei. E este nosso usu... » (Ibid.,
p. 378). « Estes son *foros e custumese usos e juizos d'Evora,*
que nos deron em Alcaçar para os de Garvan » (Ibid.,
p. 380).

A liberdade pessoal de residirem ou não nos seus predios os habitantes da povoação que eram chefes de familia e que haviam obtido quinhões no *sesmo* das terras, é uma das prerogativas dos concelhos deste typo que não apparecem expressas nos foraes, mas que estes suppunham, porque necessariamente estavam nos costumes; isto é, porque nunca nos respectivos districtos chegara a predominar geralmente o principio contrario, como succedia nos territorios não municipaes das provincias do norte. Não era, portanto, necessario abolir aqui esse gravame. No foral d'Evora e semelhantes lemos :

« Quem não for a appellido, quer seja cavalleiro quer peão, *salvo aquelles que andarem em serviço alheio*, pague, etc. »

O foral presuppõe a ausencia, não limitada e accidental dos cidadãos, mas uma residencia longa fóra do concelho, a qual lhes obsta a virem desempenhar o dever mais importante, o da defesa commum. Nos costumes d'Evora communicados ao concelho das Alcaçovas declara-se que ninguem possa ser preso sem mandado dos juizes, embora se haja dado querella ao alcaide. Se este prendia antes disso, devia levar logo o réu perante os magistrados, perdendo o direito á carceragem se faltava a esta prescripção (1). Segundo os costumes de Montemor, Alcacer e Gravão, o preso que desse fiador devia ser logo solto sem lhe reterem cousa alguma, e ainda, se o dava depois de haver sido encerrado no castello, tinham de soltá-lo sem lhe levar carceragem, devendo, porém, pagá-la se, processado, o vinham a julgar criminoso. Esta garantia individual só deixava de ser applicavel nos casos de fla-

(1) M. 10 de F. A. N.º 1.

grante homicidio (1). Nos districtos da Beira, para onde irradiou o typo d'Avila, essa immuniidade é inserida no foral, como nos concelhos do typo de Salamanca. No de Sortelha estatue-se expressamente :

« O morador que possuir bens pelos quaes possa reparar o damno que tiver feito e que der fiador sufficiente não seja preso nem vilipendiado com o encarceramento do seu corpo. »

A inserção desta immuniidade nos foraes está provando o que acima dissemos sobre a diversa situação social dos districtos do sul e do norte. Os usos tradicionaes não a haviam ainda generalisado por aquelles territorios. Esta circumstancia explica igualmente um facto que importa notar aqui. O typo d'Avila, ao passo que, transpondo o Tejo, se estende para a Beira, vae-se modificando pelo de Salamanca. Este mesmo foral de Sortelha, posto que os seus caractéres principaes o façam entrar na categoria dos da terceira formula, encerra muitas provisões dos da segunda. Outro tanto, bem que de modo mais restricto, se póde dizer dos foraes da Covilhan, de Sarzedas e de outros. Em nossa opinião o que isto mostra é, não que a taes concelhos se davam maiores liberdades, mas que havia a combater nesses territorios maior numero de inveteradas oppressões.

Nos municipios organisados com as instituições de Evora encontram-se disposições tendentes a proteger a inviolabilidade da casa do cidadão e a manter directa ou indirectamente o nexo e a subordinação da familia, disposições analogas ás que

(1) Ined., T. 5, p. 379.

predominavam nos concelhos dos outros typos. Uma multa que variava de 300 a 500 soldos assegurava ahi o respeito ao domicilio dos vizinhos, onde ninguem podia entrar contra a vontade do



9. - scena que representa o mestre-trovador, uma bailadeira dançando ao som das castanholas e um jogral com psalterio. sentado. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

morador. Os costumes d'Evora e de Alcacer revelam-nos qual era a extensão que practicamente se dava a esse principio de direito constitutivo. Quem quer que o offendia ficava responsavel pelo damno que causava, e se pelo contrario era maltractado,

não tinha jus a queixar-se. Se o official regio, o meirinho, pretendia entrar em qualquer casa com o intuito de prender alguém, e se, apesar da inhibição do chefe de familia, insistia empregando a violencia, o direito de lhe resistir e as penas impostas aos violadores das immunidades da habitação, tudo lhe era applicavel como a qualquer outro individuo (1). Além disto, nos concelhos ao norte do Tejo acham-se incluídas em alguns dos respectivos foraes as providencias contra o gravame da aposentadoria.

As provisões destinadas a fortificar os laços domesticos e a tornar respeitavel o character de chefe de familia são as que nesta ordem de foraes apparecem em maior numero. Tinham ellas por objecto defender a communitade, não tanto da pressão externa, como da dissolução interna. São em geral as mesmas que se encontram na primeira e na segunda formulas. A que respeitava a differença de multas impostas ao marido ou á mulher legitimos no caso de separação deve, em nosso entender, applicar-se a intelligencia que nos foraes do typo de Salamanca vimos dever dar-se á iniquidade apparente com que é tractado o sexo mais fragil. A cerca, porém, dos consorcios ha no typo d'Avila uma particularidade : é que o noivo que faltava ás suas promessas pagava uma multa postoque leve(2). O raptor da filha familia ficava, além da multa, equiparado ao homicida. Para o dono da casa revertia o producto da *calumnia* no caso de assassinio de um familiar seu e, até, do seu caseiro ou do seu solarengo. Entretanto, se um creado (*mancipium*, *manzebo*) matava alguém fóra da povoação e fugia,

1 Ibid. p. 380 e 396.

2 E assim que entendemos a phrase : « qui crebanta-verit sinal cum sua muliere peccet 1 sol. ad judicem. »

seu amo não tinha responsabilidade pelo homicídio. Era o marido a quem pertencia a multa pelo espancamento da mulher, porque a elle era feita a affronta recebida pela consorte (1). Em harmonia com estas idéas, a punição das varas executava-se ahi, quando imposta a mulheres casadas, do mesmo modo que nos concelhos da primeira formula (2). Ninguém, finalmente, podia exigir dos *vassallos* ou colonos que viviam na propriedade dos cidadãos nenhuns serviços pessoaes ou prestações, salvo o dono do predio.

Como nos outros grandes municipios, a estas instituições protectoras da liberdade pessoal, da immuniidade do domicilio e da integridade da familia se accrescentavam aqui exempções de differente ordem, mas tambem importantes. Segundo parece, nem os proprietarios destes concelhos, nem os seus caseiros e colonos podiam ser obrigados a exercer cargos de justiça ou de administração real subalternos; isto é, os cargos de meirinhos ou de mordomos (3). A construcção de moinhos e fornos, o uso das aguas das fontes e rios, a exploração dos depósitos de barro para louça, tudo isso era livre por sentença expressa dos foraes ou por costume radi-

1 For. d'Evora, Niza, Terena, Montemor, Covilhan, Sortelha, etc. Nos costumes, porém, de Alcacer e Gravão é que se explica o motivo porque pertence ao marido a multa, isto é : « *pela deshonra que se lhe fez.* » Ined., T. 5, p. 375.

2 Ibid.

3 « *Gentilis aut eredor* (ou herdador non sit merinus. » *Maiordomus*, dizem os foraes dos concelhos ao norte do Tejo. — Esta provisão é obscura. Entendemos por *gentilis* caseiro ou colono, porque nos parece a verção mais conforme com o espirito dos foraes; mas porventura *gentilis* significa o mouro ou infiel.

cado e geral (1). Affonso I, pouco depois de organizado o concelho d'Evora, exemptara os moradores do serviço da anúduva na reparação dos muros e castello, de velarem este e de pedidos e colheitas. Estas exemptions pela transmissão dos costumes d'Evora, generalisaram-se nas povoações pertencentes ao mesmo typo (2). Pelo que respeitava á protecção contra os abusos dos exactores fiscaes o tempo introduzira certos costumes com que se obstava ás violencias e rapinas destes. As heranças dos que morriam sem filhos não vinham ao fisco por direito de maninhádego, porque era licito a qualquer que não tinha herdeiros forçados deixar os seus bens a quem queria (3). As penhoras só podiam ser feitas por officiaes municipaes e por mandado dos magistrados populares, e se os almozarifes recusavam restituir os penhores tomados sem essa formalidade, os juizes tinham alçada para os constranger a isso sequestrando-lhes quanto possuíam (4). Destas e d'outras garantias tractaremos mais largamente a proposito das instituições judiciais.

Taes eram os privilegios mais ordinarios dos vizinhos nos concelhos das tres grandes formulas, ás

1) Além dos foraes vejam-se Cost. d'Evora e Terena (Flor. Ant. de L. N., f. 143 e segg.). Cost. d'Alcacer e Gravão (Ined., T. 5, p. 380.). Cost. de Evora e Alcaçovas M. 10 de F. A. N.º 1. Em Terena o foral expedido pelo rico-homem reservava para o senhor o dominio dos fornos, moinhos e vendas; mas os costumes de Evora adoptados alli destruíam esta disposição excepcional. Adiante tractaremos mais extensamente desta materia a proposito dos impostos.

(2) For. orig. de Pinhel : M. 7 de F. A. N.º 9.

(3) Cost. d'Evora : For. Ant. de L. N., f. 143 e segg.

4) Ibid. — e Cost. d'Evora comm. a Alcaçov. M. 10 de F. A. N.º 1.

quaes pertenciam na maxima parte os que se podiam considerar como dotados de instituições municipaes perfeitamente caracterisadas. Nos restantes da quarta classe e ainda nos imperfeitos, sobretudo nos da terceira, quinta e sexta formulas, davam-se garantias e exempções analogas, mais ou menos desenvolvidas, e até algumas de que naquell'outros se não acham vestigios, ou porque realmente não as houvesse, ou porque, existindo por costume, não foram reduzidas a escripto ou não chegaram até nós. Indicá-las todas seria processo tedioso e longo, além de inutil para conhecermos os caracteres geraes da vida municipal. Na historia dos concelhos imperfeitos de passagem citámos muitas provisões contidas nos respectivos foraes, que nos subministram mais de uma analogia com as dos completos dos tres typos de Santarem, Salamanca e Avila. Ha, porém, algumas nas cartas organicas dos municipios imperfeitos, relativas a exempções e garantias, assás singulares e que não devemos preterir aqui. As circumstancias especiaes da localidade, a maior ou menor barbaria da população, o grau de servidão em que ella anteriormente se achava, os vexames legalisados pela diuturnidade e que tinham talvez tido origem nos caprichos e nas phantasias tyrannicas dos antigos dominadores do solo; em summa, mil factos sociaes variaveis de logar para logar, uns que era necessario destruir, outros que importava estabelecer, modificavam diversamente as garantias e os direitos, bem como os deveres dos villãos. D'aqui nascia essa variação e singularidade das disposições contidas nas respectivas cartas municipaes.

Dos concelhos perfeitos da quarta classe um dos que nos offerecem especies mais curiosas é o de Bragança, não tanto pela multiplicidade das exempções

do seu foral, como pela natureza dellas. Esse diploma expedido por Sancho I em 1187 parece pressupôr, como era natural, uma organização anterior, posto que mais imperfeita. O seu objecto é principalmente o estabelecimento de certas immuniidades e a abolição de certos gravames, que pela especificação com que se prohibiam estão mostrando que eram geraes e arreigados naquelle districto. A exempção da manería ou maninhádego e do nuncio, tributos cuja natureza já indicámos, é ali repetida por diversas maneiras, em que se revela por quantos modos poderiam, aliás, ser exigidos. Pelo que respeita á manería eis o que se lê nesse foral :

« Logo que o morador de Bragança tenha tido um filho não fique sujeito ao maninhádego (*non sit manarius*) quer o filho haja morrido (na occasião do fallecimento do pae), quer esteja vivo. »

« Se o habitante da vossa villa morrer e não tiver ali filhos ou parentes, tendo-os noutra parte, venham esses parentes e recebam a sua herança ; mas se não os tiver, a metade de todos os seus bens dê-a o concelho por sua alma e seja para o senhor (da terra) a outra metade. »

« Os clérigos de Bragança não sejam sujeitos ao maninhádego. »

E quanto ao nuncio :

« Os cavalleiros que não tiverem préstamo não paguem nuncio, e os prestimoniados que tiverem filhos não o paguem tambem nem se privem os filhos do préstamo, e os que não forem casados nem por isso fiquem considerados como maninhos. »

« Os cavalleiros que não tiverem recebido dos seus senhores patronos, chefes mulo ou cavallo ou armas, se morrerem, nada dêem por isso (os seus herdeiros) aos senhores. »

Em 1261 suscitaram-se duvidas sobre a interpretação do foral nesta parte. Um dos magistrados

municipaes e um vizinho da classe dos cavalleiros vieram queixar-se a Afonso III de exigirem os officiaes do fisco *luctuosa* dos cavalleiros villãos de Bragança, como exigiam geralmente no reino,



10. — Seena que representa o mestre-trovador e um jogral com harpa, sentado. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancionero da Ajuda.*)

contra os privilegios do foral. Examinado o negocio, resolveu-se que a exempção do *nuncio* para os cavalleiros sem préstamo e para os prestameiros que tinham filhos se devia entender com exclusão dos que, desfructando préstamo ou *soldada* (soldo) do rei, não tinham filhos na conjunctura em que

morriam, dos bens dos quaes cumpria que se pagasse luctuosa (1).

Além do direito de asylo e da immuniidade em relação ás justiças reaes, a carta de povoação de Bragança estatua muitos outros privilegios. Taes eram a liberdade de possuirem ali propriedade os vizinhos, embora fossem residir fóra do concelho ou entrassem no serviço de qualquer poderoso, ainda sendo conde ou infanção, e a escusa absoluta de aposentadorias. A mais singular prerogativa era, porém, a de nada pagar o morador da villa que matava um individuo estranho a ella, emquanto o matador do habitante de Bragança era multado em 300 soldos, disposição que, de passagem seja dicto, mostra claramente que nos grandes crimes a *calumnia* se considerava antes como um encargo tributario do que como verdadeira pena, não sendo crível que se estabelecesse assim a impuniidade absoluta para o assassino. Em Guimarães os habitantes tinham a seu cargo guarnecerem e velarem o castello da villa; mas em compensação gosavam não só da immuniidade em relação aos officiaes do rei, como já vimos, e da exemption da portagem, prerogativa assás commum nos grandes municipios, mas tambem estavam desobrigados do serviço pessoal de hoste, anúduva e fossado (2). Os moradores de Monforte, além dos privilegios de Bragança que lhes haviam sido concedidos, foram especialmente exemptos da anúduva, postoque não da hoste, e havendo contractado com a coroa, no acto de se constituirem municipalmente, pagarem uma renda certa aos terços do anno em vez dos direitos

1 Liv. 1 de Doac. d'Alf. III, f. 78.

2 Ibid. f. 16.

reaes, o rico-homem do districto ficou inhibido de residir, não só na villa, mas tambem nas aldeias della dependentes, podendo unicamente dormirahi de passagem, e pagando a dinheiro de contado as cousas de que carecesse para se manter. O foral da Ericeira, terra de pescadores, subministra-nos, como é natural, privilegios de indole especial. Os individuos que começavam a vida maritima, quer estivessem nos primeiros annos da juventude, quer fossem homens feitos, eram durante quatro annos livres de todos os tributos e encargos. Muitas das contribuições ordinarias sobre os productos do solo não existiam naquelle concelho. Vinhas, hortas, vergeis, gado para o proprio serviço ou consumo, fornos, moinhos não estavam sujeitos a foro algum. Afóra isso eram exemptos os moradores de muitos dos encargos mais pesados, de que não haviam podido libertar-se poderosos concelhos. Taes eram o serviço militar, tanto de peões como de cavalleiros, por mar e por terra, e os encargos chamados colheita e relego.

Eis como circumstancias especiaes traziam a variedade das exempções e garantias nos concelhos perfectos que, constituindo-se, não podiam por essas mesmas circumstancias moldar a sua organisação por algum dos tres grandes typos regulares. Nos concelhos imperfeitos as usanças radicadas, as necessidades locaes eram, como dissemos, a causa ordinaria da variabilidade dos privilegios. No preambulo do foral de Ourem (terceira formula de imperfeitos) onde se explicam os motivos da concessão daquella carta de municipio, diz a infanta D. Theresa irman de Affonso I :

« Reputámos necessario remover misericordiosamente as rapinas e violencias que padecia a população que está na nossa dependencia. »

De feito, as provisões do foral semelhantes ás do de Ozezar (1) e em grande parte ás dos de Torres-novas, Arega, Figueiró e outras pequenas povoações da alta Estremadura, suppõem um tal estado anterior de desordem, costumes tão barbaros e tão frequentes abusos da força publica e privada, que sem instituições providentes e severas o progresso material dessas povoações seria impossivel.

Nalguns concelhos imperfeitos os villãos contentavam-se ás vezes, como já advertimos, com certos privilegios que estavam longe da amplidão dos que se concediam aos grandes municipios, mas que ainda assim deviam crear-lhes uma situação vantajosa, não só em relação ao estado das populações circumvizinhas, mas tambem absolutamente considerados. Em Fonte-arcada, concelho da quinta formula composto de cavalleiros e de peões e tendo por isso certa força e importancia, achamos consagrado o principio da auctoridade do chefe de familia como representante exclusivo e absoluto desta nas relações sociaes. Seus filhos e até as pessoas estranhas que viviam no predio possuido por elle estavam fóra da acção publica. A solidariedade municipal protegia-o, além disso, contra a rapacidade do fisco. Se, reduzido á impossibilidade physica ou esmagado pela miseria, abandonava o seu campo, o concelho substituia-o na administração delle para lh'o restituir no dia em que de novo lhe fosse possível cultivá-lo. Suppondo que isto se não verificasse, herdavam-no os seus parentes e não era licito ao senhor da terra apoderar-se da propriedade jacente. O maninhádego foi tambem abolido ahi pela respectiva carta de povoação, onde, afóra isso,

se encontram diversas provisões que nos mostram quaes eram nos fins do seculo XII os vexames que ordinariamente se exerciam sobre a população inferior, e de que a iam libertando as successivas concessões de foraes. Em virtude dos seus privilegios os moradores de Fonte-arcada podiam escusar-se do serviço de agentes fiscaes a troco de uma contribuição semestrel em dinheiro. Estavam igualmente exemptos de lhes impôr coimas a seu bel-prazer o senhor da terra por delictos perpetrados por elles fóra do concelho e de pagarem quaesquer fóros ou alcavalas que não se achassem especificados na carta municipal. Limitava-se tambem nesta o numero de vezes que os habitantes ficavam obrigados a fazerem jornadas a pé ou com cargas de cavalgaduras ou de carros por conta do senhor e, até, as distancias a que haviam de ir. Como um dos primeiros crimes era quebrar a immuniidade da habitação de qualquer vizinho, conhece-se daquelle foral que os agentes fiscaes costumavam aproveitar os mais pequenos factos para exigirem o tributo imposto sobre tal delicto. E' curiosa a descripção daquillo em que, por virtude do mesmo foral, ficava consistindo legalmente um arrombamento de casa. « Não queremos — diz-se ahi — que se entenda haver acto violento contra uma habitação quando tal acto for practicado por mulheres ou por individuos de menos de dezeseite annos. O crime existe sendo feita a violencia por homem armado, que num excesso de colera entre pela casa alheia e cause ahi algum damno ou que arroje para dentro pedradas ou armas de arremesso. » Neste mesmo caso, porém, como em todos os delictos mais graves, á excepção do homicidio, era necessario que o offendido querelasse, obstando-se assim á instauração de processos por acção

espontanea dos agentes fiscaes ou pela dos de justiça.

Outros concelhos imperfeitos da mesma fórmula vamos achar variando nos privilegios que até aqui havemos mencionado, provavelmente com o mesmo intuito de se removerem os gravames mais odiosos e mais ordinarios que opprimiam os povos no districto e na epocha em que o foral era redigido. Assim, no de Pena-ruiva é abolido o maninhádego e as aposentadorias, concede-se aos moradores a exemption das portagens em todo o reino e assegura-se-lhes a faculdade da livre residencia noutra parte sem perda da propriedade local. No de Pena-cova ordena-se que ninguém exerça os cargos inferiores do fisco senão por sua livre vontade e que os almocreves só possam ser constrangidos a fazer um caminho no anno (*carrariam*) com as suas cavalgaduras em serviço do senhor, e o peão uma jornada. A' anúduva no castello da villa são obrigados tanto cavalleiros como peões, mas o senhor da terra, isto é, o rico-homem ou o prestameiro, deve sustentá-los e pagar o salario ao mestre que dirigir a obra. Assás extravagante e singular era o seguinte privilegio dos moradores de Pena-cova : quem ía assistir a um banquete dado por occasião de algum casamento ou de certas solemnidades do culto, se entregava préviamente ao official fiscal, ao mordomo, um pão, uma assadura, uma posta de carne e uma infusa de vinho, fosse qual fosse o delicto que ali perpetrasse, acontecimento facil em actos taes com os habitos violentos e com as propensões grosseiras dos homens daquella epocha, não se lhe podia exigir o tributo da criminalidade, a *calumniā* respectiva. A'cerca de Viseu e de Seia, concelhos assás importantes, mas imperfeitos desta mesma fórmula, já a outro proposito citámos varias garantias

e liberdades de que gosavam os seus moradores (1). Mas não eram só essas. Os mesteirae ou operarios (*ministeriales*) não podiam ser constrangidos a trabalhar gratuitamente para ninguem, salvo nas



11. — Cena que representa o mestre-trovador, um jogral com viola e um segundo jogral a tocar harpa, sentado no chão. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancionero da Ajuda*.)

anúduvas para o reparo dos muros do proprio castello, mas ainda assim o apromptar as ferramentas incumbia ao senhor, não devendo os villãos contribuir senão com o trabalho braçal. Precavia-se que

1 V vol. 7, p. 156 e seg.

o prestameiro da villa ou o *tenens* não podessem exigir gado, aves ou outras quaesquer victualhas dos vizinhos, e nem sequer hortaliças, havendo para isso hortas da coroa que eram reservadas para elles. Tambem sob nenhum pretexto lhes era licito apoderar-se das cavalgaduras particulares, ainda no caso de expedição militar. Posto que não se estabeleça nesse foral a liberdade ampla de irem os moradores viver noutra terra gosando das immuniidades de vizinhos em relação aos seus predios, são todavia auctorisados a vendê-los na occasião da partida. Dentro do recincto primitivo da villa não havia aposentadorias. Finalmente, o vizinho culpado, que tinha bens sufficientes para segurança da multa respectiva ou dava fiador, não podia ser encerrado na alcaçova. No foral de Sabadelhe e nos analogos a elle a tendencia das exemptions e privilegios é evidentemente manter a inviolabilidade do lar domestico, dar força e cohesão á familia. O individuo que era admittido em casa de qualquer vizinho e que recebia deste campos para cultivar era seu *homem*, e nada tinham com elle os magistrados ou officiaes publicos. Era livre aos paes casarem suas filhas com quem quizessem *sem pagarem nada*, provisão que presuppõe a existencia anterior do tributo servil das *osas*. A mulher que fugia com outro perdia a meação nos bens do casal, mas esta não revertia ao fisco senão por metade; a outra metade ficava ao marido. Esta jurisprudencia era applicavel assim ás mulheres recebidas á face da igreja, como ás que tinham contrahido apenas uma especie de consorcio civil. Nesses foraes é explicito o privilegio de ninguem entrar em qualquer habitação contra vontade de seu dono. A propriedade estava ahi livre do direito de maninhá-dego, e ainda que qualquer vizinho não tivesse

herdeiros, podia dar tudo quanto possuia por sua alma, e a ultima vontade do testador devia ser religiosamente respeitada. Como no foral de Seia, no de Sabadelhe os moradores são auctorisados a sair do gremio vendendo conforme lhes approuver os seus bens de raiz. De uma forte garantia a favor da immundade domestica é exemplo singular o que estatue a carta municipal de Melgaço, concelho imperfeito da sexta formula. A residencia de qualquer vizinho era coutada em seis mil soldos, isto é, ficava equiparada ao solar dos mais illustres cavalleiros de linhagem e, afóra o coutamento, quem nella entrasse á força tinha de dar a reparação de quinhentos soldos ao dono da casa. Vê-se, além disso, que Melgaço é uma terra propria para o trafico e que se pretende desenvolver alli o genio commercial. Os productos da lavoura dos vizinhos ou os que estes comprarem, as fazendas e roupas em que mercadejarem. o commercio de gado, todos os objectos, em summa, sobre que fizerem entre si transacções, quer em feira quer fóra della, serão absolutamente livres de impostos. A portagem a que ficam sujeitos os mercadores estranhos é moderada; mas se trouxerem pannos e outros tecidos (*traparia*) são obrigados a vender por atacado, deixando aos da terra a venda e retalho (*retalu*), e só nos dias de feira lhes é licito venderem tanto de um como de outro modo.

Eis de que maneira o character e tendencias das prerogativas e liberdades dos chefes de familia variavam nos diversos foraes, mais ou menos amplos, mais ou menos incompletos, alheios aos tres grandes typos regulares de Santarem, Salamanca e Avila. Vê-se bem que as necessidades ou conveniencias do logar e da epocha produziam essa variabilidade. A abolição de usanças e encargos

absurdos e vexatorios, as provisões destinadas a estabelecer certas garantias que hoje seria talvez ridiculo estatuir, porque não se comprehenderia a existencia de um facto social contrario a ellas, revelam-nos toda a extensão dos males anteriores e habilitam-nos para apreciarmos o sem-numero de pequenos vexames que pesavam sobre as classes inferiores e quanto a imaginação dos poderosos tinha sido fertil em inventar extorsões e em sancionar os mais estranhos abusos, de que eram victimas populações servas e inhabilitadas para a resistencia. A concessão das instituições municipaes, ainda das menos desenvolvidas, que proclamavam como privilegios certos direitos, que estabeleciam como excepção certas franquezas, as quaes pela segurança com que hoje as gosamos nos parecem insignificantes, era, attenta a situação anterior, um beneficio incalculavel para aquellas populações opprimidas; era um passo gigante que a nação dava no caminho da civilisação. O quadro que já desenhámos do estado das classes não-nobres nos seculos XII e XIII e o que havemos de traçar dos encargos tributarios que pesavam sobre ellas, onde não existia a organização municipal, far-nos-hão medir melhor a distancia que ía do habitante de um concelho de certa importancia aos proprietarios indefensos ou aos colonos dos simples casaes e aldeias, sujeitos directamente aos agentes do rei ou aos prepostos de um senhor particular.

Temos dicto mais de uma vez e frequentemente o confirmam as passagens dos diplomas, já transcriptas a outro proposito, que a totalidade dos vizinhos nos concelhos perfectos, bem como nos da quinta formula de imperfeitos, reproduzindo as categorias em que a população inferior estava geralmente dividida fóra desses gremios, constituia dous grupos

principaes, o dos cavalleiros e o dos peões. Como vimos no livro antecedente, o dever dos cavalleiros villãos era em geral o de acompanharem á guerra como soldados de cavallaria o rei ou os chefes que o representavam (1). Ahi vimos, tambem, que diversas circumstancias modificavam diversamente este encargo. Uns haviam trocado a obrigação do serviço pessoal por uma contribuição que se fixava nas respectivas propriedades, passando do homem para a terra; outros, ora satisfaziam aos deveres do fossado e da anúduva servindo pessoalmente, ora os substituiam pagando uma somma que se reputava equivalente; outros, enfim, possuindo predios havidos da coroa pelo colonato e assás abastados para entrar na categoria de cavalleiros, afóra o serviço do fossado e da anúduva substituido ou não pecuniariamente, continuavam a pagar prestações agrarias pelos bens de natureza colonial que possuíam (2). Indicámos então as origens provaveis de todas essas variedades. Das mesmas origens diversas procedia a cavallaria villan dos concelhos; mas distinguia-se por um facto caracteristico. Havia grandes municipios instituidos em logares já povoados onde existiriam conjunctamente cavalleiros proprietarios de predios allodiaes e descendentes dos antigos presores, colonos cavalleiros e colonos peões; outros, que se organisavam em cidades e villas conquistadas aos sarracenos, onde ás vezes haveria cavalleiros de raça mosarabe, mas onde ao mesmo tempo vinham habitar familias, ás quaes se distribuiam terras ou que dellas se apoderavam por *presuria*; outros, enfim, que

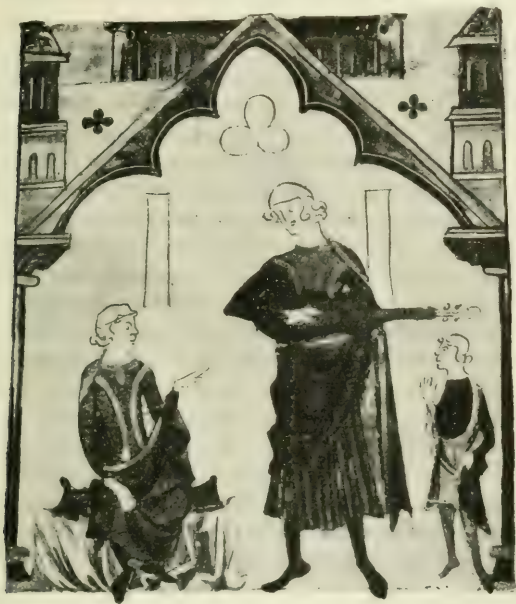
(1) Vol. 6, p. 221 e segg.

(2) Ibid. p. 224 e segg.

na mesma conjunctura em que se lhes concedia a carta de municipio eram povoados de fogo morto ou fundados de novo em logares desertos, com uma população mixta e interminada, que vinha a dividir-se nas duas jerarchias em que os chefes de familia não-nobres se classificavam. Todas as distincções iniciaes entre os cavalleiros villãos desapareciam, porém, com a instituição municipal. Podia dar-se e dava-se maior ou menor numero de garantias e deveres de gremio para gremio, mas dentro de cada um delles e dentro de cada classe passava o nivel da igualdade. Era esse um dos grandes progressos que traziam os concelhos, sem que ao mesmo tempo gerassem os inconvenientes de uma regra absoluta, de uma generalisação inexoravel para todo o paiz, desattendendo-se as circumstancias locaes que diversamente deviam modificar a indole da sua organisação.

Nos concelhos do typo de Santarém o corpo ou classe dos cavalleiros formava-se e perpetuava-se de varias maneiras. Ou eram individuos que já pertenciam a ella na occasião de se constituir o municipio, ou eram peões que, habilitados para desempenhar os deveres de cavalleiros, queriam gosar das prerogativas dessa ordem e obtinham carta de mercê que os elevava a ella, ou, finalmente, eram os que o alcançavam por um meio mais simples. Quando no mez de maio se verificava de que forças de cavallaria o concelho podia dispôr para o serviço de fossado ou para o da anúduva, no caso de serem necessarios, o alcaide arrolava os voluntarios que lhe parecia estarem em circumstancias disso no corpo de cavalleiros villãos. Este modo de dar aquella graduacão não se acha expresso nem nos foraes nem nos costumes escriptos, mas era uma usança que se introduzira e se generali-

sara já nos fins desta epocha (1). Suppondo que o cavalleiro villão ou por velhice ou por incapacida-



12. — Scena que representa o mestre-trovador, um jo-
gral com guitarra e um rapaz escutando ou cantando.
(*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da
Ajuda.*)

dade physica ficava impossibilitado de cumprir os seus deveres de serviço publico, era escuso delles,

(1) Queixou-se o concelho de Lisboa de que os officiaes do fisco constrangiam os cavalleiros de maio feitos nos dous annos antecedentes a que mostrassem cartas por que

e o concelho com o alcaide e o almoxarife passavam-lhe carta de *cavalleiro pousado*, continuando a usar dos privilegios especiaes de classe, mas livre dos encargos pessoaes (1).

Esses privilegios eram variados e importantes. Em juizo, os cavalleiros villãos estavam equiparados, na importancia do seu testemunho ou juramento e no direito de reparação, aos cavalleiros nobres ou infanções. Quando o serviço militar era feito nas expedições de maior vulto, na *hoste* ou exercito real, o seu posto era na vanguarda, nobre prerogativa que se estribava na idéa da valentia dos guerreiros populares. Se algum delles se alistava nas companhias de homens d'armas que pelas rendas das tenencias os governadores dos districtos ou ricos-homens eram obrigados a apresentar, o rei acceitava-o como soldado do rico-homem, embora por esse facto perdesse o serviço a que elle estava obrigado como individuo do concelho. Quando o fossado era feito em menor escala; quando era apenas uma cavalgada ou correria nas terras do inimigo capitaneada pelo alcaide, este não tinha direito a tomar para si nem pouco nem muito da

o eram ou a pagarem jugada. — « E dizem os (do concelho que sempre se usou e acostumou, em tempo de meu padre e de meus avós e no meu, que o meu alcaide dessa villa fez cavalleiros no maio, e que fazendo-os assy somfectos por meu mandado e que por esto foram sempre escusados » : Carta R. de 1305 : Liv. dos Pregos, f. 7 v. Os costumes de Santarem communicados a Oriola presuppõem o uso de darem os alcaides o grau de cavallaria. Quando casava o filho de cavalleiro cujo pae morrera ficava desde logo cavalleiro, *sem precisar de ir ao alcaide para que lhe dê aquella graduação.*

(1) For. de Coimbra, Leiria, Santarem, Lisboa, Béja, etc. : C. R. de 1305 l. cit. Veja-se a este proposito o artigo 19 das cortes de 1361.

presa, devendo contentar-se com o que os seus cavalleiros lhe déssem. Sendo a força da expedição superior á de sessenta cavallos, tirava-se o quinto dos despojos para o rei; sendo, porém, inferior, o fisco perdia o direito ao quinto. Aos sub-chefes chamados adaís, que ás vezes capitaneavam essas correrias, nem em uma nem em outra hypothese se tirava aquella quota dos respectivos quinhões. Se fóra do serviço o cavalleiro villão trazia o cavallo ou outras cavalgaduras a ganho de recovagem, não pagava por ellas o tributo imposto aos almocreves (1). No tribunal municipal não era obrigado a responder em qualquer pleito não estando presente o seu alcaide, e já anteriormente vimos que ninguem lhe podia fazer citação ou penhora senão o porteiro dos alvasís. Se o saião se atrevia a ir penhorar em casa de um delles e lá o espancavam, não podia queixar-se, ao mesmo tempo que o porteiro era habil para citar em pleitos de cavalleiros tanto aos iguaes destes como aos peões. Das execuções nos bens dos individuos dessa ordem era exceptuado o seu cavallo, bem como todas as cousas que tivessem no seu leito. Não podiam prender-lhes os creados e dependentes sem lhes pedir venia. Nas anúduvas vê-se que ás vezes lhe impunham trabalhos assás rudes e lhes empregavam os cavallos em carregar os materiaes da obra, mas estes actos reputavam-se illegaes e violentos. Se uma familia de peão creava um filho de cavalleiro, estendiam-se a ella durante esse tempo as immunidades do pae do seu pupillo, privilegio aliás disputado pela coroa á nobreza de linhagem, como noutro lugar veremos.

(1) Os costumes fizeram desaparecer este tributo, incorporando os almocreves na categoria dos cavalleiros villãos, como já vimos.

Se o individuo solteiro que pertencia a esta classe e tinha um filho illegitimo descia depois para a de peão e, casando-se, havia filhos do matrimonio, o illegitimo entrava na partilha dos bens quando elle morria. Admittida na jurisprudencia barbara daquelle epocha a penalidade atroz das varadas ou açoutes, os cavalleiros destes concelhos não estavam exemptos de semelhante castigo, mas nisso mesmo o direito consuetudinario estabelecia provisões singulares. Nos delictos de ferimentos graves, a que especialmente se applicava aquella pena, a reparação consistia em sessenta varadas se o queixoso era cavalleiro e em trinta se era peão. Quando o offendido e o offensor pertenciam a classes diversas tinha este ultimo a faculdade de dar pessoa por si (da condição do ferido) que quizesse submetter-se á pena. Mas a vantagem do cavalleiro consistia em lhe serem equiparados para esse fim a ama que o houvesse creado, o individuo que o servisse de portas a dentro, e até a mulher e os filhos (1). Por morte de qualquer cavalleiro a sua viuva gosava dos privilegios do fallecido no que lhe eram applicaveis, mas perdia-os se casava com peão. Se lhe ficava um filho varão capaz de a substituir no cumprimento das obrigações de cavalleiro, tinha este de as desempenhar como representante de sua mãe. Além dos deveres das expedições militares e das

(1) Nos costumes de Santarem communicados a Borba (Ined., T. 4, p. 542 e nos de Béja (T. 5, p. 502) não se mencionam senão a ama e o creado; nos communicados a Oriola (Gav. 15, M. 1, N.º 14) é que se acrescentam a mulher e os filhos do cavalleiro. Sobre a materia deste paragrapho, além dos respectivos foraes, veja-se T. 4, d'Ined., p. 541, 542, 546, 547, 555, 556, 568, 571, 576, e T. 5, p. 476, 493, 502, 509, 517. Carta R. de 1254 na Gav. 3, M. 5, N. 19. — C. R. de 1305 no Liv. dos Pregos, f. 7, v.

anúduvas, a classe mais elevada destes concelhos ainda tinha outro encargo que lhe era especial, mas que o decurso do tempo, a cessação das incursões dos sarracenos e as relações mais pacíficas com Leão e Castella iam forçosamente inutilizando. Pelos foraes deste typo os cavalleiros villãos deviam dar metade da guarnição das torres ou postos fortificados que se estabeleciam aqui e acolá, pelos visos dos montes e serras, para d'alli os vigias darem rebate da aproximação de inimigos. Ao poder central incumbia aprontar a outra metade da guarnição. Os cavalleiros que não cumpriam estas diversas obrigações, e sobretudo os que deixavam de ter cavallo proprio para a guerra perdiam a sua dignidade, e a exempção da jugada, com que os seus bens eram *honrados*, desaparecia. Os costumes escriptos destes concelhos subministram-nos a tal respeito varias especies. Nas mostras de maio o cavalleiro não podia ter cavallo de menos de trinta meses, aliás era reputado peão e obrigado a pagar jugada. Se até o tempo das eiras, das vindimas ou de pôr o linho no estendal, não o adquiria, pagava essa jugada dos cereaes, do vinho ou do linho que cultivava. No caso contrario, ainda que o cavallo não chegasse aos trinta meses, vigorava a exempção. Se, finalmente, o cavalleiro, andando no exercito real, perdia o cavallo por lhe morrer ou simplesmente porque lhe consentiam que o vendesse, não era por isso reputado peão nem sujeito á solução da jugada.

Os bésteiros, isto é, aquelles que possuíam bésta, arma offensiva de tiro que correspondia nos effeitos á moderna espingarda (1), estavam nos foraes deste

1) A bésta era uma arma excessivamente mortífera, á qual se ligava geralmente uma idéa odiosa, sobretudo

typo equiparados em immuniidades e prerogativas aos cavalleiros do concelho. A consequencia disso era que o bésteiro ficava obrigado a servir na guerra com a arma cujo uso lhe dava denominação e privilegios. Se, abdicando estes, preferia a condição inferior de jugadeiro ao serviço militar de bésteiro, demittia-se de uma e de outra cousa por um simples acto. No dia em que o concelho se congregava, ia alli e, declarando que cessava de pertencer ao corpo dos bésteiros, lançava diante dos magistrados a corda da bésta (1). O numero dos que deviam formar parte das tropas municipaes quando estas saíam para se unirem ao exercito real estava determinado por costumes, não só nestes concelhos, como também em outros da classe dos imperfeitos, ao menos pela Estremadura e pela Beira occidental. Um documento, já do reinado de D. Dinis, mas que se refere em parte a tempos anteriores, menciona os soldados desta arma que cabiam a cada municipio. Ahi apparecem os *anadares* ou *anadeis*, que eram os capitães dessas companhias de bésteiros: ignoramos, porém, se elles eram de nova creação ou se existiam já na epocha de que tractamos, não os achando mencionados nos diplomas relativos aos municipios do primeiro periodo da nossa historia. Desse documento consta também que se estes bésteiros eram chamados extraordinariamente ao ser-

quando era envenenado o virote que della se despedia. Entre nós o seu uso foi commum e diuturno, apesar de condemnado pela igreja, e de ser expressamente prohibido pelo segundo concilio geral de Latrão. Sobre a bésta e os bésteiros veja-se Gibrario, *Econ. Polit. del Medio Evo*, vol. 1, p. 343.

(1) For. de Coimbra, Leiria, Lisboa, etc. — *Cost. de Santarem e Borba* (Ined., T. 4, p. 548). — *Cost. de Béja* (Ined., T. 5, p. 509).

viço, o rei devia dar-lhes uma recompensa. Cumprindo que o numero delles fosse proporcional ás forças militares de cada concelho e estas á sua população e riqueza, o documento a que nos referimos serve para indicar a grandeza e prosperidade comparativas de muitas povoações importantes nos fins do seculo XIII. Assim vemos que Abrantes dava 32 bésteiros, Thomar 32, Pombal 21, Soure 12, Torres-novas 21, Ourem 21, Porto de Mós 10, Leiria 40, Penella 6, Miranda 4, Arouce (Lousan) 12, Coimbra 31, Montemor-velho 21, Alcanede 15, Santarem 70. Nas terras dos templarios, como Thomar, Pombal e Soure, a ordem era obrigada a dar uma cavalgadura para cada quatro bésteiros levarem as suas armas e petrechos cada vez que marchavam, donde se póde inferir que igual uso existia nos grandes municipios, ou á custa do estado ou á custa do concelho (1).

Do mesmo modo que os bésteiros, os ecclesiasticos que viviam num destes concelhos eram equiparados pelo foral aos cavalleiros villãos (2). Assim, do direito publico municipal combinado com o canonico, com as *leis da sancta igreja*, que nas cortes de 1211 se declaram superiores ás leis civis quando entre umas e outras houvesse antinomia (3), resultava gosarem os clerigos das immuniidades e preeminencias dos cavalleiros sem os encargos destes, essencialmente repugnantes á indole do ministerio sacerdotal. Todavia, vimos já como os factos diversificavam da theoria, e como os individuos vinculados á igreja eram não raro constrangidos a acom-

(1) Gav. 9, M. 10, N.º 27, no Arch. Nacion.

(2) « Clerici habeant forum militum » : For. de Coimbra, etc.

(3) L. das Leis e Post. Leis de 1211, lei 1.

panhar á guerra o exercito real, comprando com o tributo de sangue os seus privilegios (1). Entretanto esta irregularidade filha da barbaria era de sua natureza transitoria, emquanto as exempções do clero burguês formavam uma instituição permanente.

No direito consuetudinario destes concelhos introduziu-se tambem o uso de serem considerados como cavalleiros para gosarem de iguaes immuniidades os mercadores de grosso tracto que embarcavam com seus cabedaes de dinheiro ou de generos, quer para Flandres, quer para o Levante (2). Pelos costumes de Santarem communicados a Oriola sabemos que os bens desses mercadores estavam exemptos de jugada.

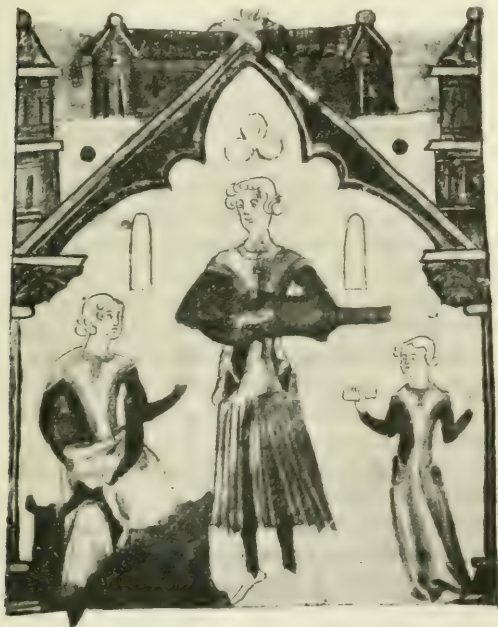
Nos concelhos de segunda formula havia a igualdade de foro para todos os vizinhos (3). D'aqui resultava que os privilegios dos cavalleiros só em geral se davam nas relações com a auctoridade real ou com individuos estranhos ao respectivo municipio. As formulas do processo, as multas, os factos juridicos, em summa, que resultavam das mutuas relações entre cavalleiros e peões eram necessariamente analogos, e a jurisprudencia civil e criminal de taes concelhos uniforme para ambas as classes. Assim, nos *costumes* não apparecem estabelecidos direitos, deveres ou garantias que não sejam com-

1. Vide ante vol. 4 *passim* e nomeadamente a p. 242.

(2) « *que vay en Frandes ou alemmar* » : Por ir além mar entendia-se na idade média o navegar para o Levante : Ducange, Gloss. v. *Transmarinare*.

(3) « *Domus de Penamacor habeant unum forum* » : For. de Penam. e assim no geral. Noutros exprime-se o direito mais individualmente : « *Sed peones et milites in morte et in feridas et in rauso unum forum habeamus in villa* » For. de Sancta Cruz.

muns para a generalidade dos vizinhos. E' pelas cartas organicas, em que se especificam as obrigações e immuniidades de cada um dos dous grupos em relação ao poder real, que se determina a dis-



13. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma rapariga a tocar castanholas. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda*)

tineção entre elles nas suas relações externas. Na maior parte destes concelhos situados ao norte da serra da Estrella as condições para o chefe de familia ser adscripto a uma ou a outra classe não

estão determinadas pelos foraes; não se regulam sequer ahi os casos em que o cavalleiro por falta de cumprimento dos seus deveres deve perder a gradação que tem. Em varios concelhos ao sul da serra é que achamos estabelecida uma condição para qualquer individuo ser cavalleiro, condição que veremos depois reproduzida nos do typo d'Avila. Era a de possuir o chefe de familia uma granja com caseiros (*aldeia*), uma juncta de bois, quarenta ovelhas, um jumento e duas camas. Todo o proprietario que desfructava esta pequena fortuna estava obrigado a comprar cavallo; isto é, a grande maioria dos vizinhos devia pertencer á classe mais elevada. Muitos signaes indirectos nos indicam, porém, que a situação dos outros concelhos deste typo onde falta esta providencia era analoga. Nos respectivos foraes não se menciona o tributo da jugada, a qual tinha por base a juncta de bois, donde se póde inferir que tambem naquelles concelhos ella subministrava o meio de apreciação para se considerar o individuo como obrigado a ser cavalleiro villão, porque, em geral, só essa circumstancia obstava á imposição da jugada (1).

Fossem, porém, quaes fossem os meios de qualificar os cavalleiros, a obrigação de acompanharem aos flossados o rei ou o seu representante, o *senior*,

1) Que a grande maioria dos habitantes de taes concelhos eram cavalleiros deduz-se de alguns dos proprios foraes que em disposições exclusivamente relativas aos individuos desta classe, em vez de os designar pela palavra *milites*, os designam pela expressão generica *homines de villa* no sentido de *moradores*. Os peões deviam sobretudo ser os homens do campo, e talvez, á vista da imperfeição da linguagem da epocha, os *caseiros e solarengos* dos vizinhos que, aliás pelos mesmos foraes eram exemptos dos tributos directos e portanto da jugada.

recaía apenas sobre um terço delles uma vez cada anno e, se as expedições se multiplicavam, só voluntariamente tomavam parte nellas. Note-se, todavia, que essa mesma circumstancia da exemption de dous terços dos cavalleiros, apesar de ser tão limitada a duração do serviço, reforça a conjectura de que a maxima parte dos vizinhos estavam adscriptos a esta classe e de que, se todos fossem obrigados durante um certo periodo a abandonar os seus misteres, a agricultura e a industria seriam impossiveis. Aquelle, porém, que, tocando-lhe sair no contingente municipal, faltava ao dever do fossado pagava como multa a substituição delle, a fossadeira, orçada nuns concelhos em cinco, noutros em dez soldos (1). Nalguns logares mais sujeitos a subitos commettimentos, por estarem situados na fronteira, a cavallaria villan era não só eximida do serviço effectivo, mas tambem da substituição em dinheiro, ou limitava-se o fossado a um praso curtissimo ou, finalmente, tinham os cavalleiros de sair ao campo só no caso de invasão, vindo o inimigo em tão pequena força que podesse ser rechaçado. Nestes concelhos era, ás vezes, o rei quem subministrava as armas aos cavalleiros, e ainda aos peões para a defesa do respectivo castello (2), especificando-se, todavia, em alguns foraes que se o cavalleiro morresse, o rico-homem ou o prestameiro, o *senior*, não exigisse dos filhos a restituição das armas que lhe tinham sido distribuidas. Em varios logares, se por qualquer accidente o cavalleiro perdia o cavallo, ficava exempto do serviço durante um anno; nou-

(1) For. da Guarda, Moreira, Felgosinho, Aguiar de Pena, Valhelhas, Gouveia, Castello-Mendo, etc.

2) For. de Molas, Sancta Cruz, Freixo, Numão, etc.

tros a dispensa do serviço estendia-se á hypothese de elle enviuar ou, sendo viuvo, de contrahir segundas nupcias (1). O coutamento ou seguro de vida do cavalleiro, affiançado pela lei, era o de mil soldos que devia pagar quem o matasse, sendo quinhentos para os seus herdeiros e quinhentos para o fisco. Se alguem o *deshonrava* (isto é, se o tirava da sua honra ou graduação) matando-lhe o cavallo ou privando-o delle por outro qualquer modo, era multado em metade daquella somma. A provisão mais commum era impôr-se a multa de sessenta soldos a quem simplesmente o derribava ou fazia apear á força. Em diversas partes bastava servir-se de um cavallo alheio sem licença do dono para ficar sujeito o delinquente a uma pena pecuniaria, que variava de concelho para concelho e que era menor se o acto se practicava de dia e maior sendo practicado de noite. Em juizo, os cavalleiros villãos destes concelhos consideravam-se como iguaes dos cavalleiros de linhagem, infanções ou ricos-homens, não só para ter o seu juramento o mesmo grau de consideração que se dava ao delles e portanto para se exigir a concorrência de menor numero de individuos cujo testemunho confirmasse o seu, mas tambem para se elevarem as reparações e *calumnias*, que em geral variavam conforme a categoria dos offendidos, a sommas equivalentes ás que se impunham quando o queixoso era um nobre (2). Os que possuiam fóra do seu concelho bens pelos quaes estivessem adstrictos ao fossado eram dispensados delle por servirem no corpo das tropas municipaes.

(1) For. de Sancta Cruz, Freixo, etc.

(2) For. da Guarda, Aguiar de Pena, Moreira, Penamacor, Valhelhas, Felgosinho, etc.

Os cavalleiros de alguns concelhos tinham a prerogativa de repartir entre si, antes de se tirar o quinto da coroa, certos objectos quando havia despojos nas correrias ou nas batalhas. Taes eram os couros talhados para obra, os pannos e as armas (1). Finalmente, as suas habitações eram immunes de aboletamentos ou aposentadorias, e a obrigação de hospedar aquelles que, pernoitando ou residindo accidentalmente na povoação, tinham direito a serem aquartelados, recaía exclusivamente sobre a classe inferior.

Nos concelhos deste typo não se encontram vestigios da existencia de corpos desses bésteiros equiparados aos cavalleiros nos foraes da primeira formula; novo indicio de que ahi o numero dos peões, vizinhos e donos do solar, era insignificante. O proprio clero só o achamos em geral fruindo, como os cavalleiros, da exemption dos aboletamentos, e apenas num ou noutro foral desta especie se declaram immunes os clerigos da obrigação do fossado ou se estatue precisamente que sejam escusos de tributos e as suas propriedades *honradas* como as dos cavalleiros villãos (2).

Nos concelhos da terceira formula a condição geral para qualquer vizinho ser collocado na categoria de cavalleiro villão era a mesma que já vimos expressa em alguns foraes do typo de Salamanca e que suppomos commun aos concelhos dessa especie. Quem possuia uma granja ou propriedade rustica habitada, um jugo de bois, quarenta ovelhas, uma cavalgadura menor e dous leitões devia com-

1) For. de Penamacor e de Salvaterra do Extremo. Adiante se tractará especialmente do *quinto*.

(2) For. de Valhelhas, Penamacor, etc.

prar cavallo proprio para o serviço militar. Na obrigação, porém, do fossado havia uma differença essencial. Em vez de ser um terço que devia estar prompto cada anno a marchar no exercito, eram chamados ás armas dous terços, ficando um na povoação com os peões, absolutamente exemptos da guerra offensiva. Aquelle individuo pertencente aos dous terços que não cumpria o seu dever pagava a fossadeira arbitrada uniformemente em cinco soldos. Os direitos e privilegios da classe eram tambem analogos aos que lemos nos foraes da segunda formula. Os que no serviço militar perdiam o cavallo tiravam o valor delle dos despojos antes destes se repartirem. Se por qualquer accidente se inutilisava (1) a alguem o seu cavallo de batalha, embora possuisse outro com que o substituir, ficava escuso do serviço por um anno. Havia nestes concelhos a mesma multa que vimos estabelecida nos do typo de Salamanca para quem montava o cavallo alheio sem licença do dono, e com as mesmas distincções na importancia da multa, conforme o delicto era perpetrado de noite ou de dia (2). Finalmente, em conformidade com os privilegios da sua classe nos concelhos perfeitos dos outros typos, os cavalleiros villãos eram ahi equiparados em juizo aos infanções e ricos-homens de Portugal (3). Mais constante nos foraes do typo d'Avila do que nos de

(1) « Si se anafragaverit ». A rubrica em vulgar desta disposição, no foral de Gravão, traduz *anafragare* por *danar* (estragar, arruinar).

(2) Em alguns destes foraes chama-se a estas multas *angueiras* (*pectet las angueiras*). E' a *angaria*. Vid. Elucidario, v. *angueiras*.

(3) For de Evora, Crato, Niza, Alcacer, Montemor-novo, Coruche, Gravão, Benavente, Covilhan, Sarzedas, Sor-telha, etc.

Salamanca é a doutrina da immuniidade sacerdotal. Os membros do clero são alli incluídos de certo modo na categoria dos cavalleiros, tornando-se-lhes extensivo expressamente tanto o foro como o direito consuetudinario applicavel a estes. É singular, porém, que nenhum vestigio se encontre em semelhantes foraes de serem os bésteiros considerados como membros da classe mais elevada e nem sequer uma allusão á sua existencia. Entretanto, a situação destes concelhos pela maior parte pertencentes á provincia do Alentejo, fronteira dos mouros do Gharb até o meado do seculo XIII, tornava altamente util o uso e a frequencia dessa arma mortífera, a bésta. Os costumes de Gravão, compilados dos de differentes concelhos cujas instituições eram analogas, mostram-nos, todavia, que já então havia bésteiros naquelles concelhos, que os peões eram obrigados a ter lança e escudo, e que a base de classificação dos cavalleiros estabelecida nos foraes fora substituida por uma avaliação dos seus bens, que deviam ser equivalentes a quatrocentos maravedis. O que daquelles costumes se deduz é que os bésteiros pertenciam ali á classe dos peões. Isto explicaria o silencio dos foraes a respeito delles, se podessemos saber que essa parte do direito consuetudinario de Gravão remontava á epocha de que tractamos, o que nos parece menos provavel.

A parte, porém, mais antiga desse direito consuetudinario, aquella que certamente remonta ao seculo XIII (1) e que, transcripta dos costumes de Evora, era por isso commum ao geral dos concelhos do mesmo typo, subministra-nos as provas de

1 Esta parte dos costumes precede no respectivo codice (M. II de For. Ant., N.º II no Arch. Nac.) uma lei geral de Affonso III de 1275 sobre as revelias.

quanto eram desiguaes as relações que existiam entre as duas classes de cavalleiros e de peões. Esta desigualdade era o resultado practico da disposição dos foraes que equiparava em juizo os cavalleiros villãos aos infanções de Portugal, isto é, que lhes dava os privilegios de foro da fidalguia. No que tocava aos delictos contra a immuniidade da habitação ou a outros quaesquer que não importassem derramamento de sangue, os processos corriam entre os individuos de differente jerarchia moradores destes concelhos com perfeita igualdade; mas quando se litigava sobre reparação de maus tractos corporaes, como feridas e contusões, a jurisprudencia local, em extremo prolixa, estabelecia em cada caso duas reparações diversas, maior se o offendido era cavalleiro e o offensor peão, menor na hypothese contraria, desigualdade que do mesmo modo se verificava entre os peões e os *malados*, individuos da classe infima, creados ou dependentes por qualquer modo dos cidadãos ou vizinhos (1).

As condições capitaes de existencia dos cavalleiros villãos nos concelhos perfeitos que não entravam nas tres grandes formulas eram proximamente as mesmas destes, como o eram nas terras não municipaes; isto é, consistiam por uma parte no serviço militar, quando por concessão especial não eram escusos d'elle, e por outra na exempção dos tributos directos sobre a propriedade territorial e em gozarem de foro de nobres nas suas questões judiciaes. Quanto ás demais immuniidades e privilegios, elles variavam de logar para logar, como acontecia entre os tres typos geraes. Os mesmos factos se verificavam, em regra, nos concelhos imperfeitos da quinta

(1) Estas materias serão adiante especialmente tractadas.

formula, e é nos foraes e costumes destes que se encontram ás vezes noticias curiosas sobre as relações dessa especie de aristocracia com as outras



14. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e um segundo jogral a tocar harpa, sentado no chão. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

classes e com a sociedade em geral. Em Fonte-arca-da, por exemplo, dependia a classificação de cavalleiro da vontade do proprio morador que se achava nas

circumstancias de comprar cavallo, evitando por este facto o pagamento da jugada e ficando só adstricto ao *exercito de maio*, ao fòssado. A situação individual desses cavalleiros de uma villa obscura estava, porém, muitas vezes longe de ser igual á dos que viviam nos grandes municipios. Achemos por isso ahi imposto o encargo da recovagem, limitado quanto á sua repetição e quanto ás distancias até onde o prestameiro podia mandar em seu serviço os que possuíam cavalgaduras, serviço que evidentemente recaía sobre os cavalleiros de Fonte-arcada. No castello de Pena-ruiva estes eram obrigados ao serviço militar annual, mas gosavam do mesmo privilegio de Bragança, de não pagarem o *nuncio*, ainda quando tivessem algum prestimonio da coroa, o qual ficava a seus filhos, que tambem herdavam integralmente as armas, o cavallo ou muar (1) do fallecido, embora tudo isto lhe houvesse sido dado pelo rei ou pelo senhor. Estas provisões indicam uma população guerreira, mas pobre, onde a força militar organizada não podia estribar-se exclusivamente sobre a propriedade. Em Cernancelhe, Longroiva e outros concelhos com foraes analogos, em Seia, em Viseu e nos concelhos da Estremadura onde predominou a organização municipal de Coimbra anterior ao foral de 1179, encontrámos já, em relação aos cavalleiros grande numero de disposições semelhantes ás que nos apparecem nos tres typos dos foraes completos (2), e ainda ás vezes privilegios mais amplos. Tal era, por exemplo, a escusa do serviço para o que perdia o cavallo, não por um

11 O uso dos muares em lugar de cavallos no serviço militar resulta dos foraes e de outros documentos, que ainda talvez teremos de citar.

(2) Vide vol. 7, p. 147 e segg.

anno, conforme o costume geral, mas sim durante tres e ainda durante cinco, como estatue o foral de Villarinho, povoação vizinha de Anciães para o lado de Sancta Cruz. Em muitos concelhos situados pela Beira central não sómente os foraes presuppõem a existencia dos bésteiros, de que não achamos vestígios nos grandes municipios do typo de Salamanca, mas tambem os equiparam aos cavalleiros, estendendo igualmente ao clero as immunidades destes. Em Cintra os cavalleiros não davam o quinto do rei nas expedições do fossado, nem pagavam fossadeira, se por qualquer motivo deixavam de comparecer em semelhantes occasiões. Finalmente, nos costumes de um desses concelhos imperfeitos, o de Torresnovas, costumes reduzidos a escripto no seculo XIII ou XIV, vamos de novo achar provas de que a diversidade de foro estabelecida entre cavalleiros e peões consistia principalmente na differença das mutuas reparações pecuniarias e das multas nos crimes de espancamento e de feridas, conforme a categoria do offendido. vigorando assim esta jurisprudencia não só nos concelhos perfectos da primeira e da terceira formulas, mas tambem, provavelmente, por toda a parte onde não se estatua expressamente nas cartas municipaes a igualdade do foro entre as duas classes.

Nos monumentos desta epocha encontram-se ainda outras especies particulares ou geraes relativas aos cavalleiros de concelho, as quaes fóra impossivel enumerar todas. Por exemplo, os da Eriçeira eram escusos dos seus deveres militares, mas, segundo parece deduzir-se do foral, estavam sujeitos a todos os tributos directos. Em Pena-cova, pelo contrario, deviam, conforme a regra geral, não sómente sair á campanha, mas tambem levar comsigo os seus creados e clientes (*malados*). Ahi mesmo a

qualquer peão que queria entrar na jerarchia dos cavalleiros bastava dar ao senhor da terra uma fogaça de dous alqueires, um almude de vinho e um capão para essa prerogativa lhe não ser recusada. De uma inquirição do seculo XIII vê-se que em algumas partes os cavalleiros villãos levavam á guerra tendas redondas, além de cavallos e armas (1), e estas eram ás vezes tão completas como as de qualquer cavalleiro de linhagem. No testamento de certo vizinho de Lisboa, feito em 1268, lega elle cavallo, loriga, capello de ferro, escudo, lança e espada, camisote (loriga curta) e almofre (especie de elmo) (2). Entretanto o mais commum era armarem-se apenas com lança e escudo designando-se na linguagem vulgar (para os distinguir dos homens d'armas nobres) pela denominação de cavalleiros de escudo e de lança (3). De todos os documentos, porém, cujo conteúdo pôde servir para illustrar a existencia desta classe em relação ao desempenho dos seus deveres publicos, nenhum tão importante como o regulamento militar dos fossados inserido nos fóros de Castello-bom, Sabugal, Alfaiates e outros logares situados desde a margem direita do Coa até a actual fronteira de Hespanha. Bem que leoneses e concedidos no principio do seculo XIII a povoações leonesas, os usos, costumes e instituições dos dous paizes, que apenas um seculo antes formavam uma só nação, eram tão analogos, que essas regras deviam ser com pequenas modificações as mesmas que regulavam em Portugal estas expedições, sobretudo nos concelhos do typo de Salamanca que predominava na Beira. Servia aquelle regulamento de

(1) Liv. 1 d'Inq. d'Aff. III, f. 53.

(2) Gav. 84 da Collecç. Espec.

(3) Veja-se a Inscripção do Marmelar, vol. 4, p. 351.

norma aos adaís para regerem as tropas municipaes de cavallo, postoque, prevenindo diversas hypotheses, elle ahi as presuppõha acompanhadas de bés-teiros e de peões. Os vigias ou guardas das atalaias recebiam uma gratificação, a qual variava segundo a distancia em que se collocava o posto avançado e, se áquelle serviço se associava algum peão, vencia este metade. Para evitar rixas impunham-se multas pesadas sobre os ferimentos, guardadas as proporções com a gravidade da ferida, e estas multas estendiam-se á hypothese de ferirem os cavalleiros os cavallos uns dos outros. O direito de tirarem dos despojos o valor do cavallo quando o perdiam nos fossados, direito que havemos visto consagrado nos foraes, tinha limites nas disposições regulamentares sobre tal objecto. Estas eram assás particularisadas e curiosas. Se o cavalleiro perdia o cavallo tendo-o deitado a pasto, mas peado, subsistia o seu direito á indemnisação; senão, não lh'o reconheciam. Se affirmava que o perdera apesar dessa precaução, devia prová-lo com tres homens da companhia; mas se os adaís ou um terço dos cavalleiros lhe mostravam que mentira, rapavam-lhe a cabeça e expulsavam-no como aleivoso (1). Desmandando-se qualquer sem licença dos adaís, se, emquanto andava vagueando, lhe matavam ou feriam o cavallo, não tinha jus á *erecta* (2). Se um desertor levava o cavallo do seu camarada, os do rancho ou esquadra que comiam em commum com esse desertor, tinham de pagar o roubo, embora houvesse despojos, sob pena de os adaís os pôrem á mercê do queixoso. Segundo o regulamento, a *erecta* ou indemnisação

(1, Este castigo da *decalvação* era evidente reminiscencia de uma pena assás frequente no codigo wisigothico.

(2) Adiante falaremos especialmente da *erecta*.

consistia em se pagar do producto da presa o valor do cavallo até a quantia de trinta morabitinos, pagamento que devia effeituar-se dentro de um anno (1). O vigia que estava de sentinella ou atalaia e que a ronda achava a dormir, provando-se-lhe o facto com duas testemunhas, era considerado como aleivoso e passava pelo castigo da decalvação. Todo aquelle que fugia ao signal de rebate ou no meio da refrega tinha a mesma pena e perdia o direito ao seu quinhão na presa. O que na presença do inimigo ao aproximar-se deste se travava com um companheiro e vinham ambos ás mãos maltractando-se com faca, lança, espada, pedra ou pau tinha a mão cortada ou havia de remi-la, ficando, além disso, como captivo do offendido, e respondendo pelo criminoso os adais e os seus camaradas se não o retinham. Se havia morte, o matador era enforcado. O simples cavalleiro ou soldado raso que em terra inimiga descobria presa que valesse vinte morabitinos, recebia de premio um morabitino. A parte relativa á divisão dos despojos é uma das mais notaveis do regulamento.

Desde que o fossado ou cavalgada transpunha o viso da serra no extremo do concelho, pertencia a cada cavalleiro a sella do cavallo do primeiro adversario que derribava e, se tinham ferido nelle dous ou tres a um tempo, repartia-se entre todos o valor da mesma sella. Na hypothese de irem peões e de se travarem um ou mais delles com o peão inimigo

(1) A necessidade de recolher, avaliar, e vender a presa e de apurar o custo do cavallo tornaria muitas vezes indispensavel a demora. Por este facto se comprehende a conservação do cavalleiro na *honra* da sua classe durante um anno quando perdia o cavallo, doutrina que é geral nos roraes.

applica-se a mesma regra á melhor peça do espolio do vencido. A quota de cada cavalleiro na presa, quando a força da expedição excedia sessenta homens, era proporcional ao modo por que iam arma-



15. - Scena que representa o mestretrovador, uma rapariga com castanholas e um jogral com psalterio. (*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

dos de armas defensivas. O que levava lorigão ou loriga (saio de malha grande ou pequeno) com cervilheira de ferro ou com almofre, tinha um quinhão inteiro ou uma *cavallaria*; o que levava só braço-

neiras (braçaes) (1) tinha um quarto de quinhão; ao que levava lorigão sem cervilheira e sem almofre pertencia *meia-cavallaria*. A qualquer bêteiro que ía na expedição armado de bésta com duas cordas, uma ante-corda e sessenta virotes, cabia meio quinhão sendo de cavallo, e um quarto sendo de pé. Indo os alcaides com a força, podiam guardar para si todos os despojos de que se apoderassem; na sua falta, gosavam desta prerogativa os adaís. Se estes espancavam ou feriam alguém para manterem a disciplina, nem por isso podiam ser multados com as penas pecuniarias impostas em taes casos aos simples soldados. Estava regulado o modo de proceder quando, durante a campanha, qualquer cavallo era ferido ou adoecia. Se o dono receava não o poder salvar, devia apresentá-lo ao corpo, que tomava conta delle por nove dias. Se durante estes o animal morria, tinha seu dono direito á *erecta*; mas se escapava, o cavalleiro só recebia o respectivo quinhão. Quando, finalmente, havia alguma refrega (*arrancada*) todo o que distrahia do campo de batalha qualquer cousa, antes de feita a divisão regular, perdia o direito á sua quota e ficava considerado como traidor.

Vimos já quantas liberdades e exempções havia, nos concelhos perfeitos, communs aos cavalleiros e aos peões, mas tambem ahi achamos encargos, dos quaes eram escusos expressamente os individuos da classe mais elevada, e que só recaíam sobre a inferior. A diversa consideração de que, em grande numero de concelhos, gosavam uns e outros perante os tribunaes, assim na taxa das reparações, como

(1) *Brafonera*, em francês antigo *bragonière*, armadura do braço.

na maior fé que mereciam as declarações judiciaes dos cavalleiros, isto é, menor numero de *conjuradores* que eram obrigados a apresentar em juizo, estabelecia tambem entre uns e outros uma differença profunda. Comparada, todavia, com a dos tributarios, com a dos jugadeiros das terras não municipaes e ainda com a dos de muitos concelhos imperfeitos, a situação dos peões das villas mais importantes e organisadas com amplas instituições representava um immenso progresso de independencia, de segurança e de ennobrecimento moral. Se dentro do proprio gremio estavam em certas relações abaixo dos seus vizinhos privilegiados, desde que se dava contenda entre qualquer delles e um estranho, o foro tornava-se igual para ambos os contendores, embora esse estranho fosse um cavalleiro villão. Assim se caminhava para a igualdade civil, que hoje nos parece uma cousa simples, mas que estava longe de o ser numa epocha essencialmente hierarchica e em que apenas a sociedade saía de seculos nos quaes a idéa do trabalho se confundia com a da servidão.

Já dissemos no livro antecedente em que consistia sobretudo a caracteristica do homem do trabalho convertido em proprietario livre, porém não nobilitado pelo serviço militar de cavallaria. Era, como vimos, a solução da jugada. O mesmo facto se verificava geralmente nos concelhos rudimentaes e imperfeitos. Varias passagens, citadas a diversos propositos, no-lo tõem sobejamente mostrado. A sua situação, pelo que tocava ao tributo directo, era identica fóra dos pequenos gremios ou dentro delles. A instituição dos grandes municipios é que modificava ou antes destruia esta regra na maior parte dos districtos do reino, eximindo do imposto predial os vizinhos da povoação sem distincção de classe. Por

este lado, porém, a formula nacional, a organização a que serviu de typo o foral de Santarem, fazia uma differença profunda das outras. A distribuição das terras pelos habitantes era ahi acompanhada da distincção ordinaria de jugadeiros e de não jugadeiros, attribuindo-se o serviço da guerra offensiva a uma classe e o tributo predial directo a outra. Quando falámos dos privilegios especiaes da primeira dessas classes vimos que o principal delles era a exemption da jugada. Esta pagava-a só o peão. A quota e a fórma do pagamento estavam reguladas nos respectivos foraes :

« Pelo que respeita á jugada, esta será paga até o natal. De cada jugo de bois darão um modio de milho ou de trigo, conforme for o cereal que cultivarem, e se lavrarem uma e outra cousa, paguem-n'a de ambas pelo alqueire aferido da villa, devendo ser o quartoeiro de quatorze alqueires sem cogullo (1). O que lavrar de parceria com cavalleiro, não tendo bois seus, não dê jugada. »

« O que cultiva á enchada (*cavon*) dê de foro uma teiga de trigo ou de milho, conforme o que cultivar. Da lavoura feita a geira de bois (2) pagar-se-ha um quartoeiro de trigo ou de milho, segundo for a cultura. »

« O peão pague oitavo do vinho e do linho. »

(1) « *Meciatur sine brachio curcato et tabula supraposita.* » V. Elucidario v. *Alqueire abraçado*, *Quarteiro* e Supplemento v. *Alqueire*.

(2) Os foraes dizem *geiras de bois* para distinguir o trabalho diario de uma juncta de bois do dia de trabalho de um homem, trabalho a que tambem se chamava *geira*. Para os que conhecem os usos actuaes da cultura das pequenas propriedades, usos que nesta parte são ainda os do seculo XII, a disposição do foral é clara. Não assim para as pessoas estranhas á vida do campo. O que possui uma extensão de terreno mui limitada, não lhe convindo ter bois seus para a cultivar faz a cultura della chamando quem lh'a lavre a tanto por dia. O preço deste dia de trabalho chama-se *geira* e o methodo de cultura *cultivar a geiras*. E' pois sobre o producto de predios desta ordem que o foral impõe o quartoeiro.

Taes eram as bases da contribuição directa predial paga pelos peões. A cada juncta de bois propria que o lavrador empregava na cultura do seu predio correspondia um modio dos cereaes que este produzia, sendo trigo ou milho. Pelos costumes de Santarem communicados a Oriola sabemos que se dava a esta disposição uma intelligencia litteral, não se pagando nada de outros grãos, como aveia, centeio e legumes. Movei e proporcional á vastidão da propriedade dos grandes cultivadores, a jugada era uma contribuição fixa para os pequenos seareiros e proprietarios. Quanto ao linho e ao vinho, sendo a contribuição de quota, determinava-a a abundancia ou a escaceza da producção. Os costumes de Santarem acima citados mostram-nos como o uso tinha prevenido as hypotheses não previstas nos foraes e até alterado um pouco as prescripções destes. A cultura com muares ou cavallos não era alli mencionada. Podia considerar-se como equivalente á que se fazia com bois; todavia o costume tinha resolvido a questão a favor do contribuinte, pagando o que lavrava com cavalgaduras meio modio ou dous quarteiros, ao passo que a cultura feita á enchada se reduzira a uma fanga. A hypothese de arrendar o peão o seu predio a quota de fructos tambem não estava prevista no foral; mas preveniam-na os costumes, exceptuando-se da jugada a ração ou quota do senhorio e recaíndo o imposto sobre o rendeiro só, disposição pouco justa mas que se explica pela tendencia constante das instituições municipaes para privilegiarem os proprietarios, os *vizinhos*. Subsiste ainda hoje pelo Alemtejo a usança de dar o lavrador a certos creados de lavoura pequenas porções de terreno que estes cultivam por conta propria e cujo producto lhes pertence. Esta usança era geral já no seculo XIII, e pelos grandes concelhos da Estrema-

dura as pequenas searas dos *mancebos* estavam também exemptas do encargo fiscal. As jugadas deviam ser exigidas até o fim do anno civil, e se os exactores deixavam de cumprir o seu dever dentro do praso fatal, a responsabilidade do contribuinte cessava em relação áquelle anno; provisão salutar, pela qual nós os homens desta epocha de luz e progresso temos de invejar, como por muitas outras instituições, esses tempos de rudeza e barbaridade.

A jugada, o tributo directo mais avultado que pesava sobre os pequenos agricultores e que ao mesmo tempo era mais geral nas suas variadas fórmãs, tanto nos territorios sem organização municipal, como nos concelhos imperfeitos, penetrou apenas nos grandes municipios da Estremadura. O typo de Santarem irradiou-se largamente ao sul do Tejo e até predominou exclusivamente no Algarve: todavia a jugada só por excepção nos apparece nas duas provincias meridionaes. Nos foraes d'Estremoz, Béja, Silves, Castro-marim, Faro, Tavira, Loulé e em outros muitos pertencentes aos districtos além do Tejo ella é expressamente abolida. Assim, a classe dos peões, se ainda ficava ahi sob certo aspecto numa situação inferior á dos cavalleiros villãos, era exempta da mais gravosa distincção estabelecida entre os dous grupos, e podia considerar-se como menos onerada do que essa especie de aristocracia municipal que, ao passo que os seareiros e pequenos agricultores estavam livres da jugada, não evitava o serviço militar nos simples fossados ou nas expedições do rei.

Nos concelhos da segunda e da terceira formulas não se encontram vestigios precisos do tributo predial directo e exclusivo sobre as propriedades dos individuos não pertencentes ao corpo de cavalleiros villãos. É natural que sobre os peões recaíssem

principalmente as lintas ou derramas para as despesas municipaes e que essa classe, designada geralmente pelo reino com a denominação de *tribu-*



16. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma rapariga com castanholas escutando.
(*Bibliotheca da Ajuda: illuminura do cancioneiro da Ajuda.*)

tarios ou com outras analogas, nem sempre podesse evitar, ainda nos concelhos mais liberalmente organisados em relação a ella, as consequencias da idéa que taes denominações envolviam. Nos proprios

foraes do typo de Salamanca vimos nós impostos claramente alguns encargos que só pesavam sobre os peões, e que tanto mais gravosos deviam ser quanto menor fosse o numero de chefes de familia excluidos do corpo dos cavalleiros. Tal era o de dar hospedagem aos estranhos que tinham direito a exigi-la quando pernoitavam na villa. Entretanto é certo que as desvantagens daquelles individuos que nesses concelhos mal se poderiam chamar jugadeiros, não eram taes que compensassem o serviço militar activo a que estava sujeita a classe mais elevada.

Esta circumstancia e a de serem ahi *obrigados* os que possuiam uma certa fortuna a pertencerem ao corpo dos cavalleiros, ao passo que nos concelhos de primeira formula isto era uma *concessão*, uma vantagem, são factos que mutuamente se explicam e confirmam a idéa de que, no que tocava ao mais grave negocio dos cidadãos, os encargos publicos e tributos, entre a situação dos peões e a dos cavalleiros não havia naquelles municipios uma differença demasiado profunda.

Nos concelhos perfeitos de primeira formula, pelo que respeitava ás relações civis dos peões, dava-se uma circumstancia que cumpre considerar aqui, porque é capital para nos revelar a verdadeira idéa que se formava desta classe. Aquella notavel circumstancia era a especie de dependencia ou tutela judicial em que estavam os peões relativamente ao mordomo. Já a outro proposito citámos uma disposição trivial nos foraes do typo de Santarem, da qual se vê que os individuos desta classe quando tinham de intentar uma causa civil não o faziam directamente. O mordomo era obrigado a substituir-se ao litigante, representando-o no tribunal municipal, e devendo por isso receber a dizima do valor

da causa (1). Os costumes das mesmas villas suppõem a cada passo os peões nesta situação juridica (2). Além disso, nos concelhos imperfeitos desde Coimbra até o Tejo era uso assás commum tomar o mordomo a vez ou o cargo de advogado dos peões, e talvez dos proprios cavalleiros por um ajuste livre (3). Esta especie de superintendencia exercida pelo official do fisco sobre os bens dos tributarios é um indicio bem claro de que os jugadeiros destes concelhos eram considerados como pertencendo á categoria dos outros colonos da coroa em virtude das terras que lhes haviam sido distribuidas, embora como membros de gremios municipaes gosassem de privilegios e liberdades não concedidas aos simples jugadeiros do rei nos logares onde faltava a instituição de concelho.

Taes eram os caractéres dos dous grupos em que se dividiam os vizinhos dos municipios, aquelles a quem diziam especialmente respeito esses fóros, liberdades e garantias que dilatavam e fortaleciam o sentimento da dignidade humana, e que verdadeiramente fizeram nascer o poderoso elemento politico que hoje exerce quasi exclusivo predominio na sociedade, a burguesia ou classe média. Do mesmo modo, porém, que succedia nas terras não municipaes, havia nos concelhos uma população inferior numerosa que correspondia á nossa plebe, cuja situação moral e material devia ser geralmente muito mais oppressiva, mas que em si mesma apre-

(1) V. vol. 7, p. 192.

(2) Cost. de Santarem (Ined. T. 4, p. 565). Cost. de Béja (Ibid. T. 5, p. 471, 474, etc.). Cost. de Santarem e Oriola (Gav. 15, M. 3, N.º 14).

(3) V. For. de Ourem, Arouce, Torres-novas, Figueiró, Arega, etc. Cost. de Torres-novas (Ined., T. 4, p. 619, etc.).

sentava diversas graduações, aproximando-se por um lado dos peões, confundindo-se talvez com elles, e descendo por outro quasi ao nivel dos antigos servos. A denominação mais generica, porventura, com que os individuos desta classe parece terem sido designados, é a de *malados*, designação que se encontra não só nos foraes, mas tambem numa infinidade de diplomas publicos e particulares. A idéa que resulta do complexo destes é a de que os vocabulos *malado* e *maladia* representavam antes o estado de dependencia de um individuo para com outro em razão das pessoas, do que a dependencia em razão da propriedade, sem que todavia excluísse a ultima. A qualificação de *malado* attribuia-se ás vezes a um simples colono particular e ainda publico, mas muitas outras correspondia ao familiar, ao cliente, ao protegido de um poderoso, que tomava qualquer debaixo da sua protecção (*commenda*) a troco de serviços ou de dinheiro; e ás relações que em virtude dessa especie de contracto nasciam entre um e outro chamava-se *maladia*. Com a transformação lenta da sociedade; com o progresso da libertação das classes laboriosas, o valor de taes palavras devia ir-se alterando e tornar-se fluctuante e vago, como todas as expressões demasiado genericas (1). Não admira, por isso, que nos concelhos organisados durante os seculos XII e XIII a denominação de *malado* abrangesse tanto o cultivador livre não proprietario, como o familiar, o jornaleiro, o homem sujeito á domesticidade e collocado numa situação mais ou menos proxima da servidão antiga.

Já vimos, falando dos concelhos imperfeitos da quinta formula, que os cavalleiros villãos gosavam

(1) V. Nota I no fim do vol.

em alguns delles do direito de patronato absoluto, de representação exclusiva pelo que respeitava aos seus creados ruraes e aos proprios colonos ou sea-reiros que por qualquer contracto lhes agricultavam os predios e que os respectivos foraes designam pela palavra *jugadeiros* (1). Eram estes uma especie de malados, bem como eram nos grandes concelhos os *homens* de algum vizinho, os seus *solarengos* e *mancebos*, aquelles a que nalguns delles se dava tambem a denominação de *jugueiros* (particulares) (2). A differença consistia em que nos municipios imperfeitos da quinta formula o direito de representação e patronato em relação aos malados era um privilegio dos cavalleiros villãos, nos perfeitos uma prerogativa commum a todos os vizinhos, tanto cavalleiros como peões. Nos concelhos do typo de Santarem era onde essa prerogativa se caracterisava menos perfeitamente : todavia, nem por isso o patronato do amo ou chefe de familia proprietario deixa de ser expresso e, portanto, não deixavam de existir ahi as relações de maladia. As disposições dos foraes de tal ordem respectivas a este objecto, que em substancia já indicámos nou-tro logar, são as seguintes :

« Os vizinhos *tenham as suas herdades habitadas, e os que morarem nellas* paguem por homicidio, rapto provado, ou lixo no rosto 60 soldos, metade para o fisco e *metade para o dono da herdade*. Vão, além disso, ao appellido, mas não *pese sobre elles outro algum encargo*. »

« Se os *homens da herdade* perpetrarem algum roubo paguem a multa, sendo do mesmo modo metade para o rei e *metade para o dono do predio*. »

Aqui os caseiros dos predios rusticos, os malados,

(1) V. vol. 7, p. 152.

(2) For. de Castello-bom, f. 12 v.

embora se não designem por este nome, apenas estão sujeitos ao encargo da defesa commum : todos os seus outros deveres são para com o proprietario. Ha entre este e elles, além da relação que tem por base o capital e o trabalho, outra moral de individuo para individuo, a qual a lei reconhece, attribuindo ao senhorio metade do imposto criminal ou multa em que o seu homem haja de incorrer.

As provisões dos foraes do typo de Salamanca relativas á classe intima dos concelhos, á população que habitava a casa ou cultivava o predio alheio, provisões cuja doutrina já tambem substanciámos, provam igualmente a dependencia, a *maladia* pessoal em que estavam os individuos daquella classe.

A letra dessas disposições fa-lo claramente sentir.

« Os homens de vossos termos que *residirem* nas vossas *herdades* ou nos vossos *solares*, estando ausentes os donos destes, venham ao tribunal, se a elle forem chamados, para darem fiança de que logo que voltem os donos da casa ou herdade elles se apresentarão em juizo, e se depois forem havidos por criminosos pagarão a multa aos seus senhores. Taes homens a ninguém sirvam senão aos donos dos predios em que viverem. »

Em varios desses foraes estatue-se que :

« Se forem assassinados homens que alguém tenha nas suas herdades, ou que sejam seus clientes ou apaniguados (*cassali*) pertencerá ao amo ou patrono (*domino*) a multa do homicidio. »

Mas noutros individua-se quaes eram estes malados ou dependentes dos vizinhos :

« Se alguém matar o creado (*conductarium*) de qualquer vizinho, receba este a multa do homicidio. O mesmo é applicavel ao seu hortelão, ao caseiro que lhe paga quartos (*quartario*), ao seu moleiro e ao seu solarengo. »

Ou como se exprimem os costumes da Guarda :

« Quem matar mancebo alheio ou jugueiro ou hortelão ou pastor pague cem soldos ao senhor delle (1). »

A distincção entre os caseiros e os solarengos devia ser minima ou apenas nominal. Os fóros de Castello-bom definem o que se devia entender por solarengo :

« Qualquer homem que morar em herdade de que outrem seja dono e que sómente alli cultivar, será solarengo (2). »

E mais particularmente os costumes da Guarda :

« ...é solarengo legitimo quem faz casa em propriedade de seu senhor e lavra em herdade delle ou ganha salario, grande ou pequeno, vivendo com elle. Estes não fazem foro com o concelho (3). »

Ahi mesmo, porém, se previnem os abusos que se poderiam practicar á sombra da mutua dependencia e protecção do chefe de familia ou proprietario para com o seu homem, vassalo ou malado. É preciso que este não possua predio rustico, que seja um verdadeiro trabalhador, um simples proletario, para gosar do triste privilegio de se considerar como uma especie dos antigos libertos wisigodos, cuja situação era assás analogo á maladia. Os fóros de Castello-bom especificam as circumstancias que excluem o individuo dessa condição :

« Aquelle que lavrar com juneta de bois sua, ainda que se vá metter jugueiro (particular), fique sujeito aos encar-

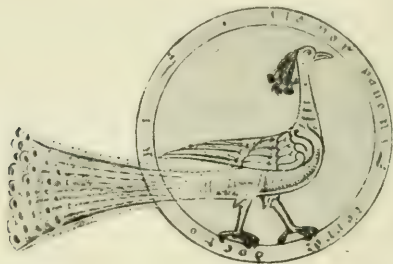
(1) Cost. da Guarda (Ined., T. 5, p. 429).

(2) For. de Castello-bom, f. 24.

(3) Cost. da Guarda (Ined., T. 5, p. 434).

gos communs, e o que cultivar a meias pague meio imposto, ficando aliás exempto de fossado e de appellido (1). »

Nos costumes da Guarda já vimos prevenções analogas para o caso, que frequentes vezes se daria, de ser o mesmo individuo vizinho e conjunctamente homem ou malado de outro vizinho. Era necessario em tal hypothese impedir que a pessoa



17. — Pavão. (Archivo Nacional : Livro das Aves.)

collocada nesta situação dubia escapasse aos encargos e á responsabilidade commum de todos os membros do gremio a pretexto de maladia (2). Assim, a jurisprudencia tradicional procurava individuar bem as convenientes restricções do principio geral :

« Nenhum homem que saír da sua casa ou da sua herdade para ir viver em predio alheio será reputado sola-

(1) Ibid. Traduzimos pela phrase *fique sujeito aos encargos communs* o texto *sit postero*; porque nos parece ser o equivalente desta expressão latino-barbara. Em varios foraes nossos *esse de posta* significava ser pessoa sujeita aos encargos geraes do concelho. E' o *homme de pooste* dos francezes.

(2) V. vol. 7, p. 277.

rengo, mas sim ficará obrigado a fazer foro com o concelho... O que deixar seu amo (ou senhor), atrevendo-se a viver sobre si, faça foro com o concelho, e não se encoste a ninguém se adquirir predios urbanos ou rusticos. Quem comprar casas terreas (*sem solar*) de outro solarengo, uma vez que para isso não deixe casas ou herdades suas, seja solarengo como aquelle a quem comprou (1). »

Nos foraes do typo d'Avila é geral a disposição que acima transcrevemos do de Proença. Os creados, os hortelões, os caseiros, os maleiros, os solarengos do vizinho do concelho são seus malados. A relação de maladia é jurisprudencia quasi constante nas povoações organisadas municipalmente, ainda naquellas cujas instituições são incompletas. Em passagens já citadas de foraes relativos a concelhos desta ordem encontrámos vestigios da existencia da maladia. Vamos, porém, encontrá-los em muitos outros foraes. Tal é, por exemplo, o de Thomar. No de Mogadouro, depois de se indicar a contribuição que os moradores da povoação deviam pagar, estatuem-se as excepções :

« São exceptuados os *jogueiros* e os *mancebos* dos particulares, que não têm de pagar foro, salvo o jogueiro que tiver em bens de raiz seus a dicta valia, porque então está obrigado ao imposto. »

O de Cintra presuppõe a mesma doutrina, ordenando que :

« Se vos approuver pôr caseiros nas vossas herdades, só façam foro a vós que sois donos desses casaes. »

Estas citações, que poderíamos multiplicar, mostram claramente que nos municipios, abaixo dos

(1) Cost. da Guarda (Ined., T. 5, pag. 434).

vizinhos, dos *boni-homines*, daquelles que propriamente eram membros desses gremios populares, havia uma classe de individuos chamados variamente solarengos, jogueiros (particulares), mancebos, malados, conforme o tempo, o lugar e as circumstancias de cada um delles; ás vezes approximando-se dos peões, confundindo-se, talvez, com elles; outras vivendo numa condição quasi servil, e assemelhando-se aos antigos libertos; plebe das povoações constituídas em municipio e das aldeias e granjas dellas dependentes; representantes, em summa, dos modernos proletarios, bem como os homens bons, os burgueses, os cidadãos o eram da actual classe média.

Considerada em geral, esta parte do povo achava-se collocada numa situação de inferioridade. A ignorancia e a barbaria da epocha não sabiam distinguir as jerarchias sem attribuir a cada uma destas diversos direitos, ainda nas relações ordinarias de homem para homem. É sobretudo do direito consuetudinario que se deduz a desigualdade civil dos malados, maior ou menor segundo a situação de cada um delles. O solarengo ou jogueiro particular, especialmente nos concelhos do typo de Salamanca, que cultiva o predio alheio repartindo com o dono do fundo o producto da cultura, na qual empregaria não raro capital e braços assalariados, era necessariamente um individuo mais conspicuo e mais considerado do que o simples jornaleiro, creado ou *mancebo*. Mas como essas differenças de força moral e de importancia se manifestavam nas diversas hypotheses da vida civil, não é facil dizê-lo tantos seculos depois de se haver transformado a sociedade primitiva, e quando tão poucos monumentos nos restam como padrões do passado. O que é indubitavel, á vista dos que existem, é que em

geral essa classe não gosava de certas prerogativas e estava, até, em alguns casos abaixo do direito *commum*.

Nos costumes de Santarem, de Borba e de Béja lê-se :

« É costume, que se alguém assoldadar mancebo e este se for sem consentimento do amo, havendo recebido já



18. — Pelicano. (Archivo Nacional : Livro das Aves)

alguma cousa de soldada, tem o mancebo de restituir em dobro o que recebeu e, além disso, uma quantia igual aos vencimentos do tempo que deixou de servir. »

« É costume, que se eu maltractar o *meu mancebo* ou o *meu homem*, não sou obrigado a dar-lhe reparação, se não o tolher de algum membro. »

« É costume, que se persigo o meu mancebo e lhe tiro alguma cousa que me leva, não sou obrigado a responder á acção de força que por isso me ponha o mordomo. »

« É costume, que quem demanda o mancebo ou creado que o serviu não lhe pague as custas, ainda sendo absolvido o réu 1. »

Estas severas ou antes tyrannicas provisões, que

1. Ined., T. 4, p. 545, 546, 549; T. 5, p. 500 e 501.

estabeleciam a desigualdade civil entre o amo e o creado, entre o *senhor* e o *malado*, eram, todavia, temperadas até certo ponto por outras com que se tentava oppôr barreiras aos abusos a que tal situação daria facilmente aso :

« Se o amo expulsar o mancebo sem motivo, pagar-lhe-ha a soldada do anno inteiro. »

« Se o amo quer lançar a culpa do damno, feito por gado seu em predio alheio, ao mancebo que delle foi guardador, e se este provar com testemunho de outro guardador seu companheiro d'então, que nessa conjuntura encerrara o dicto gado no estabulo, o amo não poderá reter-lhe o que lhe pertencer. »

« Se o amo maltractar o mancebo por qualquer damno que lhe haja feito, este não é obrigado a pagar-lhe a composição do damno (1). »

Na jurisprudencia dos concelhos perfeitos da segunda formula encontra-se estabelecida a mesma desigualdade civil entre a classe não proprietaria e a dos vizinhos, desigualdade que, como já advertimos, devia ser quasi equivalente á distincção entre peões e cavalleiros ; porque a esta ultima categoria pertenciam provavelmente em grande maioria os membros do gremio municipal. Essa jurisprudencia, arbitrando a reparação do que foi espancado sem premeditação em quatro maravedis e a do que o foi de caso pensado e rixa velha em dez, ficando o réu á mercê do offendido, estatue ao tractar dos individuos de classe inferior :

(1) Ibid. T. 4, p. 546, 564, 567 ; T. 5, p. 501. — Nos costumes de Béja o amo é obrigado a dar reparação ao mancebo se o fere, mas esta disposição, como outras desses costumes, é provavelmente de tempos mais modernos.

« Quem espancar aldeão (1) ou jugueiro ou mancebo ou manceba com punhadas ou com açoutes, pague dous maredis, se o espancado o provar com juramento ou com conjuradores que sejam da classe do réu (2). »

Mas para os rendeiros e solarengos não havia nesta parte differença dos vizinhos :

« Rendeiros e solarengos tenham foro igual ao dos vizinhos da Guarda chefes de familia, tanto nos casos de pisaduras, feridas, punhadas e pontapés, como nos de morte (3). »

Empregando-se arma offensiva na perpetração do delicto, o foro era identico para o vizinho, para o lojista e para o solarengo. Impunha-se a mulcta de nove morabitanos sendo em desordem casual e de cincoenta sendo em rixa velha. Os mancebos, aldeões e jugueiros tinham metade da reparação. Quando, porém, o aldeão possuia habitação propria no campo, essa reparação não só igualava, mas ainda excedia a dos moradores da villa (4).

Todavia, apesar da desproporção que esta jurisprudencia estabelece entre os simples malados e os solarengos, a inferioridade destes em relação ao senhor do solar não deixa de resultar das doutrinas inseridas no direito consuetudinario, que em certos casos nenhuma excepção faz a favor delles. Assim, por exemplo :

« Qualquer individuo que morar em herdade alheia e tiver discordia com seu senhor, ninguém o receba (em

(1) *Aldeiano*. Como aldeia significava o mesmo que granja, o mesmo que no Alentejo se chama *monte*, o aldeão significava naturalmente aqui o mesmo que *capataz*, *quinteiro*.

(2) *Ibid.* T. 5, p. 409. O texto é obscuro, mas a sua intelligencia parece ser esta.

(3) *Ibid.*

(4) *Ibid.* p. 427.

casa. Quem o recolher pagará cem soldos ao dono da herdade e será obrigado a expulsar o hospede. Se disser que o fez por ignorancia, seja absolvido expulsando-o. Se, porém, replicar que tal homem não morava na herdade do queixoso, provará o contrario o dono do predio com tres vizinhos, e o réu pagará os cem soldos e expulsará aquelle a quem deu acolheita. Se o senhor não tiver meio de provar sua tenção, poderá obrigar a juramento o adversario e desafiá-lo, ficando este condemnado se for vencido (1). »

Quanto aos mancebos, os costumes estabeleciam que fossem assoldadados annualmente, e tanto o amo como o creado eram multados, um se propunha, outro se acceitava ajuste diverso (2). A estes e, em regra, a todos os malados e *chaveiros* (3) era applicado o mesmo principio de ninguem lhes dar asylo quando por alguma contenda com o senhor fugiam de casa deste (4). Assim tinham forçosamente de escolher entre uma especie de servidão e o abandonarem o territorio municipal.

Em Evora e nos concelhos de organização analoga o direito consuetudinario encerrava provisões donde resulta a desigualdade civil nas relações entre os vizinhos ou homens bons e os proletarios. Aqui a distincção ainda vinha a ser mais profunda. Nos pleitos crimes, em que o processo era o da purgação, os malados estavam inhibidos de serem conjuradores, do mesmo modo que os falsarios e outras pessoas incapazes de testemunhar em juizo (5). No systema das reparações judiciais o

(1) Ibid. p. 410 e seg.

(2) Ibid. p. 431.

(3) Esta designação provinha talvez de viverem na casa, ou debaixo da chave do amo ou senhor.

(4) Ibid. p. 433.

(5) Cost. d'Evora communicados a Gravão (Ined., T. 5, p. 380 e segg.).

cavalleiro que espancava um malado dava-lhe metade da reparação que lhe pertenceria a elle se fosse o offendido e a mesma regra se seguia quando em vez de cavalleiro era peão o réu. Pelo contrario, quando era o malado o criminoso devia dar inteira a reparação a que o cavalleiro tinha direito, se o offendido pertencia a esta classe, e o mesmo se verificava a respeito dos peões. Se não possuia os meios de reparação pecuniaria, recebia em varadas a punição proporcional á categoria do queixoso. Quando as contendas eram entre amos e creados, estes, conforme o grau mais ou menos elevado em que estavam no serviço domestico ou rural, tinham o direito de se defenderem por vozeiro ou eram constrangidos a pleitear por si a propria causa, enquanto o amo podia sempre escolher advogado. Esta differença, porém, não era estabelecida em favor dos malados a quem incumbiam os serviços mais importantes, mas sim em favor dos infimos, dos simples mancebos. A uns e a outros podia o amo exigir juramento, sem que a nenhum delles fosse licito fazer outro tanto, bastando a declaração do senhor como prova em contrario (1). No restante, as providencias, tanto para conter os assalariados nos limites dos seus deveres, como para



19. — Perdiz. (*Archivo Nacional: Livro das Aves.*)

(1) Ibid. p. 384 e segg.

obstar aos abusos de auctoridade dos amos ou senhores, são analogas ás que encontrámos nos foraes dos concelhos completos dos dous typos de Salamanca e d'Avila (1).

Temos descripto a condição das diversas classes em que se dividia toda a população dos grandes municipios : conhecemos, portanto, qual era ahi a situação dos individuos que os compunham comparada com a da população solta. Restam agora duas faces por onde ainda se deve considerar a existencia desses gremios para a conhecermos em todos os seus lineamentos geraes. São estas o complemento das instituições judicias e o do systema tributario. Quanto áquellas, dissemos já qual era a organização da magistratura, qual a jurisdicção desta e a composição dos tribunaes ; falta expôr as formulas capitães do processo. Quanto aos tributos, considerámos aquelles que caracterisavam cada categoria e que nos servem hoje para discriminar as duas classes de peões e de cavalleiros ; mas não examinámos quaes delles, directa ou indirectamente, as abrangiam a ambas. O interesse historico dos factos relativos ao systema das provas judicias e ao dos tributos é obvio ; porque sem se considerar sob estes dous aspectos ficaria incompleto, em relação ao direito publico, o quadro da organização municipal.

Antes de expôr os diversos modos como se dirimiam os litigios, cumpre advertir que nos concelhos existia o systema dos julgamentos arbitraes. Os exemplos destes não são ahi raros, e casualmente temos mais de uma vez alludido a elles no decurso do presente livro. Como, porém, taes julgamentos

(1) Ibid. p. 388 e segg.

não só não offerecem caracter algum particular em relação á vida municipal, mas tambem são em si assás simples, tractaremos delles quando falarmos das instituições judiciaes fóra dos concelhos; quando expusermos quaes eram as magistraturas e os tribunaes dependentes do poder central e quaes as formulas de processo seguido nesses tribunaes. O julgamento por arbitros não era senão um expediente para conciliar interesses oppostos sem o apparato de justiça, podendo considerar-se antes como um meio de evitar litigios, do que como uma formula judicial : expediente que se perpetuou nos *avindores* dos seculos seguintes e que subsiste ainda, postoque modificado, na instituição dos juizes de paz.

As fórmas do processo perante os magistrados propriamente dictos e nos tribunaes permanentes dos concelhos eram diversas. A todas ellas precedia a queixa vocal perante os juizes e o chamamento do réu. Seguia-se a discussão da causa. Neste methodo de averiguar a verdade o systema das provas é que variava. Empregavam-se para isso differentes meios: os inquéritos, os depoimentos de testemunhas em juizo, os documentos, os juramentos simples, a compurgação e os chamados juizos de Deus. Estas formulas não só eram variamente applicadas conforme as hypotheses, mas tambem se distinguiam e subdividiam em si na applicação, digamos assim, pela diversidade de ritos.

Cumpre primeiramente notar que não só os juizes eram os mesmos, tanto para as causas criminaes como para as civeis, mas que tambem, tanto a umas como a outras se applicavam as mesmas fórmas de processo. A innocencia ou o crime, as questões do meu e do teu tractavam-se indistinctamente por um systema de provas identico. Aquelle systema varia-

va. não segundo a natureza do litigio, mas sim conforme a maior ou menor barbaria que ainda reinava nos habitos da população.

É o que nos vae mostrar o exame desta parte das instituições judiciais.

Nos concelhos do typo de Santarem á queixa ou querella, primeiro acto de qualquer pleito, seguia-se a citação ou chamamento, feito de ordinario pelo porteiro do alcaide e dos alvasís ou pelo proprio auctor diante de testemunhas (1). Para se acceitar a querella, em certos crimes graves, era necessario que esta se dêsse perante os magistrados dentro de certo intervallo depois da perpetração do delicto. A presumpção legal, por exemplo, era que nenhuma mulher podia ser violada em povoado, salvò sendo retirada á força em logar occulto. Neste caso, todavia, cumpria-lhe, apenas se visse livre, correr, carpindo-se e denunciando em gritos o nome do delinquente, a dar querella aos alvasís, e se por acaso sobrevinha a noite, devia dá-la na manha seguinte. Ainda fóra da villa ou cidade, era necessario, para lh'a admittirem que, durante o caminho, viesse narrando o successo aos viandantes com chóros e lamentos e que apenas chegasse á cabeça do concelho fosse patentear ao tribunal a sua desventura (2). Nos casos de ferimento, o queixoso devia dar logo a querella, sendo o acto practicado na povoação, e dentro de tres dias sendo practicado fóra (3). Quando qualquer individuo offendido por outro não ía queixar-se e tractava de se desaffrontar por suas mãos, perdia o direito de chamar a juizo

(1) V. vol. 7, pag. 192, 193, 276, 309.

(2) Cost. de Santar. Ined., T. 4, p. 548, e Cost. comm. a Oriola, Gav. 15, M. 3, N.º 14.

(3) Ibid. T. 4, p. 542.

o adversario, emquanto a este era licito demandá-lo sobre a legitimidade do desforço (1). Se alguém, depois de querella, não promovia logo a citação do réu, e este no emtanto, querellando d'elle, o fazia citar, a causa promovida pelo ultimo antecedia á que intentara o primeiro (2). Comtudo, ninguem que accidentalmente se achasse em audiencia do concelho e ahi lhe movessem demanda se podia esquivar a ella por falta de chamamento regular (3). Quando o porteiro intimava alguém a vir a casa do alcaide entendia-se que o chamava ao tribunal e a intimação devia ser feita perante homens bons (4). O réu logo que se apresentava aos alvasis declinava o julgamento, uma vez que declarasse que, de accordo com o auctor, tinham ambos entregado a resolução do pleito a juizes arbitros, e a simples affirmativa dos que elle indicava como taes era sufficiente para se lhes entregar a causa (5). Em regra geral o citado tinha tres dias para obedecer aos mandados da justiça vindo a juizo, salvo nos crimes de força ou de ferimentos, e se jazia enfermo esperava-se por elle até anno e dia (6). A ausencia



20. — Phenix. (*Arquivo Nacional: Livro das Aves.*)

(1) Ibid. p. 547.

(2) Ibid. p. 554.

(3) Ibid. p. 243, e Cost. de Oriola.

(4) Ibid. p. 553, e Cost. de Béja. — Ined., T. 5, p. 493, 495.

(5) Ibid. T. 4, p. 573.

(6) Ibid. p. 541, 557.

do auctor depois d'intentada a lide só era permit-tida provando-se que por ordem expressa do rei fora chamado a algum serviço publico : em tal caso era nulla a sentença proferida a favor do réu sem ser ouvido o queixoso (1). Mais de uma vez temos já encontrado allusões aos *vozeiros*, *arrazoadores* (2) ou advogados dos litigantes. Para os escolherem dava-se a estes um praso de tres dias residindo o advogado no concelho e, residindo fóra, maiores prazos á proporção das distancias (3). Qualquer pessoa podia ir defender nos tribunaes a causa alheia, e era amplissima a liberdade de cada qual escolher o seu advogado (4); mas nenhum patrono podia invocar em juizo a propria dignidade, o respeito que merecia pelo character de official publico, se d'elle estava revestido, para fazer por isso pender a balança a favor do seu cliente. Assim, é expresso nos costumes municipaes que o mordomo (advogado natural dos peões e dos individuos estranhos ao concelho) não tenha em juizo mais consideração do que outro qualquer patrono, ainda nas causas fiscaes em que aos *ovenças* (designação geral dos agentes da fazenda publica) não era permittido chamar quem falasse por elles (5), excepção que parece achar-se tambem estabelecida nos proprios foraes deste typo contra os que offendiam a inviolabilidade do lar domestico (6). Finalmente, ás

(1) Ibid. p. 561.

(2) « uno solo *razonario* ». Provisão de 1254 no Liv. 1 d'Aff. III, f. 6 v.

(3) Ined., T. 4, p. 541 e 563.

(4) Ibid. p. 567.

(5) Ibid. p. 570, 576. Cost. de Béja : Ined., T. 5., p. 475, 470. Cost. de Santar. comm. a Oriola : Gav. 15, M. 3, N.º 14.

(6) « Qui publicè coram bonis hominibus casam.... ruperit pectet 500 solidos, et hoc sit sine *vozeiro* » : For. de Santarem

declarações do advogado contrarias ao seu cliente dava-se o valor de prova plena, se este, achando-se presente, não se levantava para o impugnar e confirmava o dicto com o seu silencio (1).

Nos foraes do typo de Salamanca estava precisamente estabelecida a instauração da causa perante os alcaides como primeiro acto do litigio (2). O praso concedido para se dar a querella nos casos crimes parece ter sido ahi mais amplo, ao menos em alguns municipios em cujos foraes achamos, por exemplo, estatuida a mesma disposição do de Santarem, de vir a mulher violada publicando em alta voz a sua affronta, rasgando os vestidos e denunciando o culpado, dando-se-lhe, porém, para isso o praso de tres dias (3). Seguia-se a compulsão ao réu para vir a juizo. Aqui é que os meios diversificavam. Postoque incompletas mas formuladas e escriptas numa linguagem barbara, as provisões directa ou indirectamente relativas a tal objecto nos diversos foraes desta especie comparadas entre si revelam-nos em geral os varios methodos de compulsão. Já vimos como ainda nas materias judiciaes, o solarengo, o caseiro, o *homem de outrem* era representado por seu amo, patrono ou senhor.

e analogos. Esta disposição póde, talvez, ter diversa interpretação, por isso damos a nossa como duvidosa. Entretanto, a denegação de defensor ao réu não existia só nestes concelhos, como veremos.

(1) Ined., T. 4, p. 561.

(2) « Quem omem de Guarda penorar, e ante non pedir deryto en concelho vosso peyte ao praço 60 soldos e duble a penhora á quel a que a tomar ». For. da Guarda, Ibid. p. 400. A mesma disposição nos foraes de Trancoso, Castello-Mendo, Sancta Cruz, Gouveia, Freixo, Penedono, etc.

(3) For. de Sancta Cruz, Freixo, Urros, etc.

Tendo, porém, de ser citado na ausencia deste, a apresentação do signal ou sello do juiz equivalia á citação para o réu comparecer a fim de dar fiadores de que viria a juizo apenas seu amo voltasse (1). Pelo que, porém, tocava aos membros do gremio, aos chefes de família, empregavam-se tres meios diversos de chamamento ou citação. Era o primeiro a intimação feita, quer pelo proprio auctor munido do signal do juiz (2), quer por um official publico, pelo mordomo ou pelo seu saião ou pelo andador do concelho, auctorisados para fazerem arresto por mandado dos alcaides de alguns bens do demandado como penhor da sua obediencia (3). Era o segundo meio apresentar o auctor ao réu um individuo denominado *fiel*, cujo character e obrigações não se acham expressas com bastante clareza nos monumentos, mas que, segundo parece, tomava apenas uma responsabilidade moral pela boa-fé do auctor, e revestia até certo ponto por esse facto o character de official publico, de delegado do tribunal. A funcção que em tal caso exercia o *fiel* parece tambem applicarem-se as expressões *tomar sobre si*, *sobrecabar*, *levar sobre cabo*, que se encontram nas obscuras provisões dos costumes

(1) Ibid.

(2) « Todo ome, que synal parar a seu contentor, e el non vier a plazo » : Cost. da Guarda (Ined., T. 5, p. 472). Este *signal* ou *sello* devia ser o do juizo, o mesmo com que se intimavam os solarengos, aliás não representaria a auctoridade judicial. Nesse caso seria mais simples empregar os outros meios de compulsão.

(3) Veja-se o documento da Gav. 1, M. 7, N.º 2 no Arch. Nac. comparado com os costumes da Guarda (Ined., T. 5, p. 413 in medio, p. 421 in principio, 430 ad medium e 431 ad finem, onde a p. 421 em lugar de *aa doadores* se deve ler *andadores*).

da Guarda. e que, a equivalerem ás palavras *ferre super caput*, corresponderiam metaphoricamente á idéa que supponmos exprimir a denominação de *fiel* (1). Quando o queixoso era um dos proprios

1 Comparem-se os muitos logares dos costumes da Guarda onde se encontram as palavras *fiel*, *sobrecabar*, *subre cabo*, *tomar subre se*, *levar super cabo*, etc. Uma passagem do foral de Sancta Cruz illustra, quanto a nós, esta difficil materia : « Todo vicino que pedir de dê ? segurançia cum tres vicinos aut cum uno alcalde, et non dederit, pectet v morabitanos, et si trasnoctar, pectet x morabitanos : qui dizer *non habeo homo que me leve super cabo*, det fiador in L morabitanos, et si non dederit pectet L morabitanos, et postea det fiadores in cccc morabitanos, et si non dederit prendant illos alcaldes cum rancuroso. » A interpretação desta passagem parece-nos ser a seguinte : « Se qualquer vizinho pedir a outro lhe dê seguro com tres vizinhos ou com um alcalde, e elle não o der, pague 5 morabitanos, e se passar uma noite, pague 10 morabitanos : se disser — *não tenho quem fique responsavel por mim* — dê fiador á somma de 50 morabitanos no outro dia; e se não o der seja multado em 50 morabitanos ; e depois dê fiadores á somma de 400 morabitanos ; e se não os der, vão os alcaldes com o queixoso tomar-lh'os. » A exigencia do seguro presuppõe que esse que o pede offendeu aquelle a quem o pede, o que virtualmente converte o primeiro em réu e o segundo em auctor. O seguro pedido é necessariamente para que o offendido não se vingue extrajudicialmente ; para que não arme alguma cilada ao offensor. O foral presuppõe então a hypothese de responder o offendido — *não tenho quem me leve sobre cabo* ; isto é quem responda moralmente por mim. Desde este momento o réu virtual converte-se em auctor, o auctor converte-se virtualmente em réu ; porque esbulha o outro de um direito. Nesse caso o foral estabelece-lhe processo e penas : já então não lhe pede quem se responsabilise por elle, não lhe pede *fiel* ; pede-lhe *fiadores*, que fiquem obrigados por sommas certas. Estas varias phases fazem sentir a differença do *fiel* ou responsavel, ao *fiador*. Nos costumes da Guarda o auctor tinha a seu arbitrio empregar este meio da compulsão ou o outro de que vamos falar :

juizes municipaes (*alcaldes*) a citação era feita por tres vizinhos que o auctor enviava ao réu e que, portanto, desempenhavam o mister de fiéis (1). Logo que o demandado recebia a declaração do fiel constituia-se réu em juizo, e se não se apresentava perante os *alcaldes*, ficava sujeito a uma multa sem evitar que se empregasse outro expediente para o compellir (2). O terceiro meio, emfim, era a *penhora* (arresto ou embargo) feita immediatamente pelo auctor sem intervenção do official publico e logo que intentava a causa (3). Esta usança, estranha a nossos olhos, devia ser e era o arbitrio a que mais frequentemente se recorria para obter qualquer reparação judicial no meio da liberdade tumultuaria dos concelhos, entre populações rudes, e com a desproporção que existia entre a força publica material e a violencia e a soltura das paixões individuaes. Entretanto o systema dos arrestos, dessa especie de caução pela qual o interessado assegurava a comparencia do seu contendor, tinha restricções que impediam se tornasse em elemento de rixas e de anarchia um acto destinado a assegurar a intervenção dos magistrados e o predominio das

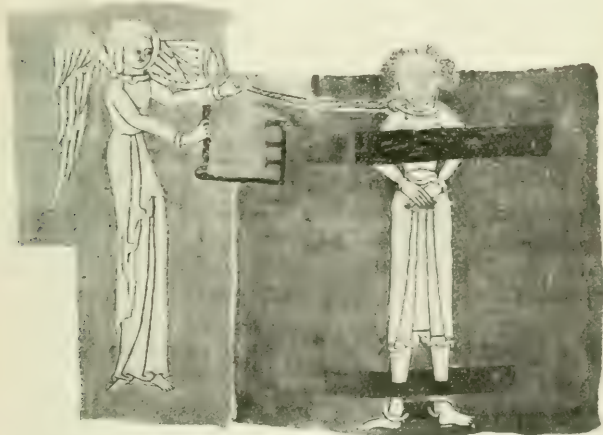
« Entre *fyel parar* ou *penhorar* tal faça qual quizer ». Ined., T. 5, p. 426. As vezes *levar sobre cabo* tambem significava *afiançar*, *ser fiador*: (Ibid. p. 407 ad fin. e 413 post medium).

(1) Cost. de Guarda, Ined., T. 5, p. 416.

(2) « Todo ome que a fiel andar e non quizer prender juizo dalcalde pcyte dez soldos; » Ibid. p. 434.

(3) Nos foraes deste typo, nos costumes da Guarda, e nos fóros leoneses das terras de Cima-Coa, em cuja organização municipal ha quasi completa analogia com a das nossas povoações limitrophes na Beira, são tão frequentes as referencias a este systema de compellir o réu a vir a juizo, que fora inutil citar alguns desses logares e quasi impossivel citá-los todos.

formulas judiciaes nas contendas particulares. Em muitos concelhos, como já vimos, eram exceptuados de taes arrestos o fato do uso e as camas, e exemplos ha de se estender esta immuniidade a tudo quanto pertencia á residencia do réu (1). Nalgumas partes os foraes declaravam positivamente



21. — Instrumento do seculo XII para detenção de presos (tronco).
(*Archivo Nacional: Commentario ao Apocalypse de Loryão.*)

que só podiam ser penhorados deste modo devedores ou fiadores (2). Devia, porém, dar-se frequentemente o caso de não ter o auctor a audacia ou a força precisas para exercer pessoalmente o seu direito: em tal hypothese é obvio que se tornava necessario recorrer á auctoridade

1 For. de Sancta Cruz.

(2) For. de Castello-Mendo, Salvaterra, etc.

publica. Ao *judex* parece que incumbia ordenar o arresto e tambem aos alcaides; porque achamos repetidas passagens, donde se conhece que em poder ora daquelles ora destes estavam ás vezes os chamados penhores antes de começar a causa (1). Faziam estas penhoras, segundo dissemos, o saião do mordomo ou o andador do concelho, provavelmente conforme eram o *judex* ou os alcaides quem mandava fazer o arresto (2). Entretanto, os inconvenientes que forçosamente resultavam de tal systema de compulsão eram grandemente modificados pela faculdade que o réu tinha de dar fiadores. Sobre este ponto encontram-se nos foraes do typo de Salamanca e nos respectivos costumes multiplicadas provisões: mas o fim evidente de todas ellas é evitar as collisões entre os litigantes sem tornar duvidosa a intervenção do tribunal e a execução do julgamento. O principio geral, expresso nestes foraes ou nelles presuppostos, é:

« Em quaesquer penhoras que se façam, tanto por parte dos vizinhos, como por parte do fisco, receba-se fiador de que o réu virá a juizo para se julgar conforme o direito local (3). »

(1) « Qui tulerit *pignus judici pectet 1 solidum* ». For. de Proença: « *Judex si noluerit colligere directum vel fiador super pignora que tenuerit, etc.* » : For. de Fresno. For. de Sancta Cruz. — « *Penhores que alcaides preserem non se morteviguem, etc.* ». Ined., T. 5, p. 425. — « *Penhores que foren soltos dos alcaides, etc.* ». Ibid. p. 411. — « *Quem a alcaides... penhor revellar* » : Ibid. p. 408. — Veja-se tambem p. 430.

(2) « *Quem penhor revellar a sayon... quem aos andadores revellar* : » Ibid.

(3) Para maior clareza paraphrascámos o texto, que é o seguinte: « *Pro tota pignora, sive de concilio sive de palacio, colligat fiador super illa pignora proad forum.* »

Como o arresto e a fiança, que suspendia a apprehensão das cousas arrestadas, tinham por fim a comparencia do réu em juizo, a responsabilidade do fiador cessava com a apresentação do affiançado para seguir a causa. Se o réu não vinha espontaneamente libertá-lo desse onus ou elle não o conduzia á força perante os alcaides, ficava sujeito ás consequencias do processo, embora com o direito salvo contra o affiançado. Se, porém, passavam seis meses sem que a causa progredisse, a sua responsabilidade cessava e não podia ser por isso inquietado, elle ou (se entretanto vinha a fallecer sua mulher e seus filhos (1) Nas contendas mais graves em que a irritação do auctor era excessiva, se o réu, além de se comprometter a vir a juizo, dava dous fiadores e elle não lh'os acceitava, o seu adversario podia matá-lo, e a reparação pecuniaria aos parentes do morto ficava a cargo do concelho pelo principio da solidariedade municipal (2). Quanto ao patrocínio das causas, a circumstancia mais notavel da jurisprudencia destes concelhos era não consentir defesa por advogado ao ladrão conhecido e provado tal pela declaração de seis homens bons feita em juizo, e ficando sujeito ás mesmas penas impostas ao réu aquelle que, apesar de tudo, ousasse patrocinar a causa de qualquer destes facinorosos (3).

O foral e os costumes de Evora e dos outros concelhos semelhantes mostram-nos que as formalis-

(1) For. de Trancoso, Guarda, Valhelhas, Castello-Mendo, Sancta Cruz, Penamacor, Gouveia, etc.

(2) For. de Castello-Mendo, For. da Guarda no original e mais claro na versão Ined., T. 5, p. 401, etc. Nalgumas cartas municipaes, como no foral-typo de Trancoso, diz-se « *um fiador* ».

(3) Cost. da Guarda : Ined., T. 5, p. 409 in fine, 434 in fine.

dades iniciaes do processo eram analogas ás que se empregavam nos concelhos do typo de Salamanca. Ahí nos apparecem os tres meios de compulsão, as intimações pela apresentação do *signal* ou sello dos magistrados, o chamamento com fiel, e o arresto modificado pelo systema das fianças. Nos foraes estatue-se :

« Quem achar penhores na villa e lhe derem fiador, se for penhorar nos predios rusticos, reponha em dobro, pagando 60 soldos de multa, da qual pertencerá ao fisco a setima parte. »

São obvias as consequencias que teriam os arrestos nos gados e trens de lavoura e, portanto, o motivo da lei. Esta disposição, porém, está indicando que elles podiam ser feitos pelo proprio auctor depois de intentada a causa, aliás prohibir-se-hiam aos officiaes publicos as penhoras nos predios rusticos e não seriam tão genericas as expressões analogas :

« Quem não for (a juizo) á vista do signal do juiz e tirar os penhores das mãos ao saião, pague um soldo ao dicto juiz. »

« Quem penhorar na villa acompanhado do saião e lhe tirarem os penhores prove-o legalmente (*outorget*), e o saião, reunindo individuos de tres freguesias, penhore com elles no valor de sessenta soldos, metade dos quaes serão para o concelho e a outra metade para o queixoso. »

Assim a principio, emquanto existiu nestes concelhos o cargo de *judex*, os modos ordinarios da compulsão eram, ou apresentar-se ao réu o signal do juiz, ou acompanhar ao auctor o official do mordomo para se arrestarem alguns bens do réu, admittindo-se aliás as fianças em taes casos. Depois, quando o cargo foi supprimido, a auctoridade de ordenar as citações passou natural-

mente para os magistrados duumviraes. Assim, nos costumes de Evora, Alcacer, Montemor-novo, Gravão, Terena e Alcaçovas, achamos que os porteiros ou andadores do concelho eram quem fazia os arrestos e, por via de regra, citavam, precedendo sempre ordem expressa dos juizes (1). Embora esses costumes se refiram ás vezes ao foral quanto ás penhoras (2), é certo que as disposições do direito consuetudinario eram absolutas e precisas pelo que tocava á necessidade da intervenção do official do concelho e da auctorisação dos juizes municipaes em taes actos. O systema, porém, de dar fiança ás penhoras parece ter sido invalidado pelos costumes, porque não se encontram referencias a este uso nos monumentos que nos restam dessa jurisprudencia consuetudinaria, subsistindo, porém, as garantias de ser feita a penhora ou *testaçom* (como já se começava a chamar ao arresto) (3) exclusivamente por agentes de justiça, e de serem depositados os objectos arrestados na casa do

(1) Cost. de Alcacer, Montemor, e Gravão Ined., T. 5, p. 379. — Cost. de Evora e Terena (F. A. de Leit. Nova, fl. 148 e segg.). — Cost. das Alcaçovas : M. 10 de For. A. N.º 1.

(2) « E quem ouver a pignorar, pegnore por foro como ante soyan a pignorar » : Cost. de Alcacer, Montemor e Gravão, loco cit., p. 377.

(3) Nos costumes das Alcaçovas communicados d'Evora nos fins do seculo XIII denomina-se o arresto *testaçom*, e arrestar *testar*, postoque as cousas arrestadas continuem a chamar-se *penhores*. — Nos usos e costumes do *juulgado* de S. Martinho de Mouros revistos pelo corregedor Afonso Annes, em 1342, regulando-se o modo de arrestar, a que se chamava geralmente, nos tempos mais antigos e fóra dos concelhos, *pôr caritel*, o magistrado, approvando esses estylos consuetudinarios, accrescenta : « pero manda que mudem o nome de *carytel* e ponhanlhy nome *testaçom*, que he mays fremoso dizer. » Ined., T. 4, p. 581.

vizinho mais proximo morador da mesma rua e nunca em mãos dos officiaes do fisco (1).

A instauração dos processos nos concelhos deste typo offerece varias outras circumstancias dignas de nota. Nas demandas dos bens de raiz o auctor tinha de manifestar ao réu qual era precisamente a cousa demandada e de dar uma especie de fiel ou fiador de que a demanda estava na realidade affecta ao poder judicial (*fiador de nocion, nupcion*) e outro de composição, isto é, de que, decaído da causa, elle auctor perderia para o seu contendor um predio igual ao que pedia. Sem estes dous fiadores o citado não podia ser constrangido a vir a juizo. Se se tractava de bens moveis, o auctor só ficava obrigado a dar o fiador da legitimidade da citação e não o da composição, excepto se era individuo estranho ao concelho (2). O fiador demandado para pagar a fiança considerava-se como principal devedor, e só podia escusar-se quando o affiançado vinha submeter-se espontaneamente ao juizo. Na primeira hypothese ficava o direito salvo ao fiador para haver do affiançado aquillo que fora constrangido a pagar (3). Nas querellas de offensas contra a segurança pessoal o auctor devia jurar primeiro que querellava por esse motivo e não por odios ou inimizade que anteriormente tivesse com o réu (4). Quanto á defesa das causas achamos nos concelhos desta ordem provisões até certo ponto analogas ás dos anteriores. Concediam-se ao demandado prazos maiores ou me-

(1) Cost. das Alcaçovas, M. 10 de For. Ant. N.º 1.

(2) Ibid. p. 384. *Nocion* nesta passagem tem evidentemente a significação juridica de *Notio* e é uma reminiscencia confusa do direito romano.

(3) Ibid. p. 385.

(4) Cost. d'Evora e Terena.

nores, mas nunca inferiores ao de tres dias, para buscar advogado no proprio concelho ou fóra d'elle, segundo a importancia da causa ou em virtude de outra qualquer circumstancia cuja apreciação incumbia aos juizes (1).

Taes nos apparecem nos grandes municipios dos tres typos regulares as formulas iniciaes do processo. Nos outros concelhos perfeitos, bem como nos incompletos, ellas eram em geral semelhantes, postoque ás vezes diversamente modificadas por condições locaes. A' queixa perante o tribunal, ou querella, ás citações feitas pelo proprio auctor, acompanhado ou não por algum official publico, ás penhoras ou arrestos, ás fianças, á nomeação de advogados já mais de uma vez nos referimos accidentalmente na historia dos municipios incompletos e, por isso, fóra inutil accrescentar novos exemplos dos variados meios da compulsão judicial e dos actos iniciaes dos pleitos nesses concelhos, onde o processo, como as outras instituições, era mais imperfeito (2). Cumpre-nos agora examinar o systema das provas, no qual os costumes dos primeiros tempos da monarchia, não só dentro mas tambem fóra dos concelhos, diversificavam profundamente das instituições modernas.

Dissemos antes que o methodo das provas nos tribunaes municipaes variava, empregando-se para descobrir a verdade diversos meios, como os documentos, os inquéritos, os depoimentos de testemunhas em juizo, a compurgação, o juramento individual e o chamado juizo de Deus. Este ultimo, tão

(1) Cost. de Alcaçovas, Montemor, e Gravão. Ined., T. 5, p. 388.

(2) V. vol. 7, p. 123, 126, 156, 166, 192, 203, 220, 260, 277, etc.

inefficaz como barbaro e absurdo, era uma tradição das instituições germanicas, que a superstição e a ferocidade alimentada por continuas guerras tinham radicado nos habitos e contra a qual o progresso da civilisação luctou muito tempo debalde (1). Pouco mais efficazes se devem suppôr, e muitas vezes o seriam, o juramento das partes interessadas e, ainda, o systema da compurgação; mas, ao menos, estes meios de provar a existencia ou não existencia de qualquer facto assentavam sobre um principio moral, o respeito daquelles a quem se exigia esta prova por um acto até certo ponto religioso; isto é, assentavam sobre o temor de mentir, não só aos homens, mas tambem ao céu, consideração gravissima numa epocha de crenças robustas (2). Os juizos de Deus, as provas por combate ou pelo ferro candente é que, além de supersticiosas e impias, nunca podiam servir para esclarecer a verdade.

Que muitas vezes nas questões civeis ventiladas perante os juizes municipaes se aproveitava a prova documental quasi fora inutil dizê-lo : restam disto sobejos monumentos e, até, já a outro proposito nos occorreu citar um facto dessa ordem (3). A legislação geral presuppõe o uso commum de taes provas (4). A frequencia com que no seculo XIII se recorria á jurisdicção voluntaria dos mesmos

(1) Eichhorn, *Deutsch-St. u. R. Gesch.*, 1 B. § 79.

(2) A compurgação tinha por base o juramento do réu : militam, portanto, a favor della as mesmas razões. E' por isso que não concordamos com Meyer (*Institut. Judiciaires*, L. 2 e 5) que reputa estes meios de prova como inteiramente absurdos, postoque reconheçamos a sua insufficiencia.

(3) V. vol. 7, p. 283. Doc. de 1285.

(4) Por exemplo, a provisão de 1272 (*Ined.*, T. 5, p. 391, e segg.).



22. — Instrumentos do século XII para detenção de presos (tronco).
(*Archivo Nacional: Commentario ao Apocalypse de Lorvão.*)

magistrados do concelho para revalidarem os contractos (1) nos está mostrando de quanto valor juridico seriam os instrumentos solemnes quando á vista delles esses magistrados tinham de exercer a jurisdicção contenciosa. Nesta parte as instituições judiciais dentro dos concelhos eram analogas ás dos tribunaes regios nas terras não-municipaes e, ainda, ás dos tempos modernos.

Passando á prova por testemunhas, se compararmos as varias passagens dos foraes e costumes que se referem ás *exquisas* ou *enquisas*, acharemos que estes vocabulos, sobretudo o ultimo, tinham duas significações distinctas, postoque proximas, e que correspondiam a dous factos, postoque analogos, differentes. *Enquisa*, ou mais geralmente *exquisa*, *exquisa directa* era o equivalente de inquérito. Este inquérito, porém, podia ser feito de dous modos : ou indo as testemunhas depôr no tribunal, ou enviando-se inquiridores a averiguar o facto na localidade onde elle acontecera ou onde existiam as pessoas indicadas pelos litigantes como habilitadas para deporem sobre o objecto que dera materia ao pleito. Estes inquiridores eram nomeados, segundo parece, a contento das partes contendoras ou por ellas proprias de mutuo accordo (2). A regra, porém, era virem as testemunhas dar depoimento em concelho : tal hypothese, pelo menos, é a que se presuppõe mais vezes (3). Esses individuos chamados para a averiguação dos factos designavam-se pelo mesmo vocabulo *enquisas*, e era esta

(1) V. vol. 5, p. 282 e segg.

(2) Cost. de Santarem : Ined., T. 4, p. 557, in fine.

(3) Ibid. : T. 4, p. 544, 545, 551, 553, 557, 560, 567, etc., e T. 5, p. 471, 507, 508, 511, 513, 514, etc.

a significação mais trivial delle (1). Nos concelhos do sul do reino, principalmente nos perfeitos da primeira formula, predominava este systema de provas. Nas causas de fazenda publica ou nas criminaes, que, em razão das calumnias ou multetas tributarias, se podiam até certo ponto considerar como fiscaes, os agentes do fisco eram obrigados a sustentar o pleito por este meio e a acceitarem-na na defesa do réu (2). O mesmo principio regulava ácerca dos litigios particulares sobre dividas e fianças, salvo o caso de se comprometter judicialmente o auctor a estar pela declaração jurada do réu, o que se exprimia pela phrase *deixar em sua verdade* (3). O direito de recusar certo numero de testemunhas, obrigando o adversario a dar outras novas, ou, segundo a phrase juridica de então, o direito de *dizer ás enquisas* existia geralmente (4). A prova testemunhal, que a principio parece não ter sido frequente nos concelhos do typo d'Avila, foi substituindo pouco a pouco o costume de exigir o juramento do réu. Nos fins do seculo XIII estava, por exemplo, alterado esse costume em relação aos devedores da fazenda publica, e os officiaes do fisco eram obrigados a recorrer contra elles ás provas directas (5). O mesmo acontecia nos processos civeis. Para a resolução, porém, dos pleitos entre qualquer vizinho de um concelho deste typo e um estranho é que o systema da prova testemunhal fora adoptado geralmente desde o principio, não se admit-

(1) Ibid.

(2) Ibid. p. 545, e foraes deste typo. Cost. de Santarem communicados a Oriola, Gav. 15, M. 3, N.º 14.

(3) Ined., T. 4, p. 544, 545, etc.

(4) Cost. de Sant. : Ined., T. 4, p. 546, 547. — Cost. de Béja : T. 5, p. 508.

(5) Cost. das Alcaçovas : M. 10 de For. Ant. N.º 1.

tindo nessas causas, como a outro proposito já vimos (1), senão ou a *exquisa* ou o combate judicial, que seria tão commum nos casos de offensa pessoal como pouco frequente nas demandas civeis. Nos costumes estabeleceu-se geralmente a jurisprudencia de ficar a arbitrio dos offendidos, nas tentativas de morte ou de ferimentos, nos arrombamentos de casas, quer simples, quer com armas, e em outros crimes, o darem sobre isso testemunhas ou exigirem a compurgação do offensor (2). Em alguns pleitos civeis, como nos de fianças, o mesmo direito consuetudinario havia introduzido a faculdade de empregar o réu em sua defesa tanto o juramento contradictorio como o depoimento de testemunhas (3).

O segundo systema de provas, o do juramento, nas suas variadas formulas, sem deixar de ser trivial em toda a especie de concelhos, predominava sobretudo nos do typo de Salamanca junctamente com os juizos de Deus, e a prova testemunhal apenas nos apparece como excepção nos foraes desta ordem pertencentes a povoações da orla meridional da Beira, onde os dous typos d'Avila e de Salamanca, por assim dizermos, se compenetravam (4). O juramento dos litigantes e o de pessoas mais ou menos estranhas á causa, como meio judicial de ataque e de defesa, tinham, segundo a diversidade dos casos, diversas condições. Havia o do

(1) V. vol. 7, p. 272 a disposição do foral d'Evora commum a todos os outros do mesmo typo.

(2) Cost. de Montemor, Alcaçer e Gravão : Ined., T. 5, p. 380 e segg.

(3) Ibid. p. 386.

(4) Taes são os de Penamacor, Proença, Salvaterra do Extremo, etc.

auctor que affirmava e o do réu que negava; havia os juramentos collectivos da compurgação em defesa do demandado e os da *firma* ou *outorgamento* para sustentar a acção. Cada uma destas formulas manifesta-se por caracteres distinctos no meio das confusas disposições do direito local.

Do juramento de calúnnia, tradição da jurisprudencia romana, acham-se já vestígios nos costumes municipaes que nos restam desta primeira epocha. A chamada *jura de malicia* e, ainda, de certo modo, o *outorgamento* ou *firma* equivaliam a essa formula de direito romano; porque, embora variassem nas suas circumstancias e nos seus effeitos, ambas tendiam a assegurar a legitimidade da acção. O juramento de malicia era, porém, o que precisamente lhe correspondia, tendo o outorgamento e a firma antes um character analogo ao de juramento suppletorio. Nos foraes ou costumes dos concelhos do typo d'Avila é expressa a natureza da *jura de malicia* :

« Por costume, nas causas de ferimento póde o réu pedir *jura de malicia*, accusando o auctor de o demandar maliciosamente e por malevolencia, e os juizes devem ordenar que jure (o auctor) (1). »

Na jurisprudencia dos concelhos do typo de Santarem acham-se igualmente vestígios dessa formula judicial do mesmo modo limitada ao simples juramento do auctor (2); mas nos concelhos do typo de Salamanca ella se aproximava da firma ou outorgamento e ainda, até certo ponto, da compurgação,

(1) Cost. de Montemor, Alcacer e Gravão : Ined., T. 5, p. 389. Vejam-se tambem Post. d'Evora e Terena (For. Ant. de Leit. N., f. 148), e no Elucid., v. *Apostila*.

(2) Cost. de Santarem : Ined., T. 4, p. 543.

pela circumstancia de ser colectivo o juramento. Assim, por exemplo, nalguns dos respectivos foraes estatue-se ácerca da accusação de assassinio aleivoso feita por um dos parentes do assassinado :

« Quem intentar uma causa desta ordem jure precisamente com os tres parentes mais proximos que tiver na povoação que não a intenta por outra malquerença que tenha com o réu; mas que este matou o seu parente ou o feriu de modo que veio a morrer. Se não houver parentes, jure o auctor com tres vizinhos. Sem isso o accusado não terá de responder (1). »

Materialmente, entre a firma e esta especie singular de juramento de calúnia é evidente a distincção, podendo dizer-se que a firma é uma como prova da acção, emquanto a *jura de malicia* é um preliminar sem o qual o litigio não progride. Casos havia, porém, postoque raros, nos quaes a falta do outorgamento produzia o mesmo effeito de impedir o processo. Tal vinha a ser nos concêlhos do typo de Salamanca a accusação contra um alcalde por exorbitar em actos de jurisdicção (2). Entretanto, nos outros casos a demanda proseguia independente da firma. Os foraes da terceira formula encerram uma disposição relativa aos casos d'estupro, que já expusemos em substancia e que litteralmente é a seguinte :

« Se alguém violar qualquer mulher, e ella, voz em grita, se queixar de que foi forçada e o accusado negar, dê a querellante outorgamento de tres homens de categoria igual á do réu, o qual se defenderá jurando com doze homens. Se ella não achar individuos que dêem o outorgamento, servirá de defesa ao culpado o seu juramento só e, se não poder dar este, pague á queixosa trezentos soldos, deduzida a septima parte para o fisco. »

(1) For de Freixo, Sancta Cruz, etc.

(2) Cost. da Guarda : T. 5, p. 431.

Nos costumes da Guarda estabelece-se geralmente o outorgamento (1) ou a firma (2) como base do litigio, e em varios concelhos do typo de Salamanca esta foi preceptivamente estatuida desde logo para diversos casos. Comparando as disposições em que o direito municipal se refere a essa formula judicial, conhece-se que a firma ou outorgamento era uma especie de compurgação ou juramento do auctor em que o numero dos conjuradores nem sempre se acha precisamente especificado para cada hypothese, o que aliás acontecia com os de defesa, ou porque o numero daquelles fosse por uso constantemente o mesmo (talvez o de dous) ou porque em geral fosse indeterminado. As seguintes passagens, entre outras, fazem sentir quaes eram os fins e a indole daquella especie de co-juramento :

« Quem ferir a qualquer seu concidadão com pedra ou pau pague vinte morabitanos, se lh'o firmarem, e, se não lh'o firmarem, jure em sua defesa com cinco vizinhos. Se o ferir ou lhe fizer pisaduras com a mão ou com o pé pague quatro morabitanos, se houver firma; se não a houver, jure com quatro, sendo elle o quinto (3). »

« Se o vizinho da villa a quem arrombarem a casa com armas e dentro della o ferirem poder firmar (a querella) pague-lhe o réu mil soldos; e se não a poder firmar, jure o réu com doze vizinhos e fique absolvido daquelle delicto (4). »

« Quem for vizinho e tiver de firmar com alcaldes, sendo o pleito sobre divida superior a cinco morabitanos,

1 Ibid. p. 408. *Outorgamento* de outorgar (*revalidar*); *firma* de *firmar* (dar firmeza, assegurar, fortalecer) são essencialmente equivalentes. Na passagem aqui alludida acha-se a palavra *outorgamento*; mas em geral nos costumes da Guarda emprega-se a expressão *firma*.

(2) Ibid. p. 407 in fine, 421, 427, 431.

(3) For. de Sancta Cruz, Freixo, etc.

(4) Cost. da Guarda : Ined., T. 5, p. 407 in fine.

firme com dous alcaides, e sendo inferior, firme com um (1). »

« Havendo de dar-se ou firmas ou juradores, devem estes ser da categoria do auctor (2). »

« Qualquer que haja de firmar firme com vizinhos ou filhos de vizinhos no lugar onde for o tribunal do concelho (3). »

Destas prescripções se deduz que a firma era a revalidação da queixa por individuos que sob juramento asseguravam a lealdade do auctor; que nuns casos a sua falta não era bastante para desobrigar o réu da defesa, mas tornava esta mais facil; que noutros casos excluia a contrariedade; que, finalmente, se fazia, por via de regra, distincção entre os individuos que revalidavam a acção e os que sustentavam a excepção, denominando-se os primeiros *firmas* e os segundos *juradores* (4).

A *mão quadra* ou *manquadra* era um juramento de character mixto; era, digamos assim, a transição da firma para a compurgação, sendo admittida em prova tanto da accusação como da defesa, posto que

(1) Ibid. p. 421. Esta disposição é obscura. O auctor dava por conjuradores os alcaides? Não parece provavel, visto que elles tinham de julgar. A extrema barbaria com que estão redigidos estes costumes consente a interpretação de que nas dividas insignificantes se firmasse *perante* um alcaide só e nas maiores perante dous. Esta pelo menos é a intelligencia mais razoavel.

(2) Ibid.

(3) Ibid. p. 427.

(4) Podemos tambem citar a este proposito o que se lê nos mesmos costumes (loc. cit. p. 455, in medio), donde parece deduzir-se que, em geral, os *firmas* eram dous. Mas a barbaridade do texto juncta á negligencia com que este foi copiado e impresso tornam a citação inutil para o leitor que não possa confrontar o original e não esteja habituado á linguagem obscura dos monumentos legaes daquella epocha.

mais frequentemente da primeira. Os costumes da Guardareferem-se muitas vezes a ella; mas as seguintes passagens bastam para mostrar o duplicado character que lhe attribuímos :

« Todo aquelle que vier perante os alcaldes e não der o juramento de manquadra não o admittam a juiço. »

« Os alcaldes accusando alguém de ter quebrado o arresto ordenado por elles são obrigados a jurar manquadra. »

« Quem disser a qualquer homem — « andaste ou andas traçando a minha morte sem que eu seja teu inimigo provado, nem esteja desafiado contigo conforme o foro da Guarda » — jure manquadra que tem suspeitas daquelle que accusa de o querer matar, etc. »

« Nas demandas



23. — Instrumento de musica do seculo XII.
(*Archivo Nacional : Commentario ao Apocalypse de Lorrão.*)

acerca de quaesquer bens, se for obrigado (o réu) ao juramento da manquadra, e depois lh'o firmar (o auctor ao réu), ou (este ultimo) não poder jurar, pague o dobro. »

« Homem ou mulher que cortar madeira em devesa alheia pague sessenta soldos e, se negar o delicto, jure com dous vizinhos sem manquadra (1). »

Esta fórmula de juramento podia, pois, ser empregada em sustentar tanto a acção como a excepção. Mas o que era a *manquadra*? Os fóros de Castello-bom, Alfaiates e outras terras do Cima-Coa, regulando o processo de estupro, presuppõem este juramento como começo do pleito :

« E a manquadra que der a mulher deve ser do seguinte modo : jure conjuntamente com quatro parentes seus sendo ella 2^a a quinta e, senão os tiver, jure com quatro vizinhos que em tal dia lhe fez aquella violencia pela primeira vez sem seu consentimento e sem que ella recebesse retribuição alguma, nomeando desde logo quem combata por ella. Se, porém, não jurar a manquadra, não é o réu obrigado a defender-se (3). »

Vê-se, portanto, que a *manquadra* era uma especie de juramento que o auctor ou réu davam com quatro individuos, todos conjuntamente e cruzando as mãos, segundo o indica a palavra. Em varios concelhos costumava empregar-se em certos casos uma especie de *firma* singular. Em vez de intervir nella o juramento de outros individuos, o auctor firmava sósinho, mas dando o juramento sobre uma cruz. Essa *firma*, nos concelhos do typo d'Avila, podia exigi-la o amo do creado quando este o demandava (4). Em Torres-novas as querellas de ferimen-

(1) Ibid. p. 408, 409, 415, 442, 434.

(2) O texto diz *ille quinto*, evidente erro por *illa quinta*.

(3) Fóros de Castello-bom, f. 8.

(4) Cost. de Alcacer, Montemor e Gravão: Ined., T. 5, p. 385.

tos, na falta de prova testemunhal, firmavam-se da seguinte maneira: o queixoso fazia perante os magistrados uma cruz no chão e, pondo uma das mãos sobre a cruz e a outra sobre a ferida, dizia: — « por esta cruz em que tenho uma das mãos, esta ferida em que tenho a outra fez-m'a o accusado » — e esta prova da acção bastava para o réu ser condemnado se não mostrava claramente a sua innocencia (1).

De todas as usanças germanicas que se introduziram entre os povos néo-latinos da Hespanha nenhuma se radicaram tão profundamente e conservaram por largo tempo tão claros vestigios da sua origem como as relativas ao systema judicial. A compurgação é uma dessas usanças essencialmente germanicas. Entre as nações teutonicas existia a mutua garantia, isto é, a solidariedade dos habitantes de cada povoação maior ou menor, em virtude da qual a communitade era responsavel pelos actos de cada um de seus membros, tradição que já vimos subsistir ainda até certo ponto nos concelhos portuguezes dos séculos XII e XIII. D'aqui resultava que cada membro daquellas pequenas associações tinha interesse immediato em que se descubrissem os perpetradores de quaesquer delictos cuja responsabilidade podesse recair sobre a associação e, portanto, em parte sobre elle. Assim, quando um burguês attestava a innocencia de qualquer réu, firmando com o proprio juramento a sinceridade da negativa, tornava-se digno de credito como interessado em que fosse reconhecida a culpabilidade do accusado, se na verdade ella existisse. Comtudo, como a corrupção era possivel, e os esforços do réu para obter

(1) Cost. de Torres-novas : Ined., T. 4, p. 616.

quem jurasse a seu favor deviam augmentar em proporção da severidade das penas correspondentes ao delicto, as leis exigiam maior ou menor numero desta especie de testemunhas em proporção da maior ou menor gravidade do crime sobre que versava o processo (1).

Os individuos que intervinham nestes actos destinados a provar a verdade da defesa dos réus eram designados pelas palavras *juratores*, *conjuradores*, *sacramentales*, *compurgadores* ou por outras equivalentes, e o seu ministerio distinguia-se essencialmente do de testemunha, ao menos conforme a idéa que hoje ligamos a este vocabulo, visto que o *jurador* nada depunha relativamente ao facto, mas só em relação ao individuo a quem esse facto se attribuia. E por isso as leis barbaras exigiam que os *juratores* fossem homens livres e ligados por um principio de solidariedade ao réu, quer como membros da mesma communa, quer como membros da mesma familia (2).

Isto que dizemos das nações germanicas é quasi inteiramente applicavel a Portugal no que respeita aos concelhos da primeira epocha da monarchia.

Entre nós os compurgadores denominavam-se *juradores*, *jurados*, *conjurados* (3). Na legislação da Europa central previam-se hypotheses em que o numero dos compurgadores podia subir a setenta,

(1) Meyer, Institut. Judiciaires, T. 1, L. 2, c. 5.

(2) Idem, Ibid. c. 11. — Eichhorn, Deut. St. u. R. Gesch., I B. § 78.

(3) For. do typo de Salamanca, *passim*. — Cost. da Guarda: Ined., T. 5, p. 409, 423, etc. — Cost. de Alcacer, Montemor e Gravão: Ibid. p. 381, 384, etc. — A denominação de *conjurados* acha-se no foral de Salvaterra do Extremo: « Qui percusserit crelicum.... salvet se cum XII bonis hominibus *cunjuratis*. »

a cem e a mais, havendo exemplos de pleitos onde intervieram trezentos (1), mas os nossos tribunaes municipaes nunca excediam a doze (2). Contrapunha-se esta formula á prova testemunhal, designando-se pela palavra *juízo*, emquanto aquell'outra se denominava exclusivamente, como vimos, *exquisa*, *exquisa directa* (3). As mulheres eram em certos casos admittidas como *juradoras*; por exemplo, na querella de injurias dada por mulher de vizinho (*boa-mulher*) devendo ser essas *conjuradoras* da mesma categoria da injuriada, isto é, tambem mulheres de vizinhos (4). Os costumes dos concelhos do typo d'Avila expõem claramente a maneira da compurgação. O implicado jurava primeiro; depois os compurgadores, cada um de per si, iam jurando successivamente que o réu jurava verdade e terminavam dizendo: — *se isto assim não é, Deus me confunda* (5). Quanto ao numero dos compurgadores, este variava conforme as diversas hypotheses. Nos concelhos do typo de Salamanca, onde a compurgação era o meio ordinario de defesa, a regra geral estabelecida nos foraes consistia em apresentar o réu dous juradores; mas as excepções eram numerosas. No crime d'estupro já vimos que para o cul-

(1) Meyer, loc. cit. — Eichhorn, loc. cit. — Robertson, *Introduct. to the History of the Reign of Charles the V.* Sect. I, n.º 5.

(2) Foraes e costumes *passim*.

3 Cost. de Alcacer, Montemor e Gravão: Ined., T. 5, p. 380. Em geral os foraes da segunda formula distinguem entre *juízo* e *juramento*, entendendo por esta ultima palavra a *exquisa*, o testemunho jurado.

4 Cost. de Santarem: Ibid. T. 4, p. 576. Nos cost. de Gravão, p. 334, suppõe-se tambem o juramento compurgatorio de mulheres.

(5) Cost. de Gravão: Ibid. p. 384.

pado se justificar necessitava de doze; o mesmo succedia no caso de assassinio com premeditação, se os parentes do morto não preferiam o juizo de Deus. Igual numero se exigia nos casos de ferimento feito de proposito deliberado em cilada ou espera; não havendo, porém, ferimentos bastava um jurador. Com um igualmente se defendia o indiciado de haver tirado a outro algum animal domestico e, em geral, nas suspeitas de furto, quando o valor deste não excedia a dez soldos. D'ahi para cima, cumpria que o suspeito jurasse com dous homens bons, os quaes em alguns concelhos deviam ser escolhidos d'entre os doze vizinhos que morassem mais perto do réu, o que não obstava a que nos grandes roubos se recorresse ás provas barbaras do combate ou do ferro candente (1). Logares havia onde a accusação do espancamento de algum ecclesiastico só podia ser annullada pela compurgação com seis individuos, e a de ferimentos feitos com qualquer instrumento impugnava-se com cinco juradores ou com quatro, se o réu não era accusado de se haver servido de arma offensiva na perpetração do delicto (2). Nos concelhos do typo d'Avila, onde tambem este systema de defesa se applicava em muitos casos, ha a mesma variedade no numero dos conjuradores. Nas ciladas ou esperas, por exemplo, quando a prova testemunhal era impossivel ou a recusavam os litigantes, preferindo o *juizo*, o réu devia jurar com onze homens bons, e o mesmo succedia nos arrombamentos de casas á força de armas, mas

(1) Ibid. p. 406, 407, 410. — For. de Sancta Cruz, Valhelhas, Gouveia, Freixo, etc.

(2) Foraes de Sancta Cruz, Freixo, Urros, etc. Como vimos acima, em Salvaterra eram necessarios doze compurgadores no caso de espancamento de clérigo.

nesta hypothese o juramento era dado sobre uma cruz. Nos simples arrombamentos e nas contusões e feridas, não se verificando a prova testemunhal, o réu jurava sobre uma cruz com dous juradores ou com um, conforme a categoria delle ou a do auctor era a de peão ou a de cavalleiro (1).

Em pleitos de menos monta, sobretudo nos civeis, a compurgação era substituida pelo simples juramento do réu, em analogia com o que se practicava ás vezes relativamente á *firma*. Nas causas sobre dividas, por exemplo, o auctor podia exigir a declaração jurada do réu, uma vez que desistisse de apresentar outra qualquer prova em contrario, sem o que não tinha direito para o obrigar a isso (2). Este costume, que a principio se applicava até ás causas fiscaes, como já notámos, foi nellas geralmente abolido. Outras vezes, como em pleitos sobre fianças, se o auctor preferia o *juizo* a dar elle prova testemunhal, o juramento do réu era facultativo, podendo provar a excepção por testemunhas ou por juramento (3). Este era dado sobre a cruz em alguns concelhos, porém noutros parece que se usava dáo sobre o evangelho, proferindo-se as palavras sacramentaes: — «Juro por Deus e por Sancta Maria e por estes evangelhos... senão o diabo me leve a alma.». e pelo menos esta formula a que se encontra nas actas de um processo dos fins do seculo XIII (4).

Resta-nos falar da ultima especie de provas, a dos juizos de Deus. É opinião recebida que os wisigodos

(1) Ined., T. 5, p. 580.

(2) Cost. de Santarem: Ibid. T. 4, p. 544 e 553.

(3) Cost. de Alcacer, Montemor e Gravão: Ibid. T. 5, p. 386.

(4) Doc. de 1278: Gav. 1, M. 4, N.º 3 no Arch. Nac.

desconheceram este meio barbaro de defesa. Nota-se que na sua legislação não se encontra o menor vestigio do uso judicial do ferro candente ou do combate singular. Quanto á prova caldaria, que consistia em metter o réu o braço em uma caldeira d'agua a ferver, prova que se menciona no código wisigothico, pensam alguns que foi ahí inserida nos tempos posteriores á conquista arabe a disposição que indirectamente se refere a ella (1). Para nós tudo isto é duvidoso. Desde o século VIII, porém, o systema dos juizos de Deus, viesse ou não dos paizes francos d'além dos Pyrenéus, foi-se gradualmente radicando nas monarchias estabelecidas pela reacção christan. Das tres formulas judiciaes, a prova caldaria, o ferro em brasa e o combate singular, só as duas ultimas continuaram a vigorar na organização judicial dos nossos municipios, e os vestigios da sua conservação, apesar das tendencias em contrario de legislação geral, mais humana e judiciosa que os costumes locaes, são numerosos e profundos. Nos concelhos do typo de Salamanca é onde o uso do ferro candente, como meio de averiguar a innocencia ou a culpa dos réus, nos apparece mais vezes applicado em varias hypotheses, mas sobretudo nos processos de roubo (2). Em outros concelhos vêmo-lo usado tambem nas causas de assassinio (3). Os foraes e costumes que nos restam não particularisam as ceremonias que se empregavam neste singular methodo de recorrer á providencia para a manifestação da verdade ; mas os monumentos dos concelhos

(1) Marina, Ensayo § 280 e seg.

(2) For de Freixo, Urros, Sancta Cruz, etc. — Cost. da Guarda : Ined., T. 5, p. 408, 410, 424.

(3) « Si homicida nudum ferrum portaverit » : For. de Melgaço.



24. — Instrumentos de musica do seculo XII. (*Archivo Nacional : Commentario ao Apocalypse de Lorrão.*)

de Leão e Castella, onde a prova do ferro candente era assás commum (1), descrevem miudamente essas ceremonias. Conforme os fóros de Cuenca, a chapa empregada neste mister devia estar levantada sobre quatro pés com sufficiente altura para o réu ou a ré metterem a mão por baixo, sendo da largura de dous dedos e do comprimento de um palmo. O juiz e um sacerdote punham a aquecer o ferro, e emquanto não estava em brasa a ninguem mais era permittido chegar-se ao pé delle para não haver algum dolo. A pessoa que tinha de passar pela prova era primeiro examinada e obrigada depois a lavar e enxugar a mão diante de todos. Pegava então no ferro sustentando-o pela parte inferior, andava com elle o espaço de nove pés e punha-o de vagar no chão ao passo que o sacerdote a abençoava. Immediatamente o juiz cubria-lhe a mão com cera, punha-lhe por cima linho ou estopa e enfaixava tudo com um panno (2). Tres dias depois examinava-se o estado da mão, e se nesta apparecia queimadura o réu era irremissivelmente condemnado (3).

Na nossa jurisprudencia municipal o combate singular (*repto*) introduziu-se igualmente como meio de defesa judicial. Nos casos de roubo a prova de ferro candente é muitas vezes substituida pelo duello nos foraes da segunda formula (4). Nas

(1) Existia no proprio concelho de Salamanca, que serviu de modelo a tantos dos nossos. V. Marina, Ensayo § 283.

(2) Nos foraes de Oviedo, de Avilés e de S. João de la Peña declara-se que o juiz devia sellar o panno, a fim de não poder abrir-se, o que era indispensavel para a supposta validade da prova.

(3) Fuero de Cuenca, ley 45 y 46 c. II apud Marina, Ensayo l. cit.

(4) For. de Sancta Cruz, Freixo, Urros, etc. — Cost. da Guarda: Ined., T. 5, p. 408.

causas crimes entre habitantes de diversos concelhos decididas nos medianidos achámos vestígios do combate judicial (1), e já também notámos que o foral-tipo d'Evora estabelecia como regra, nessa hypothese, a alternativa do repto ou da prova testemunhal (2). Na verdade, diversas cartas municipaes deste typo, concedidas sob a influencia de idéas mais humanas e judiciosas, não se limitavam a excluir a *firma* nos processos e com ella a compurgação, que lhe era correlativa, mas, excluindo também o duello, reduziam todas as contendas com estranhos á *exquisa* (3). Em compensação, pela orla meridional da Beira, onde a organização municipal da segunda formula e a da terceira se compenetravam, o repto era positivamente estatuido nos respectivos foraes, como equivalendo á prova testemunhal, no caso de medianido (4). Entretanto, apesar de consagrado o principio do duello num grande numero de cartas constitutivas de concelhos, tanto perfeitos como imperfeitos, esse meio judicial parece ter-se obliterado, sobretudo nas provincias meridionaes, porque nos costumes dos mesmos concelhos da Estremadura e do Alemtejo, onde os foraes estatuem o repto, não se acham vestígios do seu uso no seculo XIII, nem nos costumes que a elle

(1) Em Leiria e em Cintra. V. vol. 7. p. 273.

(2) Ibid. p. 272.

(3) Em lugar da phrase — « *non currat inter eos firma sed currat per exquisam aut repto* », que se lê no foral d'Evora e em muitos dos seus congeneres, acha-se em outros — « *non currat inter eos firma nec recto: sed currat per exquisam* ». Taes são os de Alcacer, Palmella, Cezimbra, Gravão, e em geral os das terras pertencentes á ordem de Sanctiago.

4 For. de Proença, Penamacor, Salvaterra do Extremo, Sortelha, etc.

deviam forçosamente referir-se, nem em outro algum monumento, ao passo que tantos encontramos dos systemas de inquérito e de compurgação. Accorde com a rudeza de todas as outras instituições locaes, esta prova barbara onde parece resistir por mais tempo aos progressos da civilização é pela Beira oriental e pela orla meridional de Trás-os-montes, isto é, pelos territorios onde predomina a carta municipal de Salamanca. Os costumes da Guarda applicam-na largamente. Nos homicidios, nas affrontas e nos ferimentos ella era positivamente ordenada ou admittida facultativamente, conforme as circumstancias do delicto (1). Em alguns foraes do mesmo typo ella é facultativa, como substituição do ferro candente, nos crimes de roubo (2), levando os costumes a sua applicação ao excesso de ter de a empregar para a propria defesa o réu accusado de apanhar em rede pombos alheios, se o queixoso a preferia á do ferro em brasa (3). A esta mesma alternativa estava sujeito aquelle que, havendo recebido de alguem por préstamo uma herdade, negava ao dono della o reconhecimento de senhorio (4). O mouro ou mouro convertidos que, obtendo carta de alforria, a davam a guardar a alguem, se esse individuo recusava restituir-lh'a, tinham jus a obrigá-lo á prova do ferro ou á *lide* (5). Bastava que qualquer fosse accusado de ter acolhido um solarenço rebelde ou um estranho inimigo de vizinho seu, para estar sujeito a provar de um desses dous

(1) Cost. da Guarda : Ined., T. 5, p. 405, 406, 413, 423, 424, 431 in fine, 432.

(2) For. de Sancta Cruz, Freixo, Urros, etc.

(3) Cost. da Guarda, l. cit., p. 424.

(4) Ibid. p. 408.

(5) Ibid. p. 410.

modos a propria innocencia (1). O mesmo succedia aos moradores do campo quando, havendo appellido por entrada de inimigos, deixavam de acudir, e por esse facto o gado de alguém era roubado (2). Estes exemplos bastam para avaliarmos quão frequentemente se recorria áquelle brutal meio de defesa nesses districtos, onde por tantos modos temos visto manifestar-se a nativa ferocidade de seus habitantes.

Pelo que respeita ás formalidades do combate judicial os monumentos municipaes daquella epocha subministram-nos diversas especies curiosas. Da disposição anteriormente citada ácerca das cartas de alforria dos mouros convertidos se deduz claramente que o queixoso podia dar por si um campeão, visto que a mulher forra tinha direito de chamar o réu á prova do repto. O mesmo se conclue de serem os aldeões, accusados de remissos em correr ao appellido, constrangidos a defender-se judicialmente por *lide*, não sendo crível que nesse caso viessem combater todos junctos e, ainda accetando semelhante hypothese, fora necessario admitir campeões em numero igual por parte do accusador. Pelos costumes da Guarda, o que queria chamar outro homem a combate, nos casos em que este era admissivel, ia desafiá-lo com tres vizinhos ou enviava doze a desafiá-lo em seu nome. O réu tinha então nove dias para dar judicialmente reparação do damno ou offensa de que o accusavam; mas passados nove dias, ou se encerrava em casa acolhendo-se á immuniidade desta (e d'ahi não podia sair sem ser multado) (3), ou tinha de com-

(1) Ibid. p. 411.

(2) Ibid. p. 418 in fine.

(3) Ibid. p. 413.

bater. Se já estava encerrado por outro desafio e queria evitar o segundo vindo ao tribunal confessar-se culpado, não podia o anterior adversario fazer-lhe mal algum durante a ida e a volta (1). Havia uma devesa ou lugar determinado para estes duellos, e os alcaides assignalavam os limites para fóra dos quaes nenhum dos dous campeões podia passar. Se algum delles, quer a lide fosse a pé, quer a cavallo, os transpunha e buscava guarida receando o desfecho da lucta, e se, intimado pelos alcaides para voltar ao campo, não obedecia, era considerado como vencido ou conforme a phrase daquelle tempo, como *caído* (2). Faziam-se estes duellos, segundo se vê de alguns foraes, a cavallo com lança e escudo ou a pé com clava ou bordão (3), distincção que se achava em harmonia com a existencia das duas classes de cavalleiros e peões (4). Nalgumas partes era estatuido por foro que os combatentes tivessem por unica armã defensiva o escudo e por unica arma offensiva a clava, prohibindo-se expressamente o uso do elmo e loriga (5).

(1) Ibid. p. 414.

(2) Ibid. p. 409, 413.

(3) Elucid. v. *Porrina*. — « qui pugnam fecerit cum lancea et clipeo 10 sol. tribuat; cum porrina 5 » : For. de Arouce. — « De prova de lanza 15 modios; de porrina 7 modios » : For. de Seia. — « Qui contra vicinum voluerit facere provam et vicerit illum, ille qui ceciderit pectet 1 bragal. Et si jam in campum venerunt et eam non fecerint pectet medium bragal. ». For. de Cernancelhe, Longroiva, Sabadelhe, etc.

(4) O foral de Leiria de 1142 estatue que *de pugna que fuerit enfiada* (combate judicial) o vencido, se for cavalleiro, pague doze soldos e, se for peão, cinco. É uma disposição analogã á do foral de Arouce, expressa por outros termos.

(5) For. de Cintra.

Nenhuns documentos, porém, daquella epocha nos subministram especies tão particularisadas ácerca desta especie de juizo de Deus como os fóros dos grandes concelhos da margem direita do Coa e dos que lhe ficam ao meio-dia, Castello-Rodrigo, Castello-bom, Sabugal e Alfaiates. Estes fóros, a bem dizer identicos ou pelo menos pertencentes a um typo commum, regulam todas as circumstancias dos combates judiciaes. As suas provisões a este respeito são as seguintes : Resolvido o duello, os alcaides examinavam se os lidadores eram iguaes em forças (1) e, sendo-o, iam todos d'ahi a tres dias assistir á missa da alva na igreja matriz. Escolhiam então os combatentes por padrinhos dous alcaides e armavam-se, depois do que ambos os campeões prestavam juramento; o reptador, ou quem o representava, de que o direito e razão estavam da sua parte, e o reptado ou quem o substituiu, de que o juramento do seu adversario era falso. Esta particularidade indica-nos que, apesar das rudes idéas daquelle tempo, havia um sentimento mais ou menos vago do absurdo da prova por armas. Fazendo anteceder a ella uma especie de prova de juramento contradictorio, o resultado do combate podia considerar-se como uma vingança celeste, visto que necessariamente um dos dous campeões jurava falso. O que sustentava a acção era obrigado a dar fiança de que no caso de ser vencido pagaria em

(1) « lidiadores... *equent* (eos) los alcaides et del dia que los *eguaen* », etc. Isto mostra claramente a necessidade de admittir as substituições, ao menos do reptado, no caso de disparidade physica ou moral entre os dous contendores. As leis 21.^a do L. 4.^o tit. 21 do *Fuero Real*, e 3.^a do tit. 4.^o da 7.^a Partida, redigidas no mesmo sentido, illustram este ponto.

dobro o valor da causa e o estrago das armas, veri-

ficando os alcaides se o fiador era suficiente. Desde que davam o juramento era tolhida aos lidadores toda a comunicação externa. Qualquer pessoa que entrasse na igreja tinha de pagar aos alcaides um morabitino, e os dous padrinhos deviam expulsá-la sob pena de perjúrio. Quem no lugar do combate entrava para dentro das balisas era levado perante os alcaides e multado em seis morabitinos, salvo sendo algum viandante que accidentalmente por alli transitasse. Do mesmo modo nenhum dos campeões podia sair para fóra das balisas ou lançar mão d'outras armas que não fossem as suas, nem apoderar-se das do seu adversario ou pegar em pedras ou tor-



251 — Arreios de cavallo do seculo XII. (Archivo Nacional: *Commentario ao Apocalypse de Lorcão*)

rões, nem receber de alguém vestidos ou pão, nem cortar as redeas ou cabeçadas do cavallo do contendor ou matar-lh'o. E se porventura acontecia algum destes accidentes, devia declarar com juramento que não o fizera de proposito. Morto o cavallo, montava o que ficava a pé noutro, cujo preço taxado de antemão tinha de pagar ao adversario, dando desde logo fiadores idoneos. Quanto ás armas rotas, pagava-as o vencido. Se o reptado punha pé em terra, devia esperar o seu adversario no campo, de modo que os alcaldes vissem que este o podia offender (1) por todos os lados, e era obrigado a defender-se durante tres dias desde o sol nado até sol posto. Se então o reptador se apeava, tinha de esperar que o accomettesse o reptado, o qual devia combater com elle braço a braço, atacando-o tres vezes por dia e ferindo-o no elmo, na loriga, no escudo ou em quaesquer armas que tivesse, excepto na lança, ou finalmente no corpo. Se o reptado se conservava a cavallo, podia ainda assim combater o adversario as tres vezes por dia e, se este não o derribava e vencia, ficava elle vencedor. Como já vimos, não era licito a nenhum dos contendores ultrapassar as balisas postas pelos alcaldes, e qualquer delles que quebrasse as leis do repto era por esse facto desde logo reputado como *caído*. As prevenções que se tomavam desde que começava o desafio para que o equilibrio entre as forças phisicas e moraes dos dous contendores não fosse destruido por meios

1. Os fóros de Castello-Rodrigo dizem que — « *puede guardar de todas partes* »; mas os mais correctos de Castello-bom têm — « *que puede aguijar ad illum de todas partes* ». Aguijamento significa *damno* (Gloss. del Fuero Juzgo : *aguijar* significa, portanto, fazer *damno*, *offender*).

estranhos, eram assás singulares. Aquelle dos dous que depois de estar encerrado na igreja tomava qualquer refeição leve (1) era multado em meio morabitino para os padrinhos, e depois de saírem para combater tantos morabitanos tinha de dar a estes o vencido quantos eram os dias que durava a lide. Se ambos tomavam refeição, por ambos era paga a multa. Quem vinha cantar com qualquer delles ou lhe trazia de comer multavam-no em cinco morabitanos : porque, estando ambos sob a guarda dos dous alcaides que lhes serviam de padrinhos, com elles deviam comer, e só durante esta comida se podiam desarmar. Cada dia dos que durava o duello, quando o sol se punha, os alcaides conduziam á villa os dous campeões, e na manhã seguinte haviam de apresentá-los no campo antes do meio-dia sob pena de perjurio. A prohibição de se entrar no terreno demarcado para o recontro não abrangia os magistrados e officiaes do concelho. Finalmente, o que animava com palavras algum dos contendores ou dava vozes ou silvos ao que caía pagava a multa de cinco morabitanos (2).

Tal era a ordem das provas judiciaes nos julgamentos dos nossos primitivos concelhos. Por imperfeitas que ellas fossem em geral, por barbaro e absurdo que fosse o systema dos juizos de Deus, é certo que o pensamento de todos esses methodos mais ou menos complicados, mais ou menos seguros para averiguar a verdade, fora o de crear garantias a favor da innocencia contra o crime. Para apreciar

1) « *si confectaverint* » For. de Castello-bom : « *si confectarem* » For. de Castello-Rodrigo.

2) For. de Castello-bom, f. 31 e seg.

com justiça a indole de semelhantes instituições convem que se não vejam á luz da civilisação actual, mas que, remontando a essas eras, se meçam pelos costumes e idéas de então, quando o sentimento religioso, não só profundo, mas também exaggerado, dava grande valor ao juramento d'alma, sobretudo sendo dado sobre a cruz: a essas eras em que se acreditava que, não bastando á providencia as leis physicas e moraes com que ella revela a sabedoria eterna no regimento das cousas humanas, o seu dedo apparecia a cada momento em manifestações miraculosas, e que a vontade do homem podia compelli-la a semelhantes manifestações: nessas eras, enfim, em que a força e o esforço estavam como cercados de uma aureola divina e tantas vezes e em tantas cousas substituíam a justiça e o direito.

Sobre as sentenças, ultimo acto destes dramas judiciais, e sobre as suas circumstancias pouco temos de dizer aqui. Quando falámos dos magistrados municipaes, das suas attribuições e da intervenção dos homens bons na distribuição da justiça citámos bastantes factos e dissemos assás para o leitor fazer conceito do modo como ali se resolviam definitivamente os pleitos. Dos recursos e appellações para os magistrados superiores ou para o tribunal do rei tractaremos a proposito da administração da justiça extra-municipal ou geral. Aqui temos só de notar algumas circumstancias relativas ás resoluções finaes dos magistrados dos concelhos, houvesse ou não recurso dellas. Em regra póde dizer-se que as sentenças civeis eram reduzidas a escripto, porque tinham as mais das vezes de servir de titulo ao vencedor. Ao passo, porém, que entre os antigos documentos se encontram muitas destas, nenhuma ha criminal. A razão é obvia. Punido o

réu, não importava que do julgamento restassem ou não vestígios, e por isso este não se escrevia, tanto mais que os meios de o fazer eram escacissimos. E isto se practicava não só nos casos de condemnação, mas tambem nos de absolvição; tanto assim, que, segundo os costumes de Santarem, nas causas crimes em que o réu era absolvido a sua innocencia devia ser proclamada pelo pregoeiro no fim da sessão do tribunal (1). Quando a sentença era condemnatoria e importava castigo corporal, sobretudo de morte, a sua execução competia ao alcaide e talvez aos seus officiaes subalternos chamados saíões (2).

Occorre aqui tractarmos uma questão a que já anteriormente alludimos. É a da penalidade conforme a jurisprudencia dos municipios. Ella é a transição natural entre a historia das formulas judiciais e a do systema de contribuições. A penalidade ligava-se a este pelas coimas ou *calumnias*, as quaes convertiam os delictos em fonte de rendimento para o estado, como já temos mais de uma vez advertido. Os nossos escriptores geralmente confundem a calumnia ou tributo criminal com a reparação da offensa (3). Por outro lado é opinião commum que a reparação pecuniaria era um principio juridico que abrangia todos os crimes, ainda os maiores e substitua ou, pelo menos, podia substituir em todos elles a pena corporal (4). Ha

(1) Ined., T. 4, p. 558.

(2) Ibid. p. 565. — Cost. da Guarda : Ibid. T. 5, p. 428 ad fin. — Fóros de Castello-bom, f. 8.

(3) Viterbo, Elucid. v. *calumnia*. — Amaral, Mem. V. nas Mem. da Acad., T. 6, P. 2, p. 146, nota (b).

(4) Marina, Ensayo §§ 286 e 287. — Schaefer, Gesch. v. Port, I. B. 9 Abschn. S. 236.

no que a este respeito se tem escripto, não tanto a inexacta exposição dos factos, como uma errada apreciação delles. E' esta que tentaremos recti-



26. — Arceios de cavallo do seculo XII. (*Arquivo Nacional: Commentario ao Apocalypse de Lorvão.*)

ficar aqui em relação aos concelhos, sem que sigamos em todas as suas partes a historia do

direito penal nos dous primeiros seculos da monarchia.

E' preciso partir de um facto indubitavel e reconhecido pelos proprios escriptores a que alludimos. As penas corporaes, incluindo a mutilação e a morte, até com circumstancias atrozes, existiam na jurisprudencia municipal, tanto do nosso paiz como dos outros reinos de Hespanha (1). O direito local refere-se frequentemente a essas penas. Nos costumes dos concelhos da primeira e da terceira formulas o castigo dos açoutes ou varas acha-se estabelecido em diversas hypotheses, embora ás vezes se podesse remir a dinheiro (2). A condemnação ao supplicio da forza nos crimes mais graves e ainda o enterramento em vida, o perdimento de membros e, até, o da liberdade pessoal, são penas que se encontram nos monumentos legaes destes ou d'outros concelhos, tanto perfeitos como imperfeitos. Os exemplos abundam :

Em Thomar pelo seu segundo foral, em Torres-novas e em outras povoações da alta Estremadura o vozeiro que vendia a justiça do seu cliente era atormentado, se não tinha por onde pagasse o damno que causara. O individuo que se achava de noite furtando alguma cousa em qualquer propriedade rustica tinha de pagar sessenta soldos e perdia o fato, metade para o dono do predio e metade para o fisco : se não tinha por onde pagasse, pregavam-no por uma das mãos na porta por vinte e

(1) Marina, I. cit.

(2) Cost. de Santarem comm. a Oriola, Gav. 15, M. 3 N.º 14. — Cost. Santarem e Borba : Ined., T. 4, p. 561. — Cost. de Béja : Ibid. T. 5, p. 504. — Cost. de Alcacer, Montemor, Gravão, etc. : Ibid. p. 377 in fine, 378, 381, 382, 383. — Cost. de Torres-novas : Ibid. T. 4, p. 616, 617.

quatro horas e no outro dia açoitavam-no. Contra varios delictos dos servos mouros applicavam-se judicialmente tormentos ou açoitos. Com estes se castigavam tambem os ferimentos e outros crimes perpetrados por homens livres (1).

Os costumes de Santarem e dos concelhos do mesmo typo dispõem que nos crimes de homicidio, estupro e roubo o esbulho *dos que vão a enforçar* pertença ao mordomo. Ahi os roubos de fructos nas fazendas e quintas eram punidos com a mesma pena barbara da mão pregada na porta (2).

Nos costumes dos concelhos do typo d'Evora os açoitos são em geral remiveis, mas applicados a muitos delictos. O que espancava os magistrados no exercicio da sua jurisdicção tinha a mão cortada, se o offendido não lhe consentia a remissão. O salteador reincidente era irremissivelmente enforcado (3).

Os costumes da Guarda impõem a pena de morte inevitavel ao que houver morto alguem sem prece-der desafio judicial; presuppõem a mesma pena para os ladrões e traidores e a de captiveiro em poder do offendido nos casos de ferimento. Ao que falseava as medidas impunham-se-lhe, além da mulcta, penas corporaes. O mesmo succedia a quem tirava á força das mãos dos officiaes do concelho as cousas arrestadas. Finalmente, o homem que dizia

1 For. 2.º de Thomar. — For. e Cost. de Torres-novas : Ined., T. 4, p. 608 e segg.

2 Cost. de Santarem comm. a Oriola : Gav. 15, M. 3, N.º 14. — Cost. de Santarem e Borba : Ined., T. 4, p. 556, 566 e 572. — Cost. de Béja : Ibid. T. 5, p. 572 e 574.

(3) Cost. de Alcacer, Montemor e Gravão : Ined., T. 5, p. 376, 377 in fine, 378, 379, 383. — Cost. d'Evora e Terena : Liv. de For. Ant. de Leit. N., f. 148 e segg. — For. d'Evora e analogos.

injúrias calumniosas a alguém era mettido nove dias no tronco sem se lhe dar de comer se não pagava cinco morabitanos; e sendo mulher, era levada ao redor da povoação e azorragada durante o caminho (1).

Em alguns foraes da segunda formula acha-se a mesma disposição ácerca dos salteadores incorrigiveis que se lê nos do typo d'Avila (2). Reprodúz-se noutros a que condemnava os que espancavam os magistrados a perderem uma das mãos, se não pagavam uma avultada somma (3). Noutros, finalmente, ao salteador cortavam-se pela primeira vez as orelhas e, se reincidia, enforcavam-no, tendo além disso de pagar por seus bens ao roubado o duplo do valor do roubo, como reparação, e nove vezes o mesmo valor, metade como multa municipal e metade ao fisco, como calúnia ou imposto criminal (4).

Os fóros das terras de Cima-Coa condemnavam o violador da mulher honesta (*velada*) e o assassino a serem enforcados. Se fugiam, pagavam por seus bens trezentos morabitanos á violada ou aos parentes do assassinado como reparação, ficando, porém, salvo para os queixosos o direito de revindicta. O incendiario era também enforcado, se a casa queimada valia mais de cinco morabitanos. Os ferimentos, se davam em resultado a morte do ferido, eram igualmente expiados na forca; se, porém, não tinham consequencias fataes, a pena era a mão cortada, mas podia remir-se (5).

(1) Ined., T. 5, 409, 418, 419, 427, 428, 431, 433, 435.

(2) For. de Penamacor, Proença, etc.

(3) For. de Salvaterra do Extremo, Proença, etc.

(4) For. de Sancta Cruz.

(5) For. de Castello-bom, f. 6 v., 8, 19.

Em algumas terras povoadas por colonos estrangeiros, de cujos foraes ainda especialmente havemos de falar, a pena de homicidio era o ser o assassino sepultado vivo debaixo do morto. Esta punição feroz acha-se, como já vimos, estabelecida tambem no foral do Marmelar (1).

O foral de Cintra estatue para os ferimentos e outros delictos as varadas e os açoutes.

Em Fonte-arcada o mesquinho (*miser*) que não podia pagar a calumnia de qualquer delicto era reduzido á servidão em poder do senhor da villa.

Na convenção celebrada em 1257 entre o bispo da Guarda e o concelho da villa sobre a jurisdicção que os magistrados municipaes deviam exercer nas aldeias do senhorio da mitra, resolveu-se, entre outras cousas, que os homens dessas aldeias não fossem julgados no tribunal municipal, senão nos crimes em que coubesse a pena de morte ou outro qualquer castigo corporal (2).

Num dos artigos das cortes de 1331 affirma-se que desde tempos antigos e, portanto, desde o seculo XIII, pelo menos, estava generalisado nos concelhos o costume de pagarem os ladrões o dobro do roubo ao roubado e sete tantos ao fisco; mas que essa pena se applicava tão sómente a primeira vez que se perpetrava o delicto, e que no caso de reincidencia o ladrão era enforcado (3).

Fora inutil multiplicar mais provas de que o systema penal dos concelhos nos seculos XII e XIII não era qual se nos affigura examinando superficialmente as cartas constitutivas delles, onde, aliás, uma ou outra vez encontramos vestigios dessa

(1) V. vol. 7, p. 129.

(2) Gav. 1, M. 7, N.º 2.

(3) Cortes d'Afl. IV de 1331, Artigo 20.

penalidade mais severa, que ordinariamente existia por direito consuetudinario e que era indispensavel no meio de populações rudes, para conter as quaes os castigos moderados não bastariam. O que, porém, o silencio da maioria dos foraes ácerca das penas afflictivas nos prova é que o objecto essencial desses pequenos codigos consistia em se determinarem os deveres e direitos dos gremios ou os dos individuos que os compunham em relação ao estado, á sociedade geral. Aquillo em que o systema penal se ligava com os interesses do fisco, isto é, a *calumnia* ou coima, é o que quasi sempre se especifica nos foraes. Mas a calumnia não constituia a reparação integral do delicto: representava, digamos assim, uma substituição ou remissão do desaggravo da sociedade, e não a indemnisação ao offendido, nem a expiação (1). A primeira desta menciona-se muitas vezes nos foraes, não tanto para a fixar em relação aos diversos delictos, como porque a calumnia era uma quota da reparação. A segunda, porém, o verdadeiro castigo, existindo por tradição nos costumes, apenas figura accidentalmente nessas cartas constitutivas. A verdade é que, se attendermos ao complexo do systema de reparações dos delictos nos nossos concelhos durante os seculos XII e XIII, acharemos que na indole delle subsiste a jurispru-

(1) Um documento estranho á historia municipal, a carta de coutamento das herdades do mosteiro de Sancta Cruz, expedida em 1134 por Affonso Henriques, faz sentir, melhor talvez que nenhum outro, a differença entre a *calumnia* e a expiação. Eis a respectiva passagem: « Et si homines de sancta ecclesia fecerint aliquam injuriam aliquibus extraneis judicentur cum eis sicut vicini cum vicinis *sine aliqua calumnia vel pecto*, id est, *vel feriantur verberibus, vel damnum pro damno equaliter restituant, sine regali calumnia vel pecto* »: M. 12 de For. Ant. N.º 3, f. 11.

dencia penal wisigothica, embora houvesse caído em desuso numa ou noutra parte e se achasse modificada, não só pelas circumstancias do estado social, mas talvez ainda pela influencia dos costumes d'além dos Pyrenéus, que num ou noutro ponto alterariam as instituições penaes da Hespanha e que por isso não podiam deixar de influir mais ou menos em Portugal. A pena de morte nos delictos mais graves, os açoitos em alguns casos de ferimentos e injurias pessoaes, o anoveado nos roubos, a servidão imposta em certas hypotheses aos delinquentes e até aos devedores, a mutilação em outros, etc., nada mais são do que tradições dos tempos gothicos e do que uma prova do predominio quasi não interrompido da legislação do *Liber Judicum*, que se acha assim revalidada pelos costumes locaes.

Esta legislação, imitada em grande parte do direito romano, deixava, todavia, subsistir, como era natural, muitas usanças germanicas. O systema das composições veio-nos provavelmente dessa origem. Em geral os povos germanicos tinham substituido ao direito de vindicta individual ou de familia o *wehrgeld*, isto é, o preço em dinheiro que se reputava equivalente á perda resultante da offensa para o offendido, ou para a sua familia nos casos de homicidio. O *wehrgeld* não era pois, rigorosamente uma pena. Era um sacrificio que a lei facultava ao criminoso para evitar a vingança do lesado ou dos seus parentes quando este era morto; o verdadeiro castigo seria a vindicta, a pena de talião, se o culpado não a remisse, e eram-no as multas (*freda*) impostas pela quebra da paz publica (*fridu*, *vríde*) que revertiam para o estado (1). A composição ou *wehrgeld*

(1) V. Meyer, *Inst. Judic.*, L. I, c. 3. — Ziemann, *Mittelhoch-deutsches Woerterbuch*, verbo *Vrídē*.

podia antes considerar-se como um uso estabelecido a favor dos delinquentes. As guerras particulares de vingança pessoal denominadas *faidas* (1), o arbitrio deixado aos offendidos na apreciação do delicto, e, portanto, na intensidade do desaggravo, tudo era remediado do modo possível com o systema das composições, instituição, que, considerada como principio, como regrageral, seria intoleravel segundo as idéas actuaes, mas que era altamente civilisadora na situação em que se achavam os povos barbaros quando a adoptaram. O direito germanico especificava escrupulosamente o preço da composição das offensas pessoaes, não só do homicidio, mas tambem de cada mutilação, de cada ferida, de cada contusão, e ao passo que tirava o arbitrio á vindicta particular, tirava-o igualmente aos que tinham de applicar a lei (2).

Posto que o *wehrgeld* não se possa considerar como pena, todavia é innegavel que elle influiu poderosamente na penalidade, e um dos mais illustres historiadores modernos (3) já notou que os monumentos da idade média confundiam debaixo da denominação de *verigildum* tres cousas distinctas, a composição para remir a *faida*, a multa e a expiação. Mas o que isso prova é que a reparação á socie-

1. Do teutonico *Vehida* inimizado, desejo de vingança donde veio *vech* e *vehe* ou *vehede* (*faida*) em allemão antigo e *fehede* em allemão moderno: Ziemann, *Mittelhochdeutsch Woerterb.* verbis *Vech* e *Vehe*.

2. Não é aqui o lugar de tractarmos extensamente esta materia. Veja-se entretanto Meyer, *Instit. Jud.*, L. 1, c. 8. — Moeser, *Osnabruckische Gesch.* Einleit. §§ 17, 18, 19. — Rossecuw St. Hilaire, *Hist. d'Esp.*, vol. 1 in fine. (*Tableau comparé des législations*). — Amaral, *Memor. de Litterat. da Acad.*, T. 6, p. 384 e segg. — Lembke, *Gesch. v Span.* 2 Abtheil., 3 B. 4 cap.

(3) Moeser, *Osnabruck. Gesch.* Einleit. § 18, n. a.

dade pela quebra da ordem publica e a expiação moral se tornaram remiveis a dinheiro, como a



27. - Illuminura do Fuero Juzgo (seculo XIV). (*Bibliotheca Nacional*)

reparação individual ao offendido, e que o favor concedido aos criminosos não se limitou a livrá-los

do desaggravo particular, mas estendeu-se tambem a pô-los ao abrigo da vindicta da sociedade e das consequencias da crença na necessidade de uma expiação correlativa a cada delicto, crença ligada ás idéas religiosas de todos os povos mais ou menos civilisados, tanto do mundo antigo como do mundo moderno (1).

Os wisigodos, ao passo que traziam esses costumes e essas tradições d'além do Rheno, achavam na Peninsula estabelecido o systema penal romano, segundo o qual os delictos eram punidos com varios generos de pena capital mais ou menos atrozes, com os açoutes, com a pena de talião, com o carcere, com os trabalhos publicos, com a deportação, com o desterro, com a infâmia, com variadas multas, tudo conforme a maior ou menor gravidade do crime (2). O espirito desta jurisprudencia contrastava a indole do *wehrgeld*. Mas quando a raça hispano-latina foi equiparada á germanica e se promulgou para toda a nação um código unico, os dous systemas compenetraram-se, destruindo-se em parte, mas apparecendo ao mesmo tempo novas punições, entre as quaes a mais notavel é a da decalvação. Entretanto, bem como nas leis civis, no direito criminal preponderou o elemento romano, e enquanto vemos o

(1) Moeser (ibid.) nota que o preço da expiação moral entre os povos germanicos (antes de convertidos ao christianismo) pertencia aos sacerdotes, enquanto o *wehrgeld* pertencia ao offendido e a multa ao estado. Donde se collige que elles concebiam a natureza e o valor da penalidade, que assim substituíam.

(2) Nesta enumeração incompleta das penas referimo-nos á jurisprudencia dos códigos theodosiano e alariciano (*Breviarium*), que são as verdadeiras fontes da parte romana do direito wisigothico. Veja-se Gothofredo, Cod. Theodos. L. 9, tit. 40, Paratitlon.

wehrgeld continuando a predominar nas outras legislações barbaras, na da Peninsula achamo-lo a bem dizer restringido ao seu verdadeiro valor de simples reparação ao queixoso, e não impedindo a applicação em larga escala de punições severissimas (1).

Taes foram as tradições ácerca da repressão dos crimes que a sociedade wisigothica, dissolvida pela invasão dos arabes, legou ás monarchias néo-gothicas. A permanencia daquelle systema coercivo, ao mesmo tempo germanico e romano, perpetuou-se tanto entre os mosarabes como entre os christãos independentes das montanhas de Oviedo e Leão, não só porque não era fácil que esses homens, reliquias de uma sociedade destruida, abandonassem os usos da vida commum de seus paes, mas tambem porque as leis gothicas foram revalidadas e estatuidas como direito geral do paiz nos principios do seculo IX (2). Uma usança barbara veio, porém, associar-se a esse direito, usança obliterada, ao menos legalmente, nos tempos gothicos, a do desagravo pessoal. A vindicta, a *faida*, que o *wehrgeld* substituiu, torna a apparecer nos monumentos, senão positivamente estabelecida como regra

(1) O estudo do *Liber Judicum* subministra-nos exemplos evidentes de como as idéas juridicas romanas e germanicas ácerca da penalidade se misturavam. Em muitos casos vemos os servos punidos corporalmente pelo mesmo crime que admite o *wehrgeld* para o delinquente homem livre L. 3, tit. 4, l. 16 — L. 7, tit. 1, l. 1 — L. 8, tit. 6, l. 1, et. e vemos outros em que o homem livre fica sujeito conjunctamente á pena corporal e á remissão pecuniaria (L. 7, tit. 2, l. 14. — L. 8, tit. 4, l. 30, etc.) Veja-se tambem o *Tableau comparé* no fim do 1.º vol. da Historia de Rosseeuv de St. Hilaire.

2 V. ante vol. 1, p. 194 e vol. 6. p. 143.

juridica, ao menos admittida como direito não escripto que a lei não ousa condemnar e que, attenta a propria impotencia, ella acceita como meio repressivo. Na legislação geral mais remota e nos fóros particulares mais antigos que nos restam desta epocha, a vingança pessoal do offendido ou dos seus parentes contra o offensor (sobretudo nos casos de maior gravidade, qual o homicidio) presuppõe-se ao lado da multa ou composição relativa ao desaggravo da sociedade (1), em contradicção com a indole do codigo wisigothico, que attribue exclusivamente á magistratura publica a punição dos delictos. Diferentes causas podiam trazer esta accumulção de meios repressivos. É provavel que, não obstante predominar na jurisprudencia gothica a idéa contraria ás *faidas*, a violencia das paixões as conservasse na practica, toleradas pelos magistrados e officiaes publicos do mesmo modo que o têm sido os duellos nos tempos modernos. Corrobora esta opinião o facto que nos subministra a historia social dos outros povos germano-latinos. Apesar de estabelecida a composição em todos os codigos barbaros, ainda nos fins do VIII seculo ou principios do IX achamos que as *faidas* subsistiam, e os capitulares de Karl o grande provam-nos não só que ainda então se tractava de tornar obrigativo (2) o *wehrgeld* entre

(1) Fuero Viejo de Castilla: L. 2, tit. 2, l. 3, 5. — For. de Castro Xeriz (V. vol. 7, p. 73 e Nota 1 do fim do vol.). — Concil. Legion. 24 (Muñoz y Romero, Fuer. Munic., p. 65). — Schaefer, Gesch. Span. S. 488 e seg.

(2) O sr. Guizot pensa que já o era no seculo VIII (Civlisat. en France, Lec. 9). Vejam-se, porém, tres capitulares de 779, 805, 819, citados por Eichhorn (Deutsch St. u. R. Gesch. 1 B. § 207). A promulgação dentro de quarenta annos de tres capitulares cohibindo o mesmo facto é significativa.

as partes contendoras, mas tambem que os esforços de Karl para combater um habito inveterado eram baldados, e que nas almas daquellas populações rudes o engodo do lucro nem sempre podia acalmar os impetos do odio e a sede de sangue. Assim, encetada a reacção nas Asturias contra o dominio musulmano, durante o qual se estabeleceram frequentes relações entre os godos e os frankos, concebe-se a conservação das desallfrontas pessoasas ou *faidas* nas offensas ou mortes entre os membros de duas familias; porque, sendo essas vinganças particulares uma tradição e, digamos assim, uma jurisprudencia consuetudinaria, o seu uso fortificava-se com o exemplo dos povos christãos d'além dos Pyrenéus.

Mas, se não bastasse esta razão de se renovar no seculo X e no immediato uma instituição (se instituição se lhe póde chamar) que nos parece annullada legalmente tres ou quatro seculos antes, restaria outra mais simples e decisiva. Já dissemos anteriormente qual era o estado social dos godos que procuravam salvar nos desvios do norte a sua independencia (1). Um illustre contemporaneo nosso (2) observa com o seu habitual tacto historico que os godos das Asturias embrenhados nas serranias, não raro vagabundos ou divididos em mesnadas, desandaram no caminho da civilisação, voltando de certo modo ao viver dos seus antepassados errantes nas selvas da Germania. Era, de feito, impossivel que

(1) V. vol. 6, p. 141 e segg.

(2) Guizot, Hist. des Origines du Gouvernement Représentatif, T. 1, lec. 26 ad fin. Posto que os monumentos não consintam a acceitação das idéas do sr. Guizot em toda a sua extensão, ellas são admissiveis em parte, sobretudo emquanto se referem aos primeiros tempos da reacção christian.

não succedesse assim ; que os habitos selvagens e ferozes adquiridos no meio de tão precaria existencia e que a falta de auctoridade nos chefes (até porque faltavam instituições civis) não fizessem com que em todas as phases da vida se manifestassem as consequencias de semelhante situação. Em tal estado e com taes costumes as vinganças pessoases de familia, as *faidas* (1), eram inevitaveis. Como, porém, ao passo que se dilatava e fortalecia o nascente reino de Oviedo e de Leão, e as tradições da civilisação hispano-gothica se restauravam, não cessava a guerra com os sarracenos, essa civilisação, incompleta em si e incompletamente restaurada, podia, quando muito, regular e restringir os impetos vingativos, as represalias contra offensas mortaes, mas não sujeitar a punição destas exclusivamente á acção do poder publico. Quanto, em epochas mais pacificas e mais cultas, custou a destruir esta usança inveterada entre nós mostra-nos soberbamente quão poderosa ella devia ser nos seculos immediatamente anteriores á fundação da monarchia portuguesa.

Assim, dando-se uma especie de recrudescencia da barbaria germanica ao lado da restauração gradual das instituições wisigothicas em que, nesta parte, predominava a jurisprudencia romana, a penalidade nos concelhos dos seculos XII e XIII devia

1 É notavel, como veremos adiante, que o direito de revindicta se exprimisse ainda nos monumentos do seculo XII e XIII por uma phrase que corresponde exactamente na sua significação á palavra *vehida* ou *fehde*. A expressão trivial nos foraes *sit inimicus* ou *et insuper sit inimicus suorum parentum*, significa que fique o réu sujeito á vingança dos seus parentes (do morto) ; a ser assassinado por elles. Acima vimos que *vech*, *vehe*, *vehede* (*faida*) significavam *inimizade*, *vingança*, (*sit inimicus*).

ser o resultado dessas antedecencias. De feito, ali se acham accumuladas, ás vezes monstruosamente, a composição ou *wehrgeld*, as penas afflictivas (taes como a morte, a mutilação e os açoutes), a escravidão, a revindicta ou *faida*, a multa ou *fredum*. E' um systema mixto, romano, germanico, romano-wisigothico, em que ainda a autonomia néo-gothica imprime ás vezes caractéres proprios e especiaes. E' esse o facto cuja existencia os monumentos combinados entre si vêem comprovar, em contradicção com a opinião commum de que os recursos pecuniarios bastavam em virtude dos foraes para remir os delinquentes da punição dos seus crimes. Essa idéa, influindo na apreciação das cartas municipaes fez com que se considerassem taes diplomas como breves codigos civis e criminaes, quando aliás elles devem ser caracterisados como fontes daquella parte do direito a que chamamos publico, porque o seu fim é evidentemente estabelecer os deveres e os direitos dos gremios e dos individuos que os compunham em relação ao estado, e sobretudo especificar as contribuições.

A coima ou *calumnia*, na realidade procedida do *fredum*, não o representa já, nos seculos de que tractamos, senão historicamente. A sua significação e o seu valor moral não parece serem apreciados nos foraes. E' por isso que a consideramos antes como um tributo sobre a criminalidade do que como uma substituição da vindicta publica ou como uma pena. Em cada grupo de concelhos de certo typo e em cada um daquelles cuja organização é especial, a *calumnia* imposta a este ou áquelle delicto é diversa, do mesmo modo que os encargos tributarios variam conforme as condições materiaes de territorio em que o concelho é fundado ou conforme o incentivo que se quer dar ao augmento da

povoação. A existencia ou não existencia da calumnia, a sua maior ou menor graveza em tal ou tal delicto são consideradas como a concessão de outro qualquer privilegio ou como a imposição de outro



28. Iluminura do Fuero Juzgo. (*Bibliotheca Nacional.*)

qualquer encargo. Não se desce de um principio absoluto ás applicações ; não se gradua os crimes por uma bitóla commum para todos os casos identicos. São unicamente as circumstancias, a identi-

dade de um foral com outro foral ou a sua dessemelhança que determinam a igualdade ou desigualdade das multas. Mais : a indole do tributo revela-se inteiramente nellas quando se orçam numa quota da reparação ao offendido. E' metade, é um terço, é um septimo que daquella reparação se ha-de deduzir para o fisco. Essa multa, em summa, quer se considere como reparação á sociedade, quer como tributo, ainda nos casos em que se ajunctava com a composição, não salvava o delinquente da pena corporal, quer esta fosse applicada pelo poder publico, quer pelo systema barbaro da vindicta particular. Sem agora nos dilatarmos por todas as variadas hypotheses que o assumpto offerece, restrinjamo-nos a examinar qual era a praxe dos grandes concelhos ácerca de alguns dos mais graves crimes, taes como o homicidio, o rapto, a violação de mulheres e o roubo. Esse exame bastará para provar quão diverso da intelligencia que se lhes tem dado é o valor das disposições relativas a esses delictos inseridas nos respectivos foraes.

Nos do typo de Santarem estabelece-se a multa de 500 soldos para os homicidios commettidos no recincto da povoação, e a de 60 para os que se perpetrarem no termo.

Sobre o crime de rapto pésa igualmente a multa fiscal de 500 soldos. Ao furto impõe-se a multa (1) de nove vezes o valor da cousa roubada, o anoveado.

(1) *Furtum cognitum novies componatur* é a formula dos foraes. Esta composição não parece que revertesse para o roubado, mas sim que era integralmente para o fisco ; porque os mesmos foraes ordenam que, sendo o delinquente caseiro ou solarengo de algum vizinho, aquella multa seja repartida igualmente entre o amo ou senhorio do culpado e o fisco, sem se attender á reparação do lezado. A questão, todavia, é ainda para nós obscura.

Serão estas multas as penas correspondentes a semelhantes delictos? Se os foraes fossem os codigos de leis civis e do direito penal dos concelhos, é evidente que essas multas representariam a reparação e a expiação dos crimes. Mas nos costumes, que passavam tradicionalmente de geração em geração e a que o rei e os seus delegados tantas vezes se referem nos preambulos das cartas municipaes, reconhecendo-os como fonte do direito local; nesses costumes, quando reduzidos a escripto, apparece-nos bem diversa jurisprudencia. Já anteceden-temente vimos que pelo direito consuetudinario de Santarem e por consequencia pelo dos outros concelhos identicamente constituídos se applicava aos crimes de homicidio, violação de mulheres e roubo a pena de forca, revelando-nos as actas das cortes de 1331 que, por uso generalizado nos concelhos do reino em epochas anteriores, no ultimo desses tres crimes o anoveado sómente era applicavel ao primeiro acto de expoliação que qualquer practicava e que a reincidencia era punida de morte. Os costumes escriptos dos concelhos perfeitos da primeira formula mostram, porém, ainda melhor a jurisprudencia penal. Conforme elles era um principio geralmente adoptado que nos assassinios tençoeiros em que interviessem mais de um individuo o que perpetrasse o delicto fosse entregue á justiça e os seus co-réus ficassem *homizieiros* dos parentes do assassinado (1). Assim a punição do homicidio estava longe de resgatar-se com ouro, submettendo-se o réu principal á vindicta publica e legitimando-se a vindicta particular contra os seus socios. Os impetos generosos do perdão podiam ás vezes tempe-

(1) Cost. de Santarem : Ined., T. 4, p. 546. — Cost. de Béja, T. 5, p. 508.

rar a fereza da vingança legal; mas isto era apenas um acto espontaneo dos offendidos, que o poder publico acceitava e mantinha, que, porém, não ordenava. Nessa abdicação de um barbaro direito as formulas adoptadas eram dramaticas. O offensor que obtinha appacar a colera do offendido punha-se de joelhos perante este entregando-lhe o proprio cutello. Então o que abandonava o seu direito de sanguinolento desaggravo pegava na mão do humilhado delinquente e, fazendo-o erguer, beijava-o na boca em signal de reconciliação. Este acto para ser valido devia solemnizar-se com a concorrência de homens bons (1). Nos casos de violação a vida do forçador dependia do alvedrio da queixosa. Se ella preferia a deshonra a ligar-se com o que a violara, buscando o abrigo de seus paes ou parentes, a consequencia desse acto era o ser justicado o réu (2). Em summa, as allusões a penas afflictivas impostas em grande numero de delictos (3) levam á evidencia que não é pelas *calumnias* estabelecidas nos foraes que se póde apreciar o systema penal dos grandes concelhos da primeira formula.

Nos municipios do typo de Salamanca, em cujas instituições se manifesta a existencia de uma civilização menos adiantada e de usanças mais rudes, é onde a repressão dos crimes nos apparece sob um aspecto mais sanguinario. Todavia, quem se ativer á sentença geral dos foraes ácerca do homicidio achará que este crime se remia com a composição, de trezentos soldos ou com a de trinta morabitanos

(1) Ibid. p. 563. — Cost. de Béja : Ibid. T. 5, p. 504 e 505.

(2) Cost. de Santarem : l. cit., p. 569. — Cost. de Béja, T. 5, p. 502.

(3) Ined., T. 4, p. 547, 561, 565, 566, 570 ; T. 5, p. 472, 474, 502 in fine, 504, 505, 506.

ou do seu equivalente, em bens para a familia do morto (1), composição de que se deduzia um septimo e ás vezes mais para o fisco (2). Nalguns foraes, até, não se fixa a composição; suppõe-se sabida pelo uso e só se determina a quota fiscal (3); tanto é certo que nessa parte os fins verdadeiros de taes diplomas eram estabelecer, não o direito criminal dos concelhos, mas sim as suas relações externas no que respeitava a uma parte do systema tributario, ao qual na realidade pertencia a *calumnia*. O principio geral da composição dos trezentos soldos é nelles ás vezes modificado: sendo o indivi-

(1) A respectiva formula varia assás nestes foraes. A mais commum é: «*Non detis pro homicidio nisi 300 sol. (ou 30 morabit.) a rancuroso in apreciadura per concilium (ou de concilio) et per manum de iudice*». A expressão obscura *per apreciadura* (por avaliação) correspondia a um facto economico vulgar, a raridade da moeda. Muitas vezes, a maior parte dellas talvez, aconteceria não possuir o réu os meios de pagar em dinheiro effectivo a composição, e nesse caso seria necessario tomar-lhe em bens moveis ou de raiz o valor della. D'aqui a avaliação, a *apreciadura*, recebendo os offendidos esses bens e pagando ao fisco a calumnia. No foral de Fonte-arcada (imperfeito) diz-se que ao senhor da terra pertencerá metade das calumnias *aut earum pretium*. Mas o que verdadeiramente illustra o facto é o que se lê nos fóros de Castello-bom e analogos: «*Totus homo qui raneado fuerit pro calumnia pectar de morabitino arriba pectet en ropa e en ganado; e la ropa e el ganado sit de novo usque ad mediado, et si aurum vel argentum coluerit mittere mittat. Et aprecienlo los alcaldes, et accipiant inde decimam partem, perque lo aprecian, et dicant propter amorem dei et ipsa jura que fecerunt ad concilium quod directum apreciant secundum sensum suum; et per valia de duos morabitinos duos alcaldes lo dicant et deinde arriba quatuor alcaldes lo dicant*»: For. de Castello-bom, f. 6.

(2) No foral de Castello-Mendo, por exemplo, a calumnia era metade da composição.

(3) Taes são os de Sancta Cruz, Freixo, Urros.

duo morto á falsa fé ou pertencendo á classe dos cavalleiros villãos sobe a multa a mil soldos, metade como composição, metade como calúnia. Ahi se estatue que, sendo a morte feita atraíçoadamente em vez de se deixar a expiação á vindicta particular, padeça o réu a pena capital (1). Num ou nou- tro foral acha-se expressamente mencionada a vingança da familia do morto declarando-se *homizieiro* o matador; mas no maximo numero delles nem sequer se allude a esse direito, a essa expiação barbara, porque ella está radcada nos usos, na jurisprudencia não escripta, e o foral tem por objecto outras instituições.

De feito, se, por exemplo, examinarmos o complexo da legislação da Guarda, concelho de que nos restam a carta municipal e o direito consuetudinario já reduzido a escripto; se compararmos a chamada pena do homicidio, a dos trezentos soldos da composição, estabelecida na carta constitutiva contra os perpetradores deste delicto, com a praxe alli seguida em taes casos, esse exame confirmará plenamente a precedente doutrina. Conforme os costumes, ao crime de morte perpetrado em rixa nova e sem premeditação correspondia a composição de cem morabitanos e o réu ficava sujeito á revindicta : se o assassinio fora premeditado, a composição era de dez mil soldos, e o réu expulso do concelho como traidor, ficava, além disso, debaixo da mesma sanção penal. Se a morte occorrera em revolta ou briga de muitos individuos, a pena de revindicta podia, conforme as circumstancias, recaír sobre dous do bando contrario ao do fallecido. Quando por qualquer motivo não era possivel esta expiação barbara, achava-se prevenida essa hypothese nos

(1) Vejam-se os mesmos foraes.

mesmos costumes. O principio da jurisprudencia local era que o matador devia padecer pena de morte. Se a familia offendida não a executava, substituiu-se a ella a magistratura municipal. Quem quer que matava, como já vimos, não precedendo desafio judicial, era enforcado e os seus bens divididos entre o concelho, os alcaides e a familia da victima (1). Se, portanto, as provisões de foral nesta parte constituissem a jurisprudencia penal do concelho, o direito consuetudinario estaria em antinomia com ellas. Nesse direito, não só ha de mais a pena de morte, mas tambem a composição é diversa e até, no caso da expiação pelas mãos da justiça, ha, afóra a composição e as multas, o confisco completo do resto dos bens do delinquente a beneficio do gremio e dos seus magistrados. Se, porém, as disposições do foral a semelhante respeito, embora tenham a sua origem no *fredum* germanico, se considerarem como condições puramente fiscaes, a antinomia desaparecerá. A phrase — *não deis por homicidio senão trezentos soldos avaliados pelo concelho, de que se deduza a septima parte para o fisco* — longe de importar uma lei penal, importa uma concessão, um privilegio em materia de tributos. Essa phrase presuppõe justamente a possibilidade de um direito consuetudinario diverso. Seja qual for o castigo imposto por este aos homicidas, o fisco só póde exigir como calunnia o septimo de trezentos soldos ou do seu equivalente embora na praxe sejam diversas as composições.

Os delictos de abuso e violencia contra a honra das mulheres eram nos concelhos da segunda formula tão severamente punidos como nos da primeira;

(1) Cost. da Guarda : Ined., T. 5, p. 405, 406, 431, 432.

mas ali davam-se na fôrma da punição circumstancias diversas. Neste crime as cartas constitutivas do typo de Salamanca distinguiam a violação de qualquer mulher do rapto violento das donzellas sob o patrio poder; no primeiro caso exigiam para o fisco a septima de trezentos soldos de composição; no segundo esta variava, conforme os logares, de trezentos soldos a duzentos morabitanos, deduzindo-se destes numas partes a septima fiscal, noutras não, e ficando o réu sob a sanção penal do homicidio (1), isto é, sujeito ao direito de revindicta, direito cujo exercicio a jurisprudencia consuetudinaria facilitava, a ponto que o unico meio que restava ao réu de evitar a morte era abandonar para sempre bens, patria, tudo. Uma passagem dos costumes da Guarda, que já citámos a outro proposito (2), pinta-nos com vivas cores qual era a situação do *homizieiro*, ao mesmo tempo que nos faz comprehender claramente quanto a multa era cousa diversa da pena ou da expiação.

Pelo que respeita ao roubo, os foraes deste typo podem dividir-se em duas categorias: a dos que, distinguindo entre o simples furto e o latrocínio, dispõem diversamente ácerca desses delictos, e a dos que simplesmente mencionam o roubo para fixar a multa tributaria. Estes constituem a regra: os outros a excepção (3). Nos regulares estatue-se

(1) « *Et insuper sit inimicus.* » *Sit inimicus*, como atrás dissemos, na phrase juridica daquella epocha é synonymo de *sit homicida* ou *sit homizieiro*, significando-se o mesmo com todas estas palavras, isto é, que fique o réu equiparado ao matador e, portanto, sujeito á vindicta privada.

(2) V. ante p. 38 e 39.

(3) Aquelles em que se faz a distincção e que nos occorrem são os de Freixo, Urros, Penamacor e Salvaterra do Extremo.

apenas a restituição e o anoveado, ao mesmo tempo como multa e como composição, sendo quatro tantos para o lesado e cinco para o *judex*. Nos de excepção a multa e a reparação variavam. Ao crime de furto simples impunha-se a dupla restituição augmentada com sessenta soldos, e além disso, o anoveado integralmente para o fisco. Contra o latrocínio perpetrado pela primeira vez achava-se estabelecido do mesmo modo a restituição em dobro e o anoveado, mas este dividia-se ao meio entre o fisco e os alcaides, executando-se, além disso, no réu o castigo infamante e barbaro das orelhas cortadas. Se reincidia, o foral declarava que deviam enforcá-lo. Essa praxe, que parece exclusiva de alguns poucos concelhos deste typo, era geral, não só conforme o que ha pouco vimos das cortes de 1331, mas também porque nos costumes da Guarda nos apparece comminado contra o latrocínio o supplicio da forca, e exaggerada a severidade contra os salteadores a tal ponto que bastava a qualquer individuo protegê-los ou dar-lhes guarida para ficar exposto a um processo como se fosse participante do crime (1).

Postoque os costumes que nos restam dos concelhos do typo d'Avila encerrem no que toca á criminalidade menos numero de provisões e estas se refiram geralmente áquelles delictos que não se puniam com a pena capital, é evidente que nesses logares os homicidios não deviam ser menos asperamente punidos do que nos grandes municipios da primeira e da segunda formulas. Os costumes tinham revestido o tribunal municipal da ampla jurisdicção de julgar como entendesse aquelles casos que não estivessem previstos nos mesmos costumes ou no fo-

(1) Ined., T. 5, p. 421, 427, 428.

ral (1). Nem é crível que nos districtos do Alemtejo e da Beira-baixa onde predominava o typo d'Avila fossem 'menos sanguinarios os meios da repressão



29. — Illuminura do Fuero Juzgo. (*Bibliotheca Nacional.*)

contra os assassinios do que o eram na Estremadura, na Beira-central e por toda a parte. Restam-nos, de feito, documentos de outra ordem, donde se conhece

(1) Post. d'Evora e Terena ad fin. — Cost. d'Alcacer, Montemor e Gravão: Ined., T. 5, p. 378.

que em concelhos deste typo se enforcavam criminosos (1), ao mesmo tempo que não era possível que a vindicta particular, esse direito que as leis geraes do reino ainda nos começos do seguinte seculo não ousavam combater de frente, deixasse de existir aqui. As provisões, emfim, do foral d'Evora e dos analogos a elle relativas aos raptos violentos de donzellas provam que o direito de revindicta se dava nos casos de homicidio; porque essas provisões são semelhantes ás dos foraes da segunda formula, ficando o raptor (depois de pagar á familia offendida a composição de trezentos soldos de que se deduzia um septimo para o fisco) *homizieiro* dos parentes da sua victima. Assim, o rapto directamente e o homicidio virtualmente são reputados crimes de morte, pena que, com a distincção que já vimos nos concelhos do typo de Salamanca entre o simples furto e o latrocinio, era applicada ao roubo no caso de reincidencia. Tractando, todavia, dos homicidios, os foraes da terceira formula nem sequer incidentemente alludem á pena de sangue, como fazem ácerca dos raptos e dos roubos, limitando-se a regular a composição porque della se ha-de deduzir a quota fiscal, que é o verdadeiro fim das disposições desta ordem nelles contidas.

As *calumnias* ou multas tributarias formavam na realidade uma parte importante das contribuições municipaes, porque o numero dos delictos mais ou menos graves que estavam sujeitos a maiores ou menores *calumnias* era avultado. Dada a falta absoluta ou quasi absoluta de prevenções policiaes, a

(1) Venda de uma cavallaria (propriedade de cavalleiro villão) no concelho de Cezimbra, *que fuit Gometii qui fuit suspensus*: Doc. de 1232 na Gav. 84 da Collecç. Espec. no Arch. Nac.

ignorancia profunda do povo, a violencia das paixões propria daquellas idades, a miseria, que tantas vezes devia resultar de uma organização economica imperfeitissima — as mil causas, em summa, que no meio de uma civilisação balbuciante haviam de trazer a quebra de direitos mal definidos, estribados de ordinario na tradição e, até, ás vezes, repugnantes entre si ; dadas estas circumstancias, dizemos, os delictos e as contravenções repetiam-se necessariamente com extrema frequencia, e as mulctas ou calumnias impostas diariamente por todos os districtos do reino, fóra e dentro dos concelhos, deviam constituir uma das fontes mais productivas dos rendimentos do estado. Quando no começo do seculo XIV D. Dinis definia o que era tornar um territorio immune dos encargos publicos, ou *coutá-lo*, elle distribuia em tres categorias todos esses encargos : — a *hoste e fossado*, contribuição do serviço pessoal de peões e cavalleiros para a defesa commum, em que tambem virtualmente se envolvia a anúduva ; — o *foro*, isto é, todos os outros serviços pessoases e os tributos, pecuniarios ou em generos, directos ou indirectos, impostos sobre a terra como instrumento da producção e sobre os valores creados pela agricultura, pela industria e pelo commercio ; — finalmente a *peita*, expressão equivalente de *calumnia*, e que resume as numerosas mulctas applicadas ao fisco (1). De feito, todos os

(1) « Coutar uma terra é escusar os seus moradores de *hoste e de fossado*, e de *foro* e de toda a *peita*. » Liv. 3 de Chancell. de D. Dinis. f. 72 — V. Amaral, Memor. 5 (Memor. da Acad., T. 6, P. 2. p. 120). *Peita* é a traducção da palavra latino-barbara *pectum*, de *pectare*, que se emprega muitas vezes para designar a solução tanto da calumnia como da composição, posto que outras vezes se expresse

encargos publicos do paiz entravam nestas tres categorias. Em que consistia a hoste e fossado e como os gremios contribuiam para este serviço vimos-lo anteriormente ; da importancia das calumnias póde fazer-se conceito pelo que precedentemente expusemos. Indicando agora o resto das contribuições que pesavam sobre os grandes concelhos, teremos concluido o quadro dos encargos delles para com o estado durante os seculos XII e XIII.

Como já mostrámos, o tributo directo predial da jugada apenas nos apparece, em relação aos concelhos perfeitos, nos do typo de Santarem situados na Estremadura, e ainda ahi limitado aos bens de raiz dos peões. Os deste mesmo typo além do Tejo vamos achá-los exemptos desse encargo, que falta igualmente nos da segunda e da terceira formulas. Entretanto, em lugar do tributo directo individual e imposto exclusivamente sobre uma classe, ha outro pago collectivamente pelo concelho e que, remontando á epocha leonesa, iremos achar geralmente estabelecido nas terras não municipaes quando expusermos o systema da fazenda publica. Falamos da *colheita*, *jantar* ou *parada* do rei. Este tributo era um daquelles que se consideravam annexos ao summo imperio. O Foro-velho de Castella presuppõe como symbolo e expressão da dignidade de rei o direito da suprema magistratura jurisdiccional, o de bater moeda e de cobrar o imposto para não a viciar, o de exigir a especie de muleta chamada *fossadeira* daquelles que, devendo ir ás expedições militares, eram escusos dellas ou que de motu pro-

o pagamento desta ultima e, até, o de uma e de outra cousa, por *componere*.

prio deixavam de marchar, e finalmente o de receber o imposto dos *seus jantares* (1). Este principio, embora só precisamente estabelecido no código da nobreza de Castella, era geral nos outros estados de Hespanha, porque nascia em parte da indole do systema monarchico e em parte das circumstancias communs a esses diversos estados, que se iam constituindo no meio das luctas terriveis e incessantes da reacção christan. das mutuas discordias e de uma organização administrativa e economica rude e incompleta. Sem verdadeira capital que servisse materialmente de nucleo a um systema de administração com unidade, isto é, prevalecendo o defeito contrario ao da centralisação absurda que hoje pesa sobre as nações da Peninsula; com a escaceza frequente de victualhas, escaceza que a pouca segurança para os productores tornava apparentemente maior; com a raridade de moeda significativa dos valores, que simplificasse o systema dos impostos e da sua arrecadação, nada mais natural do que prover-se á subsistencia do rei, obrigado a discorrer constantemente pelas provincias, onde a sua presença era indispensavel por muitas causas, mas sobretudo por um estado de quasi continua guerra. D'aqui a necessidade, não só de estabelecer os *jantares*, isto é, a obrigação de subministrar victualhas para a mesa do rei quando entrava em qualquer povoado, mas tambem de os considerar em regra como inalienaveis, visto que o chefe do estado não podia ceder do direito de manter-se. Á medida que

(1. « Estas quatro cosas son naturales del señorío del Rei, que non deve dar a ningún home, nin las partir de sí, que pertenece a el por razon del *señorio natural*: Justicia, Moneda, Fonsadera, e sus *Yantares*; Fuero Viejo, L. 1, T. 1, l. 1. »

a segurança publica, a facilidade das permutações, a abundancia dos productos alimenticios e os outros phenomenos de uma civilisação crescente augmentavam, podiam ir-se admittindo excepções ao rigor da doutrina: mas nem por isso ella deixava de ser considerada como principio geral.

Assim, nos concelhos imperfeitos, sobretudo nos mais imperfeitos, e nas terras não constituídas municipalmente o direito da colheita, jantar ou parada do rei era trivial. Não raro os documentos o mencionam; e nas passagens desses documentos que no processo do nosso trabalho temos transcripto, as allusões a elle são frequentes. A excepção especial deste imposto concedida expressamente a algumas povoações firma a regra em contrario. O modo como era cobrado, a sua importancia relativa, e sobre quem recaía, quando era ou predial ou individual, são questões que pertencem á historia da fazenda publica. Em relação aos grandes municipios faltam-nos vestigios da sua existencia nos da primeira formula onde havia a jugada, acaso porque esta o substitua.

Entretanto a universalidade da colheita, o principio absoluto em que ella se estribava e as provas indubitaveis de que se exigia de gremios, onde, aliás, o respectivo foral guarda silencio ácerca de tal encargo, são razões para se não affirmar positivamente que elle não estivesse em costume em nenhum concelho dos do typo de Santarem, apesar de se estatuir geralmente nos foraes dessa especie que o agente fiscal não exija nenhuns tributos senão aquelles que ahi se acham expressamente designados (1). Ácerca dos concelhos da segunda for-

(1) « et ad hec eat maiordomus... et non ad alia. »

mula, e ainda de outros, é que restam provas precisas da solução das colheitas, posto que não houvessem sido estabelecidas pelas cartas constitutivas.

Os factos que vamos apontar nos subministrarão



30. — Illuminura do Fuero Juzgo. (*Bibliotheca Nacional.*)

mais de uma característica deste tributo nesses gremios.

O foral de Gouveia expedido em 1186 pertence aos do typo de Salamanca. Nelle, como nos seus congêneres, não se encontra incluído entre os tribu-

tos o da colheita. Todavia sabemos que ella ahi se pagava no meado do seguinte seculo (1).

Nesse mesmo concelho e nos de Celorico e Linhares, de typo identico, achamos que ao começar o seculo XIV o tributo da colheita era uma instituição antiga (2).

Em 1309 suscitaram-se duvidas entre os habitantes de Felgosinho e o sacador das colheitas reaes da Beira sobre o *quantum* da colheita que alli se devia pagar. Examinados os registos reaes, achou-se que em Felgosinho tinha o fisco de receber annualmente a colheita de 180 pães, 6 puçaes de vinho, 3 modios de cevada, 1 vacca, 2 porcos, 4 carneiros com mais 1 para o alferes (mór), 17 gallinhas, 3 cabritos e leitões, 60 ovos, 1 alqueire de manteiga e outro de mel, 1 alqueire de sal e outro de farinha, 1 almude de vinagre, 2 cargas de lenha, 1 restea de alhos e outra de cebolas, 1 morabitino para cera e pimenta e 1 mólho de linho (3). Entretanto a carta municipal não impunha nenhum encargo deste genero.

No foral de Valhelhas, analogo aos precedentes, falta como em ess'outros, a imposição deste tributo; todavia no exemplar d'elle incluido em confirmação original de Affonso II accrescentou-se no fim do diploma por diversa letra a seguinte memoria :

« Esta é a colheita que, por foro, o concelho de Valhelhas deve dar a el-rei Sancho uma vez por anno quando vier a Valhelhas. A saber : 1 vacca, 6 carneiros e mais

(1) Liv. 1 d'Inquir. d'Aff. III, f. 25 v. e 26.

(2) Inquir. de D. Dinis : Liv. d'Inq. da Beira e Alemndouro, f. 6 e 7.

(3) Gav. 15, M. 10. N.º 17, no Arch. Nac. Este documento contém algumas especies importantes para a historia dos pesos e medidas.

1 para o alferes, 3 porcos, 6 cabritos, 6 leitões, 5 gallinhas, 200 ovos, 1 alqueire de manteiga e outro tanto de mel, 1 alqueire de vinagre e outro tanto de sal, 1 almude de farinha de trigo e outra tanta de milho, 2 resteadas de alhos e 2 de cebolas, 3 mãos de linho, 1 morabitino para cera e pimenta, 6 modios de cevada, 500 pães, 3 fogaças e 3 modios de vinho, tudo medido pela medida de Valhelhas. João Fernandes, por auctoridade d'el-rei Sancho, achou justa esta colheita que nunca será alterada (1) ».

Quando, porém, ao organizar-se algum destes concelhos, se entendia conveniente fixar a quota de colheita com que cada vizinho devia contribuir, mencionava-se essa, porque a obrigação do gremio em relação ao estado convertia-se em dever até certo ponto individual. É o que se verifica nos foraes de Penamacor, Proença, Touro, Salvaterra, Sancta Cruz, etc. Outras vezes o foral declarava qual era a totalidade da colheita quando, em vez de se pagar em generos, se reduzia a uma quantia certa em dinheiro. Era o que, porexemplo, acontecia na Guarda.

Vestigios iguaes aos que existem em relação aos concelhos da segunda formula se encontram respectivamente a alguns municipios do typo d'Avila, em cujos foraes, como nos anteriores, não se impõe aquelle tributo. Tanto além do Tejo, como pela Beira meridional para onde irradiava esse typo, vão-se encontrar as provas da existencia das colheitas ou jantares d'el-rei.

A Covilhan era um concelho perfeito organizado pela terceira formula: Belmonte foi um concelho filial instituido no seu territorio. Nem num nem noutro dos respectivos foraes se estabelece a colheita, e todavia sabemos que ella se pagava nesta ultima villa (2).

(1) M. 8 de For. Antig. N.º 16, no Arc. Nac.

(2) Liv. d'Inquir. da Beira e Alemndouro, f. 6.

Benavente, cujo foral pertence á mesma classe, não tinha em virtude d'elle semelhante encargo. Todavia a colheita existia ahí nos tempos primitivos, como veio judicialmente a provar-se nos principios do seculo XV. Essa contribuição em generos fora convertida numa renda annual de quarenta morabitinos por contracto celebrado com Sancho II. Do respectivo documento se conhece o que igualmente resulta de outros, isto é, que o jantar ou colheita se denominava ás vezes *talha*, ou talha d'el-rei (1).

O foral de Pinhel illustra-nos assás sobre a solução da colheita nos grandes concelhos. Das precedentes provas parece deduzir-se que os do typo d'Avila estavam a ella adstrictos geralmente. Não era assim. Alguns gosavam do privilegio de não pagarem esta contribuição. No diploma original daquella carta constitutiva lê-se uma nota de varias exempções que Affonso I concedera a Evora depois organizada municipalmente e que Sancho I, fundando Pinhel, tornara extensivas a esta povoação. Entre ellas menciona-se a da colheita (2). Mas d'aqui se deduz que o principio geral era pagar-se quando expressamente não era abolida, aliás a concessão seria inutil, não se achando estabelecido o jantar do rei nos foraes desse typo.

Este mesmo phenomeno se verifica em outros concelhos de organização mais imperfeita. O foral de Satão, por exemplo, nada estatue ácerca do jantar do rei. Arrendando, porém, ao concelho os direitos reaes que alli devia receber, Sancho II estabelece a distincção entre os fóros e as colheitas que

(1) Liv. 1 de Direitos Reaes, f. 270, no Arch. Nac. — Liv. d'Inquir. da Beira e Alemndouro, f. 4 e segg. onde *talha* parece effectivamente significar a colheita.

(2) M. 7 de For., Ant. N.º 9.

lhe pertenciam (1). Em Pena-cova pagava-se igualmente esta contribuição (2), e todavia o seu foral, assás particularisado ácerca de tributos, não encerra uma unica disposição sobre tal objecto. Suscitada no seculo XVI uma contenda sobre a existencia em Villa-verde do foro real da colheita nos tempos primitivos do municipio, provou-se claramente essa existencia (3). Entretanto o foral deste concelho, povoado por uma das colonias de francos que vieram estabelecer-se em Portugal no seculo XII, não contém sequer uma allusão a semelhante encargo.

Estes factos, a que poderíamos accrescentar exemplos de outros analogos, explicam-se pela doutrina proclamada no Foro-velho de Castella. Era um principio absoluto que regia independentemente da sua inserção naquella especie de pactos politicos chamados foraes; que preexistia a elles e que, não sendo modificado pela creação do municipio, é natural se não julgasse necessario estatuir positivamente, do mesmo modo que não se mencionava a acceitação da moeda do rei (encargo tributario assás pesado, supposta a alteração periodica no valor intrinseco do dinheiro) (4) nem os outros direitos inherentes ao poder supremo, senão quando havia modificações, em que o encargo era restringido e quando, portanto, se tornava indispensavel especificar precisamente as restricções, como se verificava em relação ao serviço militar, á *hoste e fossado*, que só, conforme vimos, se exigia annualmente de uma parte dos cavalleiros villãos, e em

(1) M. 8 de For. Ant. N.º 8.

(2) Liv. d'Inquir. da Beira e Alemdouro, f. 10.

(3) Liv. das Sentenças da Coroa no Arch. Nac., f. 75 e segg.

(4) Veja-se o vol. 5, p. 133 e seg., 168 e segg.

que cumpria regular as multas que se deviam impôr no caso de faltarem ao seu dever aquelles a quem tocava marchar.

Resta ainda mencionar tres contribuições não alheias aos concelhos que se podem considerar como impostos directos, embora nem sempre recaíssem rigorosamente sobre os individuos do gremio ou sobre a sua propriedade. São ellas o direito sobre as pastagens, que se denominava *montado*, o direito sobre a caça, conhecido geralmente no reino pelo nome de *condado*, e o quinto real dos despojos havidos nas correrias em terra de inimigos, quer estas fossem fossados regulares, quer fossem os simples saltos ou entradas a que chamavam *azarias*. Esses tributos, posto que nem tão importantes, nem, talvez, em parte tão geraes como os precedentes, avultavam bastante para que não os omitamos na enumeração dos redditos que o estado auferia das terras municipaes.

O *montado*, *montadego*, *montadigo* ou *montatico* existia geralmente nos concelhos do reino no meado do seculo XIII. É o que se manifesta de uma provisão de Affonso III de 1261 (1). Conforme este diploma, aquelle tributo devia consistir uniformemente numa vacca de cada manada e em quatro carneiros de cada rebanho que viessem pastar nos termos das povoações, ao passo que outros quaesquer gados, como o suino e o cavallar, eram exemptos delle. Nisto consistia legalmente o imposto. Os senhores, porém, das terras, principalmente as ordens militares, que tinham o senhorio de um grande numero de concelhos, commettiam taes abusos a este respeito que foi necessario tomar providencias contra esses abusos. Por aquella pro-

(1) Liv. I de Doaç. d'Aff. III, f. 49.

visão as ordens foram reduzidas a escolher cada uma dellas uma das villas da sua dependencia em cujos termos recebessem o montado restringido precisamente áquillo mesmo que se recebia nos concelhos do immediato dominio do rei. Assim, o tributo desaparecia em todos os outros municipios regidos pelas corporações monastico-militares.

A generalidade da contribuição e a sua importancia, que nos apparecem determinadas por este diploma, nem sempre resultam com a mesma clareza dos documentos relativos especialmente aos concelhos do typo de Santarem pertencentes ás povoações da Estremadura e ainda a algumas do Alemtejo, e nos respectivos costumes não ha a menor referencia á contribuição do montado, nem para o estabelecer, nem para o supprimir (1). Foi elle ahi desconhecido? Certo que não. O diploma anteriormente citado prova-nos que o montatico se exigia por toda a parte no meado do seculo XIII e que, á excepção das villas das ordens militares, continuou a subsistir geralmente. Não é, porém, só isso. Em alguns foraes de povoações do Alemtejo, a que Affonso III tornou extensiva a carta municipal de Santarem, accrescentando-lhes novos privilegios, achamos mencionado este tributo. Taes são os de Monsaraz e Villa-viçosa, em que se concede a exemption d'elle, sendo os gados dos habitantes da villa, e o de Estremoz, no qual o rei faz a reserva expressa para a coroa daquelle direito real. Seis annos antes de se tomar a resolução de 1261 relativamente ás terras das ordens, tinham-se alevantado dissensões entre os concelhos dependentes dos spatharios e o de Béja, terra da coroa, sobre os córtes de lenha e

(1) Taes são os foraes de Coimbra, Leiria, Santarem, etc., e os costumes desta ultima villa, os de Béja, etc.

uso das pastagens nos termos uns dos outros. A estas questões pôs fim o rei, concedendo que os gados pertencentes ás terras de Sanctiago vizinhos de Béja pastassem nos termos desta villa sem delles se pagar montadigo, nem a conhecida chamada *terradigo* pelos córtes de lenha, convindo a ordem em usar do mesmo modo com os moradores de Béja (1). Assim vemos que, não havendo no foral e nos costumes desta villa a menor allusão ao montado, elle existia ali como pelas outras partes.

Nos foraes do typo de Salamanca o direito real do montatico é expressamente mencionado; mas as condições da sua existencia são diversas. O principio é a exempção do tributo pelo que respeita aos rebanhos dos vizinhos do concelho a que as pastagens pertencem. Elle recae exclusivamente sobre o gado de individuos estranhos ao gremio que venha buscar sustento no seu termo. O *senior* ou o prestameiro e os cavalleiros villãos vigiam ali pela recepção do imposto ou arrematam-no; mas por esta superintendencia pertence aos ultimos um terço do producto ou renda, enquanto os outros dous terços revertem para aquelle representante do rei. Esta regra geral tem, porém, excepções. Em algumas terras o montado pago pelos pastores adventicios é cedido na carta de foral em beneficio commum do municipio, e concede-se aos habitantes o privilegio de mandarem pastar os seus rebanhos nos terrenos dos outros concelhos sem pagarem essa contribuição (2).

O montatico em os foraes do typo d'Avila tem diverso character. Regula nestes o principio de ser

(1) Gav. 5, M 3, N.º 3 no Arch. Nac.

(2) For. de Proença, Salvaterra do Extremo e Penamacor.

pago aquelle encargo só pelos estranhos que trouxerem os seus gados no termo, e a quota dos animaes estabelecida como regra na provisão de 1261 achasse já estatuida nessas cartas de povoação, devendo o ádvena dar quatro ovelhas de cada rebanho e uma



31. - Illuminura do Fuero Juzgo. (*Bibliotheca Nacional.*)

vacca de cada manada (1). Ahi, todavia, o direito real, converte-se em contribuição municipal, revertendo o montado integralmente para os concelhos. Mas com o tempo, o fisco assimilou-o aos outros

(1) Na Idanha, em Sortelha e em outros concelhos da Beira organisados pelo typo d'Evora, o montado estendia-se ao gado suino, equiparado para isso ás ovelhas.

impostos, revocando esse direito á coroa por apparentes concessões dos gremios, concessões que a simples razão indica não terem sido voluntarias (1). Emfim, como os de varias villas pertencentes ao typo de Salamanca, os habitantes de muitos municipios da terceira formula gosavam da exempção do montado nos termos dos outros concelhos aonde levassem a pastar seus gados (2).

Como esta instituição tributaria era geral, raras vezes se menciona o montatico em algum foral imperfeito. Justamente naquelles logares em que se julgou conveniente, para attrahir povoadores ou por outro qualquer motivo, modificar o rigor da exacção é onde isto se verifica. Já vimos que nos burgos (quarta formula de concelhos imperfeitos) os habitantes podiam mandar pastar fóra os seus gados sem que ninguem se intromettesse com isso (3). Pelo foral do Marmelar, por exemplo, deixa-se aos habitantes o livre uso das lenhas, pascigos, caça e pesca fluvial, satisfazendo-se o fisco com a solução da colheita. Villa-chan obtem igual liberdade quanto aos pastos, e a Soutomaior ainda é concedido este direito com mais amplidão. Assim em outros logares. O que parece indicarem concessões de tal ordem é que nos concelhos, ás vezes assás insignificantes, a que são feitas, busca chamar-se á vida pastoril uma população exclusiva ou quasi exclusivamente inclinada á profissão da caça, industria sobre a qual, aliás, nunca esquece a imposição do respectivo tributo.

(1) Vejam-se as cessões dos montados d'Evora e Montemor: Liv. 3 d'Aff. III, f. 19 e 20.

(2) Os de Niza, Crato, Covilhan, Sarzedas, etc. Vejam-se os respectivos foraes.

(3) V. vol. 7, p. 143.

Este tributo sobre a caça não era tão geral nos grandes concelhos como nos imperfeitos e nas terras não municipaes, onde communmente se designava, como dissemos, pela denominação de *condado*. Nos foraes do typo de Santarem fazia-se a mesma distincção ácerca do direito de caça que havia relativamente ao montatico entre os vizinhos e os homens de fóra. Os caçadores de caça miuda, unica permitida ou unica de algum vulto nestes concelhos, sendo membros do gremio davam a pequena conhecimento de um coelho, ainda que se demorassem oito dias no mato, ao passo que aos estranhos se exigia a decima de todo o producto do seu trabalho. Como, segundo vimos, nas povoações constituídas com a carta municipal de Trancoso ou de Salamanca passavam para o dominio commum do gremio os baldios, pégos e devesas sem reserva alguma (1), o tributo sobre a caça não parece ter existido ahi; ao menos não se encontram vestigios d'elle nos respectivos monumentos. O mesmo acontece nos da terceira formula, provavelmente por igual razão. Ainda que nos respectivos foraes não se encontre aquella disposição especial ácerca dos terrenos sem dono conhecido, elles assignalam precisamente os termos ás povoações novas que não tinham alfozes determinados desde o tempo do dominio arabe, o que devia acontecer em Evora, Elvas e outras povoa-

(1) V. ante p. 59. — Cabe aqui notar que nesta circumstancia se póde achar, tão bem ou melhor do que nas considerações que fizemos a pag. 185, a razão por que não ficavam subordinados os novos concelhos fundados nos alfozes desertos dos grandes municipios da Estremadura a estes mesmos municipios, enquanto na Beira, onde predominava a segunda formula, esses novos concelhos ficavam como filiaes e dependentes daquelles em *cujos terrenos* eram fundados.

ções antigas. Por isso achamos designados os limites do concelho nas cartas municipaes de Marvão, Pínhel, Sarzedas, e outras villas (1). Estes termos passavam em propriedade plena para o concelho, segundo se vê mais ou menos claramente expresso nos mesmos foraes, ficando portanto aos vizinhos o direito de desfructar livremente tudo o que delles podessem tirar. Eis, por exemplo, o que se lê na carta municipal de Sortelha, depois de assignalado o perimetro do respectivo alfoz :

« Possui vós e a vossa posteridade estes termos do mesmo modo que os deu aos povoadores de Sortelha meu avô D. Sancho (1) e possui como propriedade hereditaria tudo quanto se encerra nestes limites. »

Onde o direito sobre a caça nos apparece mais generalisado é nos concelhos imperfeitos; porque na sua organização incompleta se aproximavam mais das terras não municipaes. Em Seia a montaria, a veação, a caça de coelhos, tudo era permitido, mas tudo era tributado, e até o era a busca de mel e cera no mato. Em Villa-chan, Soverosa, Souto, Celeirós, Guiães, Covellinas, etc., a imposição, chamada ainda *condado*, em alguns dos respectivos foraes, recaía exclusivamente sobre a caça grossa, javalis, ursos, veados, e consistia em porções de cada peça de veação que os caçadores apanhavam, indício certo de quão selvaticos e povoados de feras

(1) Nos foraes desta especie relativos a villas das ordens militares nem sempre se dá essa circumstancia; mas os termos dos novos concelhos estão determinados pelas doações do territorio feitas pela coroa á ordem, doações em que esses termos de antemão se fixam. Veja-se por exemplo o foral do Crato comparado com a doação do territorio feita aos hospitalarios : Nova Malta : T. I, p. 442 e 444.

eram os desvios em que esses pequenos gremios se fundavam. As disposições ácerca do tributo sobre a profissão de monteiro são assás prolixas no foral de Moimenta e nos seus analogos, no da Redinha e em outros. Os que procuravam os enxames para colher mel e cera, os caçadores de coelhos, os monteadores de veados e javalis, todos tinham de repartir com o fisco, salvo os colonos jugadeiros, os lavradores : noutros, como por exemplo em Azurara, não havia essa distincção : noutros, finalmente, situados na vizinhança de rios, como as tres aldeias de Tavoadelo, Fontes e Crastello, deixava-se expressamente livre a pesca sobre a qual nas terras não municipaes, tambem recaía o condado, estabelecendo-se unicamente esse direito em relação á caça.

O quinto real sobre os despojos obtidos nas repetidas correrias de uma guerra quasi incessante, foi sem duvida uma das fontes de rendimento publico mais caudaes desde o principio da monarchia até serem expulsos do Algarve os ultimos regulos sarracenos. Este tributo, que remonta á epocha leonesa, era evidentemente uma instituição mussulmana adoptada pelos christãos e adoptada em virtude das mesmas circumstancias que a haviam feito apparecer entre os arabes. Mais afieitas a menear a espada do que a dirigir a charrua, ambas as raças deviam por muito tempo buscar recursos, tanto para as necessidades publicas, como para as individuaes, antes na espoliação dos inimigos do que no proprio trabalho. Assim, desde que, convertidos ao islamismo, os arabes se tornaram conquistadores, os despojos das batalhas foram o seu principal recurso. Destes despojos o quinto era reservado para o khalifa; para o chefe supremo do estado. Nos historiadores arabes que se referem ás conquistas e ao dominio sarraceno na Peninsula as allusões a esta

reserva são frequentes (1). Do mesmo modo nas nossas cartas municipaes encontram-se repetidas vezes referencias á solução do quinto como a uma cousa já antecedentemente estabelecida por uso geral, sobretudo quando o novo municipio é fundado nalgum districto proximo das incertas fronteiras do meio-dia. Nos foraes do typo de Santarem apparece-nos esse tributo, não estabelecido de novo, mas sim regulado na fórma da sua percepção :

« Em cavalgada que for capitaneada pelo alcaide nada reserve este para si senão o que espontaneamente lhe quizerem dar os cavalleiros. Chegando, porém, a força a sessenta cavallos separe-se no campo a parte que me toca a mim (ao rei). »

« ... o quinto dos sarracenos e de outros pague-se na conformidade *do que se usa.* »

Já anteriormente vimos que por estes mesmos foraes o quinhão da presa que tocava aos adaís era exempto do quinto, e a ultima disposição citada prova-nos que não só os despojos dos infiéis, mas também os que se faziam nas guerras com christãos eram sujeitos á quota fiscal por costume remoto. Effectivamente pelo foral de Coimbra de 1111 sabemos que nas antigas povoações da Estremadura este direito preexistiu á sua definitiva organização municipal nos fins do seculo XII :

« Da presa de fossado não nos deis mais do que um quinto, e ás forças da rectaguarda (azaga) (2) duas partes,

(1) Conde, *Dominac. de los Arab. passim*. Schaeff. *Gesch. v. Span.* 2 B. S. 157. — Gayangos, *Al-makkari*, vol. 1, Append. p. XLVIII e LVIII, etc.

(2) *Çaga, Zaga, Azaga* não são mais do que differentes fórmas da mesma palavra, que significa a rectaguarda, opposta á *deanteira, delanteira*, ou vanguarda. Viterbo, á palavra *Azaga*, sonhou não sabemos que synonymia entre *Azaga* e *Adail*.

ficando-vos outras duas. Da azaria dae-nos o quinto e reparti entre vós o resto sem reserva ou quinhão para o alcaide (1) ».

Onde, porém, o transitorio deste tributo e a sua verdadeira indole se tornam evidentes é nas instituições dos concelhos do typo de Salamanca. Na maior parte dos respectivos foraes não se encontra a menor provisão relativa ao quinto. Todavia vão-se achar algumas nos mais antigos que nos restam e nos das povoações da Beira meridional e oriental, dados quando ainda o dominio sarraceno subsistia a curta distancia dessas povoações pelo sul do Alemtejo, pelo Algarve, e pelas provincias da moderna Estremadura hespanhola e de Sevilha. Assim, no foral de Numão de 1130 lê-se :

« Nós os habitantes de Numão daremos ao senhor (da terra)... o quinto de tudo quanto adquirirmos do paiz dos sarracenos, quinto que será recebido por mão do juiz. »

No de Monsancto (1174) :

« Darão o quinto do que *lucrarem* em terra de sarracenos ou de *christãos de outro reino*. »

Nos de Penamacor (1209), Proença (1218) e Salvaterra do Extremo (1229) :

« O juiz de todos... os quintos que arrecadar haja um septimo. »

Nos foraes do typo d'Avila, pertencentes em geral

(1) « De azaria nobis quintan partem, vobis quatuor, absque ulla alkaidaria ». — Sendo o fossado a expedição regular de todos os annos, em que os cavalleiros villãos iam na hoste real, deduz-se d'aqui que a *azaria* era uma correria espontanea feita pelos habitantes da povoação por sua conta e risco.

a concelhos situados no Alemtejo e pela orla meridional da Beira, são triviaes as provisões ácerca do quinto para ser pago, não só da presa dos fossados, mas tambem de outras quaesquer facções militares em que houvesse despojos, salvo o direito da *erecta*, isto é, de tirar do cumulo total o cavalleiro que ahi perdia o cavallo o valor deste, devendo só depois disso separar-se o quinto do rei.

Nos foraes dos concelhos imperfeitos da quinta formula, onde, como vimos, existia a classe dos cavalleiros villãos e por consequencia o serviço das expedições ou fossados, acham-se disposições analogas ás que temos citado. Taes são os dos castellos de S. João da Pesqueira, de Penella, de Paredes, de Linhares e de Anciães, dados por Fernando Magno e revalidados por Affonso Henriques. O mesmo succede nos que reproduzem o antigo foral de Coimbra, como os de Soure, Pombal, Thomar, etc. No de Seia ha apenas uma allusão indirecta ao quinto do rei; mas aquella simples allusão basta para sabermos que esse direito real existia ahi por costume, ainda antes de se concederem a Seia ou de crearem para si os habitantes dessa villa instituições municipaes. Encontra-se a allusão quando o foral se refere a uma hypothese que de ordinario se acha prevenida nas cartas municipaes:

« Se vier fossado á *nossa villa*, e cavalleiro ou peão derribar cavalleiro haja o seu espolio e o cavallo, e não dê disso nenhuma quota nem o quinto. »

Uma das cartas constitutivas mais notaveis, no que respeita ao quinto, é a primitiva de Leiria (1142), antes de ser destruida esta povoação pelos mussulmanos e restaurada por Sancho I :

« De tudo o que qualquer individuo de Leiria adquirir em terras de sarracenos dê a quinta parte ao rei, além dos

cavallos, de que o alcaide de Leiria deve tomar conta para fazer novos cavalleiros ou para os dar áquelles que perderem os seus. »

Esta restricção ácerca dos cavallos apprehendidos



32. — Illuminura do Fuero Juzgo. (*Bibliotheca Nacional.*)

nas correrias, não só para a *erecta*, mas tambem para se darem áquelles que quizessem entrar no corpo da cavallaria villan, se attendermos á epocha em que o foral foi expedido (dous annos depois de Affonso Henriques se ter declarado rei de Portugal),

é mais uma prova da energia com que elle trabalhava para augmentar os seus recursos militares, unico meio naquellas circumstancias de converter a sua pequena provincia num estado assás vasto e poderoso para contrastar com Leão, igualando-o aos outros reinos christãos em que se dividia a Peninsula.

Fossados, anúduvas, jugadas, tributos sobre a criminalidade, colheitas, montados, direito de caça, quinto dos despojos da guerra, eis os impostos em serviço, em dinheiro e em generos que abrangiam mais geralmente os concelhos e que constituiam nos seculos XII e XIII as principaes contribuições directas pagas pelos gremios ao estado, embora houvesse nisso as modificações, as irregularidades, que temos apontado. Na verdade, como já vimos, muitos concelhos imperfeitos offerecem exemplos de outros impostos directos mais ou menos singulares. Havia, até, districtos, onde pesavam imposições especiaes anteriores ao estabelecimento dos concelhos, as quaes continuavam a subsistir em qualquer povoação a que se davam instituições municipaes completas. Tal era a *martinega* ou *martiniega*, commum nos districtos de Trás-os-Montes, a qual consistia em um tanto certo que pagava pelo S. Martinho cada chefe de familia cuja renda annual excedia uma determinada somma (1). Tal era tambem a *almocrevaria* ou *almoquevaria*, isto é, uma recovagem ou *carreira* que os almocreves tinham de fazer annualmente em serviço do rei em muitos concelhos da Estremadura, tanto perfectos como imperfeitos. Tra-

(1) A'cerca da *martinega* (que se pagava em Chaves e em Bragança apesar de serem concelhos perfectos de 4.^a ordem) vejam-se os documentos do Liv. 1 de Chancell. de D. Dinis, f. 249 e o For. de Chaves; Liv. 1 de Doaç. de Aff. III, f. 29.

ctaremos agora das contribuições indirectas começando pelas mais importantes — os direitos de barreiras, de transitio, e de mercados.

Estes impostos sobre o consumo eram sem contradicção tributos oppressivos ; eram um obstaculo permanente ao desenvolvimento da agricultura, da industria e do commercio, e incentivo poderoso para conservar uma especie de hostilidade economica entre os concelhos. Elles significavam as idéas chamadas protectoras levadas ao ultimo grau de absurdo : era o systema de alfandegas, não só fechando as fronteiras e entorpecendo directamente o commercio externo, como hoje succede, mas tambem cubrindo todos os districtos de uma rede de exacções e guiando immediatamente a mão do fisco a todos os angulos do paiz onde se accumulavam algumas familias e se erguia uma povoação. Já então o imposto indirecto offerecia a vantagem que o poder lhe tem achado em todos os tempos, a de parecer menos gravoso que o directo, sendo sem comparação mais avultado e mais destructivo da prosperidade publica. Os direitos de barreiras, de transitio e de mercados cubriam-se já com as falsas apparencias de protecção a favor dos naturaes contra os estranhos, manto com que o tributo indirecto esconde ainda hoje a ruindade da propria indole. Aceita a hypothese de que cada concelho constituia uma especie de individualidade politica (hypothese que, como temos visto, a precisão de organizar as classes inferiores contra uma aristocracia poderosa e oppressora tornava de altissima conveniencia) as portagens, em que vemos uma prova da ignorancia da idade média, não eram nem mais oppostas aos verdadeiros principios, nem mais poderoso obstaculo ao accrescimo da riqueza publica do que o é dentro da sua orbita o systema de restricções e tributos sobre o commercio externo, sys-

tema que existe ainda tão profundamente radicado na nossa organização economica.

Primeiro que tudo importa distinguir no principal imposto sobre o consumo que se pagava nos concelhos tres fôrmas diversas, embora na essencia elle fosse um só. Eram essas tres fôrmas a *portagem*, a *açougagem* e a *passagem* ou *peagem*. Nalguns foraes a distincção entre ellas é clara, noutros obscura; mas tanto num como noutro caso são innegaveis as suas diversas condições e importancia. Nos concelhos a portagem era geral, a açougagem assás commum, a passagem mais rara; mas todas ellas, recaíndo sobre o movimento commercial, sobre as permutações, multiplicavam os embarços daquelle e augmentavam o preço dos objectos de consumo. Nisso consistia a identidade da sua indole. Era no modo e logar da percepção, na quota da contribuição e na variedade dos objectos tributados que estava a differença. A portagem era verdadeiramente o moderno imposto de barreiras, e denominava-se assim, porque, sendo as villas em regra muradas e fortificadas, se recebia nas portas da povoação. A *açougagem* era outro direito de consumo que se recebia no que hoje chamamos *praça*, no mercado diario da villa. A palavra *açougue*, donde vinha a designação *açougagem*, tinha nos seculos XII e XIII uma significação inteiramente diversa da actual. Derivava-se do vocabulo arabe *sók* ou *sùk*, nome que se dava nas cidades da hespanha mussulmana ás pequenas ruas bordadas por ambos os lados de lojas de venda de certos e determinados generos (1). Entre nós servia o açougue para o trafico de todos os objectos de consumo, tanto de victualhas como de roupas ou alfaias

(1) Gayangos, Al-makkari, vol. I, p. 492.

de qualquer especie e ainda para outras mercadorias. Era sobre as permutações que constituíam esse trafico que recaía a açougagem. A *passagem* ou *peagem*, chamada tambem ás vezes portagem pela pouca precisão da lingua na idade média (1), era um direito de transito de que apparecem bastantes vestigios fóra dos concelhos e a que nos foraes se allude mais vezes para ser abolido do que para ser conservado. Como a sua denominação o está indicando, a passagem recaía sobre as mercadorias que entravam na povoação, mas sem destino de serem alli vendidas e só com o intuito, digamos assim, da reexportação. Dadas estas noções preliminares, examinemos como a acção fiscal se exercia nessa parte em relação aos concelhos.

Nos foraes do typo de Santarem as disposições relativas a portagens envolvem tambem a açougagem. Na apparencia a fórmula da contribuição é uma só: reflectindo, porém, sobre essas disposições e comparando-as com os costumes escriptos, chegam a discriminar-se os dous impostos. Eis o que se lê naquellas cartas constitutivas, com variantes, em geral, pouco essenciaes entre umas e outras, ácerca desta parte da contribuição indirecta:

« Dêem de foro de vacca 1 dinheiro, e de gamo 1 dinheiro (2), e de veado 1 dinheiro, e de carga de cavalga-

(1) As palavras *passagem* e *portagem* (*passagine*, *portagine*, *portaticum*, *portadigo*) são as mais frequentemente empregadas: *peagem* (*pedagium*, *peaticum*) é raras vezes usada.

(2) *Zeuro* ou *zevro*. Os costumes de Béja (Ined., T. 5, p. 539) e os de Torres-novas (Ibid. T. 4, p. 630) traduzem *zeuro* por *gamo*. Nalguns foraes, porém, distinguem-se duas especies de animaes. Acaso o *zeuro* é uma especie perdida.

dura com pescado 1 dinheiro, e de barco de peixe 1 dinheiro, e o mesmo se dará de julgado, e 3 dinheiros de alcavala. Do veado e do gamo e da vacca e do porco e do carneiro, por qualquer destas cousas 1 dinheiro. Os pescadores paguem dizima. De cavallo ou de macho ou de mula que venderem ou comprarem a homens estranhos por 10 morabitinos ou por mais, 1 morabitino, e de 10 para baixo meio morabitino. De egua comprada ou vendida ou de boi 2 soldos; de vacca ou de jumento ou jumenta 1 soldo. De mouro ou de moura (escravos) meio morabitino. De porco ou de carneiro 2 dinheiros; de bode ou de cabra 1 dinheiro. De carga de azeite, de couros de boi, de gamo ou de veado, meio morabitino. De carga de cera meio morabitino. De carga de anil, pannos, pelles de coelhos, marroquins brancos ou vermelhos, ou gran 1 morabitino. De grossaria (*bracale*) 2 dinheiros. De fato de pelles 2 dinheiros. De linho, alhos ou cebolas, escudelas e vasos de madeira, dizima. Se as pessoas de fóra do concelho, que trouxerem estas diversas cargas e tiverem pago portagem, levarem outras do valor dellas não paguem portagem destas. De carga de pão ou de sal que venderem ou comprarem pessoas estranhas, sendo carga de cavallo ou de macho pagarão 3 dinheiros e sendo de jumento 3 mealhas. Os mercadores naturaes da villa que quizerem dar soldada, receba-se-lhes: se não quizerem, paguem portagem. Da carga de peixe, que levarem da villa pessoas de fóra, paguem 6 dinheiros. Os moradores do concelho que tiverem pão, vinho, figos ou azeite, e trouxerem qualquer dessas cousas para seu gasto e não para mercadejarem, não paguem portagem (1). »

Transcrevemos as precedentes disposições, posto que extensas, porque dellas se deduz uma serie de factos relativos á contribuição indirecta nos

(1) Extrahimos o regulamento das portagens do foral de Leiria de 1195 por ser uma povoação restaurada de novo. Nas povoações antigas havia já praxe anterior, que, ao expedirem-se os foraes deste typo, os modificava ás vezes. E' o que succedeu no de Coimbra, onde ácerca de algumas cousas se estatue no foral de 1179 que se guarde o foro ou uso que já existia.

grandes concelhos da primeira formula. O principio quanto ás portagens vê-se que era, pelo menos em relação a diversos objectos, pagarem-se direitos tanto por entrada como por saída: vê-se tambem que sendo a transacção duplicada, isto é, de importação e de exportação, só eram oneradas as mercadorias importadas; que se deixavam entrar livremente os fructos que os habitantes traziam dos seus predios ruraes para o consumo domestico, e que finalmente os moradores que mercadejavam vinham a ficar exemptos do vexame fiscal das barreiras a troco de uma especie de avença, a *soldada*, podendo assim dizer-se que as portagens parece recaíam quasi exclusivamente sobre os não-vizinhos: dizemos parece, porque é sabido que em definitiva ellas recaíam sobre esses mesmos privilegiados, que eram os consumidores. Isso a que os foraes chamam *soldada* era antes um symbolo do que um encargo tributario. Os costumes de Torres-novas explicam-nos em que ella consistia. Uma simples declaração feita ao mordomo por qualquer vizinho de que queria ser *soldadeiro*, e o pagamento de um soldo annual pelo S. Martinho exemptavam-no da portagem (1). Nos costumes dos grandes municipios da primeira formula apenas se allude á soldada, allusão que, revelando-nos a existencia della ahi, é tambem uma prova indirecta da sua insignificancia.

Mas na serie das provisões acima citadas ha um facto que seria absolutamente incomprehensivel, se outros monumentos não viessem illustrá-lo e se não nos recordassemos de que a indole dos foraes é

(1) Cost. de Torres-novas: Ined., T. 4, p. 637.

limitarem-se, na parte em que estabelecem as relações do município ou dos seus membros com o rei e por elle com a sociedade geral, a regular os mutuos direitos e obrigações. Quanto ao tributo indirecto, determinadas as exempções dos burgueses, o que importava era especificar bem claramente quaes os objectos sobre que elle recaía e quaes as quotas tributarias. Os usos e costumes bastavam para tornar perceptíveis para todos os preceitos escriptos (que não raro põe a dura prova a perspicacia dos que hoje os estudam), porque essas usancas eram a vida então actual. Na enumeração das portagens vemos mais de uma vez repetir-se o mesmo objecto com a designação de igual ou de diversa quota. As carnes de veado, de gamo e de vacca são duas vezes mencionadas com identico imposto : o pescado é numa parte sujeito apenas á solução de um dinheiro em cada carga ou barco e noutra onerado com a dizima. É acaso uma daquellas contradicções que a mão de redactores inhabéis mais de uma vez introduziu nos diplomas da idade média ? Fora absurdo suppôr que taes erros se reproduzissem em tantos foraes do mesmo typo expedidos em diversas epochas. O que evidentemente ahi ha é uma falta de distincção entre os direitos pagos nas barreiras e os que se pagavam nos mercados ; entre a *portagem* e a *açougagem*. Essa falta, porém, que hoje produz a obscuridade não a produzia então, discriminando-se facilmente na praxe. Nos costumes reduzidos a escripto no seculo XIV, quando já as idéas se exprimiam com mais ordem e clareza, vamos achar a distincção desses mesmos tributos de entrada e de saída e os de açougue ou mercado separados uns dos outros sob os diversos titulos de portagem e de açougagem e impostos em grande numero de objectos não

designados no foral, mas de um modo accorde com as disposições delle (1).

A *passagem* ou *peagem* não se usava nestes concelhos. Não só a omittem os foraes, mas tambem



33. — Illuminura do Fuero Juzgo. (*Bibliotheca Nacional.*)

temos documento positivo a esse respeito. Dirigindo o concelho de Béja ao de Santarem varios quesitos sobre os seus usos e costumes, os magistrados do

(1) Cost. de Béja : Ibid. T. 5, p. 484 e segg. 488, 529 e 538.

concelho-tipo, no particular dos direitos de transitio, responderam que a praxe nunca interrompida em Santarem era que os que passavam pela villa com mercadorias, postoque abrissem os fardos não sendo para vender, mas para recolher a carga ou para arejá-la ou, finalmente, para entregar alguma encommenda, não davam portagem; mas que se desmanchassem a carga com a intenção de vender, pagavam-na daquillo que vendiam, ainda que não negociassem tudo. A mesma regra se seguia ácerca do gado e dos mais objectos que apenas transitavam pela povoação (1).

Mas se o direito de passagem não ía augmentar nestes concelhos os embaraços commerciaes, outras exacções havia ahi que se ligavam aos actos de compra e venda. A accumulção de todas ellas não era commum á universalidade dos grandes municipios da primeira formula, mas em nenhum deixavam de se encontrar algumas. A *alcavala*, a *alcaidaria*, o *julgado*, a *relegagem*, eram as mais frequentes. A alcavala consistia nuns tantos dinheiros sobre a carne que se vendia no mercado ou açougue e andava por isso unida á açougagem (2). A alcaidaria, como a palavra o está indicando, era uma foragem estabelecida em beneficio do alcaide-mór. Consistia em se pagarem dous dinheiros de cada carga de peixe que vinha ao mercado, ao que se ajunctara por costume em algumas partes um lombo de cada porco que se matava para a venda (3). O *julgado* (*judicatum*) vinha a ser um tributo igual á alcavala e analogo á alcaidaria. Como os logares que pelos annos de 1179 obtiveram os foraes da pri-

(1) Ibid. p. 482 e seg.

(2) For. da Ericeira. — Cost. de Béja : Ibid. p. 487.

(3) Cost. de Santarem : Ibid. p. 567.

meira formula, isto é, Santarem, Coimbra, Lisboa, etc., eram povoações antigas já com instituições municipaes mais ou menos imperfeitas, havia ahi um desses juizes que precederam os alvasís, e que judicialmente representavam o rei, do mesmo modo que os alcaides o representavam militarmente. Ao passo, porém, que havia um tributo especial para emolumento do alcaide, devia igualmente haver outro para o magistrado jurisdiccional. Esta parece ter sido a origem desse imposto que, supprimido o cargo de juiz pela nova organização de 1179, revertia para o fisco. A relegagem assentava numa base diversa como o estado recebia o tributo directo sobre o vinho no proprio genero, o qual a maior parte das vezes estaria sujeito a arruinar-se, attento o methodo do fabrico, necessariamente imperfeito naquella epocha, importava facilitar a venda delle. D'ahi nascia o relego, que era uma especie de tributo, ao menos nos seus resultados. Desde o 1.º de janeiro até o 1.º de abril ninguem podia vender vinho na villa senão o fisco. A contravenção era punida com a multa de cinco soldos pela primeira e segunda vez: á terceira arrombavam-se as cubas e entornava-se o vinho do contraventor. Esta prohibição era restricta á producção do concelho: a de fóra podia trazer-se durante ella, mas pagando de cada carga (1) um almude de relegagem, tributo assás avultado para compensar a concessão.

Acham-se em concelhos desta formula vestigios de um tributo, o das *ochavas* (2), que veremos tam-

(1) Carga cavallar. Quando se dizia simplesmente *carga* devia-se entender esta. Cost. de Béja: Ibid. T. 5, p. 491.

(2) No foral d'Estremoz o rei reserva as *ochavas*, « si ibi eas fecerint ». Em Béja vemos pelos costumes (Ined., T. 5.,

bem nos das outras. Era um direito sobre os generos que se vendiam ao alqueire ou ao almude (medida de seccos) nas *fangas*. Dava-se o nome de *fangas* a um mercado ou açougue especial dos cereaes, que em algumas partes servia igualmente para os fructos de casa, para os legumes, etc. Era ahi que nos concelhos do typo de Santarem, onde havia *fangas*, os mercadores de trigos ou de farinhas deviam vendê-los e pagar as *ochavas*, tendo, porém, a liberdade de os negociarem noutra parte, sujeitando-se á solução do imposto. Os vizinhos, esses só eram obrigados a pagá-lo vindo voluntariamente ás *fangas* (1).

Póde imaginar-se como numa epocha em que se ignoravam os principios fundamentaes das sciencias economicas a cubiça do fisco havia de tender constantemente a multiplicar os vexames que deviam resultar destas contribuições indirectas. O primeiro mal era o grande numero de agentes fiscaes que tão diversas exacções tornavam necessarios, aggravado

p. 487, tit. *das fangas*) que o direito existia, embora não se lhe dê o nome de *ochavas*. O character deste tributo resulta sobretudo de varias passagens das inquirições de 1395 pela Beira oriental (Liv. do Tombo da Comarca da Beira 46), f. 55 v., 85 e 90). Nas concessões feitas a Affonso III pelo concelho de Coimbra em 1269 (Gav. 10. M. II, N.º. 5 no Arch. Nac.) menciona-se a construcção de *fangas*, e estabelecem-se os direitos que o rei devia receber dos objectos proprios desse mercado especial. Veja-se tambem o Elucidario á palavra *ochava* ad finem e a carta de Affonso III ao concelho de Santarem sobre os direitos reaes das *fangas* (Ined., T. 4, p. 540. Na Guarda, e provavelmente por todos aquelles districtos, a palavra *ochava* significava não só o tributo assim designado, mas tambem a propria medida ou alqueire. Cost. da Guarda : Ined., T. 5, p. 413. e 423.

(1) As disposições mais claras e precisas a este respeito são as dos costumes de Béja : l. cit., p. 487 e seg.

ainda pelo systema das arrematações a que frequentemente se recorria. Os porteiros ou *açougueiros* e os *relegueiros* eram ás vezes substituidos por individuos que contractavam a cobrança dessas diversas imposições, dando certa renda (1), systema que, parecendo preferivel para a fazenda publica e sendo-o, talvez numa epocha de administração imperfeitissima, redundava por certo em maior vexame do contribuinte. Mas não era só isto. A perspicacia fiscal achava diversos expedientes para enxerir, digamos assim, novos tributos, alguns assás difficeis de classificar, nesses que se podem considerar como principaes. Não se entorpecia só o movimento commercial com os encargos que, estabelecendo distincções odiosas entre vizinhos e estranhos, recaíam na realidade sobre todos : a coroa apoderava-se dos rocios e terrenos onde não havia edificios e construia ahi terecenas, casas e, sobretudo, açougues, lojas, ferrarias e outras officinas, de modo que não só o

(1) Os *porteiros*, *açougueiros* e *relegueiros* são frequentemente mencionados nos costumes de Santarem communicados a Oriola e ainda nos communicados a Borba, bem como nos de Béja. Allude-se ahi tambem aos *rendeiros*, como por exemplo : « se forem avindos... com o açougueiro, ou com aquel que tirar os direitos do açougue delrey » (Ined., T. 6, p. 542. » — A capa de um quaderno de documentos do mosteiro de S. Jorge na Gaveta 84 da Collecç. Espec. do Arch. Nac. é uma folha do registo de uma companhia de *rendeiros* das portagens de Coimbra na primeira metade do seculo XIII. Precedendo a nota do rendimento diario da portagem durante uma semana, lê-se ahi o seguinte : « Era 1262, quarta feira, 3.^a die aprilis accepit N. portaginem Colimbrie cum sociis suis pro 1500 morabitinis. » — Sobre os *relegueiros* e *relego* nos concelhos pôde tambem vêr-se o Liv. I de Aff. III, f. 7, o doc. da Gav. 3, M. 2, N.º 3, etc. Sobre a arrematação dos direitos reaes veja-se a nota XI no fim do 5.º vol.

concelho ficava inhibido de crear rendimentos proprios, mas tambem os vizinhos se viam indirectamente obrigados a mercadejar nos açougues reaes e, portanto, a pagar os direitos de açougagem (1). Como tambem pelos foraes deste typo os officiaes de certos officios, por exemplo ferreiros e sapateiros, que não tinham casa propria na villa, eram obrigados a vir morar nas lojas do estado e pagavam por isso contribuição, augmentando-se o numero dessas lojas facilitava-se o augmento dos direitos reaes. Excogitou-se, afóra isso, o estabelecimento de feiras semanaes e em dia determinado, daquella especie a que chamamos vulgarmente mercados. Mas estes mercados estavam longe de ser livres. Fazia-se a feira nos armazens ou alfandegas (2) reaes e todos os que naquelle dia queriam comprar ou vender viam-se forçados a ir alli, pagando as foragens que o fisco lhes quêria impôr. Era um abuso a que ás vezes os concelhos resistiam até que o rei cedia, como aconteceu em Lisboa no tempo de Alfonso III (3). O de Coimbra auctorisou este mesmo principio a estabelecer na almedina *feiras, açougues, fangas, alfandegas e estalagens*, constrangendo por uma resolução solemne e até com penas severas todos os estranhos, e ainda em certos casos os vizinhos a mercadejarem ahi e a recolherem as suas cavalgaduras e fazendas nos edificios reaes. A espontaneidade com que o conselho assegurava ter feito esta concessão (4), póde suppôr-se qual seria á vista da

(1) Veja-se a concordata de D. Dinis com o concelho de Lisboa : Liv. 1 de Chancell. de D. Dinis, f. 164 v.

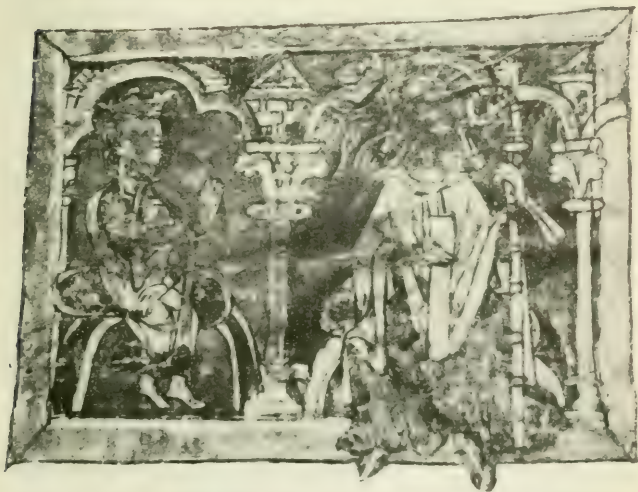
(2) Do arabe *al foudak*, barração, edificio amplo para se recolherem os mercadores com as suas mercadorias.

(3) Carta Regia de 1273 no Liv. dos Pregos, f. 32. Veja-se tambem a de 261 : Ibid. f. 4 v.

(4) Doc. de 1269 na Gav. 10, M. 5, N.º 11 no Arch. Naç. com-

reacção do de Lisboa contra os mesmos abusos fiscaes.

Em opposição a estes factos economicos havia outros que, tendendo a diminuir o producto das contribuições indirectas, tornavam ao mesmo tempo mais complicada a realisação destas e da-



34. — Illuminura do Fuero Juzgo. (*Bibliotheca Nacional.*)

vam forçosamente aso a mil duvidas, contendas e rixas entre os exactores e os contribuintes. Os vizinhos de muitos concelhos perfeitos desta formula, das outras e até de alguns imperfeitos tinham por seus foraes a prerogativa de não pagarem

parado com o documento impresso nas Dissert. Chronol. T. I Append. N.º 57, pelo qual se vê que o conselho de Coimbra reagira contra vexames desta ordem.

portagem, ou nas demais povoações do districto, ou em todo o reino. Algumas ordens gosavam da mesma excepção para os seus homens e colonos (1). Destes varios privilegios nascia a necessidade de verificar tanto a procedencia como o destino das mercadorias, e d'aqui todas as burlas, questões e violencias que é facil imaginar. Assim, devia succeder aquillo de que os povos se queixavam em cortes nos principios do seculo XIV : esses privilegios eram por toda a parte violados (2).

A theoria geral dos tributos indirectos durante os seculos XII e XIII é a que fica exposta. Na sua indole ella é a mesma por toda a parte. Quanto aos factos externos o systema diversifica em parte nos concelhos da segunda formula; em parte é semelhante. Manifesta-se ahi pelos respectivos foraes a existencia do duplicado imposto da portagem e da açougagem; porque nas disposições relativas a tal materia o mesmo objecto apparece duas vezes tributado com quotas diversas. Além disso, em alguns ha referencias directas aos açougues ou mercados reaes. No de Valhelhas, por exemplo, em virtude de uma providencia accrescentada ao foral, estabeleceu-se que os açougues, isto é, os tributos que ahi se cobravam, todos os annos se arrematassem em almoeda no mês de agosto. Na carta do arrendamento dos direitos reaes de Penamacor feito por Affonso III ao proprio concelho individuum-se expressamente os direitos de açougagem. Destes mesmos monumentos, bem como de outros, se mostra que existia alli geralmente o direito de *ochavas*, ou porque se houvessem estabelecido os

1 Exempções da ordem de Calatrava e do Sepulchro, Gav. 4, M. 1, N.º 3 e Gav. 6, M. unico, N.º 29.

2 Cortes de 1331 Art. 2.

mercados á parte, ou *fangas*, para os cereaes, fructas seccas, sal e legumes, ou porque nos proprios açougues se cobrasse o tributo imposto nesses generos medidos aos alqueires, tributo que, como acabamos de ver, tinha um caracter especial (1). O relego, chamado mais vulgarmente nos districtos da Beira oriental *coldrado*, parece não ter sido geral nos grandes concelhos do typo de Salamanca. Acaso a cultura da vinha seria rara pelos pendores frios e agrestes das serras da Estrella e de Trancoso, onde muitos delles estavam situados. Trazido de longe e a terras pouco opulentas, este producto devia ter um consumo assás restricto e, portanto, ser de pouca significação como materia tributavel. Entretanto, em varios delles ha referencias ao coldrado (2), e na addição ao foral de Valhelhas relativa á arrematação da açougagem mandam-se arrendar na mesma epocha os *almudes*, expressão com que evidentemente se quiz designar a relegagem. Nos termos da Guarda a cultura da vinha parece ter tido certa importancia, apesar de não se encontrar no seu foral nem nos seus costumes a menor allusão ao relego. As providencias, porém, multiplicadas e severissimas que nesses costumes se encerram para obstar á entrada do vinho de fóra e para favorecer a viticultura provam quanto ella era difficil naquelle aspero clima.

Uma das disposições, todavia, mais notaveis dos foraes do typo de Salamanca em relação ao tributo indirecto é a distribuição dos redditos da portagem. Por esses foraes os exactores não recebiam senão dous terços do imposto; o outro terço pertencia ao

1 Tombo da Com. da Beira (L. 46), f. 55 v., 85, 85 v., 110.

2 For. de Castello-bom, Sabugal, Alfaiates. — Tombo da Com. da Beira, f. 85 v.

hospede, ao que dava gasalhado ao mercador estranho, gasalhado provavelmente involuntario as mais das vezes e com que parece ter correlação o preceito de que já noutro logar falámos, de serem as aposentadorias ou aboletamentos feitos pelo *judex* só em casa de peões. Daquelle modo este gravame era até certo ponto compensado. Outra circumstancia capital, em analogia com o que se verificava nos concelhos do typo de Santarem, era o recaír a portagem exclusivamente sobre os mercadores e mais pessoas estranhas ao gremio, accrescendo que os vizinhos de muitos destes concelhos, do mesmo modo que succedia em alguns da primeira formula, gosavam da exempção dos direitos de barreiras nas outras terras do reino, exempção que, aliás, seria muitas vezes só nominal. Não é menos notavel a distincção que havia em varias destas municipalidades na solução da portagem, a qual, em certos casos, era maior ou menor segundo era christão ou mussulmano o que tinha de pagá-la (1). Em geral, nestes logares os sarracenos estavam sujeitos á taxa uniforme da dizima sobre a importação e a exportação e a uma especie de alcaidaria, devendo dar um couro vermelho para o alcaide onde o havia (2), emquanto os christãos pagavam uma

(1) Este facto verifica-se principalmente nos concelhos ao sul da serra da Estrella, como Salvaterra do Extremo, Penamacor, Proença, etc., constituídos nos fins do seculo XII ou nos principios do XIII, quando ainda o dominio sarraceno se estendia a uma parte do sul do reino, e da Estremadura hespanhola, tendo, além disso, ficado grande porção de mussulmanos residindo nas terras ultimamente conquistadas pelos christãos.

(2) Posto que nestes concelhos a existencia dos alcaides não fosse necessaria nem estes entrassem na gerarchia administrativa do municipio, havia-os em alguns delles, como vimos no vol. 7, p. 214 e seg.

quota maior ou menor por cada carga, conforme o valor da mercadoria. A vizinhança, porém, igualava ali as duas raças; o mouro habitante da villa ou do termo era exempto do mesmo modo que o sectario da crença dominante. Emfim, ao passo que nos concelhos perfectos da primeira formula a portagem parece ter-se exigido só á entrada das villas, no perimetro do *couto*, e achar-se inteiramente abolida a peagem ou passagem, nestes da segunda formula sabemos positivamente que se enviavam ás aldeias agentes fiscaes (*porteiros*) para receberem os direitos de barreira dos generos que ali se permutavam (1), e que, ao menos em alguns delles, os foraes presuppunham a existencia do imposto de passagem (2).

Daquella especie de pautas inseridas nas cartas municipaes para se regularem os direitos de entrada e de saída sobre os principaes objectos de consumo, não se deduz tão claramente nos foraes do typo d'Avila a existencia simultanea da portagem e da açougagem. Todavia a existencia das duas fórmulas de tributo indirecto é ali indubitavel. Como já noutros logares tivemos occasião de advertir, os costumes d'Evora eram attribuidos expressamente nos preambulos das respectivas cartas aos outros municipios, a cuja organização servia de modelo o desta povoação. Esses costumes, reduzidos a escripto, como temos dicto, nos seculos XIII e XIV, distin-

(1) Liv. d'Inquir. da Beira e Alem-douro, f. 3 e v. Em geral sobre as portagens fóra dos cercos das villas vejam-se, por exemplo, as Inquirições de 1220 (Liv. 5. d'Inquir. de D. Dinis, f. 88 v., 115, etc.) e as de 1253 (Liv. 1 d'Inq. de Aff. III, f. 43, 84, etc.)

(2) De portagio et passagine (For. de Salvat.) De portagines et de passagines (For. d'Idanha e de Proença).

guem precisamente uma contribuição da outra. O systema das portagens era nestes concelhos analogo ao que achamos nos do typo de Salamanca. Vemo-lo dos foraes. Dava-se ahi a mesma distincção entre os estranhos e os vizinhos; aquelles obrigados á solução dos impostos, estes exemptos della: dava-se igualmente a reserva do terço da portagem para o hospede do mercador tributado. Quanto á distincção entre mouros e christãos é que variava o systema, não se estatuinto dizima para os ultimos e fazendo-se apenas differença entre uns e outros na diversidade das quotas estabelecidas sobre objectos insignificantes. A açougagem, essa, como dissemos, estava regulada pelos usos locaes. Todos os individuos estranhos que vinham com victualhas á villa eram obrigados a ir vender nos açougues e, portanto, a pagar os direitos reaes; mas os vizinhos tinham a liberdade de as vender onde quizessem, ficando só sujeitos á solução da açougagem se voluntariamente iam ao mercado. Ahi não se encontram vestigios da existencia separada das *fangas*; antes se conhece que os cereaes se levavam aos açougues, pagando-se os respectivos direitos que não tinham denominação alguma especial ao passo que os da carne e do peixe eram conhecidos pelo nome de *brancagem* (1). Dos outros tributos indirectos de menos vulto que nos revelam os monumentos em relação aos municipios da primeira formula, e ainda em parte aos da segunda, não apparecem memorias no geral dos do typo de Avila. Só o direito de passagem se mencionou para se declarar annullado (2).

(1) Cost. d'Evora e Terena, Liv. de For. Ant. de Leit. N. f. 148 e segg.

(2) Cost. d'Evora comm. ás Alcaçovas: M. 10 de For. Ant. N.º 1.

O relego e relegagem tambem parece não terem existido ahi, provavelmente porque, não havendo nestes concelhos o tributo das jugadas nem, por conseguinte, os oitavos dos vinhos, os depositos fiscaes não podiam accumular grandes porções de um genero ainda em tempos mais modernos escadamente produzido no Alemtejo, e assim o relego seria a maior parte das vezes uma utilidade.

As contribuições indirectas resumiam-se, pois, na maioria dos concelhos deste typo além do Tejo, quasi unicamente nas duas principaes. Todavia, conforme a epocha em que o municipio era instituido a regra geral modificava-se, em harmonia com circumstancias accidentaes que se associavam a esse facto. Em Montemor-novo, por exemplo, a difficuldade com que a villa se povoava levou o rei a diminuir as contribuições indirectas (1). A açougagem dos fructos e hortalças foi supprimida, deu-se faculdade para o pão se vender fóra dos açougues sem pagar a foragem respectiva, de que em regra não era exempto ainda neste caso, e finalmente aos vizinhos concedeu-se a liberdade de mercadejarem como quizessem na villa sem nenhum encargo tributario (2). Contrariamente, no foral de Tolosa (dado pelos hospitalarios em 1262), pelo qual os freires cedem ao novo gremio terras já cultivadas, estabelece-se um relego por metade do tempo ordinario, isto é, por seis semanas. Em Pinhel achamos as fangas e as ochavas como nos concelhos limítrophes (3), e em Sortelha a portagem estabelecida nas aldeias do termo, como nos concelhos da

(1) Ined., T. 5, p. 376.

(2) Ibid. p. 379.

(3) Tombo da Com. da B., L. 46, f. 55 v.

segunda formula (1). Estas excepções insignificantes e pouco frequentes não mudam, comtudo, a regra geral.

Se examinarmos os foraes das poucas municipalidades perfectas da quarta ordem ou classe e bem assim os dos concelhos imperfeitos mais importantes, cujo numero é avultado, veremos o tributo indirecto manifestar-se por formulas identicas. São sempre as portagens, as açougagens, as passagens, a alcavalla, o julgado, a alcaidaria, o relego e relegagem, as fangas e ochavas, as feiras captivas; emfim exacções analogas ás que temos descripto. O que succede é não haver um systema uniforme. As portagens são o tributo indirecto mais geral, e a sua condição ordinaria é recaírem sobre os estranhos, ficando exemptos os vizinhos: a combinação, porém, das portagens com os outros tributos indirectos é variadissima. A's vezes, até, ellas nos apparecem num ou noutro concelho como unico imposto sobre o consumo. Nas passagens de antigos documentos que citámos ao falar dos concelhos imperfeitos, mais de uma disposição encontrámos destinada a estabelecer, supprimir ou modificar tributos indirectos, e assim vimos que taes disposições se referem sempre a alguns dos que havemos enumerado (2). Accrescentaremos aqui outros exemplos, tomados a bem dizer ao acaso e que servem para confirmar a generalidade dos caracteres que attribuímos á contribuição indirecta.

No foral de Monte-alegre (perfeito da quarta classe) a portagem estabelece-se para os estranhos e os habitantes são exemptos della não só na pro-

(1) Inquir. da Beira e Alem d., f. 3 v.

(2) V. vol. 7, p. 153, 158, 166, etc.

pria villa, mas tambem em quaesquer outras. Ha, todavia, uma restricção : devem pagá-la onde essa portagem pertencer ao concelho, isto é, onde os direitos reaes tiverem sido convertidos numa renda



35. -- Illuminura do Fuero Juzgo. (*Bibliotheca Nacional.*)

certa. Neste foral não se menciona outro tributo indirecto.

No foral da Ericeira (pertencente á mesma classe) encontra-se a repetição das providencias fiscaes sobre o consumo em que se revela a accumulção dos direitos de entrada e de saída com os do mercado, aos ultimos dos quaes andava, como vimos, annexa a alcavala. Esta existia tambem na Ericeira,

onde igualmente vigorava o principio de fazer recair exclusivamente sobre os individuos de fóra do concelho a maior porção de taes encargos.

Em Bragança os moradores eram exemptos pela respectiva carta de povoação de pagarem portagem, não só na villa e no *termo* (o que indica exigir-se ahi dos estranhos este direito nas aldeias circumvizinhas), mas tambem em todo o reino.

O foral de Coimbra de 1111, communicado successivamente durante o seculo XII a diversas povoações da Estremadura, eximindo os vizinhos da portagem e da alcavala prova que existiam ahi para os estranhos estas duas contribuições.

Em Guimarães (constituída já a villa em concelho perfeito no seculo XIII) achamos a distincção entre açougues do concelho e açougues reaes, podendo os mercadores vender e comprar os generos nuns ou noutros. Encontram-se tambem ahi as ochavas que presuppõem a existencia de um mercado especial de cereaes, ou fangas. A portagem recaía sómente sobre os objectos que pertenciam aos individuos de fóra e o relego não trazia consigo a relegagem, porque durante elle nenhum vinho era admittido á venda senão o do rei; mas os relegueiros eram obrigados naquelle periodo a prover abundantemente o mercado desse genero (1).

No foral do concelho imperfeito de Pena-cova lemos provisões não só relativas ás portagens, mas tambem ás contribuições annexas de alcaldaria e de julgado. Além dos que já indicámos, muitos outros, como os de Chaves, Melgaço, Ega, Coja, etc., são explicitos ácerca da distincção entre os vizinhos e os não-vizinhos para a exempção ou não-exempção

(1) Liv. I de Doaç. d'Aff. III, f. 7 e 116.

dos direitos de barreiras. Outros, como os do castello de S. Christovam, Sanguinedo, Ceides, Souto-maior, concedem aos respectivos moradores a mesma exempção em todo o districto respectivo. No de Marmelar acha-se a particularidade de se dividir o producto das portagens entre o fisco e o concelho. O de Balneo subministra-nos outra especie singular, estabelecendo um direito de saída a que ficam sujeitos os proprios vizinhos quando exportarem os generos de consumo para fóra do reino. Emfim, o systema dos tributos indirectos modifica-se diversamente conforme as circumstancias locais, mas a sua essencia é sempre e por toda a parte identica.

O exame das diversas especies de contribuições com que os concelhos estavam onerados em relação á coroa é o derradeiro aspecto por onde tínhamos de considerar a vida municipal nos seculos XII e XIII. Elle completa a historia das garantias, dos direitos e deveres dos membros desses gremios populares como cidadãos. A liberdade, a segurança, o allivio de oppressões de que se gosava nos municipios mais notaveis eram grandes, e maiores parecerão, se compararmos o quadro que traçamos neste livro com o que dissemos no antecedente ácerca da situação das classes inferiores nos logares onde as instituições municipaes não existiam ou onde apenas estavam esboçadas. A rede de exacções e vexames que pesavam sobre os tributarios fóra dos concelhos, exacções e vexames de que havemos de tractar especialmente na historia da fazenda publica; os abusos e violencias das classes privilegiadas nas terras onde o seu predominio não estava limitado por cartas de povoação, far-nos-hão comprehender ainda melhor a differença profunda das duas diversas situações. Assim é facil de explicar

o ardor com que nos fins do seculo XIII o povo buscava obter esta formula da vida publica ou alargar o ambito das garantias que ella offerecia. Quando se estudar a historia das epochas subsequentes ver-se-ha como, passado mais um seculo, todo o paiz se achava organizado em concelhos e como esta manifestação poderosa e energica do elemento popular, depois de brilhar algum tempo, veio a decaír e a annullar-se, como todas as instituições de liberdade, aos golpes do absolutismo.

Por fecunda, porém, que seja a idéa fundamental que presidia á organização dos antigos municipios ; por admiravel que fosse em grande parte a propria estrutura destes, é innegavel que a barbaria da epocha, o cahos de que a sociedade saía estampavam nesta instituição o cunho da rudeza, da desharmonia e da imperfeição communs a todas as outras. O mechanismo municipal, ainda quando mais largamente desenvolvido, era uma concepção energica, mas grosseira, muitas vezes sem proporção entre as suas diversas partes e cujos movimentos, não raro encontrados, frequentemente se annullavam ou pelo menos se amorteciam. Destinado a ser um poderoso motor da civilisação e da ordem, a sua acção gerava ás vezes a desordem e contrastava os outros elementos politicos no desenvolvimento da cultura moral e material da sociedade. Faltava um archetypo absoluto, para attingir ao qual constantemente se forcejasse nas alterações e reformas que successivamente se íam introduzindo nas instituições dos gremiões e a maior parte das vezes attendia-se unicamente ás necessidades ou conveniencias momentaneas. O raciocinio tinha um quinhão diminuto demais nas provisões das cartas de povoação. Partia-se quasi exclusivamente dos factos, cujas apparencias tantas vezes illudem. Acudia-se com

empenho ao presente ; mas esqueciam a cada passo as provisões do futuro. As eivas que surdamente foram corroendo durante a idade média a vida publica dos concelhos eram um mal encarnado nestes desde os primeiros dias da monarchia.

Os factos descriptos por nós falam bem alto a favor das instituições municipaes, que cremos inseparaveis de toda e qualquer organização verdadeiramente liberal ; mas por isso mesmo cumpre indicar os parces mais arriscados em que ellas naufragaram ; em que, pelo menos, as de Portugal encontraram em boa parte a sua ruina. E' assim que pela historia o passado serve de lição ao futuro e que a restauração de certas doutrinas ou de certos principios obliterados, não por falsos, mas por mal desenvolvidos, em vez de ser um passo retrogrado, póde significar um verdadeiro progresso, restabelecendo-os na essencia, mas applicando-lhe formulas novas accordes com a sua indole ou com as modificações aconselhadas pela experiencia dos seculos. Tres circumstancias nos parece terem-se dado no systema dos nossos antigos concelhos que, occorrendo a certos inconvenientes proprios da epocha em que aquelle systema começou a dilatar-se, creavam outros maiores para o futuro. A reacção da sociedade geral contra estes ultimos deu motivo ou pretexto á coroa para ir mais longe do que cumpria e para lançar no seio dos gremios os germens da sua dissolução como elemento social independente, isto é, para matar a força propria da democracia.

As tres condições que principalmente reputamos deleterias no organismo municipal foram : — 1.^a a existencia de uma magistratura jurisdiccional particular e exclusiva em cada concelho : — 2.^a a separação material das classes nobres da convi-

vencia com os vizinhos ou cidadãos do concelho, separação que se estendia até a propriedade territorial: — 3.^a a desigualdade estabelecida como regra a favor dos habitantes do municipio contra os individuos estranhos a elle, desigualdade manifestada na diversidade das garantias, na ordem do processo, no systema tributario. Estes factos organicos, se obviavam a males instantes contra os quaes a sciencia politica moderna acharia mais faceis remedios, produziam, porventura, maiores desconcertos, creavam maiores embaraços do que esses que se pretendiam remover. Se o paiz estivesse todo dividido em concelhos: se os juizes burgueses fossem absolutamente magistrados territoriaes e não-electivos ou eleitos de outro modo; se a diversidade de direitos e deveres que distinguiam as classes sociaes não se estendesse aos privilegios do foro, isto é, se a lei positiva civil ou crime fosse igual para todos, não haveria inconveniente em que o ambito d'acção da magistratura jurisdiccional nas inferiores instancias estivesse determinado pelas circumscripções municipaes. Mas as condições d'existencia dessa magistratura eram outras absolutamente. Os juizes dos concelhos procediam da eleição e esta pertencia unicamente aos vizinhos, aos arreigados. Pela origem elles eram antes juizes pessoas do que territoriaes. Como arbitros nas contendas entre vizinho e vizinho a sua jurisdicção era não só legal, mas tambem moralmente legitima; nas que, porém, se alevantavam entre um vizinho e um estranho essa jurisdicção poderia ser legal, mas era moralmente illegitima; porque assim vinham a ser arbitros escolhidos só por uma das partes. Este vicio da instituição produzia todas essas variedades, todas essas fluctuações na esphera da sua acção que vimos existir de concelho para

concelho. D'aqui vinham tambem os medianidos, remedio efficaz para resolver muitas difficuldades e, até, garantia admiravel considerados em relação ao systema jurisdiccional dos gremios, mas que avaliados sob outro aspecto contribuiam por certo para



36. — Illuminura do Fuero Juzgo. (*Bibliotheca Nacional.*)

radicar as provas barbaras dos juizos de Deus, que obviamente deviam ser preferidos naquelles tribunaes mixtos, para onde tanto os magistrados como os jurados levavam prevenções e affeições do espirito de localidade e onde, portanto, os accordos da razão fria e imparcial seriam difficeis. A segunda

circumstancia que, sendo caracteristica na indole das instituições municipaes, veio a ser com o decurso do tempo a causa talvez mais efficaç da alteração radical dessa mesma indole, foi a formula grosseira a que a rudeza da epocha recorreu para separar o individuo collectivo, a associação que cada gremio constituia, das pessoas que a elle eram estranhas e sobretudo dos membros das classes privilegiadas. Esta formula era a separação material do individuo e da propriedade territorial. A insulação das aggregações municipaes no meio das classes aristocraticas, seja qual for o estado e organização destas, é em nosso entender, a idéa mais fecunda que a idade média concebeu em relação á liberdade; porque é o unico meio de conservar a independencia do elemento democratico e de tornar possivel a sua acção no equilibrio social. Esta insulação affigura-se-nos a pedra angular do verdadeiro progresso politico. Mas a sua expressão legitima não póde ser senão immaterial. Deve manifestar-se em certa somma daquellas relações sociaes que constituem o direito publico do paiz. Os homens, porém, dos seculos barbaros não podiam comprehender isto e, portanto, não previram as consequencias de converter de certo modo em honra ou coute democratico o perimetro de cada concelho e de contrapôr este ás honras dos nobres e aos coutos ecclesiasticos. Mil causas, sobretudo as economicas, tendiam a annullar a exclusão dos individuos pertencentes ás classes elevadas do territorio municipal. Nos foraes mais antigos e nos dos concelhos mais fracos é onde esse principio sobretudo predomina de um modo absoluto. Com o tempo e nos grandes municipios os proprios foraes transigem com a força irresistivel dos factos. Deixa-se que os poderosos transponham as barreiras desses asylos

da liberdade popular e recorre-se ao triste expediente de os igualar aos villãos em direitos e deveres publicos, como se isso bastasse para aniquillar a superioridade das suas influencias moraes e materiaes ; como se, incorporando-os nos gremios, não se levasse ao seio destes o veneno que devia ir destruindo a individualidade democratica dos mesmos gremios. Enquanto por um lado a coroa negava expressamente aos membros de tal ou tal concelho instituido de novo a faculdade de alienar os seus quinhões no *sesmo*, os predios que se lhes distribuiam, vendendo-os ou doando-os a individuos do clero ou da fidalguia, por outro lado o rei dirigia cartas patentes aos magistrados locaes para distribuirem terrenos no alfoz municipal a personagens privilegiados e, até, a seus proprios filhos. Além disso, os poderosos impelliam os concelhos, empregando ás vezes a violencia, a incorporá-los no gremio e a distribuir-lhes vastas propriedades territoriaes, o que era o verdadeiro ponto das suas miras. Na verdade estes factos consideram-se como excepção, como uma quebra do direito publico para a qual, apesar da supposta ou verdadeira espontaneidade dos burgueses, se reputava necessaria a approvação e expressa licença do poder central : mas todos esses apparatus, todas essas formulas de chancellaria nem mudavam a essencia das cousas, nem preveniam os seus desastrosos effeitos. Se, em lugar de se estremarem os grupos burgueses pela demarcação de um territorio, digamos assim, villão, se estabelecesse o verdadeiro muro de separação entre elles e as classes privilegiadas, o principio da associação moral como hoje a entendemos, mas absoluta, mas exclusivamente democratica, que era a idéa fundamental das instituições municipaes, estas, longe de degenerarem, ter-se-hiam desenvol-

vido e fortificado a tal ponto, que provavelmente haveriam obstado ao predomínio completo do principio monarchico, e ao regimen do absolutismo durante mais de tres seculos, tornando, portanto, desnecessarias as revoluções da Peninsula na epocha presente; revoluções copiadas servilmente de typos estranhos, potentes para derribar e impotentes para reconstruir; revoluções sem autonomia que alteraram as manifestações exteriores da sociedade, mas que, politicamente, a deixaram immovel no seu viver ou antes no seu agonisar intimo.

Se as imperfeições no mechanismo municipal que até aqui notámos eram antes um elemento de desorganisação futura do que um inconveniente immediato e actual na epocha em que o municipalismo se constituia e dilatava, outro havia cujos fataes effeitos, embora continuassem depois a actuar, eram desde logo sentidos. Vinha a ser a desigualdade posta como regra entre concelho e concelho; desigualdade nas garantias politicas e judiciais, no systema tributario, num grande numero, emfim, de direitos e deveres publicos. Como a idade média procedia mais pelo impulso dos instinctos do que pela reflexão; como partia, não das doutrinas, mas dos factos, a necessidade de attrahir moradores a qualquer villa ou logar que se povoava incutia uma idéa facil de occorrer, mas cujas consequencias não era igualmente facil prever em toda a sua extensão. Assim, cada foral, dando vantagens especiaes ao habitante do respectivo concelho sobre os dos outros, quer limitrophes quer mais distantes, creava entre homens na essencia iguaes uma distincção odiosa e, ao mesmo tempo, as mais das vezes inutil; porque dado um foral identico, ou contendo privilegios semelhantes, aos novos concelhos que se iam successivamente consti-

tuindo, esses privilegios annullavam-se de ordinario uns pelos outros. O que não se annullava eram os conflictos, os odios e malquerenças de interesses e direitos oppostos entre as villas, que deviam resultar dessas disposições absurdas tendentes a exaggerar o espirito de localidade e a debilitar o elemento democratico, forte pelas instituições municipaes, mas que o seria incomparavelmente mais pela cohesão intima dos diversos concelhos. Em logar dessa cohesão, as instituições, estabelecendo o ciume e a guerra entre elles, enfraquecendo-os moral e materialmente, davam-lhes em resultado serem menos de temer para as classes aristocraticas e tornarem-se cada vez mais dependentes da coroa.

Este espirito de hostilidade que a imperfeição das instituições gerava entre os diversos gremios, devia traduzir-se não raro em luctas deploraveis. De feito, nos antigos monumentos encontra-se mais de um vestigio de taes luctas. A memoria da que se travou a proposito de uma questão de termos entre os concelhos de Castello-branco e da Covilhan nos primeiros annos do reinado de Sancho II é um dos documentos que melhor nos póde dar idéa de quanto sangue se vertia ás vezes nestas inglorias discordias em que o povo se dilacerava a si proprio. E' um quadro que encerra uma profunda lição e que achamos apropriado para remate do presente livro. Apesar de favorecidos pelos templarios, cujo era o senhorio da villa, os vizinhos de Castello-branco tinham evidentemente levado a peor, posto que não sem damno dos da Covilhan. Cansadas, segundo parece, de mutuos estragos as duas povoações escolheram por arbitros da paz o bispo de Viseu, o alcaide-mór de Santarem, o chantre da Sé da Guarda e um dos alcaides da Covilhan. E' a sentença proferida por estes juizes que nos resta. As

duas partes contendoras sujeitaram-se préviamente a obedecer sem reserva ao juizo arbitral sob pena de ser multada em dous mil aureos a que desobedecesse. Então os arbitros resolveram o seguinte :

« Pagar-se-hão annualmente ao concelho da Covilhan no primeiro de maio 33 1/3 morabitanos para ajuda da colheita d'el-rei ou para outro qualquer destino que ao dicto concelho aprover dar-lhes. A este pagamento o mestre e os freires da ordem do Templo obrigaram já todas as rendas que têm na Covilhan como penhor da solução daquella somma e nomearam depositario e responsavel João Ramires reitor da igreja de S. Bartholomeu, o qual pagará no dia prefixo a dicta quantia enquanto vivo for, nomeando o mestre e os freires outro individuo que o substitua logo que venha a fallecer. As rendas restantes recebê-las-ha livremente a ordem. Assentámos em que o concelho de Castello-branco e os freires do Templo mandem edificar uma igreja no lugar onde foram mortos os homens da Covilhan e que á sua custa façam instituir ahi um capellão que todos os dias diga missa por alma dos sobredictos mortos, ajunctando-se quantas ossadas destes se poderem achar, para serem sepultadas naquella igreja. Por fallecimento do capellão nomear-se-ha outro para se continuar ahi não interrompida a celebração dos officios divinos. Os vizinhos da Covilhan ficarão d'ora ávante equiparados aos de Castello-branco em passarem livremente no porto do Tejo. Se algum individuo da Covilhan tiver queixa de alguém de Castello-branco venha a esta villa e façam-lhe justiça como se ahi fosse vizinho e o mesmo se deve seguir trocada a hypothese, deixando por isso de haver medianido entre os dous concelhos. Resolvemos mais que quando o concelho da Covilhan for no exercito real contra christãos o de Castello-branco, levando o seu estandarte, guarde e proteja o estandarte da Covilhan e, sendo a expedição contra os sarracenos, os de Castello-branco sigam o mestre e os freires do Templo, se ahi se acharem, e se não, acompanhem os da Covilhan e defendam seu estandarte. Dado, porém, o caso de irem o mestre e os freires, mas de não lhes ser preciso ajudarem-se das tropas de Castello-branco, tendo de ir as forças da Covilhan, vão com ellas as de Castello-branco. E se tocar a estas ultimas marchar ou se tiverem de ficar (nalguma parte) por ordem d'el-rei, não lhes será imposta multa,

vão para onde forem, uma vez que os da Covilhan não entrem na mesma expedição, no qual caso este concelho dará aos de Castello-branco os possiveis auxilios. Do mesmo modo, se os da Covilhan tiverem alterações ou



37. — Iluminura do Fuero Juzgo. (*Bibliotheca Nacional.*)

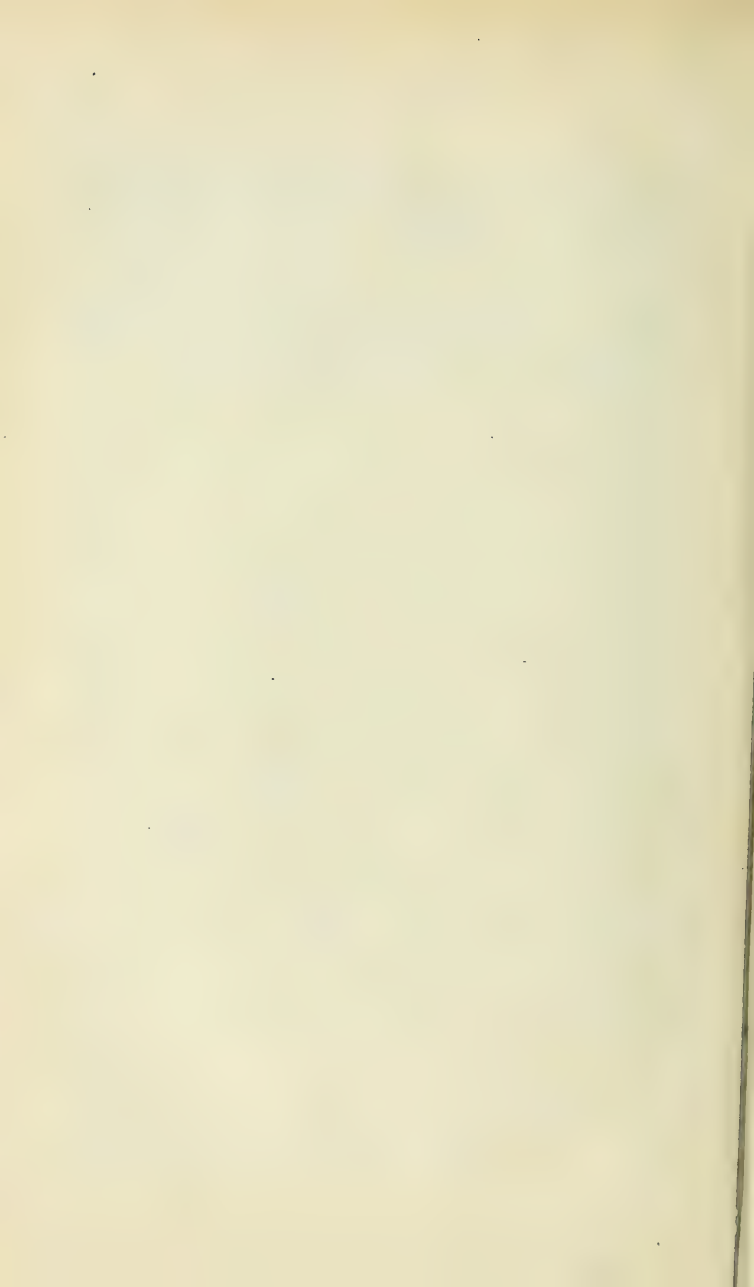
rixas com outros individuos no exercito ou em qualquer outra parte, vão os de Castello-branco em seu soccorro e, vice-versa, os da Covilhan defendam e amparem os homens de Castello-branco tanto contra christãos como con-

tra sarracenos, ficando salvo em tudo e por tudo o direito d'el-rei e do mestre e freires do Templo. Ordenamos mais que o alcaide da Covilhan acompanhado dos alcaides e de dez cavalleiros da dicta villa conduza a bandeira da Covilhan a Castello-branco e que este ultimo concelho, tendo congregado pelo pregoeiro todos os moradores do seu termo, saia fóra a receber honorificamente a dicta bandeira e que o commendador de Castello-branco, tomando aquella insignia, a hasteie no lugar mais elevado da alcova. Feito isto, todos os de Castello-branco erguerão as mãos para o céu e farão perante Deus a promessa de observar e manter para sempre tudo quanto neste accordo se contém. Então os da Covilhan repetirão a mesma cerimonia. Em signal de se ter posto termo aos mutuos danos e aggravos dos dous concelhos nós ordenámos que o alcaide da Covilhan dêsse um osculo de paz ao mestre do Templo e que o mesmo fizessem os alcaides da dicta villa aos alcaides de Castello-branco, o que immediatamente se cumpriu. Resolvemos tambem que, se depois de concluida esta pacificação algum individuo de qualquer dos dous concelhos, recordando-se dos passados males, praticar algum acto de vingança contra alguém da outra villa, acto tal que o offensor não possa dar-reparação por si proprio, o concelho a que pertencer faça nelle justiça. Além disso, ordenamos para todo sempre que tanto os alcaides da Covilhan como os de Castello-branco de novo constituídos em dignidade, accrescentem ao juramento que dão o de manterem e fazerem guardar fielmente quanto nesta escriptura se contém. Resolvemos ainda, além do mais, que no decurso dos proximos dez annos o mestre do templo não proveja a commenda da Covilhan, salvo se for em individuo daquella villa que entre na ordem depois deste accordo. Revalidamos, enfim, a convenção feita por ambas as partes de pagar dous mil aureos e de cair em perjurio qualquer dellas que quebrar os precedentes artigos, podendo a que obedecer a esta sentença fazer apprehensão á contraventora em bens que equivalham á multa convencionada. Celebrada a escriptura no mosteiro de Sancta Maria de Ozezar em fevereiro de 1230 (1) »

Este singular documento, além de nos fazer com-

(1) Doc. original na Gav. 18, M. 3, N.º 30.

prehender até que ponto chegavam as discordias dos concelhos e a que solemnidades era necessario recorrer para assegurar entre elles uma paz duradoura, encerra variadas especies sobre as instituições municipaes, especies acordes com a analyse dessas instituições a que dedicámos este livro e pela qual procurámos dar ao leitor uma idéa completa dellas, quanto era possivel fazê-lo em materia até agora, a bem dizer, desconhecida.



APPENDICE

As colonias estrangeiras ou os concelhos francos no sul do reino. — Caractéres feudaes das relações entre os alcaides-móres ou senhores destes gremios e a coroa. — Diferenças e analogias entre os mesmos concelhos e os de população portugueza. — Suas instituições de direito publico e privado.

O LEITOR deve ainda recordar-se do que anteriormente dissemos ácerca das colonias estrangeiras, que nos reinados de Affonso I e de Sancho I vieram estabelecer-se no sul de Portugal principalmente na Estremadura, ao longo da margem direita do Tejo, nesses férteis territorios denominados pelos arabes Belatha (1). Esta gente adventicia, cujas tradições e habitos eram diferentes dos da população indigena, embora acceitasse até certo ponto as fórmas de organização social usadas na sua patria adoptiva, não podia transformar-se de subito esquecendo os costumes da terra do seu berço. Como os documentos e a simples razão o insinuam, esses colonos do norte eram dirigidos pelos chefes que os haviam reunido e que naturalmente conservavam a supremacia no seio de cada uma das colonias, ainda depois de estas fazerem assento naquelles territorios devastados por incessantes guerras. A repovoação fazia-se dando-se-lhes vastos tractos

(1) T. 3, p. 52, T. 3, p. 217, 249 e seg.

de terra que cultivavam em volta da povoação que se erguia no lugar para isso mais accommodado. Estes terrenos, como vimos, eram ás vezes retalhos dos extensos alfozes dos primeiros concelhos organisados nas povoações já existentes na Estremadura, como Santarem e Lisboa, que se dilatavam, até, pelos sertões do Alemtejo e que, porventura, já constituíam dependencias destes importantes lugares no tempo do dominio sarraceno. Mas a concessão dessas terras e a idéa que se associava ao estabelecimento da colonia não representavam o mesmo que a fundação de um concelho portuguez. Externamente davam-se muitas analogias; intrinsicamente havia differenças profundas. Nos grandes municipios de população portuguesa aquella especie de pactos politicos chamados foraes eram, em geral, directa e exclusivamente estipulados com os vizinhos : nas relações que se estabeleciam entre estes e a coroa não se introduzia uma entidade intermedia e cada um e todos eram singular e collectivamente responsaveis para com o rei pelo cumprimento das obrigações impostas. O representante do poder central, o chefe que ali se collocava, quer se chamasse alcaide, quer juiz, quer senhor ou prestameiro, era um official, um delegado da coroa, amovivel como o governador de districto ou rico-homem ou como os exactores fiscaes. Nos gremios constituídos com os colonos do norte o caso era diverso. Os costumes, as idéas feudaes actuavam na organização delles. O chefe da colonia recebia uma doação de senhorio sobre o territorio e os foraes representavam um accordo independente entre elle e os seus antes subditos que companheiros. A responsabilidade do limitado numero de deveres dos habitantes em relação ao estado recaía especialmente sobre o senhor. Nos foraes dos gremios portugueses o rei

ou o seu representante (rico-homem, senhor ou prestameiro) transmittia perpetuamente aos moradores a propriedade do territorio municipal com os encargos e com as garantias e liberdades que constituíam as provisões do mesmo foral. Na instituição dos municipios francos a fórma de transmissão era differente. Havia dous actos distinctos : a concessão da terra e a organização do concelho. O primeiro partia da coroa e servia de titulo, tanto ao senhorio hereditario do chefe, como ao direito de cada vizinho ao dominio numa porção de territorio. Depois é que vinham as instituições que organisavam aquellas pequenas sociedades e que ou procediam de um accordo entre os colonos e o senhor, ou eram estatuidas por este. A maior ou menor acção moral que o chefe exercia sobre os subditos caracterisava mais ou menos liberalmente essas instituições, reguladoras das relações entre os vizinhos ou entre estes e o senhor, e não entre o estado e o gremio (1). Os exemplos far-nos-hão sentir melhor essa differença. Em 1158 Afonso I doa a Guilherme *Decornibus* a Atouguia com seus termos, os quaes partiam com os da Lourinhan e os de Obidos :

« Damo-vô-la a vós e aos vossos successores hereditaria.

(1) Houve muitos concelhos imperfeitos de população portugueza constituídos por particulares em logares de que tinham o dominio : mas nós falamos aqui dos fundados em territorio não privilegiado, em territorio da coroa, quer o rei constituísse directamente o concelho, quer este fosse organizado por um delegado ou representante do rei. Quando tractarmos da situação dos ricos-homens, prestameiros e donatarios em relação á coroa, veremos a differença profunda que havia entre o *dominus terrae* ou *tenens*, o *senior*, o *prestamarius* e estes chefes, a bem dizer feudaes, das colonias francas, para quem o rei se tornava uma especie de suzerano.

mente com tudo o que poderdes adquirir por mar e por terra, e fazei della o que vos approuver para todo o sempre, o que vos concedemos pelos vossos serviços e pelo adjutorio que nos destes, vós e os vossos parentes, na tomada de Lisboa (1). »

Nesta doação só é mencionado o chefe. A de Villa-verde (1160) é feita ao chefe e aos subditos :

« Esta é a carta... de doação perpetua e hereditaria de Villa-verde que eu Affonso... rei mandei passar a ti Allardo, pretor e aos teus successores e aos outros francos e seus successores, para que por ella me sirvaes fielmente a mim e aos meus successores : e esses francos tenham o foro que o pretor quizer estabelecer de accordo com elles (2). »



38. — Pombo. (Archivo Nacional: Livro das Aves.)

Em 1200 Sancho I doa a Azambuja, então chamada Villa-franca, a *Raulino e a todos os flamengos que ahi moravam*.

A colonia parece achar-se já anteriormente estabelecida naquelle logar :

« Damos-vos a sobredicta villa com os seus termos e com tudo o que pertence ao senhorio real (3). »

Nestes diplomas ha os verdadeiros caracteres da concessão dos feudos na epocha em que o systema feudal se achava completamente desenvolvido e or-

1 Gav. 11, M. 7, N.º 12 no Arc. Nac.

(2) M. 12 de For. Ant. N.º 3, f. 75 v.

(3) Ibid. f. 32, e Gav. 3, M. 11, N.º 6.

ganisado na Europa: — 1.^a a transmissão da propriedade plena e hereditaria: — 2.^a a fusão da soberania com a propriedade: isto é, a abstenção da parte do governo central, do rei como chefe do estado, daquelles direitos que constituem o que chamamos summo imperio ou soberania. Este ultimo facto, que se deduz das precedentes doações, resulta com maior evidencia dos foraes dos mesmos concelhos francos e de outros diplomas que lhes são respectivos.

A Atouguia teve dous foraes simultaneos, um para os francos ou franceses septentrionaes (*franci*), outro para os meridionaes (*gallici*, *galleci*) (1). O formulario e as provisões delles offerecem caractéres distinctos dos que se observam nos foraes das povoações portuguezas. Os usos ali estatuidos foram promulgados pelo primeiro senhor da villa, Guilherme, com a approvação de Afonso I (2). Comparando os dous diplomas conhece-se que os francos formavam a parte mais importante da colonia: que eram todos homens de guerra enquanto entre os franceses meridionaes havia prões e cavalleiros. As disposições de cada um dos dous foraes relativas aos direitos e deveres dos colonos fazem conhecer melhor a differença entre os dous grupos. O dos francos diz:

« Se as filhas dos francos casarem com os franceses meridionaes e quizerem morar na villa, gosem sem restricção alguma do foro de seus paes. »

1 Nos foraes da Atouguia encontra-se sempre escripto *Galleci*, o que poderia fazer crêr que a população da villa era em parte composta de uma colonia gallega. Entretanto *galleci* não é senão uma corrupção de *gallici*; *gallicus* era uma designação trazida pela necessidade de distinguir os colonos vindos do meio dia da França, isto é, os homens da raça gallo-romana, dos da raça franka es-

« No tempo de D. Gailherme era costume (1) que, quando tinham de marchar com elle no exercito do rei, os alliviava em tudo aquillo em que podia fazê-lo e ajudava de bom grado os que iam com elle, subministrando-lhes cavalgaduras de aluguer ou havidas de outro modo para levarem as bagagens. »

« Acha se tambem estatuido no seu foro que o senhor 2) constituido para reger os francezes do sul não entre a fazer penhoras em casa delles francos ; mas, se qualquer destes ultimos tiver sido chamado por um mensageiro do alcaide á sua presença, póde ser penhorado por um emissario do mesmo alcaide. »

« Quando ouvirem apregoar que el-rei os chama ás fileiras do exercito para marcharem contra os pagãos ou com outro destino, vão de bom grado e sem contestações,

tabelecida no norte do mesmo paiz, ambas as quaes se conservavam estranhas e distinctas, e eram ainda, até certo ponto, antipathicas naquella epocha, embora o dominio da monarchia franceza se fosse estendendo sobre os gallo-romanos. (V. Thierry, *Lettres sur l'Hist. de France*, Let. 12 ad fin.). Na Chronica dos Godos (ad. ann. 1140) diz-se: « obsidetur Olisipo... auxilio 70 navium gallicorum, etc. ». No foral da Lourinhan mencionam-se *francigenae* ou *franci* e *galleci* ou *gallici* distinctos uns dos outros, e nas addições a estes foraes da Atouguia chamam-se *gallici* os francezes do sul.

(2) Os foraes originaes da Atouguia não existem; acham-se incluídos nas confirmações de Sancho I e de Affonso II. A deste principe relativa ao *forum gallecorum* refere-se a *illud forum et illam cartam quam Villelmus de Cornibus fecit et dedit vobis*. No preambulo tanto de um como d'outro diz-se que Sancho I concede « *forum quem Villelmus de Cornibus, concedente patre meo, dedit francis et gallecis*. » A data do diploma de Sancho I relativo aos francos é a da era 1205 (1167) acaso porque o redactor se enganou transcrevendo a da carta primitiva de Guilherme Descornes.

(1) Vê-se que ao redigir-se a carta de Sancho I se introduziu nella uma parte do direito consuetudinario ou não escripto.

(2) *Dominus*. Deve lêr-se *vice-dominus*, como se vê do outro foral.

obedecendo ás ordens regias sob o mando do proprio alcaide. »

« Sejam livres de todas as coimas, salvo tres. Se qualquer franco perpetrar homicidio ou rapto ou entrar violentamente, armado e em companhia de mais dous, em casa alheia, serão taes delictos julgados conforme o uso dos concelhos vizinhos. »

« Se algum franco practicar alguma violencia contra outro franco ou contra algum francês do sul e não quizer obedecer ao concelho, seja expulso da villa até que se arrependa e dê a devida reparação. »

« Se algum franco se apoderar de bois ou cavalgaduras alheias contra vontade de seu dono e o espoliado fizer queixa ao senhor da terra, dê reparação ao aggravado e pague meio morabitino ao senhor. Igualmente, se um franco insultar sem motivo algum homem bom ou mulher honrada e não quizer dar a satisfação que o alcaide e o concelho lhe ordenarem, seja expulso da villa pelo alcaide, até que satisfaça a este e ao offendido na fôrma que for determinada pelos homens bons. »



30. - Pombos. (Archivo Nacional; Livro das Aves.)

No foral dos franceses meridionaes encontram-se em relação aos seus direitos e deveres de cidadãos disposições diversas das antecedentes.

« O senhor da villa, quando quizer constituir vigario (*vice-dominus*) ou juiz, não o faça sem audiencia e accitação de todo o concelho; porque assim se estabeleceram em tempo de D. Guilherme. »

« Se alguém quizer haver algum penhor de qualquer vizinho seu por mão do vigario ou do porteiro, dará a

este um dinheiro e nada mais: se, porém, a apprehensão for feita injustamente pagará o que a mandou fazer o dobro da quantia pela qual pediu se penhorasse. »

Se houver alguém na villa que seja rixoso e desobediente ao concelho, surja este unanime contra elle e ponha-o fóra da villa. Só se conservará no gremio quem respeitar a justiça .

« Livre se quem quer que seja de armar confuio com o alcaide ou com o vigario para tirar indevidamente dinheiro a algum vizinho seu. Se alguém poder provar por inquérito de homens bons que é credor, responda-lhe judicialmente o devedor. Se não poder, deixe em paz o outro vizinho. Que do mesmo modo o alcaide não se colligue com estranho ou com vizinho para indevidamente extorquir dinheiro a algum morador. »

« O concelho fará o serviço das atalaias e guarnecerá e fortificará o castello quando assim for necessario. »

« Não haja nunca relego na villa. »

« Se algum vizinho for peão pagará, etc.

Seguem-se as jugadas e mais direitos senhoriaes, e a estes alguns attribuidos especialmente ao *vicedomino* ou vigario. Quanto ao systema de repressão criminal, estatue-se que :

« Se alguém for chamado a juizo pelo vigario ou pelo porteiro do alcaide e não obedecer, pagará um morabitino . »

« Se dous individuos se desafiarem e depois, antes de virem a campo, se congraçarem, pagarão quatro soldos ao senhor da terra, e se vierem a campo e se compuserem antes de travarem a lide, pagarão meio morabitino. Se combaterem, o vencido dará um morabitino. »

« Se alguém matar ou arrombar casa em companhia de dous cúmplices ou violar mulher, será julgado pelo foro dos concelhos proximos. Isto estabeleceu-se para conter pelo temor os turbulentos e desobedientes. Quem der em alguém com ferro cortante e o ferir, pague um morabitino ao senhor da terra. Se der punhadas ou com pau ou pedra e fizer sangue ou contusão na cara ou na cabeça, pague meio morabitino. São estas as unicas coimas. Quem arrancar armas dentro da villa contra o seu vizinho ou as for buscar a casa para lhe fazer mal, perdê-las ha. »

« Se qualquer achar arrancado o marco que dividia o

seu predio do do vizinho, terá de lhe pagar o que o arrancou o dobro do que elle provar que perdeu com isso. »

« A mulher impudente que sem motivo affrontar outra mulher honesta, receba cinco açoutes em camisa, e do mesmo modo o homem depravado que insultar homem bom ou boa-dona, receba dez varadas. »

Posteriormente, no seculo XIII, accrescentaram-se varias provisões penaes a este foral, segundo parece, por uma resolução do concelho :

« Agora, em nome de Deus decretemos algumas cousas uteis ao senhor da terra e a todo o gremio. Quem quer que se atrever, seja franco, seja francês meridional, a entrar em vinhas, e não só em vinhas, mas tambem em pomares ou nos campos ou nas hortas ou em qualquer especie de terreno cultivado, para fazer estrago, pague, sendo ahi encontrado de dia, dous soldos e, sendo de noite, cinco, metade para o senhor da terra ou alcaide e metade para o dono dos fructos. Se alguem se metter em algum barco sem licença do dono e o levar do porto e se lhe quebrar ou perder remo ou outra qualquer coisa, pague-a por inteiro e, além disso, dous soldos, um para o senhor da villa, outro para o queixoso. A mesma regra se applicará em relação aos carros, arados e outros instrumentos de lavoura. Eu João, *pela graça de Deus* alcaide da Atouguia, concedo esta postura, etc. (1). »

Que nos estão revelando os precedentes foraes transcriptos quasi integralmente, se os compararmos entre si? Que o concelho era composto na sua grandissima maioria de franceses meridionaes (*gallici*) e que os francos eram apenas um grupo de guerreiros privilegiados, os companheiros d'armas do alcaide Guilherme, do senhor feudatario da villa, cujo successor ainda no seculo seguinte se intitulava

(1) Estas resoluções do concelho acham-se junctas á copia dos foraes da Atouguia no Liv. de For. Ant. de Leitura Nova, f. 88.

alcaide *pela graça de Deus*. Do que se tracta exclusivamente no foral dos francos é de assegurar o desempenho dos seus encargos militares. Estes encargos que revertem directamente em serviço do rei são indirectamente um provento do alcaide. Elle tem pelo principio feudal a mesma obrigação que, pelo principio beneficiario ou antes administrativo, pesava sobre os ricos-homens e prestameiros portuguezes, a de acompanharem a hoste do rei com certo numero de homens armados pagos á custa das tenencias e préstamos que desfructavam. Os guerreiros francos da Atouguia formavam a companhia, a *mesnada* do senhor da villa, mas gratuitamente, porque a sua compensação estava nas vantagens que gosavam de proprietarios e vizinhos. Além disso, o *pretor* feudatario absorvia todos os proventos dos tributos directos e indirectos pagos pelos *gallici*, sobre os quaes exclusivamente exercia a auctoridade administrativa uma especie de vigario, *vice-dominus*, entidade estranha á jerarchia dos funcionarios portuguezes e evidentemente trazida d'além dos Pyrenéus (1). O *pretor* era o chefe dos francos; o *vice-dominus*, seu delegado, o dos *gallici*, e esse *pretor* interpunha-se entre a população e o rei suzerano; porque a elle foi dado hereditario e perpetuamente o dominio da Atouguia. Elle foi quem concedeu os usos e costumes locais, não como logar-tenente da coroa, mas sim por direito proprio. Afonso I permittiu-o: os seus successores confirmaram essa legislação; intervieram, até, na expedição dos diplomas, mas semelhantes actos não representam senão a lucta da idéa néo-gothica e peninsular contra a idéa feudal, que adiante veremos susten-

1) V. Ducange v. *Vice-dominus*.

tada acicamente pelos herdeiros destes feudatarios francos.

Em 1160 Affonso I doa Villa-verde ao alcaide Al-lardo e seus *successores* e aos outros francos per-petua e hereditariamente para por isso o servirem fiel-mente a elle e aos seus suc-cessores, estatuindo-se ahi o foral em que convencio-narem o *pretor* e os vizi-nhos (1). E' a mesma idéa feudal de ligar á coroa essa villa, que se torna de senho-rio particular, unicamente pelo serviço de guerra, de-mittindo o rei de si o direito de dar instituições e leis ao gremio que se estabelece. Effectivamente a confir-mação de Affonso II a este foral refere-se



40. — Poupa (Archivo Nacional: Livro das Aves.)

« Áquella carta e áquelle foro que D. Al-lardo vos deu e concedeu. »

No preambulo do foral da Lourinhan achamos a expressão do mesmo facto, postoque de um modo menos preciso :

« Esta é a carta que D. Jordão, com a annuencia do illustre rei D. Affonso, deu aos povoadores da Lourinhan presentes e futuros.

Aquelle diploma, qual hoje nos resta, offerece, conforme logo veremos, um complexo de instituições de direito publico e de provisões de direito privado assás singular. Dir-se-hia que nelle se acham con-fundidos o foral e os costumes. Muitas das suas dis-

(1) M. 12 de For. Ant. N.º 3, f. 75 v.

posições são exaradas como expressão da vontade popular. Entretanto as attribuições de soberania que exerciam na Lourinhan os herdeiros e successores de D. Jordão, tornam-se evidentes da extraordinaria confirmação que se lê num antigo traslado do mesmo foral (1). É uma carta patente de Affonso III :

« Sabei que Rodrigo Gonsalves Taveira *concedeu e confirmou* na minha presença ao concelho inteiro da Lourinhan todos os seus usos e fóros e cartas como os houveram em tempo de meu pae e de meu avô; e eu do mesmo modo os auctoriso e confirmo. »

Aqui a confirmação do rei é unicamente um meio de auctorisar e solemnisar a do senhor hereditario da villa: é um reconhecimento tacito da especie de soberania que Rodrigo Gonsalves alli exercia, embora no reinado de Affonso II, do principe que tanto trabalhou em centralisar o poder, pareça ter sido desattendido esse direito dos senhores da Lourinhan, sendo confirmado o foral da villa do mesmo modo que o foram os dos outros concelhos do reino.

Na doação de Sancho I a Raulino e aos colonos flamengos moradores em Villa-franca (Azambuja) da mesma villa e seu termo, diz-se que é

« Com tudo o que nella pertence á coroa (*ad jus meum*), e concedemos firmemente que a possuaes vós e vossos filhos, netos e successores hereditaria e perpetuamente, *licre de toda e qualquer exacção real*, e de todas as portagens; e não só concedemos isto a vós e a vossos filhos e netos, mas tambem a todos aquelles que vierem de vossas terras para morarem convosco. Fazemo-lo assim *para que*

1 Este traslado, que se acha na Gav. 15, M. 9, N.º 22 no Arch. Nac., postoque não esteja authenticado com as formulas externas de chancellaria, é evidentemente do seculo XIII.

nos acceiteis como reis e senhores e nos sirvaes com devoção e fidelidade e nos ajudeis contra os nossos inimigos com todas as vossas forças [1]. »

Neste documento, como nos precedentes, continúa a apparecer-nos como unico laço entre o rei e o senhor da terra e seus dependentes a obrigação do serviço militar. A doutrina feudal de que as relações mutuas do suzerano e do feudatario eram exclusivamente pessoas revela-se na phrase *para que nos acceiteis como reis*, phrase que não se encontrará por certo em diploma algum daquella epocha relativa a concessão de terras feita a individuo portuguez nobre ou não nobre, nem nas cartas constitutivas dos gremios portuguezes.



[1. Rola. (Archivo Nacional: Livro das Aves.)

Não nos restam vestigios do foral primitivo da Azambuja. Porventura Raulino não o promulgou, e durante mais de meio seculo a colonia regeu-se pelos usos e costumes que trouxera de Flandres modificados mais ou menos pelos da patria adoptiva. E' muito depois (1272), que um successor de Raulino, Rodrigo Fernandes, concede os fóros da villa, fóros que no respectivo diploma os habitantes declararam acceitar. A intervenção do rei falta ahi. Mais do que

1 M. 12 de For. Ant. N.º 3, f. 32. — Gav. 3, M. 11, N.º 6. Esta ultima copia, contida em instrumento do seculo XIV, é um pouco differente, postoque não no essencial, da do registo de Affonso II.

isso: entre as disposições que encerra o foral ha uma assás significativa. E' a singular prohibição de se vender predio algum sito no concelho não só a corporações monasticas ou a cavalleiros, clausula trivial em contractos sobre propriedade, *mas tambem ao rei* para que os direitos do alcaide nunca padeçam quebra. Um documento não menos singular nos resta deste mesmo alcaide. E' uma permissão dada em 1268 a Affonso III para comprar um herdamento na Azambuja (1): prova evidente de que se reconhecia a especie de dominio feudal que Rodrigo Fernandes exercia nesse territorio. Uma serie de documentos relativos á Atouguia nos estão mostrando ser identica a natureza do senhorio daquella villa, que se transmite numa familia e que até constitue objecto de doações particulares; que, enfim, chamado indevidamente á coroa, esta cede de novo, reconhecendo que o rei practicara uma violencia (2).

Uma inquirição do tempo de D. Dinis vem revallidar o que em relação á Lourinhan resulta do seu foral e da confirmação deste no seculo XIII por um herdeiro e successor do primeiro chefe da colonia. E' o mesmo que temos achado ácerca do senhorio da Azambuja. Dessa inquirição resulta que a alcaidaria da Lourinhan, equivalendo ao dominio da villa, passava hereditariamente não só aos filhos que seguissem a profissão das armas, mas até a ecclesiasticos e ainda ás filhas, as quaes, casando, transmittiam a seus maridos o senhorio ou alcaidaria herdada (3). Nada, porém, faz sentir tão claramente

1 Liv. 3 de Doaç. d'Aff. III, f. 20 v.

(2) Doc. d'Aleob. de 1286 na Gav. 84 da Collecç. Esp. e Gav. 20, M. 15, N.º 23 no Arch. Nac.

(3) Liv. 11 da Estremadura, f. 305 v. no Arch. Nac.

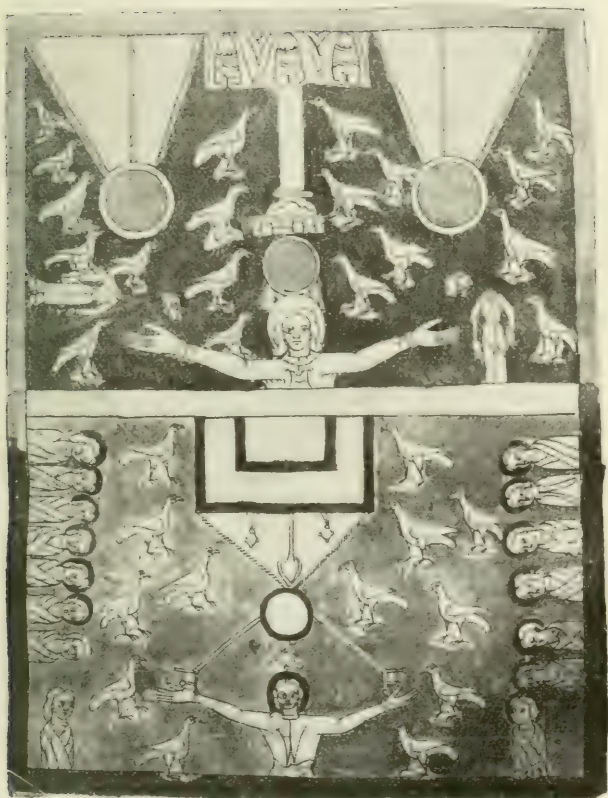
a natureza, estranha ao direito publico portuguez, das relações que se estabeleciam entre o rei e os caudilhos destas colonias de forasteiros, como as actas de um pleito suscitado no começo do seculo XIV por morte do ultimo alcaide, Fernão Fernandes Cogominho, entre a coroa e os representantes de Guilherme Descornes sobre o senhorio da Atouguia. Por parte da coroa allegava-se : 1.º que a jurisprudencia consuetudinaria da raça franca era que, se morria o senhor de alguma villa ou terra sem ascendentes ou descendentes legitimos, a villa, terra ou herdade ficava ao rei, ao conde, ao senhor, enfim, do territorio em que a povoação ou terra estava encravada : 2.º que a Atouguia, povoando-se, adoptara o mesmo direito consuetudinario : 3.º que os pretendentes á successão daquelle senhorio eram excluidos por essa jurisprudencia : 4.º que a coroa nomeava alli o alcaide (menor) e os officiaes de justiça e confirmava os juizes electivos (1). Na sentença affirmase que por parte da coroa se mostrara o que era sufficiente para recair nella o senhorio devoluto, donde parece seguir-se que só não provaria a ultima allegação, porque era das primeiras e não desta que podia resultar a devolução pretendida.

Não era só na indole das relações com o poder central que se distinguiam os municipios estrangeiros dos verdadeiramente portuguezes: na textura das cartas organicas, nas suas provisões sente-se que essas instituições são applicadas a uma raça diversa, a homens cujas tradições são distinctas das da sociedade néo-gothica, embora as phrases, as formulas que exprimem os factos sejam muitas vezes identicas. Não é só isso: nos foraes francos a

1 Liv. 2.º de Reis, f. 47 v. e seg. no Arch. Nac.

jurisprudencia civil e o que podemos chamar direito publico municipal acham-se misturados, não se manifestando o pensamento de fixar exclusivamente as garantias e os encargos dos cidadãos nesses diplomas. Quanto aos direitos senhoriaes, vê-se que subsistem ali maiores oppressões ao lado de habitos mais ferozes. Assim, no foral da Azambuja achamos estatuida a exclusão dos illegitimos da herança paterna, a successão dos ascendentes e o dominio legalisado pela posse pacifica de anno e dia. Pelo que tocava aos direitos senhoriaes vemos ali tambem o relego, a portagem abrangendo, se não todos os vizinhos, ao menos parte delles, uma especie de maninhádego, salva a terça d'alma, multas exaggeradas sobre todos os delictos e duplicando-se quando o crime era perpetrado na presença do alcaide, etc. Nenhum foral, porém, é tão proprio, depois dos da Atouguia, para dar uma idéa das instituições especiaes destes concelhos como o da Lourinhan, cujo conteúdo vamos em resumo expôr.

Nas provisões relativas ás garantias da propriedade e das pessoas o foral da Lourinhan previne em primeiro lugar duas hypotheses : a de qualquer vizinho morrer sem herdeiros no concelho e só com algum parente proximo morador noutra parte, e a de não deixar parente nenhum chegado. No primeiro caso os bens jacentes conservavam-se por anno e dia depositados em poder de dous homens bons, findo o qual prazo, se o herdeiro não se apresentava, a herança, cumpridos os legados pios, dividia-se ao meio entre o alcaide e o municipio, ficando este e aquelle responsaveis pelo respectivo quinhão, se o legitimo herdeiro posteriormente apparecia. No segundo caso, o de fallecer o vizinho sem herdeiros e sem disposições da ultima vontade quanto a suffragios, a herança dividia-se igual-



72. Iluminura do *Commentario ao Apocalypse de Lorrão*.
(*Arquivo Nacional*.)

mente entre o alcaide, o concelho e a igreja. Quando, finalmente, qualquer vizinho com herdeiros morria no mar ou de modo que não podesse testar por sua alma, o foral mandava que se lhe fizessem os ultimos suffragios, arbitrando quatro ou cinco homens bons o que se devia dar á igreja. Estas provisões tão particularisadas sobre as heranças presuppõem uma especie de direito analogo á jurisprudencia portugueza do maninhádego, do qual, aliás, as nossas instituições municipaes vinham por via de regra libertar as classes populares. Suppondo que no concelho possam vir a habitar, assim outros francos (*francigenae*, *franci*) como alguns franceses meridionaes (*galleci*, *gallici*), estatue-se que os primeiros se admittirão sem restricções no gremio, incorporando-se na colonia primitiva com os mesmos direitos e encargos; quanto, porém, aos *galleci* prohibe-se-lhes a acquisição de bens de raiz. Ao individuo de raça franca era garantido em toda a extensão o direito de propriedade; podia, até, dispôr livremente de qualquer porção de bens a beneficio de seus filhos illegitimos e, se morria de repente, os homens bons arbitravam uma quota para estes. Emfim, se do fallecido só ficavam filhos illegitimos, eram elles os seus herdeiros universaes. Aqui, como na Azambuja, a posse de anno e dia assegurava o direito de propriedade nos predios rusticos aos que os cultivavam, uma vez que os donos não protes-tassem contra isso dentro daquelle praso, ou que a herdade não pertencesse a algum menor. É curiosa uma precaução que nessa carta constitutiva se toma contra os depositarios inlicéis. Se davam a guardar a algum individuo qualquer cousa e este a perdia sem perder nada seu, era obrigado a pagá-la; se, porém, mostrava por inquérito que a perdera junctamente com o que era seu, ficava desobrigado; finalmente,

se negava haver recebido o deposito, tinha de prová-lo pelo systema de compurgação. Estas e outras provisões de direito publico e de direito civil que se referiam á propriedade ligavam-se com diversas disposições criminaes e formulas judiciais tendentes ao mesmo fim. A multa estabelecida contra a entrada violenta nas habitações dividia-se entre o alcaide e o queixoso. Os roubos feitos em predios rusticos eram punidos, além da multa para o alcaide e de duas vezes o anoveado (*nozem duplas*) para o dono do predio, com a marca infamante de um ferro em brasa na testa : a reincidencia trazia consigo a mesma pena : a nova reincidencia tinha por castigo a fôrca. Os penhores arrestados para compellir o devedor a vir a juizo não podiam ser levados para fóra da villa, quer o auctor fosse vizinho, quer fosse estranho. Se a mulher casada abandonava o marido, os seus parentes tomavam-lhe conta dos bens ; mas se, arrependida, tornava a unir-se com elle, deviam restituir-lhos. Emfim, o individuo de fóra do concelho que vinha demandar algum vizinho sobre bens de raiz ou sobre outra qualquer cousa, se não provava a legitimidade da sua pretensão, tinha de pagar ao alcaide e ao réu um valor equivalente ao objecto sobre que intentara a acção.

A segurança pessoal achava-se protegida por disposições não menos severas. Já vimos que entre os francos da Lourinhan a punição do homicidio era atroz, se o criminoso não podia evadir-se. Enterravam-no vivo e lançavam-lhe em cima o cadaver do morto. Se fugia, o alcaide havia d'elle o valor de trezentos soldos de multa, ficando o réu sujeito á vindicta particular, se não se compunha com os parentes da sua victima. O raptor, se o prendiam, era justicado e, se fugia, ficava equiparado ao as-

sassino na mulcta e na revindicta. Nas mutilações a pena era a de talião, além da mulcta senhorial, se o réu não se avinha com o mutilado. As feridas menos graves remiam-se a dinheiro, pagando-se a mulcta e a reparação numa escala graduada pelo numero de pollegadas que tinha a ferida. O individuo, porém, do gremio que dentro da villa travava pendencia com algum habitante das povoações circumvizinhas e lançava mão das armas para se defender, não era considerado como criminoso. As injurias, especialmente o dizer um individuo a outro *mentes*, traziam a mulcta para o alcaide e a reparação pecuniaria ao injuriado. Como garantia de segurança pessoal era prohibido a todos os moradores dar gasalhado a qualquer individuo estranho que fosse inimigo de um vizinho. A disposição, porém, mais singular entre as que tendiam a proteger directa ou indirectamente as pessoas dos cidadãos, era a que presuppunha a criminalidade dos irracionaes, usança barbara que os francos traziam do seu paiz, onde mais de uma vez se viram animaes condemnados ao ultimo supplicio. Na Lourinhan apparece-nos essa absurda jurisprudencia, postoque grandemente modificada: « Se alguem — diz o foral — for morto por boi, por cavallo, por touro ou por vacca, o parente mais proximo do fallecido, apodere-se *daquelle homicida* ». Ha nessa carta constitutiva outra disposição ácerca dos animaes domesticos, postoque não absurda como a anterior, tambem notavel. Se o boi de um vizinho matava o boi de outro, a sua vacca a vacca de outrem, o seu touro o touro alheio, o dono do morto e o dono do vivo dividiam igualmente entre si ambas as rezes, isto é o valor dellas: se por acaso o boi ou a vacca de qualquer matava o cavallo ou a egua do seu vizinho, o dono do animal morto tomava para si o que o matara e

se, vice-versa, o cavallo de alguém matava boi ou vacca alheios, o dono daquelle tinha de dar ao lesado, não o valor do animal perdido, mas sim o equivalente do proprio cavallo, como uma especie de resgate.

Taes são as disposições mais dignas de attenção no foral da Lourinhan. Nelle, como nos das demais colonias estrangeiras, ha muitos caractéres estranhos á autonomia portuguesa, conforme acabamos de ver. No resto apparecem os costumes do paiz que necessariamente se misturavam com os usos das colonias septentrionaes. Entretanto, ainda nos fins desta primeira epocha essa população adventicia guardava com maior ou menor tenacidade as tradições patrias. Só depois é que as uniões das familias e o decurso dos seculos foram gradualmente confundindo as duas nacionalidades.

NOTA

MALADO, MALADIA. PAG. 114

Estas denominações, tão frequentes nos documentos dos seculos XI, XII e XIII, precisas emquanto indicam as relações da dependencia dos individuos das classes intimas para com outros das medianas ou superiores, são, como dissemos no texto, demasiado vagas pelo que respeita á natureza dessas relações. Em geral os nossos escriptores consideraram a maladia como significando um direito territorial, e o malado como equivalente ao servo adscripto. (Viterbo, *Elucid. v. Malado e Maladia.* — Amaral, nas *Memorias da Academia*, T. 6, P. 2, p. 149 nota [a]). João P. Ribeiro, corrigindo varios artigos do *Elucidario*, diz positivamente: « *Malados se chamavam entre nós os servos adscripticios.* (Dissert. Chronol., T. 4, P. 2, p. 126). Os proprios documentos, porém, citados por elles não consentem que se dê a taes vocabulos esta significação restricta e uniforme, sobretudo sem distincção de tempos. Viterbo e Amaral lembram-se, por exemplo, dos foraes de Thomar e Figueiró, onde se allude aos que têm em sua casa *seus filhos por malados*; mas esta phrase exclue ao mesmo tempo a idéa de adscrição e de colonato: indica exactamente o contrario, a dependencia pessoal de individuo para com individuo por um dever mutuo, de protecção por uma parte, de sujeição por outra, e não em virtude de senhorio ou dominio senhorial. Elles proprios citam o foral de Pena-cova, em que se obriga o chefe de familia a levar consigo aos fossados os seus malados. Repugnando a adscrição ás instituições municipaes, é evidente que esses malados eram apenas individuos collocados na dependencia pessoal dos cavalleiros villãos.

A relação de maladia parece ter nascido na epocha da conquista sarracena e ser um resultado da confusão e barbaridade que reinava por aquelles tempos. Em Oviedo e Leão o fraco, o pobre, o humilde estavam constantemente expostos ás violencias de uma aristocracia militar, para cujas rudes paixões fraca barreira eram as instituições publicas, apenas esboçadas, confusas, e não defendidas por força alguma moral ou material. Uma idéa, que naturalmente devia occorrer aos individuos incapazes por qualquer motivo de repellirem a violencia com a violencia, de se defenderem a si proprios, era a de se collocarem debaixo da guarda ou *commend*a de outros: era a de se fazerem clientes de algum homem poderoso ou valente, o qual lhes assegurasse a protecção que não podiam dar a si mesmos, a troco de dadivas ou pensões espontaneas. Este facto forçosamente se verificava frequentes vezes: e não se verificava só na Peninsula; existia por toda a parte e na origem de todas as nações modernas. Buscavam os fracos a unica vantagem que havia na condição servil, e assimilavam-se, por este lado, voluntariamente aos servos. Não raro os adscriptos, os pequenos cultivadores, os colonos do rei, da igreja ou dos nobres haviam de recorrer a este meio, ou comprando a seus senhores a protecção pessoal a troco de um augmento de prestações agrarias, ou ainda valendo-se de um estranho. Destas prestações voluntarias era, digamos assim, *hypotheca natural* o predio cultivado pelo que recebia a protecção e, por isso, não admira que ás vezes ellas se confundissem com as que representavam o reconhecimento do dominio senhorial sobre a gleba e que, até, pelo decurso do tempo se tornasse hereditaria essa mutua relação entre as familias do protegido e do protector.

Viterbo deriva *maladia* e *malado* da palavra germanica *Mâl*, contracção de *Mahal*. A significação de *Mâl* é « *ponto que assignala, signal*; depois, em sentido mais ou menos translato, *divisa no elmo, logarejo, cunho da moeda, cousa ajustada e determinada, censo, prestação, symbolo de jurisdicção*, etc. *Mâl-man* signi-

ficava precisamente, não o que diz Viterbo, *homem tributario*, mas sim o que era obrigado a tomar parte no *mâl* (*mallum*) ou tribunal germanico. Assim *malado* não pôde vir de *mâl-man*. O Snr. Muñoz y Romero (Del Estado de Las Personas en los Reynos de Asturias e Leon, p. 44) aponta as verdadeiras etymologias de *maladia* e *malado*. São os vocabulos arabicos *maulat*, que significa *patrocinio*, *clientela*, e *maulá*, que era o termo com que se designava entre os arabes o *cliente*, o *protegido*.

Conforme a jurisprudencia municipal, vimos que em relação á sociedade, não só os creados e clientes, mas tambem os caseiros, rendeiros, ou solarengos eram representados pelos amos e patronos, ou pelos proprietarios, cujos predios cultivavam ou em cuja casa viviam. Consequencia forçosa de tal doutrina era que os amos, patronos e senhorios fossem os protectores naturaes daquelles que o direito considerava como seus dependentes, e que essas relações inteiramente sociaes se exprimissem por um vocabulo especial, diverso daquelles que serviam para indicar as relações que tinham por base de uma parte o dominio, da outra o uso da propriedade.

Colligindo aqui varias passagens relativas ao objecto, sobretudo das inquirições, fonte caudal dos antigos costumes que Viterbo e Amaral não aproveitaram, faremos sentir melhor quanto era de sua natureza mobil, pessoal e independente da idéa de colonato a *maladia*, embora, pelo motivo que acima apontámos, as duas condições se achem unidas e aparentemente confundidas de um modo a bem dizer inextricavel.

Numa inquirição do *regalengo abscondito* e das *maladiis* que havia no termo de Guimarães (Liv. 1 de Inquir. de D. Aff. II, f. 119), inquirição que não parece pertencer ás de 1220 (Memor. das Inquir., p. 15, nota 2) uma das testemunhas disse : « *quod audivit dicere quod pretor Vimarani habet maladiam, et nesciebat ubi* ». Depondo, porém, pouco depois o *pretor*, não só declara onde tinha essa *maladia*, mas tambem a origem della : « *Martinus Gonçalvi pretor Vimarani dixit...*

et de se ipso quod fuit creatus in passalibus ecclesie S. Michaelis de Caldis, e ideo habet ibi tres homines et quinque mulieres viduas et in Freetas duos homines, tamen non abstulit inde directum maiordomo. » Em virtude (*ideo*) de ter sido creado naquelle logar o nobre alcaide *tinha* ahi alguns *homens e mulheres*, que pelo dicto da outra testemunha se vê serem seus *malados*. Todavia elle não obstava a que o agente fiscal cobrasse ahi os fóros. Esses individuos, esses malados do alcaide de Guimarães eram, por tanto colonos da coroa. Martim Gonçalves protegia-os e talvez, recebia delles alguma dadiva ou signal para os ter em *commenda*, em razão de haver sido creado alli, isto é, pelo direito de *amadigo*. Entretanto, é claro que essa maladia consistia exclusivamente em relações pessoaes, na defesa individual, e nada tinha com o colonato.

Nas inquirições de 1258 encontram-se frequentes allusões a maladias e a malados, todas as quaes convergem para indicar o mesmo facto.

Em Castaedo (logar de senhoria real), inquirindo-se ácerca de amadigos (*de amis militum*) e das mais commendas e maladias, disse uma testemunha que certo colono « *est in maladia et in commenda de Stephano Petri de Tavares* ». (Liv. I d'Inquir. d'Alf. III, f. 31.)

Na freguesia de Lageosa, districto de Vizeu, a aldeia de Tuymiro era pela maior parte de *villanis hereditibus*, os quaes não davam foro a el-rei, salvo as coimas, porque os amparava e defendia um Lourenço Soares per *ferraturas quas dant ipso militi* e porque estavam *in commenda et maladia de ipso milite*. (Ibid. f. 44). Aqui, como por muitas partes, a protecção pessoal affectava a propriedade, o colonato, e defraudando as rendas publicas aproximava-se da *Encensoria*.

Casal era uma aldeia da coroa do termo d'Alva. Uma testemunha disse que *Joh. Petri de Casali est in commenda et maladia de Valasco Menendi et de aliis filiis de Menendo Gonsalvi de Fonseca, et minatur suos vicinos cum illis. Et jam unus filius de Martino Alfonsi percussit male, pro ipso Joh. Petri, Martinum Joh. de*

Casali ». Outra testemunha accrescentou « *quod per istum hominem evenit multum malum et multum damnum hominibus regis de Casali* » ; e outra disse que o dieto João Pedro « *reclamat se ad commendam et maladiam de ipsis militibus cum suo corpore et habere* ». (Ibid. f. 90). Esta passagem é uma das que melhor faz sentir a índole da maladia. Essencialmente pessoal, esta protecção dos cavalleiros nobres concedida a um villão do rei (por certo não de graça), estendia-se virtualmente até a propriedade (*cum suo corpore et habere*) ; não a tinha, porém, por objecto directamente, como a *Encensoria* ou *Censuria* de que opportunamente havemos de falar.

Gil Rodrigues, cavalleiro nobre, possuia na aldeia de Pydelo tres casaes por herança de seu pae Rodrigo Gonsalves. Perguntada uma testemunha ácerca do modo por que este homem os possuia, disse « *quod Roder. Gons. demandabat malum hominibus de Pydelo et pro tali ratione quod non demandaret eis malum, dederunt illi vallem de Pegias et de Corvo* ». Proseguindo a inquirição, disse outra testemunha que « *homines de villa de Pydelo sunt de ordinibus et de militibus, et laborant et habent et utuntur regalengos regis de Pydelo, et tamen non sunt homines regis, nec in sua commenda nec maladia, nec faciunt regi aliud forum nisi tamen quod dant 4.^{am} et 5.^{am} et 3.^{am} de pane et singulos frangamos et 5 ova, et illi que laborant regalengum dant denarios in anuduvam* ». (Ibid. f. 99 v. e 100). Revelam-se nesta passagem bastantes circumstancias das maladias. A palavra *malum* pela qual se exprimia a dadiva ou serviço que Rodrigo Gonsalves exigia dos habitantes de Pydelo como *seus homens*, como seus protegidos, não é o *malum* latino, mas uma derivação de *maulat* para designar o preço da protecção. Vê-se tambem ali como o censo ou pensão paga pelo malado se podia transformar numa cessão de bens. A distincção entre estar na maladia e commenda de um individuo e ser colono de outro é aqui igualmente precisa.

O logar de Pardelhas compunha-se de uma cavalla-

ria real e de uma fogueira reguenga. O caballarius regis *forarius* diz uma testemunha — « *est in commendam et maladia Roderici Menendi de Fonseca, et addit quod ipse stabat presens quando ipse Petrus Petri misit se in commendam et maladia ipsius militis* ». (Ibid. f. 125). Eis aqui um contracto de maladia celebrado entre um colono do rei e um nobre.

No couto do mosteiro de Vandoma (districto de Aguiar de Sousa) « *N. et N. uxor ejus, qui morantur in cauto, fecerunt se malos de N. et clamant se pro suis hominibus, et cautum monasterii est destructum per illos* ». Liv. 5 d'Inquir. d'Aff. III, f. 66.

Na freguesia de S. Christovam de Lordelo havia 17 casaes, 13 de mosteiros e 4 de herdadores. Os habitantes desta parochia *fecerunt se vassalli dominorum de Unom (Unhão) et faciunt forum et servicium dominis de Unom, ut sint defensi ab omni foro regali* ». (Ibid. f. 57). Aqui a palavra *vassalus* equivale a malado.

No seguinte exemplo a maladia quasi que se confunde com a encensoria, porque se ia perdendo cada vez mais a idéa da verdadeira origem deste contracto e as expressões tornavam-se fluctuantes e vagas. É o extracto de uma inquirição em Rio-maior. A'cerca dos bens que ali tinha a ordem do Hospital disseram as testemunhas que alguns homens que foram moradores do dicto lugar se *emprazaron* com o Hospital, em esta guisa: Davam-lhe a 6.^a do pão, vinho e linho para que o Hospital os *amparasse* deste e de todo o foro real (character da encensoria). Perguntadas ácerca da epocha em que se *metteron nesta maladya*, disseram que não se recordavam, e ácerca de quantos eram os que se *metteron nesta maladya*, disseram que não sabiam, mas que existiam ali netos dos que nella haviam entrado e que não só lavravam aquelles predios, mas tambem outros *foros* (Inquir. de D. Dinis, L. 10, f. 10 v.).

Em 1261 expediu-se uma provisão regia a favor do mosteiro de Rio-tincto em virtude de uma representação da abbadessa por onde constava que « *D. Tarsia Martini deffendit hominibus qui morantur in hereditate ipsius abbatis et conventus... quod non faciant*

ei servitium de ipsa hereditate de Vallelonga, que est hereditas ipsius monasterii de hermare et de popolare, et habent inde directuras et foros, et mittit ibi maiordomum suum et defendit dicte abbatisse quod non pignoret ipsos homines... pro suis directis. « Na provisão ordena-se que a abbadessa receba todos os fóros de que estava esbulhado o mosteiro, « *et ipsa D. Tarasia Martini habeat ibi servitium quod modo debet habere per rationem de maladya quam ibi habet* ». (Pergam. de S. Bento de Ave-Maria do Porto, nos extr. da Acad.) Eis um exemplo evidentissimo da personalidade exclusiva, digamos assim, das relações entre os malados e os seus patronos. Os homens de Vallongo são colonos do mosteiro de Rio-tincto e Teresa Martins não tem alli propriedade alguma. É apenas defensora desses colonos, ou porque se collocaram debaixo do seu amparo, ou porque os antepassados delles foram malados ou talvez servos dos seus ascendentes. O poder publico restabelecendo as relações do colonato, defendendo o direito de propriedade, respeita as da protecção pessoal e reconhece o *serviço*, o *maulat*, que representa o principio da maladia.

Assim ao lado da plebe dos municipios, dos familiares, caseiros, creados ruraes que vivem nas villas, mas que nem por isso são vizinhos e que, collocados na dependencia destes, são seus homens ou malados, achamos nas aldeias, nos campos, nos logares, em summa, não-municipaes a mesma palavra para designar o facto paralelo: facto diverso emquanto, fóra dos concelhos, o malado póde ser o colono ou co-proprietario e, dentro delles, é apenas o proletario, o homem assalariado, e quando muito o rendeiro rural: — facto identico emquanto, assim nuns logares como em outros, elle é a manifestação de uma necessidade daquellas eras rudes, da dependencia pessoal voluntaria do fraco em relação ao forte, para este supprir, até onde era possível, a falta de uma força publica sufficiente para proteger igualmente a segurança de todos os individuos sem distincção de fortuna ou de jerarchia.

APÊNDICES

- I. — *Como foi feita esta edição definitiva.*
- II. — *Lista alfabética dos nomes árabes, próprios e comuns, que ocorrem na **História de Portugal** de A. Herculano, na ortografia do autor e na nossa, simplificada conforme o critério exposto.*
- III. — *Índice analítico de matérias.*

por

DAVID LOPES

Como foi feita esta edição definitiva

1.

Esta 7.^a ed. da *História de Portugal* de A Herculano foi feita segundo o plano adoptado para o *Eurico*, com o qual foi iniciada a série das edições definitivas das obras de Herculano, e as considerações que aí fizemos acerca da ortografia, pontuação e acentuação do autor são applicaveis aqui.

A última edição do *Eurico* da vida do autor é de 1876 e a última da *História de Portugal* é: o 1.^o vol. de 1875 e o 4.^o de 1874, e a ortografia das duas obras é a mesma, salvo pequenas diferenças. Dos vols. 2.^o e 3.^o as últimas edições do tempo do autor são respectivamente de 1864 e 1868 (tambem 3.^{as} ed., como o 4.^o vol.) e nelas a ortografia difere bastante da usada posteriormente, isto é, é a mesma que nestas datas usava Herculano nas ed. 3.^a e 2.^a dos vols. 1.^o (1863) e 4.^o (1862). Tivemos, pois, de modificar em determinados casos a ortografia dos vols. 2.^o e 3.^o para a tornar conforme com a dos vols. 1.^o e 4.^o. Não foi sempre facil; mas procedemos com o maior cuidado dentro das normas que aqueles vols. nos deram. Até na última ed. destes mesmos vols. não ha uniformidade; ha nela vestígios aqui e acolá de sistema orthográfico anterior; foi necessário, pois,

estabelecer regras e emendar o texto mais de uma vez de conformidade com elas.

Nem sempre nos atrevemos a isso, por não termos a certeza de acertar. Assim, Herculano escreve na 4.^a ed. do 1.^o vol. *sério* (-a), *prévio* (-a), *séria-mente*, *préviamente*, que conservamos, mas nas edições anteriores *seria*, *previa* (de que ha vestígios na 4.^a ed.), como *regia*, *continúa*, *legítima*, *dúvida*, etc., na 4.^a (mas também *continua*, *dúvida*, etc.). Logicamente, devíamos também corrigir estas formas em *regia*, *continua*, *dúvida*, verbos, a par de *régia*, *continua*, *dúvida*, adjectivos e substantivos. Todavia, mantivemos esta irregularidade da sua notação gráfica, por não serem bastante numerosos os exemplos para esta ortografia. Se todos os vols. tivessem tido em vida do autor edição do tempo da 4.^a, talvez eles o fossem para obrigarem a uma correção geral dessas formas.

Com os verbos *poder* e *pôr* no pretérito perfeito definido do indicativo e no imperfeito do conjunctivo ha a mesma indecisão no uso das formas : *puderam* e *poderam*; *puseram* e *poseram*, mas os exemplos são bastantes para uniformizar a ortografia, *poderam* (ainda que inexactamente) e *puseram*. Com o pretérito definido dos verbos da 3.^a conjugação dá-se uma anomalia da mesma natureza : Herculano escreve sempre *viu*, *seguiu*, mas *veio*. Em regra, Herculano marca o acento agudo, mas não o circumflexo; e todavia escreve *pôde* e *pôde*, que mantivemos.

Certas ortografias de Herculano parecem estranhas. Ele escreve : *practica*, *mulcta*, *licções*, etc., mantendo a consoante muda *c* em contrario ao uso; *anémia*, pronunciando o vocábulo como se fora espanhol (I, p. 14, l. 11); *sétias*, com dois acentos, etc. Conservámos estas formas por serem constantes.

De algumas, porém, que só apparecem na 3.^a ed. e anteriores, não tivemos meio de saber como deveriam ser acentuadas e por isso as conservámos tais quaes se encontram nessas edições : *nómada, jugaria, amádigo, féros, préstamo*.

Nas edições anteriores a esta 7.^a, a obra compunha-se de quatro vols. Tendo os editores adoptado um tipo uniforme de pequeno formato para esta nova edição de todas as obras de Herculano, a *História de Portugal* deu nele oito vols. ; para isso foi preciso fazer dois cortes no plano do autor, um no livro II e outro no livro V. que ficam pertencendo a dois vols. diferentes; mas fizemo-los o menos arbitrariamente possível, sem prejuizo para o plano de Herculano.

[Quanto ás illustrações que acompanham esta edição da *História de Portugal*, devemos dizer que se foi relativamente facil encontrar manuscritos e selos das épocas descritas, outro tanto não succedeu com os monumentos cristãos. Já Herculano dissera nos *Monumentos Pátrios*, datados de 1838 (*Opusculos*, II, p. 15 da 2.^a ed.), o seguinte : « Os paços, os castelos, as pontes, os cruzeiros, as galilés das praças, as portas, as torres, os pelourinhos das cidades e vilas, construidas desde o xi até o xv século, quasi que desapareceram. Conservaram-se alguns mosteiros e santuários, algumas catedrais e paróquias... » Mesmo os restos que ainda perduram dos monumentos da primeira dinastia foram quasi sempre retocados nos periodos seguintes, o que obstou a que na parte monumental pudessemos obter illustrações rigorosamente contemporâneas dos factos narrados. Ainda mais sensivel é, porém, a falta de gravuras de objectos dos primeiros séculos da monarchia, o que não succedeu com os do periodo romano em que a difficuldade consistiu na escolha.

A reprodução dos manuscritos e selos não foi, porém, isenta de certas dificuldades, em consequência da falta de publicações especiais e até de catalogos por onde nos pudessemos dirigir. Tivemos, portanto, de manusear numerosas collecções antes de encontrar as peças apropriadas para a nossa publicação. — PEDRO D'AZEVEDO.]

2.

Exemplos de ortografia da 4.^a ed. do 1.^o vol. que serviram de norma para esta edição definitiva.

1. delle, della, desse, disso, daquelle, donde
2. d'aquí, d'alli, d'antes
3. de um, de uma
4. num, numa, noutro, nalgum
5. descobrir, encubrir
6. inventara, compusera, fugira
7. conservá-los, dizê-lo, fundi-los, no-los
8. dir-se-ha, di-lo-hia
9. ía, íam
10. continúa, cópia, duvida, legítimo, regia; auctoría, erradía
11. seria, previa (verbos)
12. séria, prévia; sériamente, préviamente.
13. estanceava; peor
14. caír, saír; saíu, saíram
15. trahir, attrahir, distrahir
16. continuo, contiguo, duvida (adjectivos e substantivo)
17. póde, pôde
18. poderam, podemos, podessem, poderem; puseram, pusessem; propuseram, transpuseram
19. têm, contêm; vem (s. e pl.); contém

20. démos, dêsse, déssem; dissemos
21. viu, seguiu; veio
22. paiz, quiz
23. portugûes, portuguesa; mès; Viseu; preso;
freguesia
24. pôr, sobrepôr, suppôr
25. sede; fora, coroa, corte, flor -ê-; -ô-
26. séde; fóra, fôrma, fóros, chóros
27. céu, véu, Pyrenéus
28. batéis, infieis
29. Béja, Féz
30. através, revés, revêses; vélas
31. colonisar, civilisação
32. empreza, grandeza, pureza
33. christan, irman
34. accommetter, sollicitar, affastar
35. aproximar, apreciar; letras, periferia, reta-
guarda
36. mosarabe; mussulmano
37. hajib; amazighs, berbers
38. khalifa, khalifado
39. atlantico, mediterraneo; islam
40. civis, juvenis
41. grau, mau, nau
42. muleta, practico, licções
43. cançar, descanço, incançavel
44. co-religionario
45. área, média, émulo, polémica; réplica, Cávado;
bésteiro, frécheiro
46. redeas, reprobá; Merida, Naxera
47. escaça, escaçamente
48. estender, estranho, estremar, Estremadura
49. extremo, extremidade, extensão
50. Beira-baixa, Villa-franca, Villa-verde, Terra-
sancta
51. consumado, consumido

- 52. anémia, sétias; válido, estrupída
 - 53. a final; el-rei; postoque
 - 54. Hassan, Hafssun, Abu-l-hassan
 - 55. Abu Yacub, Omar Ibn Hafssun (sem traços
d'união)
 - 56. a providencia
 - 57. Dissert. Chronol. T. 3, P. 1, p. 53
Liv. I de Affonso III, f. 22
Arch. Nac., Gav. 28, M. 2, n.º 12
Mon. Lusit., P. 3, L. 10, c. 27
-

Lista alfabética dos nomes árabes, próprios e comuns, que ocorrem na História de Portugal de A. Herculano, na ortografia do autor e na nossa, simplificada conforme o critério exposto a seguir.

1.

A ortografia dos nomes de origem árabe é muito irregular na *História de Portugal* de A. Herculano. Herculano procurou, é certo, sistematizá-la, mas, como não tinha conhecimento da língua árabe, não via o vocábulo na forma original, e o seu sistema ficou sem homogeneidade. Muitos nomes estão escritos segundo uma certa norma, todavia frequentemente violada. Além disso, esse sistema é organicamente defeituoso: melhor diríamos esses sistemas, porque Herculano tem dois, como vamos ver.

Herculano escrevendo em português não podia adoptar um sistema de transcrição qualquer. A língua portuguesa tem uma grande porção de vocábulos que os árabes deixaram nela na sua passagem pela Península: esses vocábulos integraram-se nela segundo leis. Parece, pois, de intuição que os novos vocábulos, sejam comuns ou próprios, não devem ortograficamente estar em discordância com os antigos. Não o julgou assim Herculano, e, pelo contrário, adoptou transcrições peregrinas, que, além de serem falsas em relação á nossa língua, são um

verdadeiro enigma de leitura para os indivíduos que estudam o período árabe e não sabem a língua árabe, ou ignoram segundo que princípios Herculano fez a sua transcrição.

Um exemplo frisante prova essa irregularidade e mostra ao mesmo tempo o inconveniente da variedade de representações gráficas.

O nome próprio HIXEME aparece na sua *História* escrito de tres formas : *Hecham* (I, p. 112) á francesa, *Hescham* (III, p. 187) á alemã, ambas da 1.^a ed., mas na 2.^a ed. e seguintes *Hixam* (I, 109) á portuguesa, e isto não impede que o mesmo som de *ch*, *sch* e *x* seja representado diversamente na mesma edição em outras palavras ; ás vezes, até, em partes do mesmo nome, assim na 1.^a ed. : *Hecham-ben-Suleiman-el-Raschid* (I, p. 112), já regularizado, no entanto, nas edições seguintes (I, p. 109). O indivíduo que não conheça o valor do *sch* em Herculano poderá pronunciar *sc*, e assim o ouvimos a mais de um professor de história. Não precisamos de adoptar tres sinais para representar graficamente esse som ; dois deles, *ch* e *sch*, não convêm ao português : o primeiro porque o valor do *ch* não é idêntico em toda a extensão do território português, havendo uma parte que o distingue de *x* : o segundo porque é peregrino nele. No vocabulário português de origem árabe, o som respectivo está representado por *x*. Este sinal é também a transcrição correcta árabe do *s* românico ao tempo em que os árabes vieram á Península ; e isto mostra que o seu valor então era, ou se aproximava do que ele ainda tem em certas regiões do norte de Portugal, distinto do *ç*.

Não é, pois, indifferente na transcrição dos nomes árabes adoptar um ou outro sinal. No antigo português e nos autores clássicos a distinção fazia-se

sempre, porque correspondia a uma diferença de pronúncia. Nas edições 2.^a e seguintes, a transcrição portuguesa dêsse character árabe por *x* é correcta, mas em discordância com outras transcrições, por serem de procedências diversas, como havemos de ver.

Ha, de feito, muitos outros exemplos de incoerência na ortografia de Herculano. As formas *laborah*, *Marida*, *Bajah*, *Jelmanyah* (I, p. 326) são inexactas, por não terem em conta o valor do *ā* no dialecto árabe peninsular, de que dá prova o termo correspondente português. Em todas estas palavras o primeiro *a*, representa *ā* árabe, que soa *e* quando tónico. Os muçulmanos do tempo deviam, pois, pronunciar *e*, ainda que escreviam *a*, e é inexacto dar a forma escrita com *a*, a qual serve apenas para desorientar.

Do mesmo modo é inútil o *h* dêsse nomes *laborah*, *Bajah* etc. Este é, de facto, um *t* de ligação, que se pronuncia quando a palavra seguinte principia por vogal, mas se não profere se essa palavra começa por consoante ou está na pausa, como o mostram, entre outros, os exemplos referidos de *Evora*, *Beja*, etc.; e indica em todos os casos a terminação do feminino (*-a*).

Ha, contudo, arabistas que assim o transcrevem, com a consideração de que êle é originariamente *h*, isto é, o mesmo sinal sem diacrítico; mas nas linguas onde ha grande número de vocábulos árabes, já integrados nelas segundo leis orgânicas, a transcrição corrente dos novos vocábulos tem de ser feita segundo o vocabulário já existente. Acresce que na mesma lista de nomes já referida (I, p. 326), ao lado das formas com *h* final precedido de *a*, ha outras sem êle, as quais, segundo esse critério, o deviam ter: *Olsonoba*, *Tabira*, *Marida*, etc.; mas

a par *Cantarat-el-Seyf* (hoje Valencia de *Alcantara*), em que o *t* final de *Cantarat* é graficamente o mesmo que o *h* a que nos estamos referindo, e é um exemplo do *t* de ligação. Em *Cantarat-el-Seyf* ficou apenas a primeira palavra isolada e por isso desapareceu esse *t*, mas em *Calatayud* e *Calatayaz* persistiu toda a expressão árabe com o *t* de ligação, pois. *Calatrava* está nas mesmas condições, apesar de o *t* estar seguido de consoante. Todavia, se a transcrição de *Cantarat* é exacta neste caso ela está em contradição com a dos outros nomes acima citados.

Na 1.^a ed., em geral, o *l* do artigo árabe (*al-*), elemento inseparavel do vocábulo, não se assimila á consoante chamada solar (isto é *d, t, c, l, r, n, x*) que principia esse vocábulo, como é de regra. Herculano escreveu *El-Raschid, El-Seyf, El-Nun*, e violou assim a gramática árabe que diz ser nulo o valor de *l* neste caso, e dobrada por isso a consoante que se segue a ela. Temos uma contraprova da verdade do facto no vocabulário comum de origem árabe : *açorda, arroz, azeite, etc.*, e não *al-çorda, al-roz, al-zeite, etc.* Demais, Herculano usa a par formas correctas : *Abderrahman, Azzahrat, etc.* ; e da 2.^a ed. em diante elle assim procede, em regra, mas ainda *Al-rumi, Al-raxid, Al-Seyf, etc.*, como se poderá ver na lista que damos a seguir.

Advirta-se, porém, que elle não inventou, é claro, essa maneira de ortografar os nomes, e que hoje ainda ha muitos arabistas que fazem do mesmo modo, e transcrevem essa letra que não tem valor algum fonético ; mas para nós é inadmissivel tal transcrição, por estar em opposição com o resto do vocabulário arábico-português. Note-se tambem que o elemento *el-, al-* não deve estar separado do

vocábulo a que pertence por uma risca d'união, porque faz parte integrante d'ele : assim é, efectivamente, em árabe e nos vocábulos portuguezes d'ele oriundos. Demais, grafias como *Abdu-r-rahman* (2.^a ed. e seguintes) por *Abderrahman* dão á palavra uma forma exótica que contrasta com a dos velhos documentos portuguezes *Abderramão*, difficil de ler e ainda mais de escrever, porque obrigará constantemente a recorrer ao texto escrito e desenhá-lo em seguida o dito nome.

Além disso, as grafias *Abdu-r-rahman*, *Abdu-l-aziz*, *Abdu-l-malek* etc. da 2.^a ed. e seguintes, não são exactas. Herculano transcreve assim a desinência casual do nominativo *-u*, esquecendo-se de fazer o mesmo para muitos outros vocábulos, por coerência. A verdade é que essa desinência tem apenas um valor gramatical para marcar a função do vocábulo na frase, e não aparece nunca nos termos portuguezes de origem árabe, quer correspondam a um só vocábulo, quer a mais de um. Contudo, muitos arabistas assim fazem, e a alguns d'elles copiou Herculano, sem reparar que as condições em que estão um e outros são diferentes; a elles não obriga o vocabulário existente e a tradição. Deve, pois, suprimir-se a desinência e dar ao artigo todo o seu valor. Esses arabistas são os mesmos que reproduzem sempre o *l* do artigo, quer a palavra comece por solar, quer não, como vimos.

E' ainda em virtude do mesmo rigor gramatical que elles e Herculano conservam nos nomes compostos no estado constructo a desinência casual do genitivo. Herculano escreve na 2.^a ed. e seguintes *Abdu-r-rahman Ibn Abdillah* (I, p. 55) e *Yusuf Ibn Abdi-r-rahman* (I, p. 61), em que aparece a desinência *i* do genitivo, mas *Abu Abdullah*

(I, p. 82) já a não tem, indevidamente : elle reproduz assim a construção árabe, mas desorienta o leitor que pode imaginar que são nomes diferentes, ou ficar perplexo por não saber quando deve empregar uma ou outra forma.

O próprio Herculano vae provar-nos como o erro é possível, desde que se queira realizar tão minuciosa distincção na transcrição dos nomes. Assim, o exemplo dado *Abu Abdullah* devia corrigir-se, segundo o seu critério, e pôr-se no genitivo o 2.º elemento do nome, como nos outros exemplos, isto é *Abu Abdillah*, como fez Gayangos, que Herculano copiou neste respeito. Pelo mesmo motivo escreveu elle, inexactamente, *Abi-Abderrahman-Muza-ben-Nosair* (I, p. 49, 1.ª ed.), começando o nome por um genitivo; mas em todas as outras edições suprimiu os dois primeiros elementos do nome, evitando assim o erro. Deve, pois, dar-se o nome sem desinência casual; d'este modo reaparece o artigo árabe que nos exemplos citados tem a vogal absorvida na desinência casual da palavra que o precede, e está representado apenas pelo *l*.

Não se julgue, todavia, que as terminações *i*, *u*, são sempre desinências casuais. Em *Ibn Kaci* e *Amru*, por exemplo, pertencem ao radical; e em *Al-makkari*, *Al-kelbi*, *Al-lakmi*, etc. o *i* é o sufixo próprio dos nomes de relação, isto é *Al-makkari* quer dizer *natural* ou *morador em Al-mácar*, etc. Só o conhecimento da língua permite fazer essa distincção. Em *beni* e *benu* o *i* e o *u* são ao mesmo tempo que desinências casuais também desinências do plural (de *ibn*, *ben*), e por esta razão se conservam, sendo a primeira forma um genitivo, e a segunda um nominativo, mas usa-se vulgarmente uma forma por outra e mais frequentemente a primeira.

Ibn ou *ben*, singular de *benu* e *beni*, como vimos, corresponde ao sufixo português *-ez*, *ici* dos patronímicos (di-lo Herculano, III. p. 195), isto é *filho de*; e assim *Ibn Errik*, nome que os árabes davam ao nosso primeiro rei, quer dizer *filho de Henrique*, ou seja o mesmo que *Henriques* [*Henriquez* ou *Henriquici*] (Afonso). Do mesmo modo *beni*, *benu* vêm a significar *família*, *dinastia* (literalmente, *filhos*, *descendentes de*), e correspondem á terminação das formas portuguesas que está no nome *lusiadas*. Assim, *Beni Umeya* e *Omiada* são duas formas equivalentes e mais de uma vez Herculano se serviu na 1.^a ed. da segunda forma em vez da primeira: *o partido ommyada*, *o kalifa ommyada* (I, p. 119). Assim, também, nós preferimos dizer *omiadas* por *benú* (*beni*) *Umeia*; *edricidas* por *benú* (*beni*) *Edrice* (*Edriz*), e não *Edrisita*, como é corrente; *fatimididas* por *fatimitas*; *aftácidas* por *benú* (*beni*) *Aláftace* (*Aláftaz*); *merínidas* por *benú* (*beni*) *Merine*; *abácidas* por *benú* (*beni*) *Abace* (*Abaz*).

Tambem não compreendemos o cuidado de Herculano de dar ao lado da forma portuguesa dos nomes a forma árabe correspondente, principalmente quando essas formas estão muito próximas uma da outra e a diferença provem de particularidades da escrita apenas das duas línguas. Assim, de que serve dar a forma *Tabira* seguida da portuguesa *Tavira*? Ainda que a forma anterior aos árabes se escrevesse com *v*, como elles não tinham êsse carácter no seu alfabeto teriam de o mudar em *b*, como é de regra, e fazem para o *p*, que tambem não possuem. Para que dar os nomes *Chintra* e a par *Cintra* (por *Sintra*), se a unica diferença está no *ch* = *x*, que é a transcrição rigorosa do *s* românico? Do mesmo modo em relação a nomes como

Bajah e *Beja*, em que o primeiro é dado como o original correcto e o segundo como uma deturpação: ora *Bajah* é apenas, como já dissemos, uma má escrita de uma boa pronúncia; o *h* é a designação do feminino em *a*, e o *a* tónico é em árabe um *a* longo que no dialecto peninsular soava como *e* (cf. *alférez*, *alfageme*, *Mertola*, *Merida*, etc.): assim, pois, as duas formas são realmente iguais, embora tenham fisionomias diferentes.

Herculano tirou formas como estas de autores que assim as transcreveram, mas depois d'ele outros vieram que inventaram, e não estamos longe de crer que foi elle que deu, involuntariamente sem dúvida, o modelo; esses outros puderam supôr que, parodiando formas como *Bajah*, era possível reconstituir na forma árabe qualquer nome corográfico de Portugal. Assim fez certo autor contemporâneo com *Palmela*, que escreveu *Palmellah* (devia ser *Balmellah*, porque os árabes não têm *p*), e com *Sezimbra*, que ortografou *Shezambrah*, por ser *s* — *x* — *ch* na sua transcrição [o Sr. Oliveira Parreira n-*Os Luso-arabes*, I, p. 194. Outros exemplos: p. XVI e 76 *Wadlouk*; p. 110 *As-Shant-Mariam al-Faroun*, isto é *Santa Maria de Faro*. Erro grosseiro, porque os nomes próprios não tomam o artigo, nem no estado constructo o termo determinado]. Não conhecemos texto árabe algum onde estes nomes ocorram, nem certamente os conheceu o autor e por isso os tirou da sua fantasia apenas.

E' ainda maior o mal se se trata de nomes comuns genuinamente portuguezes restituídos á forma árabe e empregados inteiramente por eles. Neste respeito Herculano não tem desculpa alguma, ou então escreve, não o historiador, mas o poeta e o romântico do *Eurico* e do *Alcaide de Santarem*. *Koran*, *wali* e *waliado*, *wasir* e *wasirado*, *alkaid* e

alkaidaria, *kalifa* (*khalifa*) e *kalifado* (*khalifado*), *cheik*, *ghaswat*, etc., alguns dos quais na 2.^a ed. e seguintes ainda aparecem mais transfigurados : *kayid* e *al-kayidarias*, *khalifa*, etc., são formas barbaras empregadas como portuguezas por : *alcorão*, *alca-sil*, *alcaide*, *califa*, *cheque* (*xequê*), *gazua* | « ... Os waliados dos districtos, os wasirados das cidades e as alkaidarias (2.^a ed. : al-kaiydarias) dos castellos foram distribuidas entre os conquistadores » (I, p. 325; 2.^a ed. I, p. 322). — « Os walis e os alkuids das praças do Al-gharb marcharam ao seu encontro » (I, p. 327; 2.^a ed. I, p. 323 : « Os walis e kaiyds das praças do Gharb. ») | Herculano julgava dèste modo restituir aos originaes formas deturpadas, mas termos assim ortografados não passam de uma fantasia extravagante.

Na representação de cada fonema árabe, mesmo abstraindo das condições especiais apontadas de uma transcrição para portuguezes, não ha regularidade. Vê-se da longa lista de nomes que damos adiante, comparando a forma de Herculano e a nossa.

Assim o som de *x* está representado por 4 sinais diferentes : *ch* : *Chintra* ; *x* : *Hixam* ; *s* : *Oksonoba* ; *sh* : *Ibn Beshr*.

Não é toda a culpa de Herculano. O vocalismo árabe escrito é pobre, pois que tem apenas tres vogais (*a*, *i*, *u*), correspondendo cada uma delas a mais de uma das nossas : *a* : *a*, *e*; *i* : *e*, *i*; *u* : *o*, *u*. Assim, o nome *Malek* (*Abdu-l*) esta correctamente vocalizado, mas pode sê-lo ainda de outros modos : *Malik*, *Melik*, *Melek*. Daqui uma variedade de transcrições que embarçam. Nunca os arabistas puderam entender-se a este respeito. Pelo contrario, o consonantismo árabe é mais rico que o portuguez ; por isso mais de uma consoante árabe está

representada por um mesmo sinal do alfabeto latino. Assim, *d* representa quatro caracteres do alfabeto árabe; *t* tres; a *hâmeza* e o *aine* não tem correspondência.

Inversamente, *b*, *p* e *v*, representam-se normalmente no alfabeto árabe com um só sinal. Também as grafias duplas como *th*, *dh*, *gh*, *kh*, *dj*, para representar sons simples, que mais ou menos correspondem a *t*, *d*, *g*, *k*, *j*, são completamente escusadas; para o leitor comum essa adição não tem significação alguma, e só serve de o perturbar na sua memória visual. O *kh* representa, mas muito mal, um som muito proximo do *j* espanhol. O *k* é sinal peregrino na língua portuguesa, e só deve admitir-se nela quando se trate de nomes de línguas cujo alfabeto próprio possua esse sinal; ora não succede assim com o alfabeto árabe no qual não ha sinal algum que se pareça com ele, e em portuguez o som respectivo está representado por *c*, *q*.

Parece-nos inútil, igualmente, o uso de *u* por *u*, assim como de *j* por *i*, porque *u* e *i* os substituem muito bem.

E' tambem constante em Herculano o uso de *s* (e *ss*) por *ç*. Como para *ch*, uma parte da população portugueza distingue esses dois sons. Deve, pois, evitar-se o emprego de um por outro. Além disso, esse uso falseia a pronúncia. Vendo um termo como *Musa*, o leitor desprevenido lerá *Muza*, e assim se escreve ás vezes, em vez de *Muça* (e em espanhol *Muza*, correctamente), e não poderá comprehender a forma *Murça* (que dele provem), nome de lugar conhecido de Portugal. Cf. *alcaçuz*, *açucena*, *alface*, etc. Deve, porém, transcrever-se *ç* por *s* no princípio de palavra, em contrário da ortografia dos antigos e dos clássicos, por o portuguez moderno não admittir vocábulos que comecem por *ça*, *ço*, *çu* :

Saragoça, por exemplo, em que o mesmo som árabe está representado por dois sinais diferentes na forma portuguesa (*s* e *ç*). Nesse respeito o espanhol é mais regular, e diz *Zaragoza*.

É facil de explicar esta disparidade ortografica; ela vem da diversidade de fontes a que Herculano recorreu: francesas, inglesas, alemãs, latinas, portuguezas e espanholas. Elle não soube ou não pode uniformizá-las. Uma certa prevenção contra a sciência portugueza fê-lo evitar tanto quanto possível as formas de textos portuguezes, preferindo-lhes as estrangeiras; e todavia a transcrição de Moura, o tradutor do *Cartaz*, ainda que defeituosa, está mais próxima do portuguez do que a sua.

Formas como *Alfaghar*, *Batalios*, *Marida*, *Chakrach*, *Chenchir*, *Chetawir*, *Achbuna*, *Belch* e *Ielch*, etc., foram tiradas da tradução de Edrici por Jaubert (II, p. 15, 22, 23, 26 e 29) [*Géographie d'Edrisi*]. O mesmo Jaubert diz *Lichbona* e *Chericha* (II, p. 15 e 16) e Herculano *Lixbona* e *Xerixa* (I, p. 326) e foi elle que fez a alteração — talvez por analogia com as formas antigas *Ulixbona* e *Lixboa*, e a actual *Xerez* —, porque não achamos tais formas nos autores que lhe serviram de fontes. Foi assim também que elle fez para os nomes *Hecham* e *Tachfin* da 1.^a ed., escritos na 2.^a e seguintes *Hixam* e *Taxfin*, e tirados das formas de Gayangos *Hisham* e *Tashfin*.

De Gayangos [*The History of the Muhammedan Dynasties in Spain*] parece ter tirado formas como *Jelmanyah*, *Sheberina* (II, p. LVIII do apêndice), *Balj Ibn Beshr* (p. 41), *Abu Abdillah Yusu* (p. 318), *Kayid* (p. 320), *Al-gharb* (p. 320), *Ibn Abi Hafss* (p. 321), *Maghreb* (p. 323), *Al-'akab* (p. 323), *Beni Umeyyah* (p. 324), *Yahya* (p. 325), *Abdu-r-rahman* (p. 334), *Ibn Sahibi* [(p. 522)]. Estas formas são

umas communs a todas as edições, outras estão assim na 2.^a ed., mas não na 1.^a (*Yahya, Kayid, Abdu-r-rahman*, etc.), ou inversamente (*Maghreb, Algharb*, etc., que na 2.^a ed. são *Moghrebe Gharb*). Na 2.^a ed. Herculano substituiu *amir* a *émir*, que assim acentuado se prestava a uma falsa pronúncia com o acento na 1.^a sílaba; Conde e Gayangos também escreveram *amir*. Os hífens que na 1.^a ed. separavam sempre todos os elementos do nome próprio composto, na 2.^a ed. só são mantidos em casos especiais, por exemplo entre o artigo e o nome a que pertence, como fez também Gayangos.

Lembke [*Geschichte von Spanien*] deu-lhe muitas formas: *Musa Ben Nosair* (I, p. 252), *Tarek* (p. 258), *Mogaith el Rumi* (p. 265), *El Samah Ben Malek el Khaulani* (p. 279), *Abdelmelek Ben Kotan el Fehri* (p. 289), *Okba Ben el Hedjadj* (p. 289), *Thaalaba Ben Salama* (p. 295), *Tuaba Ben Salama* (p. 302), *el Dakhel* (*intrusus, ingrediens* : p. 332).

A Rosseeuw Saint-Hilaire [*Histoire d'Espagne*] éle foi buscar, entre outras, as formas: *Wali al hadi* (II, p. 222, 241, 266), *Mahadi* (p. 412), *al djihed* (p. 414), *Magerit* (p. 416), *Azzahrat* (p. 445), *Azzahira* (III, p. 227), *Dgiagar* (p. 17).

Romey [*Histoire d'Espagne*] deu: *emir-al-ma* (III, p. 117), *El Modhaffer* (IV, p. 63), *Zahra* (p. 184), *Moeez e Djewhar* (p. 323), *El Hassan* (p. 332), *Al Morabithyn* (*les Ermites* : p. 337), *Abu Danès* (p. 446), *Maghreb* (p. 464), *Kassbah* (p. 517), *Dzy el Noun* (V, p. 184), *Albar Hanesch* (p. 463 : Moura escreveu *Albarhanax*, como Herculano na 2.^a ed., I, p. 177).

De Conde [*Historia de la dominacion de los Arabes en España*] tirou com certeza formas como: *Tarik ben Zeyad*, *Mugueiz el Rumi*, *Axarkia*, *Afranc*,

chotha, Zintiras, Sid-Ray, etc. (p. 14, 15, 31, 156, 158, 164, 162).

De Casiri [*Bibliotheca arabico-hispana*] : *Rabat Alrihanat, Margee* (II, p. 52).

Estas formas não parece terem sido as únicas, ou então Herculano alterou a forma de muitos nomes segundo critério pessoal que não conhecemos.

Estas considerações podem resumir-se nas seguintes regras de transcrição do árabe para português :

1. — Em regra, *a* longo tónico no dialecto árabe peninsular tem o valor de *e* e mesmo de *o* se é precedido de *r* ou de algumas das enfáticas : *Mārtula* : *Mertola*, mas *Marracox* : *Marrocos*. Pode também tomar a vogal *o* a enfática sem vogal : *alcaçba* : *al-caceba*; *alcaçova*.

2. — As desinências casuais desaparecem na forma portuguesa e reaparece a vogal do artigo do vocábulo seguinte : *Abde Almélisque*, por *Abdu-l-melek* de Herculano.

3. — As consoantes finais que não sejam *h, l, r, x*, e *z* (mas não *rr* e *zz*) tomam um *e* de apoio que nada acrescenta á pronúncia e dá ao vocabulo um aspecto mais conforme com o génio da nossa língua. No interior do vocábulo faremos o mesmo com *m, n, f* e *ç* em fim de sílaba seguida de consoante diferente; assim como intercalaremos o mesmo *e* nos grupos finais de duas consoantes, quando a primeira das duas o exija como final : *Alcécime* : *Amir*, *Âmeru* (em vez de *Âmru*); *Hafçune* (em vez de *Hafçune*); *Açâmeh* (em vez de *Açamh*); *Alhorre*.

4. — Em regra, *h* final de palavra, em transcrição, precedido de *a*, indica apenas que esse *a* representa a terminação feminina : *Bajah* : *Beja*. Em *Allah* (*Alah*) etc. é a consoante aspirada.

5. — O *l* do artigo árabe *al-* assimila-se sempre á consoante seguinte, se é solar. *Al-raxid*: *Arraxide*.

6. — As sibilantes arabes devem transcrever-se respectivamente por *ç* e *x*, e no princípio de palavra por *s* (excepto *ce* — *ci* —) e *x*: *Muçã*, *Hixeme*, mas *Saragoça*, *Çeuta*.

7. — A língua árabe representa por *b* as consoantes *b, p* e *v* das línguas românicas: *Tabira*: *Tavira*; *Bortucal*: *Portugal*; *Bizeu*: *Vizeu*.

8. — As consoantes geminadas são reduzidas a singelas, em conformidade com a pronúncia portuguesa; exceptuam-se *rr*: *Almacari* (em vez de *Almaccari*), *abácida* (em vez de *abbácida*), *Alah* (em vez de *Allah*: comp. com *oxalá*); *Alhorre*.

2.

Para organizar esta lista procedemos do modo seguinte. Não damos o nome completo, como apparece no texto, se é formado de dois ou mais componentes; damos cada um dêsses elementos em separado por sua ordem alfabética. Nessa separação os vocabulos *abú*, *abde* e *ibne* pertencem sempre ao vocábulo seguinte e por eles se alfabetam os respectivos nomes. Sejam estes exemplos: *Mohammed Ibn Yezid* e *Al-horr Ibn Abdu-r-rahman Ath-thakefi*, em que o primeiro tem dois elementos e o segundo tres: êles estão incluídos na lista em *Mohammed* e *Ibn Yezid*; em *Alhorr* e *Ibn Abdu-r-rahman* e *Ath-thakefi*, Quando Herculano na sua narrativa se serve indifferentemente do nome paterno ou o faz proceder de *Ibn*, damos um e outro nome na lista, mas remetendo da forma simples para a composta: assim em *Balkin* manda-se ver *Ibn Balkin*. Rectificamos uma ou outra vez a leitura dos

nomes dada por Herculano, quando trabalhos mais recentes o permitem. Para êsses nomes, como para todos os outros, recorreremos sempre ao seu original árabe dos textos publicados e á transcrição dos bons autores que dêles se serviram. O leitor desejoso de saber quais êles são pode ver o *Boletim da segunda classe da Academia das Sciências de Lisboa* (III, I, p. 69-84), onde êles foram indicados e criticados. Quando a nossa transcrição for aplicação de alguma das regras dadas acima, faremos referência a elas. Procuramos manter a ortografia de Herculano no respeitante ás vogais, quando ela for autorizada pela tabela de valores que indicámos.

A

Abbasida	<i>Abácida</i>
Abdallah	V. Abu Abdillah
Abd-el-halim	<i>Abde Alhalime</i>
Abdu-l-aziz	<i>Abde Alaziz</i>
Abdu-l-hamed	<i>Abde Alhamide</i>
Abdu-l-kader	<i>Abde Alcáder (-dir)</i>
Abdu-l-kasim	<i>Abde Alcácime (-ceme)</i>
Abdu-l-kerim	<i>Abde Alcarime (-queri- me)</i>
Abdullah	V. Abu Abdullah
Abdu-l-malek	<i>Abde Almálique (-leque)</i>
Abdu-l-mumen	<i>Abde Almúmine (-mene)</i>
Abdu-r-rahman	<i>Abde Arrahmane</i>
Abdu-l-ruf	<i>Abde Arrufe</i>
Abi Amir	V. Ibn Abi Amir
Abu Abdillah	<i>Abú Abde Alah (Abú Abdalah -Abdelah)</i>
Abu Abdullah	
Abu-Bekr	<i>Abú Becre</i>
Abu Imran	<i>Abú Imerane [nº 3]</i>

Abu Isak	<i>Abú Icehaque</i>
Abu-l-aala	<i>Abú Alalá</i>
Abu-l-Abbas	<i>Abú Alabace (abú Alabaz)</i>
Abu-l-aswad	<i>Abú Aláçnade</i>
Abu-l-hassan	<i>Abú Alháçane</i>
Abu-l-kasim	<i>Abu Alcácime (-ceme)</i>
Abu-l-khattar	<i>Abú Alcatar</i>
Abu Mohammed	<i>Abú Mohàmede</i>
Abu Othman	<i>Abú Otmane</i>
Abu Rabi	<i>Abú Rabi</i>
Abu Taher	<i>Abú Táhir (-her)</i>
Abu Walid	<i>Abú Ualide</i>
Abu Yacub	<i>Abú Iacube</i>
Abu Yahya	<i>Abú Iáhia</i>
Abu Zakaria	<i>Abú Zacaria</i>
Abu Zeyd	<i>Abú Zaide (Zeide)</i>
Achbuna	<i>Axbuna</i>
Ach Chelbi	<i>Axelbí (i é; o silvense)</i>
Ad-dakhel	<i>Adaquíl</i>
Adhdhafir	<i>Adáfir</i>
Afranc	forma errada : <i>afrange</i>
Ahmed	<i>Áhmede</i>
Aladel	<i>Aládil (Aládel)</i>
Al-ala	V. Abu-l-aala
Al-amiri	<i>Alamirí</i>
Al-asbagh	<i>Alásbague</i>
Al-atibi	Não o soubemos identificar.
Albar Hanax	<i>Álbar Hánax (Álvaro Fanex) [n.º 7]</i>
Al-bayesi	<i>Albaieci (i. é, natural ou morador de Baeza)</i>
Albur	<i>Albúr (Albôr)</i>
Alçaçar	<i>Alcácer (Alcáçar)</i>
Alcassar	V. Alçaçar

Al-djuf	<i>Aljufe</i>
Al-faghar	forma errada. V. o nosso estudo <i>Os árabes nas obras de A. Herculano</i> , p. 50-1.
Al-fehri	<i>Alfihrí (Alfehri)</i>
Al-ghafeki	<i>Algafiquí (Algatequí)</i>
Al-gharb	<i>Algarbe (Algarve)</i>
Al-ghazaly	<i>Algazali</i>
Al-hakem	<i>Alháquime (Aláqueme)</i>
Al-hassan	V. Abu-l-hassan
Al-haytham	<i>Alháitame (Alhéitame)</i>
Al-horr	<i>Alhorre</i>
Alid	<i>Alide</i>
Al-kairuani	<i>Alcairuani</i>
Al-kasim	V. Abu-l-kasim
Al-kassr	<i>Alcácer</i>
Al-kassr Abu Danes	<i>Alcácer Abú Dânece (Dênece, Dênez)</i>
Al-kelbi	<i>Alcalbí (Alquelbí)</i>
Al-khaulani	<i>Alcaulaní</i>
Al-kinza	Não o soubemos identificar.
Al-kithi	V. Ibn al-kithi
Al-lakhmi	<i>Alacmí</i>
Al-maaden	<i>Almádine (Almádene)</i>
Al-maaferi	<i>Almafer</i>
Al-mabdi	<i>Almahdí</i>
Al-makkari	<i>Almacarí</i>
Al-mamon	<i>Almanune (Almamone)</i>
Al-manssor	<i>Almañor</i>
Al-masufi	<i>Almaçufí</i>
Al-mayorki	<i>Almaiorquí (i. é., de Maiorca)</i>
Al-modhaffer	<i>Almodáfer</i>
Almohades	<i>Almóhadas</i>

Al-morabethyn	<i>Almorabítine</i>
Almoravides	<i>Almorávidas</i>
Al-mostanser Billah	<i>Almocetâncer Bilah</i>
Almuadden	<i>Almuádene (almuadem)</i>
Al-muchafi	<i>Almucehafi</i>
Al-mugheyrah	forma errada : <i>Almu- guira</i>
Al-mundhir	<i>Almündir</i>
Al-mutadhed Billah	<i>Almutádide (-dede) Bi- lah</i>
Al-mutamed	<i>Almutámide (-mede)</i>
Al-mutref	<i>Almútrefe</i>
Al-muwahedun	<i>Almuahedune</i>
Al-raxid	<i>Arraxide</i> [nº 5]
Al-rumi	<i>Arrumí</i> [nº 5]
Al-walid	<i>Alualide</i>
Aly	<i>Alí</i>
Alyde	<i>Alida</i>
Amazighs	<i>Amazigues</i>
Amir	<i>Amir (emir)</i>
Amir-al-moslemin	<i>Amir almocelemine</i> (i. é, o príncipe dos muçul- manos)
Amir-al-mumenin	<i>Âmir almuminine</i> : a. p. <i>miramolim</i> (i. é., o príncipe dos crentes)
Amru	<i>Âmeru</i>
Anbasah	<i>Anébaça</i>
Andalús	<i>Andaluce (Andaluz)</i>
Annassir	<i>Anácir (Anácer)</i>
Ar-rasi	<i>Arrazí</i>
Assaleh	<i>Açálih (Açáleh)</i>
As-samah	<i>Açámeh</i> [nº 3]
As-samil	V. Ibn Samail
As-senhaji	<i>Acenhagi</i>
Ath-thakafi	<i>Atacafi (Ataquefi)</i>

Axarkia	<i>Axarquia</i> (i é, <i>oriental</i>)
Ayub	<i>Aiube</i>
Az-zahirah	<i>Azähira</i>
Azzahrat	forma errada : <i>Azahrá</i> . V. <i>Zahrá</i>
Azzobair	V. Ibn Zobeir

B

Bagdad	<i>Bagdade</i>
Bahlul	<i>Bahlúl</i>
Bajah	<i>Beja</i> [nº 4]
Balj	<i>Balge</i>
Balkin	V. Ibn Balkin
Bataliós	<i>Batalioce</i>
Békayah	Forma errada por <i>Kayah</i> : <i>Caia</i> . V. <i>Os árabes nas obras de A. Herculano</i> , p. 66.
Belatha	<i>Belata</i> (<i>Balata</i>)
Belch	forma errada por : <i>Ielbax</i>
Beni Alafftas	<i>Bení Aláftace</i> (<i>Aláftaz</i> ou <i>Aftácidas</i>)
Beni Berizila	<i>Bení Birzel</i>
Beni Hamuds	<i>Bení Hamudes</i> ou <i>Hamú-</i> <i>didas</i>
Beni Idris	<i>Bení Idrice</i> (<i>Idriz</i>)
Beni Merines	<i>Bení Merine</i> ou <i>Meríni-</i> <i>das</i>
Beni Umeyyah	<i>Bení Umaia</i> (<i>Umeia</i>) ou <i>Omáiada</i> (<i>Omíada</i>)
Beni Yeferun	<i>Bení Ifrene</i>
Benu Alafftas	<i>Benú</i> — V. Beni Alafftas
Benu Umeyya	<i>benú</i> — V. Beni Umeyya
Berbers	<i>Berberes</i>

Berraz	<i>Berraz</i>
Beshr	V. Ibn Beshr
Bister	forma errada : <i>Bobastro</i> . V. <i>Dosy</i> . <i>Recherches</i> . I, p. 323.
Bortkal	<i>Bortucal</i> (<i>Portugal</i>) [nº 7]

C

Cantarat Al-seyf	<i>Cantara Aceife</i>
Chakrach	<i>Xacrax</i> (<i>Sagres</i>)
Chaltich	<i>Xaltix</i> (<i>Saltes</i>)
Chantarin	<i>Xantarine</i> (<i>Santarem</i>)
Chantireyn	V. Chantarin
Cheik	<i>Xeique</i> (<i>xeque</i>)
Chelb	<i>Xelbe</i> (<i>Silves</i>)
Chenchir	forma errada. V. <i>Os árabes nas obras de A. Herculano</i> , p. 50-2
Chetawir	<i>Xetáuir</i> (<i>Setubal</i>)
Chintra	<i>Xintra</i> (<i>Sintra</i>)
Chotba	V. khotbah
Cid	<i>Cide</i> (i. é, <i>senhor</i> , em árabe)

D

Dhi-n-nun	<i>Dianune</i> (gen.) <i>Duanune</i> (nom.)
Diwan	<i>diuane</i>
Djihed	<i>jihede</i>
Djzihed	forma errada : <i>gizia</i> . V. <i>Os árabes nas obras de A. Herculano</i> , p. 197-8.

E

Edrisi	<i>Edrici (Idrici)</i>
Efrikia	<i>Ifríquia</i>
En Nacer	V. Annasir
Esbaa	forma errada : <i>Ábague</i>

F

faquih	<i>faquih (faquí)</i>
fatimita	<i>fatimida</i>

G

gazua	<i>gazua</i> . V. ghaswat
Gebal-fetah	forma errada : <i>Gebal</i> <i>Alfetah</i>
Gebel Tarik	<i>Gebal Tàrique</i>
Ghalib	<i>Gálibe</i>
Ghamin	forma errada : <i>Gánime</i> .
Gharb	V. Al-gharb
ghaswat	<i>gazua</i>
ghomera	<i>gomera (gomara)</i>

H

Habuz	<i>Habuce (Habuz)</i>
Hajaru-n-nasr	<i>hájar anácer</i> (i. é, o ro- chedo da aguia)
hajib	<i>hájibe (hájebe)</i>
Ham Albonte	Não o soubemos identifi- car.
hamudita	<i>hamúdida</i>
Hisn Abi Cherif	<i>Hícene Abú xerife</i>

Hisn al-kassr	<i>Ilícene Alcácer (Alcáçar)</i>
Hisn Conca	Não o soubemos identificar.
Hisn Kastala	<i>Ilícene Cacetala</i>
Hixam	<i>Hixame (Hixeme)</i>
Hodheifah	<i>Hodeifa</i>
Hondhalah	forma errada : <i>Hândala</i>
Husam	<i>Huçame</i>

I

Iaborah	<i>Iábora</i>
Ibn Abbad	<i>Ibne Abade</i>
Ibn abdi-l-barr	<i>Ibne Abde Albarre</i>
Ibn Abdi-r-rahman	<i>Ibne Abde Arrahmane</i>
Ibn Abdillah	<i>Ibne Abde Alah (Ibne Abdalah)</i>
Ibn Abdu-l-wahed	<i>Ibne Abde Aluahide</i>
Ibn Abi Abdallah	<i>Ibne Abú Abde Alah (Abdalah)</i>
Ibn Abi Bekr	<i>Ibne Abú Bece</i>
Ibn Abi Nesah	<i>Ibne Abú Niça</i>
Ibn Abi Zará	<i>Ibne Abú Zar</i>
Ibn Al-ahwass	<i>Ibne Aláhuace</i>
Ibn Alahmar	<i>Ibne Aláhmar</i>
Ibn Al-hadj	<i>Ibne Alhage</i>
Ibn Al-hajan	<i>Ibne Athajame</i>
Ibn Al-kamay	Forma errada : <i>Ibne Alcama</i>
Ibn Al-katib	<i>Ibne Alcatibe</i>
Ibn Al-khatib	<i>Ibne Alcatibe</i>
Ibn Al-kithi	Não o soubemos identificar.
Ibn Arabi	forma errada : <i>Ibne Alarabi</i>

Ibn Atiyah	<i>Ibne Atia</i>
Ibn Azar	forma errada : <i>Ibne Ná-cer</i>
Ibn Balkin	<i>Ibne Boloquine (Bologuine)</i>
Ibn Beshar	<i>Ibne Báxer</i>
Ibn Bokht	<i>Ibne Bocte</i>
Ibn Ech-Chemina	Não o soubemos identificar
Ibn Errik	<i>Ibne Arrique (Errique)</i>
Ibn Ghanyyah	<i>Ibne Gânia</i>
Ibn Habib	<i>Ibne Habibe</i>
Ibn Hafssun	<i>Ibne Hafeçune</i>
Ibn Hamud	<i>Ibne Hamude</i>
Ibn Harun	<i>Ibne Hárune</i>
Ibn Hud	<i>Ibne Hude</i>
Ibn Humuchik	<i>Ibne Hemoxco</i> [hemochico, dim. de mocho.] V. Dozy, <i>Recherches</i> , I, p. 368 n. 2; Codera, <i>Decadencia y desaparición de los Almoravides en España</i> , p. 39-40 [I. Hamusco]
Ibn Iasin	<i>Ibne Iacine</i>
Ibn Ibrahim	<i>Ibne Ibrahime</i>
Ibn Isa	<i>Ibne Iça</i>
Ibn Isak	<i>Ibne Icehaque</i>
Ibn Ismail	<i>Ibne Icemail</i>
Ibn Jami	<i>Ibne Jámi</i>
Ibn Kanun	<i>Ibne Canune</i>
Ibn Kasi	<i>Ibne Caci</i>
Ibn Kattan	<i>Ibne Cátane</i>
Ibn Khaldun	<i>Ibne Caldune</i>
Ibn Mahfot	<i>Ibne Mahfote</i>
Ibn Maimun	<i>Ibne Maimune</i>

Ibn Malik	<i>Ibne Málique (Máleque)</i>
Ibn Mardanix	<i>Ibne Mardanix</i>
Ibn Mezdeli	<i>Ibne Mezdeli (Mazdeli)</i>
Ibn Mohammed	<i>Ibne Mohàmede</i>
Ibn Muawyah	<i>Ibne Muáuia (Moáuia)</i>
Ibn Mughith	<i>Ibne Muguite</i>
Ibn Nosseyr	<i>Ibne Noceir (Noçáir)</i>
Ibn Obeyd	<i>Ibne Obeide (Obaide)</i>
Ibn Sahibi-s-salat	<i>Ibne Sáhibe Açalá</i>
Ibn Saíd	<i>Ibne Saide</i>
Ibn Sakun	<i>Ibne Iacune. V. Gayan-</i> <i>gos, The History of</i> <i>the Muhammedan Dy-</i> <i>nasties in Spain, II,</i> <i>p. 43, do App. C.</i>
Ibn Salamah	<i>Ibne Salama</i>
Ibn Saleh	<i>Ibne Sáleh (Sálih)</i>
Ibn Salema	<i>Ibne Salama</i>
Ibn Salmah	<i>Ibne Salama</i>
Ibn Samail	forma errada : <i>Ibne Aço-</i> <i>máil</i>
Ibn Sefwan	<i>Ibne Safuane</i>
Ibn Sohaym	<i>Ibne Soháime</i>
Ibn Taxfin	<i>Ibne Taxfine (Texufine)</i>
Ibn Tumarta	<i>Ibne Tumarte</i>
Ibn Wamudin	forma errada : <i>Ibne Ua-</i> <i>nudine</i>
Ibn Wasir	<i>Ibne Uazir</i>
Ibn Yala	<i>Ibne Iála</i>
Ibn Yesid	<i>Ibne Iezide (Iazide)</i>
Ibn Zeiri	<i>Ibne Ziri</i>
Ibn Zeyad	<i>Ibne Ziade</i>
Ibn Zobeir	<i>Ibne Zobeir (Zobair)</i>
Ibnu Dhi-u-nun	<i>Ibne Dianune</i>
Ibnu-l-balensi	<i>Ibne Albalenci (i. é, o va-</i> <i>lenciano)</i>

Ibnu-l-haj	<i>Ibne Alhage</i>
Ibnu-l-hejaj	<i>Ibne Alhejage</i>
Ibnu Maksan	<i>Ibne Macçane</i>
Ibrahim	V. Ibn Ibrahim
Idris	<i>Idrice (Idriz)</i>
Idrisita	<i>Idricida</i>
Ielch	forma errada : <i>Ielbax</i> (<i>Elvas</i>)
Imam	<i>Imame</i>

J

Jafar	<i>Jáfár</i>
Jauhar	<i>Jáhuar</i>
Jelmanyah	<i>Julumània (Juromenha)</i>

K

Kaaba	<i>Caba</i>
Kadi	<i>Cádi (cade : alcalde)</i>
Kairwan	V. Al-kairwan
Kalat-al-nosor	<i>Calatanoçòr (calataño- sor)</i>
Kalat Ayub	<i>Calataiube (Calatayud)</i>
Karadji	<i>Carage</i>
Kasim	V. Abu-l-kasim
Kassba	<i>Cáceba (Alcaçova)</i>
Kassr Al-fetah	<i>Cácer Alfetah</i>
Kayid	<i>Caide (alcaide)</i>
Kedala	<i>Quedala (Cadala)</i>
Khalifa	<i>Califa</i>
Khalifado	<i>Califado</i>
Khayran	<i>Cairane</i>
Khotbah	<i>Cotba</i>
Koran	<i>Corane (alcorão)</i>

L

Lamtuna	<i>Lametuna</i> [n.º 3]
Lixbona	<i>Lixbuna</i> (<i>Lisboa</i>)
Lizan Eddin	<i>Liçane Adine</i>

M

Magerit	<i>Magerite</i> (<i>Madrid</i>)
Margec	<i>Margique</i> (<i>Maragique</i>)
Marida	<i>Mérida</i> [n.º 1]
Mazusa	<i>Mazuza</i> (<i>tribú berber</i>)
Mekka	<i>Meca</i>
Mirtolah	<i>Mértola</i>
Modharita	<i>árabes de Módar</i> (<i>tribú</i>)
Moghreb	V. Moghreb al-aksa
Moghreb-al-aksa	<i>Magrebe Alacça</i>
Mohhadi	Não o subemos identi- ficar
Mohammed	V. Abu Mohammed
Mosarabe	<i>Mozárabe</i>
Mossameda	<i>Masmuda</i>
Mostarabe	<i>Mocetárabe</i>
Muizz	<i>Muíze</i> (<i>Moíze</i>)
Muntajech	<i>Muntajex</i> (<i>Montánchez</i>)
Musa	<i>Muçã</i>
Mussulmano	<i>Muçulmano</i>

N

Nahar Hagir	Nome errado, tirado de Conde [Parte 3. ^a , cap.
-------------	---

XVI], que converteu em nome próprio de rio o seguinte passo do *Cartaz*: ... (o rio de Badajoz, o qual) *rio separava* (os dois exercitos) [Tornberg, *Annales regum Mauritaniae*, p. 94, do texto árabe]

O

Obeydullah	<i>Obeide Alah</i>
Odhrach	<i>Odra</i>
Okbah	<i>Ocha</i>
Oksonoba	<i>Ocsonoba</i> (<i>Ossonoba</i>)
Omar	<i>Omar</i>
Ommyada	<i>Omiada</i> , <i>Omaíada</i>
Oran	<i>Orane</i> (<i>Orão</i>)
Othman	<i>Othane</i>

R

Rabat-Alrihanat	<i>Rebate Arrihana</i> (i. é, eremitério de <i>Arrihana</i>)
Rottat al-yahud	<i>Ruta Aliahude</i> (<i>Rota-</i>) (i. é., <i>Rota dos Judeus</i>)

S

Seddaray	<i>Ciderai</i> (<i>Cideré</i>)
Seyfu-al-daulah	<i>Ceife adaula</i>

Seyr
Sheberina

Cir
forma errada : *Xirba*,
Xerba (*Xirbia*, *Xer-*
bia) [Serpa]. V. *Os*
árabes nas obras de
A. Herculano, p. 67

Sid Ray
Sobha
Suleyman
Sus

V. *Seddaray*
Sóbeh [n.º 3]
Soleimane
Suce (*Suz*)

T

Tabira
Tadjibita
Takerna
Tarik
Temim
Thalebah
Thogor
Thuabah
Tlemcen
Tordjala
Tynmal

Tabira (*Tavira*)
Togívida
Táquerna (tribu berber)
Tárique
Tamime (*Temime*)
Tálaba (*Táleba*)
Togor (i.é, *as fronteiras*)
Tuaba
Tlemecene (*Tremecem*)
Torjala (*Trujilo*)
Tinemal (*Tinemelet*)

U

Umeyyah

V. *Beni Umeyyah*

V

Vadheh

Uadih (*Uadéh*)

W

Wali	<i>Uáli (Uale)</i>
Wali-al-hadi	<i>Uáli (Uale) alahde</i>
Wasir	<i>Uazir (Alvasil)</i>

X

Xerixa	<i>Xerix (Xarix) [Xerez]</i>
--------	------------------------------

Y

Yacub	V. Ibn Yacub
Yadu	<i>Yádu</i>
Yalya	V. Ibn Yahya
Yemen	<i>Iámene (Iémene)</i>
Yobaxter	forma errada : <i>Bobastro</i> .
	V. Bixter
Yusuf	<i>Iüçufe</i>

Z

Zahra	V. Azzahrat
Zalaka	<i>Zalaca</i>
Zanagah	<i>Zanaga (i. é, Sanhaja, tri- bu berber).</i>
Zawaia	<i>Záuia (azoia)</i>
Zeiry	V. Ibn. Zeiri
Zeneta	<i>Zeneta</i>
Zintiras	forma errada. V. Chintra

3.

**Lista dos nomes dos meses do calendário
muçulmano por sua ordem.**

Estes nomes occorrem frequentemente na *História de Portugal*. São os seguintes :

Muhárrame	30 dias	Rágebe	30 dias
Sáfar	29 »	Xabane	29 »
Rabí 1. ^o	30 »	Ramadane	30 »
Rabí 2. ^o	29 »	Xaual	29 »
Jumada 1. ^o	30 »	Dulcada	30 »
Jumada 2. ^o	29 »	Dulhija	29 ou 30 »

O ano muçulmano é lunar, de 354 dias, ou 355 nos anos bissextos; os meses são de 30 e 29 dias alternativamente, mas o último é de 30 nos anos bissextos. O nosso ano solar de 365 ou 366 dias não corresponde, pois, exactamente ao ano muçulmano, visto haver entre elles uma differença de 10, 11 ou 12 dias.

**Quadro das transcrições mais vulgares nas
línguas mais importantes para portuguezes.**

É facil de comprehender a diversidade de formas que apresentam os mesmos nomes árabes nas diferentes línguas da Europa. Cada língua transcreve esses nomes segundo o seu génio próprio; não pode, pois, a transcrição usada numa servir inteiramente para qualquer outra, sem prévia adaptação.

Para os indivíduos que ignorem a língua árabe e queiram em estudos sobre o período árabe dar uma

ortografia simplificada dentro do génio da língua portuguesa, como se fez para a lista que precedeu, inserimos a seguir um quadro das transcrições mais vulgares nas cinco línguas mais importantes para um autor português : francês, inglês, alemão, italiano e espanhol. Por êle se verá a correspondência e equivalência de transcrições idioma a idioma, e se obterá assim uma forma portuguesa correcta. Neste quadro os algarismos indicam o número de ordem do alfabeto árabe.

Desejariamos dar também um quadro das translitterações usadas nos trabalhos dos especialistas, mas são diversos os sistemas adoptados e por isso preferimos omiti-las.

<i>Francês.</i>	<i>Inglês.</i>	<i>Ale- mão.</i>	<i>Italiano.</i>	<i>Espa- nhol.</i>	<i>Portu- guês.</i>
4. th	th	th	th	t, ts	t
5. dj	j	dsch	gi a, o, u g e, i	ch, y	j
7. kh	kh	ch	kh	j	c, qu-
9. dh	d	dz	dz, dh	dz, d	d
12. s, ss	s	s, ss	s	ç, s	ç
13. ch	sh	sch	sci a, o, u se e, i	x	x
14. s, ss, ç	s	s, ss	s	s	ç
15. dh	dh, d	dh, d	dh, d	dh, d	d
16. t	t, th	t, th	t	t	t
17. th, z	z	z	z	th	d
19. gh, r rh)	gh	gh	gh	gh, g	g
21. k, q, c	k	k	k, q	k, q, c	c, qu-
22. k, c	k	k	k	c, q	c, qu-
23. w	w	w	w	w, u	u
24. y	y	y, j	y	y, i	i

A letra 18. (*aine*), que não tem correspondência nas línguas europeas, é muitas vezes transcrita pelo espírito áspero dos gregos : ' *Alī* : *Alī*. Pelo contrário, o espírito brando corresponde á *hàmeza* : *Alma* 'mūn : *Almamune*.)

As vogais longas são indicadas assim : *â, î, û, á, í, ú*, ou *ã, ã, õ*. Deve substituir-se o sinal ou sinais da quantidade pelo acento tónico, de conformidade com as leis da acentuação portuguesa : Al-Maqrîzî : *Almacrizt*.

Esta tabela de valores não é completa ; damos apenas as transcrições mais vulgares, pondo de parte, como dissemos, as transliteraões dos especialistas.

III

INDICE ANALITICO DE MATERIAS

*Este índice não é exhaustivo : contem apenas a matéria principal do texto e das notas finais da **História de Portugal**.*

Os termos e expressões registados conservam a ortografia de Herculano, mas na redacção emprega-se a ortografia official.

Os algarismos romanos indicam o volume e os árabes a página dêle.

Algumas datas dos fastos dos soberanos portuguezes estão entre parêntese quadrado para indicar a incerteza delas.

A

<i>Abbad Al-mutadhed-billah</i> , amir de Sevilha . . .	I, 185
<i>Abbad</i> es dos <i>abbades</i> , título dos superiores dos monges de Cluni.	II, 28
<i>Abbeville</i> (João de), legado de Gregório IX na Hespanha para pôr ordem nos negócios da Igreja.	IV, 203-205, 345-347
<i>Abd-el-halim</i> , sua narração do cêrco de Santa-rêm de 1184.	III, 121
<i>Abdu-l-aziz</i> , filho de Musa, suas conquistas na Hespanha	I, 101 e 106
- desbarata Theodemiro na batalha de Lorca.	I, 104
- é nomeado governador da Hespanha por seu pai.	I, 106
- toma por mulher Egilona, viuva do rei Rodrigo	I, 106
- é assassinado por ordem do califa Suleyman.	I, 106
<i>Abdu-l-aziz Abu-l-hasan</i> , senhor de Valência . .	I, 183
<i>Abdu-l-hamed</i> , general de Omar Ibn Hafssun, vence as forças de Mohammed	I, 140
<i>Abdu-l-kader</i> , general de Hixam. I	I, 121
<i>Abdu-l-kerim</i> , general de Hixam. I	I, 121
<i>Abdullah</i> , amir de Córdova	I, 142-144
— guerras civis.	I, 142-143
— guerra com Omar Ibn Hafssun	I, 143-144
— filho de Abdu-r-rahman I, subleva-se contra seu pai.	I, 152
— nome provavel do alcaide de Silves no cêrco a esta cidade.	III, 188
<i>Abdullah Ibn Isak</i> , amir de Maiorca.	III, 262
— sua morte.	III, 262
<i>Abdullah Ibn Isak Ibn Jami</i> , desbarata uma armada portuguesa em 1180 (ou 1181)	III, 113-114
<i>Abdullah Ibn Mezdeli</i> , fronteiro almorávida desbaratado pelo rei de Aragão	II, 85

<i>Abdullah Ibn Yasin</i> , missionário entre as tribus de Zanagah.	I, 187
<i>Abdu-l-malek</i> , general de Hixam I.	I, 121
- filho de Al-manssor, é enviado contra os muçulmanos d'Africa e toma o título de Al modhaffer.	I, 162
- desbarata Zeiry Ibn Atiyah.	I, 164
- sucede a seu pai no cargo de primeiro ministro	I, 166
- expedição contra os cristãos e sua morte.	I, 166
<i>Abdu-l-malek Ibn Kattan Al-fehri</i> , governador da Hespanha.	I, 112-113
<i>Abdu-l-mumen</i> , discípulo de Ibn Tumarta.	II, 161
- imam depois da morte de Ibn Tumarta	II, 162
- amir-al-muminin.	II, 162
- campanha contra Taxfin.	II, 203
- cerca e toma a cidade de Marrocos em 1147.	II, 204
- manda um exército contra os andaluzes revoltados	III, 54
- manda um exército contra Affonso I.	III, 75
- sua morte em 1163.	III, 81
<i>Abdu-l-ruf</i> , general de Abdu-r-rahman, toma Toledo reyoltado.	I, 133
<i>Abdu-l-wahed</i> , é aclamado imperador de Marrocos.	IV, 180
<i>Abdu-r-rahman</i> , V. <i>Abdu-r-rahman Ibn Abdillah</i>	
- V. <i>Abdu-r-rahman Ibn Muawiyah</i>	
- filho segundo de Al-manssor, sucede a seu irmão Abdu-l-malek no cargo de primeiro ministro	I, 167
- é declarado successor do califa Hixam II.	I, 167
- Mohammed vence-o, depõe Hixam II e declara-se califa.	I, 167-172
- irmão do califa Mohammed, sucede a Abdu-r-rahman Ibn Mohammed.	I, 177
<i>Abdu-r-rahman II</i> , amir de Córdoba.	I, 128-135
- toma o apelido de Al-modhaffer.	I, 128
- lutas com Abdullah pretendente ao trono.	I, 128-129
- vence os aquitanos.	I, 129-130
- guerras com os cristãos das Astúrias	I, 130
- guerras civis : Mérida e Toledo.	I, 130-133
- primeiras expedições dos normandos nas costas da Península.	I, 133-135
<i>Abdu-r-rahman III</i> , amir de Córdoba.	I, 144-155

- Abdu-r rahman III*, toma o título de califa . . . I, 144-145
- guerras civis . . . I, 145-147
- guerras com os cristãos . . . I, 147-148
150 153 e 207-209
- conquistas no norte d'África . . . I, 149 150 e 153
- levantamento de seu filho Abdullah . . . I, 152
- sua grande reputação no mundo . . . I, 153 e 155
- guerras em Africa com os fatímidas . . . I, 154
- apreciação do seu reinado . . . I, 154-155
- Abdu-r-rahman Al-modhaffer*, filho do amir de
Córdova Abdullah, é enviado contra seus
irmãos revoltados . . . I, 142
- governador de Mérida . . . I, 144
- guerra com Omar Ibn Hafssun e seus
filhos . . . I, 145-147
- guerra com os cristãos . . . I, 151
- Abdu r rahman Al-mutref*, V. *Abdu-r rahman Al-
modhaffer*.
- Abdu-r-rahman Ibn Abdillah*, governador da Hes-
panha . . . I, 110
- conquistas além dos Pireneus e batalha
de Poitiers em que foi vencido e morto. I, 110-111
- Abdu-r-rahman Ibn Abdillah Al-ghafeki*, gover-
nador da Hespanha . . . I, 108-109
- Abdu-r-rahman Ibn Moammed*, V. *Abdu r rahman III*.
- Abdu-r-rahman Ibn Mohammed*, disputa o cali-
fado a Aly Ibn Hamud . . . I, 175-177
- Abdu-r-rahman Ibn Muawiyah*, fundador da di-
nastia dos omíadas de Córdova . . . I, 116-120
- lutas com o governador d'África, Al-'ala
Ibn Mughith . . . I, 117
- conquistas de Carlos Magno na Penín-
sula . . . I, 118-119
- revolta de Mohammed Abu-l-aswad . . . I, 119
- funda a mesquita de Córdova . . . I, 120
- Aboim (D. João Peres de)*, V. *Peres de Aboim
(D. João)*.
- Abrantes*, castelo cercado pelos almôhadas
em 1179 . . . III, 112
- Abu Abdullah*, V. *Abdullah*, alcaide de Silves.
- governador de Toledo, eleito pelos toleda-
nos revoltados . . . I, 138, 139, 140
- Abu Abdullah Ibn Wasir*, invade o Alentejo
em 1191 . . . III, 212

- Abu Abdullah Ibn Wasir Ach Chelbi*, governador de Alcácer em 1217. IV, 78-79
- converte-se ao cristianismo e foge de Alcácer. IV, 94
- Abu-bekr*, amir dos almorávidas, sucessor de Abu Zakaria Yahya. I, 188
- Abu Hafss*, capitão do exército mandado em socorro de Badajoz. III, 97
- Abu Imram Musa Ibn Said*, general de Abdu-l-mumen na conquista do ocidente da Península. II, 211
- Abu-laata*, é aclamado imperador de Marrocos. IV, 213
- Abu-l-hassan Aly*, V. Aly.
- Abu-l-khattar Husam*, governador da Hespanha. I, 114
- Abu Mohammed*, governador de Saragoça. II, 74
- alcaide de Évora. III, 29
- V. Aladel.
- Abu Mohammed Abdullah Ibn Hafss*, general de Abdu-l-mumen que vence Affonso I no Alentejo em 1161. III, 75
- Abu Mohammed Ibn Abi Abdullah Al-bayesi*, governador de Baeza, alia-se com Fernando III, de Castela. IV, 181-182
- Abu Othman*, é enviado com uma frota ao Tejo para atacar Lisboa revoltada. I, 142
- desbarata as tropas de Omar Ibn Hafsun. I, 143
- Abu Said*, filho de Abdu-l-mumen, toma Almeria em 1157. III, 71
- governador de Granada. III, 75
- Abu Taher Temin*, general do exército que Aly Ibn Yusuf mandou a Hespanha contra os cristãos. I, 254
- cerco e batalha de Uclés. I, 254-255
- Abu Yacub*, V. Yusuf Abu Yacub.
- Abu Yacub Al-mostanser Billah*, imperador de Marrocos, abandona o governo do império aos seus validos. IV, 72-73
- deploravel estado do império. IV, 99-100
- sua morte. IV, 180
- Abu Yacub Ibn Taxfin*, V. Abu Yacub Yusuf.
- Abu Yacub Yusuf*, amir dos almorávidas. I, 188
- funda a cidade de Marrocos. I, 188
- os amires de Andaluz pedem o seu auxilio contra Affonso VI, de Leão. I, 188-189, 245-246

- Abu Yacub Yusuf*, batalha de Zalaka em que
 èle desbarata os cristãos I, 247-250
- vantagens dos muçulmanos contra os cris-
 tãos depois da batalha de Zalaka I, 250-252
- depõe os amires do Andaluz I, 252-253
- associa ao governo seu filho Aly II, 21
- faz-se senhor de toda a Hespanha mu-
 çulmana II, 21
- toma providências para a defesa dos
 seus domínios II, 21
- sua morte em 1106 II, 25
- Abu Yahya*, V. *Umeyya Ibn Isak Abu Yahya*.
- Abu Zakaria*, alcaide de Santarém II, 208
- desbarata os templários em Soure em
 1144 II, 208
- Abu Zakaria Yahya*, amir dos almorávidas . . . I, 187-188
- Açafa*, Sancho I doa os seus territórios aos tem-
 plários III, 238
- Achbuna*, V. *Lixbona*.
- açougagem*, direito de consumo . VIII, 220-225, 232-233, 235-241
- açougue*, que era nos séculos XII e XIII VIII, 220
- açougueiros*, agentes do fisco VIII, 229
- açoutes*, pena allitiva VIII, 172-177
- actuarios*, V. *escribas*.
- adail*, funcionário subalterno nos concelhos per-
 feitos VII, 332-334
- Adaulfiz* (*Vellito*), V. *Vellito Adaulfiz*.
- Ad-dakhel*, epíteto de *Abdu-r-rahman Ibn Mua-
 wiyah* I, 112
- Adhdhafir*, V. *Abu Mohammed Ibn Abi Abdullah
 Al-bayesi*.
- Adhelard*, V. *Allardo*.
- Adosinda*, mulher de Silo e filha de Affonso I . . . I, 192
- adscriptos*, classe de servos durante a reacção
 cristã VI, 159-161, 327-330
- advogados*, sua nomeação no processo judicial
 nos concelhos perfeitos VIII, 130-131
- Affonso*, infante de Molina, apossa-se do castelo
 d'Alva em território português, aprovei-
 tando as desordens do reino IV, 268
- Affonso I*, rei das Astúrias I, 191
- guerra com os muçulmanos I, 191
- Affonso II*, rei das Astúrias I, 193-194
- guerras com os muçulmanos I, 194
- estabelece a capital em Oviedo I, 194

<i>Affonso II</i> , progressos da civilização no seu reinado.	I, 194
<i>Affonso III</i> , o Grande, rei de Oviedo	I, 196-200
— guerras com os vascónios.	I, 196-197
— guerras com os muçulmanos	I, 197-199
— tentativa para se assenhorear de Toledo	I, 199
— rebelião de seus filhos e sua abdicção.	I, 200
<i>Affonso IV</i> , rei de Leão	I, 203-204
<i>Affonso V</i> , rei de Leão.	I, 219-224
— regência de sua mãe Elvira.	I, 219
— guerras com Al-maissor e Abdu-l-malek Al-modhaffer	I, 219-221, 223-224
— guerra com o conde de Castela, seu tio, Sancho Garcez.	I, 222-223
— sua morte.	I, 224
<i>Affonso VI</i> , rei de Leão, sua accessão ao trono.	I, 234
— guerras com seu irmão, Sancho, de Castela.	I, 235-236
— veste a cogula no mosteiro de Sahagun e depois refugia-se em Toledo.	I, 236
— depois da morte de Sancho, é aclamado rei de Leão e Castela	I, 238
— apodera-se traiçoeiramente da Galiza e de Portugal.	I, 239
— socorre a Al-mamon, rei de Toledo, seu protector, contra os muçulmanos de Sevilha.	I, 239-240
— alia-se a Ibn Abbad, rei de Sevilha, e casa com sua filha, Zaida	I, 241-242
— guerra com os muçulmanos de Toledo.	I, 241-242
— cêrco e tomada de Toledo.	I, 242-244
— estabelece em Toledo a capital do reino.	I, 244
— os amires do Andaluz resolvem pedir o auxilio dos almorávidas contra êle.	I, 245-246
— batalha de Zalaka ou Sacralias, em que êle é desbaratado pelos almorávidas	I, 247-250
— vantagens dos muçulmanos contra os cristãos de Leão e Castela.	I, 250-252
— apossa-se dos territórios até á foz do Tejo.	I, 253, II, 14
— batalha de Uclés e morte de seu filho Sancho.	I, 254-255
— sua morte em 1109.	II, 32-33

Affonso VI, declara D. Urraca sua herdeira ao trono	II, 33
Affonso VII, rei de Leão e Castela : sua accessão ao trono	II, 117
- tratado de paz e amizade com D. Theresa	II, 117
- guerra com Affonso I, rei d'Aragão	I, 117-118
— invade Portugal e vence D. Theresa	II, 119
- cerca Affonso Henriques em Guimarães	II, 123
- pretensões ao domínio eminente de Portugal	II, 137
- guerras com vários príncipes	II, 138
- manda tropas galegas contra Affonso I	II, 138
— extensão dos seus domínios	II, 145-146
- é aclamado imperador nas côrtes de Leão de 1135	II, 146
- procura estabelecer a boa administração nos seus estados	II, 146
- declara guerra a Navarra e toma Rioja	II, 147
— declara guerra ao Aragão e toma Saragoça	II, 148
- desbarata Garcia, rei de Navarra	II, 156
- retoma Tuy a Affonso I e prepara-se para invadir Portugal	II, 156
— faz paz com Affonso I	II, 157
- invade e devasta o território dos mulmanos em 1138	II, 161
- põe cêreo ao castelo de Aurelia em 1139	II, 161
— conquista Aurélia	II, 165
- invade Portugal em 1140 por Arcos de Valdevez	II, 177
— encontro em Valdevez com Affonso I	II, 178-180
— paz com Affonso I	II, 180
— faz grandes preparativos de guerra contra o rei de Navarra em 1140	II, 185
— aceita a paz com êle	II, 185
- toma Cória em 1143	II, 187
— devasta os distritos de Carmona, Córdova e Sevilha	II, 187
— reconhece o título de rei a Affonso I	II, 188
- dá-lhe o senhorio de Astorga	II, 188
— queixa-se ao papa em 1145 de que tivesse	

- accitado a homenagem de Affonso. II, 195, 197-198, 308-309
- Affonso VII*, queixa-se de que o arcebispo de Braga não reconhece a primazia de Toledo II, 198
- sua morte em 1157. III, 68
- os seus estados são divididos entre os dois filhos. III, 68
- conquistas no norte do Andaluz III, 70-71
- Affonso VIII*, rei de Castela, invade o Andaluz e toma várias cidades. III, 196
- os castelhanos invadem o Andaluz e chegam até Algezirás III, 221
- invoca o socorro de todos os príncipes cristãos da Península III, 221
- é vencido na batalha de Alarcos em 1125. III, 222
- faz aliança com o rei de Portugal. III, 224-225
- guerra com Navarra. III, 230
- guerra com Leão. III, 230
- guerra com os muçulmanos do Andaluz. IV, 25-26
- prepara-se para acometer Annasir IV, 26-30
- batalha de Navas de Tolosa em 1212. IV, 30
- depois desta batalha, prossegue a guerra contra os muçulmanos. IV, 60
- sua morte IV, 60
- Affonso IX*, rei de Leão, é aclamado em 1188. III, 154, 331-332
- alia-se com Affonso VIII, de Castela, em 1188. III, 156
- é armado cavaleiro em Carrion. III, 156
- desposa D. Theresa, filha de Sancho I, em 1191 III, 210
- repudia sua mulher por mandado do papa. III, 218
- é excomungado pelo papa. III, 219
- faz aliança com o imperador de Marrocos. III, 225
- guerra com Castela III, 226
- pede a paz aos reis aliados contra êle, prometendo casar com Berengaria, filha do rei de Castela III, 229
- nova guerra com Castela. III, 230
- o papa manda-lhe que repudie Berengaria sob pena de excomunhão. III, 233
- cerca Bragança em 1199. III, 242

- Affonso IX*, cobre de povoações acasteladas os
seus territórios das margens do Coa. . . III, 275-276
- toma Alcântara e cerca inutilmente Cáceres, pertencentes aos muçulmanos . . . IV, 60
 - guerra com Castela IV, 98
 - doa ao arcebispo de Braga o couto de Ervededo em Límia IV, 113
 - invade Trás-os-Montes e toma Chaves, cujo senhorio conservou depois da paz IV, 124-126
 - os seus generais ganham a batalha de Tejada contra os muçulmanos. IV, 182
 - várias expedições desde 1218 até 1226 contra os muçulmanos. IV, 182-183
 - transpõe o Tejo e devasta as imediações de Badajoz IV, 188, 189-190
 - são portugueses os seus mordomo mór e alferes-mór. IV, 212
 - toma Cáceres em 1229 IV, 212
 - toma Montanches, Mérida e Badajoz em 1230 IV, 212-214
 - desbarata Ibn Hud. IV, 214
 - sua morte em 1230. IV, 215-216
 - deixa o trono a suas duas filhas. . . . IV, 216-217
 - seu filho Fernando III, rei de Castela, pretende á sua sucessão e consegue ser reconhecido rei de Leão IV, 217-221
- Affonso*, infante de Castela, depois *Affonso X* :
- guerra de Mércia V, 65
 - Sancho II, rei de Portugal, faz-lhe muitas mercês. V, 66
 - Sancho II pede-lhe socorro V, 66
 - intercede por Sancho II junto do papa. . . V, 67
 - resposta evasiva do papa V, 67-68
 - invade Portugal pelas fronteiras do Cima-Coa em socorro de Sancho II em 1247. V, 70, 288-290
 - expõe novamente ao papa a série de violências e injúrias feitas a Sancho II. . . V, 74
 - o papa manda frei Desidério para julgar dos factos ineriminados e providenciar. V, 74-76
 - nenhum resultado da sua intervenção a favor de Sancho II. V, 76
 - recontro de Leiria entre os castelhanos e as tropas do infante Affonso, depois Affonso III. V, 76-77

- Affonso, Ibn Mahfot* cede-lhe o senhorio dos seus domínios V, 100-101, 293-302
- pretende realizar pelas armas a posse d'esses domínios. V, 101
 - guerra com Affonso III V, 102
 - Affonso III reconhece a validade da doação de Ibn Mahfot. V, 103
- Affonso X, rei de Castela* : succede a seu pai em 1252 V, 106
- prepara-se para a guerra de Marrocos. V, 106
 - renovação das suas pretensões ao senhorio do Algarve e guerra entre Portugal e Castela V, 107-112, 302-305
 - paz e convénio com Affonso III e condições da reconciliação V, 111-112
 - casamente de sua filha Beatriz Guillen com Affonso III V, 111
 - restauração da sé de Silves V, 113
 - Affonso III* espolia-o do usufruto do Algarve V, 129-131, 306-310
 - razões da sua inacção perante esta quebra das convenções anteriores. V, 131-132
 - sua situação desafogada e preponderante na Península V, 141-142
 - assédio e tomada de Niebla em 1267 V, 142-143, 310-312
 - recobra o usufruto do Algarve. V, 143-144
 - levantamento dos mouros pouco antes submetidos ao seu domínio e guerra com Granada V, 161-163
 - novas contendas com Affonso III por causa do domínio do Algarve. . . . V, 160, 163-165
 - acôrdo definitivo dos dois soberanos sobre esse domínio V, 165-167, 320-322
 - faz cessão solene em 1264 a Affonso III das regalias que no anterior tratado reservara para si, salvo da obrigação dasão lanças. V, 177
 - preparativos para a guerra contra os muçulmanos. V, 177-178
 - cede do senhorio do Algarve pela convenção de Badajoz de 1267 V, 181-184
- Affonso I, rei de Aragão, apelidado o hidador* II, 35
- seu casamento com a rainha de Leão e Castela, D. Urraca. II, 35

<i>Affonso I</i> , seu divórcio	II, 35
— violências contra os prelados seus inimigos	II, 35
põe alcaides aragoneses nos logares fortes de Castela	II, 35-36
— invade a Galiza	II, 36
— toma o castelo de Monteroso	II, 36
— acto de crueldade aí praticado	II, 36
— é expulso da Galiza e de Leão	II, 37
— dissensões com sua mulher, D. Urraca	II, 39
— congracamento dos dois esposos	II, 39
— vence os galegos em Fonte d'Angos ou Viadangos	II, 50
— faz tréguas com D. Urraca	II, 66
— toma Tudela e cerca Saragoça	II, 71
— desbarata Ibn Mezdeli	II, 85
— apossa-se de Kalat Ayub	II, 86
— conquista Saragoça em 1118	II, 86
— guerra com Affonso VII	II, 117-118
— é vencido pelos muçulmanos na batalha de Fraga	II, 145
<i>Affonso I</i> , rei de Portugal	II, 112-222, III, 7-112
— sua infância	II, 112-113
1111, data do seu nascimento	II, 114, 259-261
— arma-se cavaleiro em Zamora	II, 114
— é cercado em Guimarães por Affonso VII	II, 123
— primeiras tentativas de rebelião contra sua mãe	II, 123
— seu retrato aos 17 anos	II, 125-126
1128, rebela-se contra sua mãe	II, 126, 128, 266-270
— vence sua mãe na batalha de S. Mamede	II, 128
— expulsa sua mãe de Portugal	II, 129
1130, penetra á mão armada na Galiza	II, 137-139
— seu carácter	II, 142-143
— invade o território de Límia e é desbaratado	II, 144
— nova invasão e vence os leoneses	II, 144
— edifica o castelo de Celmès	II, 144
— aliança com o rei de Navarra, Garcia Ramires	II, 148
1137, penetra na Galiza e toma Tuy e outros castelos e terras	II, 150
— volta aos seus domínios	II, 150
— vence a batalha de Cerneja	II, 151
— manda edificar o castelo de Leiria	II, 152

- 1137, paz e convénio celebrado em Tuy com Affonso VII II, 157-159
- 1139, em maio faz preparativos militares. II, 167
- em julho marcha para o meio-dia do seu país, transpõe o Tejo e toma a direcção de Silves II, 167-168
- ganha a batalha de Ourique II, 173
- 1140, invade a Galiza pelo lado de Tuy II, 175
- é ferido de uma ascuma II, 176
- insucesso da campanha da Galiza II, 176
- desbarata o conde Radimiro II, 177-178
- os muçulmanos tomam e destroem Leiria e Trancoso II, 180-181, 287-289
- desbarata os muçulmanos que haviam tomado Trancoso II, 181
- infante no tempo de sua mãe e depois. II, 184
- príncipe II, 184
- os portugueses chamam-lhe rei II, 184
- aceita este título em 1140 II, 185, 289-294
- reedifica o castelo de Leiria. II, 186
- tentativa contra Lisboa ajudado dos cruzados que iam para o Oriente II, 186
- manda edificar o castelo de Germanelo II, 187
- Affonso VII reconhece-lhe o título de rei. II, 188
- recebe o senhorio de Astorga. II, 188
- 1143, faz homenagem do seu reino ao papa. II, 192
- promete pagar o censo anual de quatro onças de ouro, êle e os seus successores. II, 192, 294-308
- 1144, o papa aceita a homenagem do seu reino. II, 193
- tratado de *dux portugallensis* pelo papa II, 194
- renuncia a engrandecimento territorial ao norte e leste das fronteiras portuguesas, e todo o seu esforço é para o sul. II, 199
- as suas conquistas sôbre os muçulmanos são facilitadas pelo estado de gangrena dêles. II, 200-201
- 1145, vai em socorro de Ibn Kasi e com êle penetra nos distritos de Beja e Mérida. II, 209
- regressa ao seu país II, 210
- os habitantes da provincia de Belatha fazem-se-lhe tributários. II, 212
- o seu casamento. II, 213
- 1147, medita a conquista de Santarem. II, 216

1147, plano da conquista	II, 218-220
— toma Santarém	II, 220-222
— medita a conquista de Lisboa	III, 7-8
— ajusta com os cruzados servirem-no na empresa contra Lisboa	III, 11
— cerca Lisboa com um poderoso exér- cito	III, 13
— acôrdo com os cruzados para a conquista de Lisboa	III, 17-20
— propõe aos moradores de Lisboa uma ca- pitação vantajosa	III, 20-21
— Lisboa rende-se	III, 46-51
— tentativa audaciosa contra Alcácer	III, 57
— modo como elle tomava os castelos dos muçulmanos	III, 58-59
— distribue as terras conquistadas pelas or- dens de cavalaria, corporações monás- ticas e homens d'armas	III, 61
1151 ou 1152, vai sitiar Alcácer ajudado de uma armada de cruzados ingleses, sem resultado	III, 65
1157, nova tentativa contra Alcácer ajudado de uma outra armada de cruzados	III, 66
1158, toma Alcácer	III, 67
1159, conquistas no Alentejo	III, 72
— filhos que teve de D. Mafalda	III, 73
1160, encontra-se em Tuy com Affonso II, de Aragão, para celebrar o casamento de D. Mafalda, sua filha	II, 73
— conferência em Celanova com Fernan- do II, de Leão	III, 74
1161, é desbaratado no Alentejo pelos almo- hadas	III, 75
1166, conquista Moura, Serpa, Alconchel, Truxillo, Cáceres, etc	III, 82
— reedificação do castelo de Coruche	III, 82
— dissensões com Fernando II, de Leão . .	III, 84-85
— manda seu filho Sancho contra Ciudad Ro- drigo	III, 86-87
[1167], invade a Galiza e sujeita uma parte . .	III, 88
— manda edificar o castelo de Cedofeita . .	III, 89
— nomeia o conde Velasco alcaide de Cedo- feira	III, 89
— acomete Badajoz	III, 90-91

- [1167], **Fernando II**, de Leão, desbarata-o e fá-lo prisioneiro em Badajoz. III, 92-93
- obtem a liberdade a trôco dos territórios que tomara a Fernando II III, 94
- vai convalescer para as caldas de Alafões III, 95
- doa aos templários a terça parte de tudo o que elles pudessem povoar e adquirir no Alentejo III, 95
- doa aos mesmos o castelo de Cera e os territórios cortados pela Nabão e pelo Zézere. III, 95
- 1171, é cercado em Santarém pelos almôhadas. III, 99
- Fernando II corre em seu socorro. III, 99
- faz tréguas com os muçulmanos. III, 100-101
- [1170], arma cavaleiro seu filho Sancho III, 103
- associa Sancho ao governo. III, 104, 316-317
- paz completa no seu reinado desde 1171 até 1178. III, 105
- 1178, seu filho Sancho invade a Andaluzia e vai contra Sevilha. III, 105-108
- 1179, Ibn Mardanix ataca Lisboa com uma frota de almôhadas III, 108
- Alexandre III confirma-lhe o título de rei. III, 109-III, 318-320
- Yacub invade Portugal e cerca Abrantes. III, 112
- 1180, os almôhadas destroem Coruche. III, 112
- 1184, cêreo de Santarém. 119-125
- 1185, sua morte III, 128
- seu carácter. III, 129-134
- Affonso II*, rei de Portugal. IV, 8-158
- 1211, sua accessão ao trono. IV, 8
- convoca côrtes em Coimbra. IV, 6
- resoluções das côrtes de Coimbra. IV, 9-13
- Julião, chanceler de seu pai, continua no mesmo cargo. IV, 10-11
- cumpre todas as disposições do testamento de seu pai no que respeitava ao clero. IV, 13
- 1212, o papa confirma-lhe a sucessão do reino. IV, 14
- suas irmãs pedem ao papa a confirmação dos legados de seu pai. IV, 15
- recusa cumprir as disposições do testa-

mento de seu pai no que respeitava a suas irmãs	IV, 15-18
1212, os infantes seus irmãos e vários fidalgos saem ou são expulsos do reino	IV, 16-1
— fundamento das suas pretensões na con- tenda com as irmãs	IV, 19
— contenda com D. Mafalda sôbre o senho- rio de Bouças	IV, 19-21
— contenda com D. Thereza e D. Sancha, suas irmãs, sôbre o senhorio de Aveiras, Montemor e Alenquer.	IV, 22-24, 32-51, 297-305
— manda tropas de socorro á batalha de Navas.	IV, 29, 31-32
— intima as irmãs a que lhe entreguem os castelos e vilas que possuíam	IV, 33
— perante a recusa delas, ataca-os mas em vão	IV, 34, 40
— guerra com Leão	IV, 35-39
— intervenção do papa na contenda com suas irmãs.	IV, 47-55
— conclusão favoravel ao rei do litigio com suas irmãs.	IV, 50-51
— Inocêncio III reclama o censo em dívida á santa sé.	IV, 50-58
— abuso das terras imunes, defraudando as rendas públicas	IV, 65-66
[1216], confirmações gerais	IV, 66-68
— dá aos freires d'Évora o logar de Aviz. . .	IV, 70
1217, uma armada de cruzados aporta a Lisboa.	IV, 77-78
— estado da fronteira sudoeste de Portugal em 1217.	IV, 78-80
— Sueiro propõe aos cruzados a conquista de Alcácer.	IV, 81
— os bispos de Lisboa e Évora pregam a guerra santa contra os infieis de Alcácer	IV, 82
— os portugueses e os cruzados cercam Al- cácer.	IV, 83-93
— os muçulmanos são desbaratados pelos portugueses a uma légua de Alcácer. .	IV, 85-91
— Alcácer rende-se os portugueses e aos cruzados	IV, 93
— não tomou parte na expedição de Alcá- cer	IV, 96
— percorria o reino confirmando conces- sões e anulando outras.	IV, 96-98

- 1217, suposta obesidade IV, 96
- efeitos pouco lisonjeiros que teve a conquista de Alcácer para dilatar o domínio português no moderno Alentejo. . . IV, 98
- procura alargar os limites do poder real e fazer avultar as rendas públicas. . . IV, 100
- confronto entre a política de seu pai e a sua neste respeito IV, 101-102
- 1218, Honório III confirma-lhe a posse da coroa. . . IV, 103
- concede os dízimos dos rendimentos reais aos bispos do reino IV, 103-104
- gravava o clero com oppressões de diferentes espécies. IV, 109, 308-311
- Gonçalo Mendes succede como chanceler a Julião. IV, 110
- queixas do clero contra o poder real. . . IV, 112-113
- viagem a Santiago IV, 114-115
- revoga muitas doações feitas á Igreja e aos seus membros. IV, 115
- 1219-1224, o arcebispo de Braga numa assemblea de prelados exproubra-lhe os seus actos contrários á justiça e á religião . . IV, 116
- repele com indignação as acusações e exerce grandes violências contra o arcebispo. . . IV, 116
- o arcebispo lança o anátema sobre elle e põe o interdito no reino. IV, 116
- Honório III toma as providências que o interesse do clero exigiam na contenda com o arcebispo de Braga. IV, 117-120
- não cede ás ameaças do papa. IV, 120-121
- 1220-1222, guerra com Martin Sanchez na fronteira de Galiza. IV, 121-126
- guerra com Affonso IX, de Leão, e perda de Chaves IV, 124 e 126
- proíbe a promulgação e aceitação das leis penais de Sueiro Gomes IV, 136, 313-319
- inquirições gerais de 1220 IV, 137-146
- era medida de difficil applicação e susceptível de violências e injustiças IV, 139-142
- como procediam os inqueridores IV, 142-143
- as inquirições descontentaram as classes privilegiadas IV, 143-146
- Honório III escreve-lhe uma carta em que de novo o ameaça e ao reino com penas

- maiores se não reparar os agravos feitos ao clero. IV, 146-147
- 1220-1222, desgostos com a cõrte de Castela. . . IV, 148
- cansado de lutar e decaído de saúde, procura congraciar-se com Estevam Soares. IV, 148-150
- reconcilia-se com Estevam Soares prometendo-lhe a satisfação dos seus agravos. IV, 150
- 1213, a sua morte. IV, 151
- o seu testamento. IV, 151-154
- más consequências das disposições do testamento relativas a regência do reino na menoridade de Sancho. IV, 154-155
- carácter do seu governo. IV, 155-158
- Affonso*, o infante, depois *Affonso III*. . . IV, 207, V, 247-28
- saí de Portugal para a cõrte de França. . . IV, 207
- os prelados portugueses descontentes de Sancho II pretendem elevá-lo ao trono. . . V, 24-28
- 1238, casa com a condessa Mathilde de Bologonha. V, 26-27
- seguiu algum tempo a cõrte da rainha Branca, sua tia. V, 27
- 1232, distingue-se na batalha de Saintes. . . V, 27
- [1244], primeiros passos dos chefes do clero para o atrair ao seu partido. V, 28
- circunstâncias externas favoráveis á empresa do príncipe e dos prelados conjurados. V, 28-29
- as circunstâncias internas não eram menos oportunas. V, 29-31
- 1245, Inocência IV aconselha e roga-lhe que parta em socorro da Terra Santa. . . . V, 33
- essa viagem é apenas um pretexto para apparecer em Lisboa, onde tinha partidários. V, 34
- o papa louva-o por querer vir guerrear o islamismo na Hespanha e concede-lhe e aos soldados portugueses que se unissem a êle as indulgências decretadas a favor dos que iam combater ao Oriente. V, 36
- bula de deposição de seu irmão, Sancho II, a seu favor. V, 47-49
- o arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra dirigem-se a Paris em 1245 para assentarem com êle as condições da empresa que se ia tentar. V, 49-50

- 1245, estipulações que elle devia guardar como regente do reino. V, 50-53
- desembarque em Lisboa, que se declarou logo por elle. V, 55
- toma o título de visitador e curador do reino. V, 55
- esforços dos seus amigos para fazer triumphar a tentativa do seu partido. V, 55-56
- alienação de bens da coroa para obter recursos. V, 56
- guerra com o rei Sancho II. V, 56-78
- Affonso III*, rei de Portugal. V, 86-278
- 1248, sua accessão ao trono. V, 86
- primeiros actos do seu reinado de politica judiciosa. V, 86-87
- estado calamitoso do país. V, 88
- preparativos para a conquista dos restos do Algarve. V, 89-90
- 1249, conquista dos restos do Algarve. V, 90-92
290-291
- 1250, doação de Porches ao seu chanceler, Estevam Annes, e de Albufeira á ordem de Aviz. V, 92
- Portugal atinge pelo meio-dia os seus limites naturais. V, 93
- Portugal e a reconquista cristã até 1249. V, 93-26
292-293
- origem e causas das contendas sôbre o senhorio do Algarve. V, 95-101
293-302
- Ibn Mahfot cede ao infante Affonso, de Castela, o senhorio dos seus domínios do Algarve. V, 100-101
293-302
- Affonso, de Castela, pretende realizar pelas armas a posse dos domínios que adquirira de Ibn Mahfot. V, 101
- representa a Fernando III contra o procedimento do filho. V, 101
- guerra com Affonso, de Castela. V, 102
- reconhece a validade da doação de Ibn Mahfot. V, 103
- desordens internas e providências para as reprimir. V, 104-105
- 1252-1253, renovação das pretensões de Affonso,

- de Castela, ao senhorio do Algarve e guerra com Castela V, 107-112, 302-305
- 1252-1253, medição do papa entre os dois príncipes em guerra. V, 110
- paz e convénio com Affonso, de Castela, e condições da reconciliação V, 111-112
- casamento com Beatriz Guillen, filha do rei de Castela V, 111
- 1254, novas dissensões com Affonso, de Castela, sobre o senhorio do Algarve. V, 113-115
- o estado interno do reino não melhorara com a revolução que o colocara no trono. V, 116-119
- contenda com o bispo do Porto, D. Julião. 116-118
- reúne côrtes em Leiria para reparar os males públicos. V, 120
- nelas tomam parte pela primeira vez os procuradores dos concelhos V, 120-124
- resoluções tomadas nestas côrtes V, 124-126
- intrigas dos partidarios de Sancho II foragidos em Castela para recuperarem os seus bens em Portugal. V, 126
- queixa-se ao papa de que Affonso, de Castela, queira intervir a favor dos partidários de Sancho II foragidos em Castela por uma forma violenta V, 126
- o papa atende as suas queixas V, 126
- liga dos reis de Aragão, Navarra e Portugal contra Castela V, 128, 305-306
- 1255, espolia Affonso, de Castela, do usufruto do Algarve V, 129-131, 306-310
- razões da inacção do rei de Castela perante esta quebra das convenções anteriores. V, 131-132
- tentativas de alteração da moeda para obviar á má situação económica do reino. V, 133-135
- jura não alterar o valor da moeda por praso certo a trôco de uma contribuição extraordinária V, 134-135
- repoeva de cristãos e dá foral a Aroche para servir de forte barreira na fronteira de sueste. V, 136
- 1255-1256, rápido incremento da população e comércio do Porto e contestações de ordem fiscal com o seu bispo V, 136-139

- 1255-1256, instituição do concelho de Gaia e partilha dos direitos d'entradas no Douro entre o bispo e a coroa V, 139-141
- Affonso, de Castela, recobra o usufruto do Algarve V, 143-144
- faz de Lisboa a capital do reino V, 145
- promove o progresso de Lisboa V, 146-147
- a riqueza pública toma grande desenvolvimento em Portugal V, 147-149
- instituição do concelho de Viana na foz do Lima V, 147
- estabelecimento das feiras V, 148
- redução das prestações em géneros a uma certa soma anual em dinheiro V, 151-152
- carácter fiscal dos seus forais V, 151, 313-319
- esta reforma fiscal facilitou e simplificou a percepção dos impostos V, 151
- os concelhos e outras povoações compravam por uma renda certa em ouro ou prata garantias e privilégios V, 152-154
- 1258, inquirições gerais V, 154-160
- 1261-1263, novas contendas com Affonso, de Castela, por causa do domínio do Algarve V, 160, 163-165
- acôrdo definitivo dos dois príncipes sobre esse domínio V, 165-167, 320-322
- 1261, pretende de novo quebrar moeda V, 168
- é obrigado a reunir còrtes em Coimbra para se definir o assunto V, 168
- resoluções tomadas nessas còrtes V, 169-170
- regras para o cunho da nova moeda V, 170-172
- importância destas còrtes V, 173
- sua primeira mulher, a condessa de Bologonha, representa ao papa contra o seu casamento com D. Beatriz V, 174
- o papa manda desfazer o ilícito consórcio e desobedecendo os réus fulminar o interdito contra elles V, 174
- representações do clero e dos povos ao papa para que anulasse o interdito e santificasse o consórcio dos dois príncipes V, 175-176
- 1264, Affonso, de Castela, faz cessão solene ao rei de Portugal das regalias que no anterior tratado se reservara no Algarve, salvo a obrigação das cincoenta lanças V, 177

- 1266, envia socorros de terra e mar ao rei de Castela na guerra contra os infieis sob o comando nominal do infante, D. Dinís. V, 178-179
- circunstâncias e consequências dêste successo V, 179-180
- 1267, obtém o senhorio pleno do Algarve pela convenção de Badajoz. V, 181-184
- limites definitivos de Portugal do lado do Alentejo tracados pela convenção de Badajoz. V, 182
- 1268, toma o título de rei de Portugal e do Algarve V, 184-185
- abandonara o título de conde de Bولonha em 1259 V, 184
- estado precário da fazenda pública. . . V, 186-187
- 1258-1265, providências para reprimir os abusos administrativos. V, 187-197
- proíbese aos nobres pousarem nos casais da coroa V, 188-189, 322-324
- reprimem-se os excessos dos delegados régios V, 190-192
- manda-se tomar conta de todos os herdamientos foreiros da coroa que os colonas riais houvessem vendido, doado ou testado V, 192-195
- regula-se a prestação do serviço das anuiduas V, 195-197
- algumas das leis promulgadas ofendiam os foros e liberdades da igreja, segundo o clero V, 197-198
- providências tomadas anteriormente a favor do clero. V, 198-200
- os prelados portugueses ao estalarem novas discórdias entre a coroa e o clero. V, 202-203
- alguns bispos saem de Portugal e dirigem-se á Italia. V, 204-205
- os prelados apresentam ao papa uma memória que continha as suas queixas contra o rei V, 205
- agravos feitos pelo rei aos povos e avaliação dêles. V, 206-208
- agravos feitos pelo rei á igreja e avaliação dêles V, 208-220
- algumas das acusações eram verdadeiras, como mostra o proceder dos dois vali-

- dos do rei, D. João Peres de Aboim e Estevam Annes, que se locupletaram á custa dos concelhos V, 220-229
- 1258-1265, usando de astúcia, êle faz transmitir ao papa uma declaração dos concelhos exaltando a sua administração e anuncia a intenção de tomar parte na cruzada. V, 231-232
- o papa manda, por esse motivo, suspender os interditos postos pelos bispos e concede outras vantagens ao príncipe. V, 233
- 1268, providências do papa para dar remédio aos agravos dos prelados portugueses. V, 233-236
- 1272, mudanças no episcopado português até á eleição de Gregório X V, 237-238
- manda o bispo de Lisboa á Italia em missão junto do papa. V, 238
- os prelados renovam as suas acusações perante o novo papa e acrescentam novos agravos. V, 241-245
- 1273, resoluções do papa sôbre esta matéria, devendo ser renovado o interdito se o rei se não emendasse. V, 245-247
- não concede audiência aos delegados apostólicos pretextando o mau estado da sua saúde. V, 248 e 328
- convoca côrtes em Santarém para apreciarem os agravos de que os prelados se queixavam. V, 249-250
- as côrtes nomeiam uma junta que devia corregger os actos do poder real que carecessem de emenda. V, 250-251
- os membros da junta elibam o príncipe de culpa. V, 251
- os delegados apostólicos relatam ao papa o pouco resultado dos seus esforços e os subterfúgios empregados pelo rei. V, 251
- 1275, providências inérgicas de Gregório X contra o rei e ameaças de censuras canónicas terríveis. V, 253-256
- estas ameaças pontificias não produziram o efeito moral que era de esperar. V, 258
- 1276, a morte de Gregório X, de Inocêncio V e de Adriano V demoraram o cumprimento dessas ameaças. V, 258-260

- 1276, escreve ao papa João XXI congratulando-se pela sua eleição e, referindo-se ás questões pendentes entre o clero e o poder real, lança as culpas sobre aquelle. V, 261
- carta de João XXI recomendando-lhe que estenda um braço protector sobre o clero e annunciando-lhe a partida de um enviado portuguez para tratar das questões pendentes. V, 261 263
- 1277, dá, enfim, audiência a frei Nicolau, mas as suas instâncias foram inuteis V, 263 264
- frei Nicolau põe o interdito em Lisboa e noutras povoações. V, 264
- audiências posteriores entre elle e frei Nicolau de resultados nulos V, 265 269
- frei Nicolau retira-se do reino excomulgando-o e desligando os súbditos de vassalagem e obediência. V, 269-270
- tumultos civis em Gouveia e outras terras do reino V, 270
- 1278, associa seu filho, Dinís, ao poder. . . . V, 272
- não obstante a doença, mantem-se intransigente na luta contra o clero durante todo o ano V, 272-274
- 1279, arrepende-se na vizinhança da morte e jura obedecer aos mandados apostólicos sem reservas, nem condições. . . . V, 274-275
- sua morte. V, 276
- carácter do seu governo V, 276 e 278
- Affonso (Munio)*, desbarata os governadores de Sevilha e Córdova em 1143 II, 187
- sua morte II, 187
- Affonso (Pedro)*, meio-irmão de Sancho I, funda os castelos de Arega, Figueiró e Pedrogam III, 258
- deixa a corte de Affonso II. IV, 17
- Afranc.* nome dos territórios que ficavam além dos Pireneus. I, 110
- Ahmed*, general de Omar Ibn Hafssun, é vencido por Affonso III, rei de Oviedo. I, 143
- Ahmed Ibn Al-kithi*, partidário de Omar Ibn Hafssun, invade o território de Oviedo e é desbaratado I, 199
- Ahmed Ibn Kasi*, V. *Ibn Kasi*.
- Ahmed Ibn Said*, senhor do Algarve. I, 183

<i>Ahmed Ibn Said</i> , embaixador do califa de Córdova junto de Ramiro II para assentar paz com elle	I, 209
<i>Airard</i> , conde de Braine, capitão dos cruzados flamengos que ajudaram á conquista de Silves em 1189	III, 170
<i>Atadel</i> , é aclamado imperador de Marrocos. . .	IV, 181
<i>Alafões</i> , caldas onde Affonso I foi convalescer do desastre de Badajoz	III, 95
<i>Al-akab</i> , V. <i>Navas de Tolosa</i> .	
<i>Al-ala Ibn Mughith</i> , amir d'África, luta com Abdur-rahman Ibn Muawiyah.	I, 117
<i>alamiris</i> , a familia de Al-manssor.	I, 167
— senhores de uma parte da Hespanha oriental.	I, 183
<i>alanos</i> , povo occuparam a Lusitânia e a Cartaginense	I, 70
<i>Alarcos</i> , batalha dada em 1195 em que os muçulmanos venceram Affonso VIII, de Castela.	III, 222
<i>Alarcur</i> , V. <i>Alarcos</i> .	
<i>Alarico II</i> , o seu <i>breviarium</i> mostra com clareza a conservação das instituições municipaes entre os visigodos de Hespanha	VII, 47-48
<i>Al-asbagh</i> , filho do amir de Córdova Abdullah, levanta-se contra seu pai	I, 142
<i>Albaida</i> , castelo na Rioja	I, 196
<i>Albaino</i> , nome dado pelos cristãos ao alcaide de Silves no cerco desta cidade.	III, 188
<i>Albardos</i> , nome de serra.	II, 218
<i>Albar Hanax</i> , general dos cristãos na batalha de Zalaka	I, 248
<i>Albelda</i> , V. <i>Albaida</i> .	
<i>Alboheira</i> , hoje Albufeira, entrega-se aos portuguezes depois da conquista de Silves.	III, 195
<i>Alboeira</i> , povoação do Al-faghar.	III, 167
<i>Albufeira</i> , V. <i>Alboheira</i> .	
— é submetida pelos cristãos em 1249	V, 92
— sua doação á ordem de Aviz em 1250.	V, 92
<i>Albuquerque</i> , lugar forte fundado por Affonso Telles cerca de 1218	IV, 184
<i>Albur</i> , V. <i>Alvor</i> .	
<i>Alcacer</i> , arsenal dos Beni Umeyyas.	III, 55
— sítio e riqueza no século XII.	III, 55
— estado actual.	III, 56
— Affonso I tenta surpreender o castelo.	III, 57

<i>Alcauer</i> , cêreo em 1151 ou 1152 por Affonso I e uma armada de cruzados ingleses, sem resultado.	III, 65
— novo cêreo em 1157, sem resultado	III, 66
— cai em 1158 em poder de Affonso I	III, 67
— Sancho I doa o seu castello á ordem de Cáceres.	III, 152
— rende-se aos muçulmanos em 1191.	III, 212
— governava-o em 1217 Abu Abdullah Ibn Wasir Ach Chelbi.	IV, 78
— era a chave dos territórios meridionais do Gharb	IV, 78-79
— é cercado pelos portuguezes e os cruzados em 1217	IV, 83-93
— rende-se aos portuguezes e aos cruzados.	IV, 93
— os espatários tomam posse do castello.	IV, 95
— Sancho II doa o padroado das suas igrejas aos espatários em 1236.	IV, 253
<i>alcuidaria</i> , espécie de imposto.	VIII, 226-227
<i>alcaide</i> , sua significação	VII, 189
— suas funções riais e municipais nos concelhos perfeitos da 1. ^a formula.	VII, 189-196
— suas funções riais e municipais nos concelhos perfeitos da 3. ^a formula.	VII, 216-222
— era substituído pelo comendador nas terras das ordens militares organizadas com instituições completas	VII, 227
— era de eleição popular em certos concelhos.	VII, 229-238
<i>alcaide-mor e menor</i>	VII, 196-198
<i>alvalde</i> , principal magistrado do concelho perfeito.	VII, 175-176, 180
— o seu nome é árabe	VII, 181
<i>Alcanede</i> , Sancho I doa o seu castello á ordem de Calatrava.	III, 152
<i>Alcantara</i> , é conquistada pelos leoneses em 1167.	III, 100
— é retomada pelos almôhadas em 1171.	III, 100
— é reconquistada por Affonso IX, de Leão, em 1215	IV, 60
<i>alcavala</i> , especie de imposto.	VIII, 226
<i>Alchaman</i> , nome com que nas crônicas cristãs é resignado Ahmed Ibn Al-kithi	I, 199
<i>Alcobaça</i> , fundação do mosteiro em 1153.	III, 61
— resistência do seu castello aos muçulmanos que vieram cercar Santarém em 1184.	III, 124

- Alcobaça*, um troço de sarracenos depois da batalha de Alarcos teria entrado aí e morto todos os monges. III, 222-223
- os monges queixam-se das violências que exercem sobre elles os bispos e os nobres. IV, 193
- Alconchel*, é conquistada por Affonso I em 1166. III, 82
- em 1171 já estava sujeita a Leão. III, 94
- aldeão*, que era VIII, 123 e nota (1)
- Al djuf*, certos territórios II, 86
- aldiones*, V. *lidos*.
- Alegrete*, povoação attribuida definitivamente a Portugal pela convenção de Badajoz de 1267. V, 182
- Alentejo*, V. *Al-kassr*, provincia.
- Alexandre III*, papa, confirma a Affonso I o título de rei em 1179. III, 109-111
- faz justiça aos serviços e dotes de Affonso I. III, 111
- Alexandre IV*, papa, representação de Mathilde, primeira mulher de Affonso III, contra o casamento dêste com D. Beatriz V, 174
- manda desfazer o ilícito consórcio e desobedecendo os réus fulminar o interdito contra os dois esposos. V, 174
- Al-fadl*, governador de Mérida, é mandado em socorro de Yahya, cercado em Toledo, sua capital. I, 243
- Al-faghar*, provincia do Gharb. II, 170
- enumeração das suas povoações e logares fortes III, 167-168
- consequências da conquista de Silves. . . . III, 194-195
- topografia desta provincia III, 344-348
- Alfajar de Pena*, castelo conquistado por Sancho II IV, 288
- o seu senhorio é dado aos espatários. . . . IV, 289
- alfandegas*, que eram VIII, 230
- alforria*, V. *manumissão*.
- Algarve*, estado indissolvente no fim do califado de Córdova. I, 183
- preparativos de Affonso III para a sua conquista. V, 89-90
- Affonso III submete em 1249 os restos dêle em poder dos muçulmanos. . . . V, 90-92, 290-291
- origem e causas das contendas sobre o seu senhorio V, 95-101, 293-302

Algarve, Ibn Mahfot cede ao infante Affonso, de Castela, o senhorio dos seus domínios.

V, 100-101, 293-302

- Affonso, de Castela, pretende realizar pelas armas a posse dèstes domínios . . . V, 101
- guerra de Affonso III, de Portugal, com Affonso, de Castela, por causa dèsses domínios. V, 102
- Affonso III reconhece a validade da doação de Ibn Mahfot. V, 103
- renovação das pretensões de Affonso, de Castela, ao senhorio do Algarve e guerra entre Portugal e Castela . . . V, 107-112
- novas dissensões com Affonso, de Castela, sobre o seu senhorio V, 113-115
- Affonso III espolia Affonso, de Castela, do seu usufruto V, 129-131, 306-310
- Affonso, de Castela, recobra o seu usufruto V, 143-144
- novas contendias entre Affonso III e Affonso, de Castela, por causa do seu domínio V, 160, 163-165
- acôrdo definitivo sobre esse domínio. V, 165-167, 320-322
- Affonso, de Castela, faz cessão solene ao rei de Portugal das regalias que no anterior tratado se reservava no Algarve, salvo a obrigação das 50 lanças V, 177
- Affonso III pela convenção de Badajoz de 1267 obtem de Affonso, de Castela, o seu senhorio pleno V, 181-184
- Al-ghazaly*, célebre teólogo muçulmano. . . . II, 161
- Al-hakem*, amir de Córdoba I, 122-128
- lutas com seus tios I, 122-123
- lutas com o rei da Aquitânia, senhor de vários territórios aquêem dos Pireneus. I, 124, 126-127
- afoga em sangue várias perturbações intestinas. I, 124-125
- Al-hakem II*, califa de Córdoba I, 155-158
- guerra com os cristãos I, 155-156
- guerra d'África I, 156-157
- Al-hassan Ibn Kanun*, amir idrícida ao serviço dos califas de Córdoba em Africa, subleva-se I, 156-157

<i>Al-hassan Ibn Kanun</i> , nova sublevação	I, 162
<i>Al-haytham</i> , V. <i>Al-haytham Ibn Obeyd</i>	
<i>Al-haytham Ibn Obeyd</i> , governador da Hespanha	I, 110
<i>Al-horr</i> , V. <i>Al-horr Ibn Abdu-r-rahman Ath-thakefi</i>	
<i>Al-horr Ibn Abdu-r-rahman Ath-thakefi</i> , governa- dor da Hespanha	I, 107
tenta passar os Pireneus e invadir a França	I, 108
<i>Alhandra</i> , povoação fundada pelo bispo de Lis- boa, Sueiro, em 1203.	III, 258
<i>Ali Ibn Isak Al-mayorki</i> , amir de Maiorca, suas conquistas na Efrikia	III, 262
<i>Alid</i> , castelo que resistiu heroicamente aos al- morávidas.	I, 251
<i>Alienações de propriedade</i> , são reguladas por uma lei de Chindaswintho	VI, 114, 118-119
<i>Aljustrel</i> , é tomada em 1234.	IV, 253
— é doada aos espatários em 1235.	IV, 253
<i>Al-kasim</i> , V. <i>Al-kasim Ibn Hamud</i>	
— irmão do amir de Córdova Abdullah, su- bleva-se contra elle	I, 142
<i>Al-kasim Ibn Hamud</i> , irmão de Aly Ibn Hamud, é proclamado califa em seu lugar	I, 176, 178-179
<i>Al-kassar</i> , cidade da província de Al-kassr	II, 170
<i>Al-kassar</i> , província : domínios portugueses nos fins do século XII.	III, 162-163, 338-342
<i>Al-kassr Abu-Danès</i> , Alcácer do Sal	I, 217
<i>Al-kassr Ibn Abu Danès</i> , província do Gharb	II, 170
<i>Al-khadi</i> , V. <i>alcalde</i>	
<i>Al-kithi</i> , V. <i>Ahmed Ibn Al-kithi</i>	
<i>Allariz</i> , castelo sobre o Arnoya	II, 150
— é tomado por Affonso I	II, 150
<i>Allardo</i> , povoa Villa-verde.	III, 52
<i>Al-mauden</i> , castelo da província de Belatha	II, 170
— razão do seu nome	II, 170
<i>Almada</i> , Sancho I doa o castelo á ordem de Cáceres	III, 152
— rende-se aos muçulmanos em 1191	III, 212
— Sancho II doa o padroado das suas igre- jas aos espatários em 1237	IV, 253
<i>Al-makkari</i> , sua narração do cêreo de Santarém em 1184	III, 122
<i>Al-mamon</i> , amir de Toledo	I, 185
— acolhe sob a sua protecção Affonso VI, de Leão	I, 236

<i>Al mamon</i> , Afonso VI, de Leão e Castela, corre em seu socorro	I, 240
— toma Sevilha e Córdova	I, 240
<i>Al-manssor</i> , V. <i>Mohammed Abi Amir Al-maqferi</i> . — sobrenome de Yacub Abu Yusuf imperador de Marrocos	III, 161-162
— invade o sul de Castela e toma vários castelos em 1196	III, 226
— nova invasão de Castela em 1197	III, 229
— sua morte em 1199	III, 229
<i>Al-mayorki</i> , V. <i>Ali Ibn Isak Al-mayorki</i>	
<i>Almeida</i> , concelho fundado por Afonso IX, de Leão	III, 276
<i>Almeria</i> , estado independente	I, 183
— cai em poder dos almôhadas	III, 71
<i>almocrevaria</i> , especie de tributo	VIII, 218
<i>Al-modhaffer</i> , apelido tomado por Abdu-r-rahman II.	I, 128
<i>almohades</i> , revolução política e religiosa no Moghreb contra os almorávidas . . . ,	II, 161-162
— nome da seita fundada por Ibn Tumar-ta	II, 162
— revolução no ocidente e sul do Andaluz contra êles	III, 53-54
— invadem Portugal e cercam Abrantes em 1179	III, 112
— destroem Coruche em 1180	III, 112
<i>almoquevaria</i> , V. <i>almocrevaria</i>	
<i>Almorabethyn</i> , isto é almorávidas	I, 186-187
<i>almoravides</i> , os amires independentes de Hespanha pedem o seu auxilio contra Afonso VI, de Leão	I, 186, 245-246
— origem e progressos desta seita até á sua entrada na Hespanha	I, 186-189
— batalha de Zalaka em que desbaratam os cristãos	I, 247-250
— vantagens contra os estados de Afonso VI	I, 250-252
— depõem os amires do Andaluz	I, 252-253
— liga dos príncipes árabes contra êles . . .	II, 20
<i>Al-mostanser</i> , V. <i>Abu Yacub Al-mostanser Billah</i> . <i>almotacé</i> , sua origem	VII, 315-317
— suas funções	VII, 317-324
— seus proventos	VII, 324

- almotacé*, os seus castigos executavam-se nos pelourinhos. VII, 324-325
- Almourol*, castelo fundado pelos templários. . . III, 95
- Al-mugheyrah*, irmão de Al-hakem, é mandado matar por Mohammed Abi Amir Al-maaferi. I, 160
- Al-mundhir*, filho de Mohammed, vence os normandos I, 137
- combate os muçulmanos do oriente de Hespanha revoltados. I, 138
- vai contra Omar Ibn Hafssun I, 139
- amir de Córdova. I, 140-142
- guerra com Omar Ibn Hafssun I, 140-142
- Almuwahedun*, isto é os almóhadas ou unitários. . II, 162
- Alpedriz*, Sancho I doa a-vila á ordem de Calatrava. III, 152
- Alva*, o seu castelo entrega-se ao infante de Molina IV, 268
- perde os seus foros de município. . . IV, 268, 370-372
- alvasil*, principal magistrado dos concelhos perfeitos VII, 175-176, 179-180
- o seu nome é árabe VII, 181
- alvasis dos ovenças*, que eram VII, 244-245
- alvasis geraes*, que eram VII, 244-245
- Alvitiz (Pedro)*, mestre do Templo, combate na batalha de Alcácer IV, 85
- Alvo (João)*, burguês do Porto, um dos chefes do levantamento popular contra o seu bispo. . III, 275
- Alvor*, castelo marítimo do Chenchir III, 168
- rende-se aos cristãos III, 168
- Al-walid*, califa de Damasco ao tempo de Tarik e Musa. I, 105
- al-wasir*, V. *alvasil*
- Aly*, seu pai, Abu Yacub Yusuf, associa-o ao governo do império. II, 21
- sua accessão ao trono em 1106. II, 25, 44
- vence Yahya, governador de Fez. II, 44
- campanhas contra os cristãos em 1108, 1109, 1110, 1111. II, 44
- vem cercar Coimbra em 1117 II, 85
- suposto cerco e tomada de Lisboa ou Medina Sanabria em 1120. II, 87-88, 254-255
- revolução política e religiosa no seu império. II, 161

<i>Aly</i> , sua morte em 1143.	II, 203
— V. <i>Aly Ibn Hamud</i> .	
<i>Aly Ibn Hamud</i> , governador de Ceuta, proclama-se califa, depois de ter desbaratado o califa Suleyman Ibn Al-hakem. . . .	I, 174-176
<i>Aly Ibn Isa</i> , revolta-se em Cádiz contra os almôhadas.	III, 54
<i>Aly Ibn Isak</i> , soberano das Baleares, faz correias na Efrikia, onde tomou Mahdia e Tunis.	III, 262
<i>Alydes</i> , V. <i>Hamuditas</i> .	
<i>Amaral</i> (<i>Antonio Caetano do</i>), V. <i>Caetano do Amoral</i> (<i>Antonio</i>).	
<i>amazighs</i> , V. <i>berbers</i> .	
<i>amir-al-mumenin</i> , título que tomou Abdu-rahman III.	I, 144
<i>amortisação lei de</i> , lei que proibia ás igrejas adquirir novos bens de raiz por título de compra, votada nas côrtes de Coimbra de 1211.	IV, 11-12
<i>anadares</i> , V. <i>anadeis</i> .	
<i>anadeis</i> , capitães de bêteiros.	VIII, 88
<i>Anbasah</i> , V. <i>Anbasah Ibn Sohaym</i> .	
<i>Anbasah Ibn Sohaym</i> , governador da Hespanha, — suas conquistas além dos Pireneus. . . .	I, 109 I, 109
<i>andador</i> , suas funções.	VII, 337-338
<i>Andalús</i> , V. <i>Hespanha : a conquista muçulmana</i> .	
— situação política e moral lastimosa no meado do século XII.	II, 201-202
— seu desmembramento.	II, 203, 205-207
— numerosos levantamentos em Córdova, Valência, etc., contra Ibn Ghanyyiah. . .	II, 205
— revolução no ocidente e sul contra os almôhadas.	III, 53-54
— estado anárquico nos anos que seguiram a batalha de Navas.	IV, 72-73
— os chefes sarracenos vão em socorro de Alcácer sitiado em 1217.	IV, 84
— os sarracenos são desbaratados a uma légua de Alcácer.	IV, 85-91
— uma frota sarracena vem em socorro de Alcácer, mas é destruída.	IV, 91
— sua situação política em 1224.	IV, 181-182
— conquistas de Affonso IX, de Leão, em 1229-1230.	IV, 212-214

- Andalús*, as revoltas entre os muçulmanos facilitam as conquistas dos príncipes cristãos IV, 213-214
- conquistas de Fernando III, de Castela. V, 65-66
- André*, rei da Hungria, parte para a cruzada do Oriente IV, 76
- Aniano*, V. *Breviario de Aniano*.
- Annasir*, sucede a seu pai, Al-manssor, no trono de Marrocos. III, 262
- submete os levantados de Ghomera, o amirado de Marrocos e a Efrikia. III, 262-263
- toma o castelo de Salvatierra. IV, 26
- é desbaratado na batalha de Navas de Tolosa IV, 30
- deixa o governo do império aos seus validos. IV, 72
- Annes (Affonso)*, reitor de Santa Maria de Goyos, procurador de Affonso III na cúria romana. V, 241
- (*Estevam*), nobre que seguiu para França com o infante Affonso. V, 29
- chanceler de Affonso III. III, 91
- doação de Porches em 1250 por Affonso III. V, 92
- locupleta-se á custa dos concelhos do reino V, 220-229
- (*Fernando*), alcaide de Allariz. II, 150
- é vencido por Affonso I. II, 150
- príncipe do distrito de Límia. II, 176
- cónego da sé de Braga, liga-se com Rodrigo Sanches contra o bispo do Porto. IV, 282
- (*Martim*), reassume o cargo de alferes-mór de Sancho II. IV, 190
- sua morte no cêrco de Montemor IV, 305-306
- (*Pedro*), mordomo-mór de Affonso II, adverso á cleresia. IV, 110
- mordomo-mór de Sancho II, perde o seu cargo no fim de 1223 IV, 177-178
- deixa a côrte IV, 262
- Annes da Novoa (Pedro)*, V. *Annes (Pedro)*.
- anúduva*, contribuição em trabalho imposta ao cavaleiro vilão. VI, 227-228
- aportelado*, que era. VII, 249-251
- appellido*, dever imposto a todos os vizinhos do mesmo concelho. VIII, 35-36

<i>Aquitania</i> duque de, V. <i>Guilherme IX</i> .	
<i>Aracena</i> , castelo conquistado pelos hospitalários	V, 101
— cedido por Afonso III a Afonso X, de Castela, em 1267.	V, 182
<i>arcario</i> , o mesmo que <i>questor</i>	VII, 34
<i>Arcells</i> (<i>Saherio de</i>), condestavel dos ingleses no cêrco de Lisboa	III, 24-25
<i>Arega</i> , castelo fundado em 1201.	III, 258
<i>Areschot</i> (<i>Arnulfo de</i>), chefe dos cruzados alemães que ajudaram a conquistar Lisboa	III, 10
<i>Arganal</i> , batalha onde foi vencido Sancho, depois Sancho I	II, 87
<i>arianismo</i> , religião dos visigodos até Recaredo.	VI, 101
<i>Aroche</i> , castelo conquistado pelos hospitalários. — Afonso III repovoaa-a de cristãos e dá-lhe foral.	V, 101
<i>Arouca</i> , distrito governado por Martim Moniz	V, 136
<i>arrancada</i> , que era	II, 15
<i>arrazoadores</i> , que eram.	VIII, 106
<i>arreigados</i> , que eram.	VIII, 130
<i>arreigados</i> (<i>não-</i>), que eram.	VIII, 8-14
<i>arresto</i> , V. <i>penhora</i> .	VIII, 8-14
<i>Arronches</i> , povoação atribuida a Portugal pela convenção de Badajoz de 1267.	V, 182
<i>Arruda</i> , castelo doado á ordem de Cáceres.	III, 152
<i>arte da guerra</i> , caráter da guerra medieval na Península.	II, 215-216
<i>As-samah Ibn Malik Al-khaulani</i> , governador da Hespanha	I, 108
— suas conquistas além dos Pireneus.	I, 108
<i>Assamil</i> , partidário de Thuabah Ibn Salamah.	I, 114-115
<i>Assis</i> (<i>Francisco de</i>), fundador da ordem dos franciscanos	IV, 128-130
<i>asturos</i> , povo	I, 43
<i>Ataulfo</i> , capitão dos visigodos na invasão da Hespanha.	I, 70-71
— pensa em restaurar na Hespanha a civilização romana.	VI, 41-42
<i>Atouguia</i> , é povoada de francos.	III, 52
<i>Atrayana</i> , V. <i>Triana</i> .	
<i>Aulo-Gellio</i> , testemunha que o latim se tornara a língua da Hespanha.	I, 95-96
<i>Aurelia</i> , famoso castelo mourisco.	II, 164
<i>Aurelio</i> , rei das Asturias.	I, 192

<i>Aveiras</i> , município fundado por Sancho I em 1207.	III, 258
<i>Avila</i> , o seu foral serve de tipo da 3. ^a fórmula dos concelhos perfeitos.	VII, 177-178
— o nome próprio do magistrado municipal neste foral é <i>juiz</i>	VII, V, 180
<i>acindores</i> , que eram.	VIII, 127
<i>Aviz</i> , castelo edificado pelos freires de Évora.	IV, 70
— doação á sua ordem de Albufeira em 1250.	V, 92
<i>Ayamonte</i> , castelo conquistado por Sancho II.	IV, 288
— limites do seu termo.	IV, 288
— o seu senhorio foi dado aos espatários.	IV, 289
<i>Ayres de Fornellos (D. Maria)</i> , amante de Sancho I.	III, 241
<i>Ayub</i> , V. <i>Ayub Ibn Habib Al-lakhmi</i> .	
<i>Ayub Ibn Habib Al-lakhmi</i> , governador da Hespanha.	I, 107
<i>azaria</i> , entrada em terra de inimigos.	VIII, 206, 215
<i>Az-zahirah</i> , castelo que Mohammed Abi Amir Al-maaferi edificou para si.	I, 160
<i>Azzahrat</i> , palácio edificado por Abdu-r-rahman III, perto de Córdova.	I, 154
<i>Azzobair</i> , V. <i>Ibn Zobeir</i> .	

B

<i>Badajoz</i> (amires de), V. <i>Beni Alafftas</i> .	
— estado independente.	I, 183
— capital de Seddaray.	II, 206
— é acometida por Affonso I em 1169.	III, 90 91
— é tomada por Affonso IX, de Leão, em 1230.	IV, 213 214
— conferência e convenção aí realizada em 1267 entre os reis de Portugal e de Castela.	V, 181
<i>Bajah</i> , cidade da província de Al-kassr.	II, 170
<i>Baleares</i> (ilhas), estado independente criado pela família de Ibn Ghanyyiah.	III, 262
<i>Balj</i> , V. <i>Balj Ibn Beshr</i> .	
<i>Balj Ibn Beshr</i> , faz-se proclamar governador da Hespanha.	I, 113-114

Balkin, V. Balkin Ibn Zeiri.

Balkin Ibn Zeiri, general dos fatimidas, invade os territórios africanos do califado de Córdoba. I, 156

— novas revoltas no Moghreb. I, 158, 162

Barroso (Munio), é expulso de Coimbra. II, 47

Bataliós, cidade da provincia de Al kassr. II, 170

Beatriz (D.), casa com Affonso III em 1253. V, 111

Beja, é conquistada e abandonada em 1159. III, 72

— é reconquistada em 1162 por um corpo de burgueses. III, 77

— Sancho I toma-a em 1189. III, 196

Békayah, logar perto de Badajoz onde foi apri- sionado Affonso I. II, 93

Belatha, provincia do Gharb. II, 170

— os seus habitantes fazem-se tributários de Affonso I. II, 212

Belch, cidade da provincia de Al-kassr. II, 170

Bellido Arnulfes, V. Vellito Adaulfiz.

Benabeth, V. Mohammed Al-mutamed Ibn Abbad.

Benavente, é povoada pela ordem de E'vora em 1200. III, 255

Beni Alafftas, senhores de Badajoz. I, 183, II, 168

Beni Berizila, senhores de Carmona. I, 183

Beni Huds, senhores de Saragoça. I, 183

Beni Idris, V. Idrisitas.

Beni Yeferun, tribo berber. I, 163

Berberia, razão do seu nome. I, 101

berbers, convertem-se ao islamismo. I, 101

Berengaria, filha do rei de Castela, desposa Affonso IX, de Leão, em 1197. III, 230

— o papa manda a Affonso IX que a repu- die, sem resultado. III, 233

— trabalha por que seu filho Fernan- do III, de Castela, suceda a seu pai Af- fonso IX, de Leão. IV, 218-221

— mãe de Fernando III, de Castela, morre em 1246. V, 66

— filha de Sancho I, casa com Waldemar II, rei da Dinamarca, em 1214. IV, 58-59

Bermudo, V. Vermudo.

Bermudo III, rei de Leão. I, 224-228

— guerras civis. I, 224-225

Sancho, rei de Navarra, anexa Castela. I, 225

- Bermudo III*, guerra com Navarra, e perda de grande parte dos seus estados. I, 225-226
- fundação da monarquia de Castela. I, 227
- batalha de Carrión e sua morte. I, 227-228
- Bernardo*, primeiro arcebispo de Toledo depois de restaurada a sua sé. II, 196
- Urbano II fá-lo primaz das Hespanha. II, 196
- abade de Claraval, prega a cruzada contra os sarracenos do Oriente. II, 8-9
- Berraz*, V. *Berraz Ibn Mohammed Al masufi*.
- Berraz Ibn Mohammed Al-masufi*, conquista o Gharb em 1145. II, 211
- restitue Mértola e Silves a Ibn Kasi em 1145. II, 211
- toma Sevilha em 1146. II, 211
- Beshr*, amir de Africa. I, 109
- Bezerra* (Sueiro Gonçalves), V. *Gonçalves Bezerra* (Sueiro).
- Bixter*, castelo de Omar Ibn Hafssun junto do qual foi morto o amir de Córdova, Al-mundhir. I, 142
- Bojorda* jogo da II, 179
- boni homines*, V. *homens bons*.
- Borkal*, a cidade do Porto. I, 217
- Boso*, cardeal, legado do papa na Hespanha. II, 95
- congratula-se com Gelmires pelas vitórias obtidas dos portugueses e manda-o comparecer no concílio de Sahagun. II, 100
- Braga*, distrito. II, 17
- os seus arcebispos contestam a primazia de Toledo II, 196
- Eugénio III mantém essa primazia II, 198-199
- é eleito seu arcebispo Silvestre Godinho em sucessão de Estevam Soares IV, 256
- Bragança*, Affonso IX, de Leão, põe-lhe cêreo. III, 242
- Branca* (D.), filha de Affonso VIII, de Castela, casa com Luís, herdeiro do trono francês III, 244
- rainha de França, tia do infante Affonso, depois Affonso III, cuja côrte êle seguiu algum tempo. IV, 207
- filha de Sancho I, recebe reparação dos danos sofridos na contenda com seu irmão. IV, 167-171
- breviario*, V. *Alarico II*.
- Breviario de Aniano* VI, 19

<i>breviarium</i> , V. <i>Alarico II</i> .	
<i>brig</i> , elemento celtico nos nomes de povoações.	I, 52
<i>briga</i> , V. <i>brig</i> .	
<i>Briteiros</i> (<i>Rodrigo</i> ou <i>Ruy Gomes de</i>), V. <i>Gomes de Briteiros</i> (<i>Rodrigo</i> ou <i>Ruy</i>).	
<i>Brito</i> (<i>fr. Bernardo de</i>), autor da <i>Monarchia Lusitana</i>	I, 39
<i>buccellarios</i> , que eram.	VI, 104-105
— V. <i>fiéis</i> .	
— deviam ser de origem goda.	VI, 106-108
<i>Bufurdio</i> jogo do	II, 179
<i>Burdino</i> (<i>Mauricio</i>), V. <i>Mauricio</i> .	
<i>burgo</i> , que era.	VII, 139
<i>Burgos</i> , aí se celebrou em 1237 o capitulo provincial da ordem dos dominicanos . . .	IV, 270
<i>bustos</i> , terrenos destinados a pastagens	VI, 158

C

<i>caballos ponere</i> , espécie de tributo.	VI, 115, 119-120
<i>cabanciras</i> , choupanas ou casas sem campos de-las dependentes	VI, 287-293
<i>cabaneiros</i> , jornaleiros ou proletários.	VI, 287-290
<i>cabecel</i> , que era	VII, 120
<i>Cabo dos árabes</i> , hoje Cabo de S. Vicente . . .	III, 167
<i>Cabrera</i> (<i>Ponce de</i>), conde vencido no torneio de Valdevez	II, 178
<i>Cacella</i> , povoação do Al-faghar	III, 167
— castelo conquistado por Sancho II.	IV, 289
— o seu senhorio é dado aos espatários. . .	IV, 289
<i>Caceres</i> , é conquistada por Affonso I em 1166. .	III, 82, 84
— ordem militar	III, 152
— os freires da ordem recebem de Sancho I os castelos de Alcácer, Palmela, Almada e Arruda.	III, 152
— é conquistada por Affonso IX, de Leão. em 1229.	IV, 212
<i>Caetano do Amaral</i> (<i>Antonio</i>), as origens da história pátria, segundo elle	I, 40
<i>Caetano Pereira</i> (<i>Antonio</i>)	VII, 5-20

- caído*, era o que não cumpria no duelo as condições do combate. VIII, 164
- Calatayud*, V. *Kalat Ayub*.
- Calatrava*, os freires da ordem recebem de Sancho I o castelo de Alcanede e a vila de Alpedriz. III, 152
- a ordem estabelece a sua principal comenda em Aviz. IV, 290
- Cale*, povoação na margem esquerda do Douro. II, 227-228
- Califado de Cordova*, V. *Hespanha: a conquista muçulmana*.
- callaicos*, povo. I, 43
- Callixto II*, papa, favorece Affonso Raimundes. II, 93
- Calpe*, V. *Gibraltar*.
- calumnia*, multa ou coima. . . VII, 29, 137, VIII, 185-198
- Campo d'Espina*, batalha em 1111. II, 49
- Camwil* (*Ricardo de*), capitão de uma armada de cruzados. III, 198
- Cangas*, capitã do reino das Astúrias algum tempo. I, 192
- Cangas de Onís*, batalha em que Pelágio desbaratou os muçulmanos. I, 191
- Canicas*, V. *Cangas*.
- cantabros*, povo. I, 43
- Cantarat Al-seif*, cidade da província de Al-kassr. II, 170
- Capello*, apelido dado a Sancho II. IV, 241
- capitação*, tributo pago pelos mozarabes. . . VI, 26
- tributo predial. VI, 112
- capitação humana*, tributo imposto aos indivíduos que não pagavam imposto predial. VI, 112
- capitatio*, V. *capitação*.
- capitatio* (*humana*), V. *capitação humana*.
- Captivo* (*Fernando*), alferes-mór de Affonso I. . III, 40
- Cardosa* (*a*), território concedido aos templários. IV, 68, 70
- Carlos Magno*, suas conquistas na Hespanha. . I, 118-119
- Carphanabal*, povoação do Al-faghar. III, 167
- Carrion*, batalha em que Fernando I, rei de Castela, venceu Bermudo III, rei de Leão. I, 227-228
- batalha entre Affonso, de Leão, e Sancho, de Castela. I, 235
- cartas de povoação*, indevidamente chamadas forais. VII, 89-97

<i>casa</i> , nome do prédio urbano, sinónimo de caba- neira.	VI, 287
<i>casal</i> , sua significação nas Inquirições	VI, 275
<i>Castella</i> , fundação do reino dèste nome.	I, 227
— Fernando I, seu rei, vence Bermudo III na batalha de Carrión e é proclamado rei de Leão e Castela.	I, 227-228
<i>castella</i> , que era.	VII, 29
<i>Castellar</i> , castelo onde foi sequestrada D. Urraca.	II, 39
<i>castelleiros</i> , V. <i>castellões</i> .	
<i>Castello-bom</i> , concelho fundado por Affonso IX, de Leão	III, 276
<i>Castello-branco</i> , fundado pelos templários em tempo de Affonso II.	IV, 70
<i>Castello-Mendo</i> , recebe foral de Sancho II em 1229	IV, 209
<i>Castello-Rodrigo</i> , recebe carta municipal de Affonso IX, de Leão.	III, 276
<i>castellões</i> , funcionários riais.	VII, 190
<i>Castrello (Sancta Maria de)</i> , castelo da Galiza.	II, 42
<i>Castro (Pedro Fernandes)</i> , V. <i>Fernandes Castro</i> (<i>Pedro</i>).	
<i>Castro Aeris</i> , castelo perto de Burgos	II, 41
— o seu foral.	VI, 169-170
<i>cavalaria (ordens de)</i> , V. <i>ordens de cavalaria</i> .	
<i>cavalaria</i> , designação do prédio a que estava adstrito o serviço do fossado	VI, 219-221
<i>cavalaria e meia cavalaria</i>	VIII, 105-106
<i>cavalaria vilã dos concelhos</i>	VII, 186-189
— direitos e deveres conforme as diversas fórmulas dos concelhos perfeitos.	VIII, 81-87, 90-106
— regulamento militar dos fossados.	VIII, 102-106
<i>cavalarías sujeitas ao fossado</i> , etc.	VI, 224, 230-231
— transformações que sofreram com o tempo	VI, 232-238
<i>cavaleiro pousado</i> , que era.	VIII, 84
<i>cavaleiros vilãos</i> , classe de ingénuos inferiores.	VI, 169-170
— suas origens	VI, 213-216
— eram obrigados a prestar o serviço mi- litar a cavallo : condições dèste.	VI, 217-223
— vários graus dèles.	VI, 223-238
<i>cavalo de maio</i> , prestação anual que substituia o serviço pessoal do fossado ao sul do Douro	VI, 222
<i>Cedofeita</i> , castelo edificado por Affonso I.	III, 89

<i>Cedofeita</i> , o conde Velasco seu alcaide	III, 89
— rende-se a Fernando II, de Leão	III, 89
<i>Ceia</i> , castelo sòbre o rio do mesmo nome.	II, 54
<i>Celestino III</i> , obriga Affonso IX, de Leão, a repudiar sua mulher D. Theresa	III, 218
— põe o interdito em Leão e excomunga Affonso IX e Sancho I.	III, 219
— excomunga Affonso IX por se ter aliado com Al-manssor	III, 227
<i>Celestino IV</i> , eleito papa, faleceu dias depois.	V, 14
<i>Cella-nova</i> , conferência entre Affonso I e Fernando II, de Leão	III, 74, 313-315
<i>Celmes</i> , castelo nas terras de Límia edificado por Affonso I.	II, 144
— cai em poder de Affonso VII, de Leão.	II, 145
<i>cellas</i> , V. <i>cellicos</i> .	
<i>celtiberos</i> , povo	I, 43
<i>cellicos</i> , povo.	I, 43
<i>censores</i> , V. <i>curadores</i> .	
<i>censuria</i> , V. <i>dar de censuria</i> .	
<i>Cera</i> , castelo doado aos templários por Affonso I.	II, 95
<i>Cerneja</i> batalha de).	II, 151
<i>Cernesa</i> , V. <i>Cerneja</i> .	
<i>Cesar</i> , extermina os habitantes do Hermínio	I, 60
— guerra com Pompeio na Hespanha	I, 61
<i>Ceuta</i> , era uma dependência da Hespanha visigótica, governada por Juliano.	I, 102
— abre as portas a Musa.	I, 102
<i>Cezimbra</i> , é povoada de francos.	III, 249
— tem foral em 1201	III, 255
— o castelo, a vila e o padroado da igreja são doados aos espatários em 1236	IV, 253
<i>Chakrach</i> , povoação do Al-faghar.	III, 167
<i>Chaltich</i> , ilha e povoação do Al-faghar.	III, 167
<i>Chantarín</i> , cidade da província de Belathia	II, 170
<i>Chantireyn</i> , V. <i>Chantarín</i> .	
<i>chaveiros</i> , que eram	VIII, 124
<i>Chaves</i> , é tomada por Affonso IX, de Leão, e conservada em seu poder depois da paz	IV, 126
<i>Chelb</i> , cidade da província do Al-faghar	II, 170
— capital do Al-faghar.	III, 167
<i>Chenchir</i> , província do Gharb.	II, 170
<i>Chetawir</i> , o rio Sado	III, 55
<i>Chindaswintho</i> , lei do seu nome relativa a alienações.	VI, 114, 118-119

<i>Chintra</i> , castelo da provincia de Belatha	II, 170
<i>choresminos (os)</i> , invadem a Síría em 1245, tomam Jerusalém e desbaratam os cristãos	V, 32
<i>chotbah</i> , oração pública dos muçulmanos	I, 154 e 163.
<i>chronicas medievaes</i> , como elas consideravam as origens da história pátria, V. <i>Portugal</i> .	
<i>Chryssus</i> , rio junto do qual Tarik venceu Rodrigo	I, 102
<i>Cid</i> , aconselha a Sancho, rei de Castela, um estratagemma feliz	I, 236
— alcaide do castelo de Alid	I, 251
— conquista Valência	II, 21
<i>Cintra</i> , é conquistada por Affonso VI	II, 14
— é reconquistada por Seyr	II, 18-19
— rebela-se contra o conde Henrique	II, 33
— é reduzida á obediência pelo mesmo . . .	II, 34
— o seu castelo entrega-se a Affonso I em 1147	III, 51
<i>Cira</i> , castelo onde esteve prisioneiro Gelmires .	II, 105
<i>citação no processo judicial</i>	VIII, 127-134
<i>Ciudad Rodrigo</i> , povoação fundada por Fernando II	III, 85
<i>cives non optimo jure</i> , os plebeus ou privados .	VII, 30
<i>cives optimo jure</i> , os decuriões	VII, 30
<i>Clavijo</i> , batalha dada por Ordonho I a Musa Ibn Zeyad	I, 136
<i>Clemente III</i> , papa, sucessor de Gregório VIII, consegue organizar a cruzada contra Salladino	III, 158
— confirma a coroa a Sancho I	III, 209
<i>Clemente IV</i> , providências para dar remédio aos agravos dos prelados portuguezes	V, 233-236
— sua morte em 1268	V, 236
<i>clero e poder rial</i> , lutas no reinado de Sancho I, V. <i>Sancho I</i> .	
— lutas no reinado de Affonso II, V. <i>Affonso II</i> .	
— lutas no reinado de Sancho II, V. <i>Sancho II</i> .	
— lutas no reinado de Affonso III, V. <i>Affonso III</i> .	
<i>Cluni</i> , mosteiro da Borgonha	II, 28
<i>Codice das Leis</i>	VI, 19
<i>coima</i> , V. <i>calumnia</i> .	
<i>Coimbra</i> , capital de condado ou distrito	II, 8

- Coimbra*, limites do distrito II, 12
- foral dado por Affonso VI. II, 13
- amotina-se contra o conde Henrique . . . II, 47
- resiste ao conde Henrique. II, 48
- obtem carta de foral. II, 48
- cerco em 1117 por Aly. II, 85
- cúria solene aí convocada por João de Abbeville em 1228. IV, 204-205
- é eleito seu bispo Tibúrcio IV, 258
- côrtes de 1261 V, 168-173
- Coja*, castelo cedido a D. Theresa por Fernão Peres de Trava. II, 116
- coldrado*, espécie de tributo na Beira oriental . VIII, 233
- colheita*, tributo colectivo nos concelhos. . . VIII, 198-206
- colonias*, que eram entre os romanos VII, 28-29
- colonias estrangeiras* no sul do reino, V. *concelhos francos* no sul do reino.
- colonos*, sua condição entre os romanos. . . . IV, 112-113
- sua condição entre os visigodos . . . VII, 113, 121-123
- sua tributação VI, 123-126
- duas classes distintas VI, 125-126
- colonos livres*, documentos que provam a sua existência no tempo da reacção cristã. VI, 167-168
- colonos urbanos*, dividiam-se em várias classes VI, 287-290
- combate singular*, prova do juizo de Deus . . VII, 160-163
- suas formalidades VIII, 163-168
- commendador*, substituiu o alcaide nas terras das ordens militares organizadas com instituições completas. VII, 227
- commisso*, que era VI, 267-268
- composições*, que eram VIII, 177-181
- Compostela*, prisão do seu bispo II, 42
- abre as portas a D. Urraca em 1116 . . II, 80
- os burgueses formam uma liga contra o arcebispo II, 82
- são multados os seus burgueses nas côrtes de Leão. II, 139
- compurgação*, sua origem germânica VIII, 153-154
- nos concelhos da primeira época da monarquia VIII, 154-157
- compurgadores*, que eram VIII, 154
- concejo*, V. *concelho*.
- concelho*, o mesmo que município. VII, 83
- concelhos*, os seus procuradores tomam pela

primeira vez parte em côrtes [de Leiria de 1254]	V, 120-124
<i>concelhos</i> , acréscimo dos metais preciosos nas mãos dos vizinhos	V, 149
— compravam por uma renda certa em ouro e prata garantias e privilégios	V, 152-154
— nasceram da luta dos não-nobres com a classe privilegiada dos nobres.	VI, 84-93
— suas origens remotas : o município romano	VII, 25-27
— origem do nome.	VII, 83
— seu carácter fundamental.	VII, 86-88
— sua divisão em tres classes.	VII, 88
— distinção entre as cartas de povoação e os forais	VII, 89-97
— distinção entre os seus moradores.	VIII, 7-14
— situação dos indivíduos neles residentes pertencentes ás classes privilegiadas.	VIII, 15-20
— os forais : principais características.	VIII, 20-24
— direito de imunidade e de asilo no seu território.	VIII, 24-35
— solidariedade municipal : direitos e deveres comuns a todos os vizinhos.	VIII, 35-41
— garantias pessoais comuns á generalidade dos vizinhos, conforme as diversas fórmulas nos concelhos perfeitos e ainda nos imperfeitos	VIII, 41-48, 50-58, 61-67
— privilégios dos vizinhos.	VIII, 48, 59-61, 67-68, 69-79
— a cavalaria vilã, seus direitos e deveres, conforme as diversas fórmulas dêles	VIII, 81-87, 90-106
— os bêteiros	VIII, 87-89
— os ecclesiasticos e os mercadores de grosso trato nos concelhos eram equiparados aos cavaleiros vilãos.	VIII, 89-90, 95
— os peões, conforme as diversas fórmulas dos concelhos perfeitos	VIII, 81, 106-113
— malados e maladia.	VIII, 113-126, 276-282
— o solarengo	VIII, 115-126
— julgamentos arbitrais	VIII, 126-127
— sistema judicial, conforme as diversas fórmulas dos concelhos perfeitos : formas do processo	VIII, 127-141
— provas judiciaes : seu valor relativo.	VIII, 141-142
— prova documental	VIII, 142-144

- concelhos*, prova testemunhal VIII, 144-146
- prova por juramento. VIII, 146-153
 - prova por compurgação. VIII, 153-157
 - prova por juramento individual. VIII, 157
 - prova do juizo de Deus VIII, 157-168
 - as sentenças VIII, 169-170
 - as penalidades. VIII, 170-177
 - as composições ou *wehrgeld*. VIII, 177-181
 - a revindicta ou *faida*. VIII, 181-185
 - a calúnia, multa ou coima. VIII, 185-198
 - a colheita, jantar ou parada. VIII, 198-206
 - o montado, tributo sôbre os pastagens VIII, 206
 - o condado, tributo sôbre a caça VIII, 206, 211-213
 - o quinto rial dos despojos havidos nas correrias em terra de inimigos. VIII, 206, 213-218
 - a martinega VIII, 218
 - a almocrevaria. VIII, 218
 - os impostos sôbre o consumo ou de barreira VIII, 219-241
 - a portagem VIII, 220-225, 232-241
 - a açougagem VIII, 220-225, 232-233, 235-241
 - a passagem ou peagem. VIII, 221, 225-226
 - alcavala, alcaldaria, julgado, relegagem, ochavas. VIII, 226-228
 - grande número de agentes fiscaes VIII, 228-229
 - abusos do fisco. VIII, 229-232
 - imperfeições das instituições municipais; causas de desorganização VIII, 242-249
 - discórdias dos concelhos entre si VIII, 249-253
- concelhos francos* no sul do reino, os seus moradores tinham tradições e hábitos diferentes dos do elemento indígena VIII, 255-256
- caracteres feudais das relações entre os senhores destes grêmios e a coroa. VIII, 256-269
 - diferenças entre estes concelhos e os de população portuguesa. VIII, 259-269
 - suas instituições de direito público e privado VIII, 269-275
- concelhos imperfeitos* na primeira época da monarquia portuguesa. VII, 112-170
- sub-divisão destes concelhos em seis géneros ou sejam seis fórmulas distintas. VII, 113-114
 - 1.^a fórmula. VII, 114-119
 - 2.^a fórmula. VII, 119-123

<i>concelhos imperfeitos</i> , 3. ^a fórmula	VII, 123-138
— 4. ^a fórmula	VII, 138-147
— 5. ^a fórmula	VII, 147-164
— 6. ^a fórmula	VII, 164-169
<i>concelhos perfeitos</i> na primeira época da monar-	
quia portugueza	VII, 171-340
— sua origem	VII, 171-174
— seus caracteres capitais	VII, 175-176, 357-365
— sua divisão em quatro classes ou formu-	
las	VII, 177
— tipo da 1. ^a fórmula, o foral de Santa-	
rém	VII, 177-178
— tipo da 2. ^a fórmula, o foral de Sala-	
manca	VII, 177-178
— tipo da 3. ^a fórmula, o foral de Avila	VII, 177-178
— a 4. ^a fórmula não tem tipo determinado	VII, 178-179
— carácter distintivo dos concelhos da 1. ^a fór-	
mula : <i>alvasil</i> é o nome dado ao magis-	
trado municipal	VII, 179
— idem dos concelhos da 2. ^a fórmula : <i>alcalde</i>	
e <i>juiz</i> são os nomes dados aos magis-	
trados municipais	VII, 179-180
— idem dos concelhos da 3. ^a fórmula : <i>juiz</i>	
é o nome dado ao magistrado muni-	
cipal	VII, 180
— idem dos concelhos da 4. ^a formula : <i>alva-</i>	
<i>sil</i> , <i>alcalde</i> ou <i>juiz</i> são os nomes dados	
aos magistrados municipais	VII, 180
— os nomes dos magistrados municipais,	
<i>alvasil</i> e <i>alcalde</i> , são árabes	VII, 181
— foram os mozárabes que conservaram a	
tradição do município romano e o trans-	
mitiram aos modernos concelhos	VII, 181-186
— a cavalaria vilã nestes concelhos	VII, 186-189
— o <i>alcaide</i> o mais elevado funcionário régio	
nestes concelhos da 1. ^a fórmula	VII, 189-198
— o <i>alcaide</i> também magistrado muni-	
cipal	VII, 192-196
— o <i>alcaide-mór e menor</i>	VII, 196-198
— o <i>judex</i> o mais elevado funcionário ré-	
gio nestes concelhos da 2. ^a fórmula	VII, 198
— diferença entre a 1. ^a e a 2. ^a fórmula quanto	
ao representante do poder central	VII, 198-202
— o <i>senior</i> representante do poder régio ao	
lado do <i>judex</i>	VII, 204-216

- concelhos perfeitos*, o *alcaide* o mais elevado funcionário régio nestes concelhos da 3.^a fórmula, mas ao mesmo tempo magistrado municipal. VII, 216-222
- o *alcaide* é em muitos concelhos da 4.^a fórmula o mais alto funcionário régio. . VII, 222-229
 - nas terras das ordens militares organizadas com instituições completas o *alcaide* é substituído pelo *comendador* VII, 227
 - o *alcaide* de eleição popular em certos concelhos. VII, 229-238
 - os magistrados puramente municipais :
 - alvasis, alcaides ou juizes. VII, 239
 - eram de eleição popular. VII, 239-244
 - eram escolhidos de entre os homens bons. VII, 240-241
 - como se fazia essa eleição, segundo os costumes de Beja; alvasis gerais e alvasis dos ovençais VII, 244-245
 - substituídos ou delegados dos magistrados principais. VII, 246-255
 - os aportelados ou jurados das aldeias. VII, 249-255
 - concelhos filiais ou dependentes de outro VII, 253-258
 - obrigações dos magistrados municipais. VII, 258-261
 - imunidades e proventos destes. VII, 261-266
 - limitação da sua jurisdição VII, 266-269
 - os medianidos ou juntas. VII, 269-275
 - alçada dos tribunais municipais quanto
 - a cousas e a pessoas. VII, 276-288
 - idem nas questões fiscaes. VII, 288-295
 - composição e funcionamento do tribunal municipal. VII, 296-311
 - a designação de homens bons abrangia em geral os vizinhos do concelho . . VII, 311-315
 - o almotacé, magistrado municipal : sua origem, ministério e jurisdição. . . . VII, 315-326
 - o sesmeiro, magistrado municipal temporário e suas funções VII, 326-330
 - funcionários subalternos municipais : o
 - adail VII, 332-334
 - o porteiro. VII, 334-337
 - o andador. VII, 337-338
 - o escrivão. VII, 339-340
 - o pregoeiro. VII, 340
 - o vozeiro. VII, 340

<i>concelhos rudimentais na primeira época da monarquia portugueza</i>	VII, 97-111
<i>concello, V. concelho.</i>	
<i>conciliabula, que era</i>	VII, 29
<i>concilio de Lyão em 1245.</i>	V, 46
<i>concilio lateranense de 1215, celebra-se para tratar da nova cruzada contra os muçulmanos de Oriente</i>	IV, 56
<i>concilio provincial de Valladolid.</i>	II, 188
<i>concilium, V. concelho.</i>	
<i>condado portucalense, V. Portucale.</i>	
<i>confisco, que era.</i>	VI, 267-268
<i>conjuradores, V. juradores.</i>	
<i>conjuratores, que eram.</i>	VIII, 154
<i>conquista mussulmana e a reacção neo-gothica, caracter de uma e outra.</i>	VI, 16-18
<i>— differenças e semelhanças delas com a conquista visigótica.</i>	VI, 18-21
<i>conquista wisigothica, differenças e semelhanças com a conquista muçulmana e a reacção neo gótica</i>	VI, 18-21
<i>Conrado III, imperador da Allemanha, toma a cruz vermelha.</i>	III, 9
<i>contribuições nos concelhos, V. tributos nos concelhos.</i>	
<i>Contrasta, é povoada por Sancho I.</i>	III, 142
<i>Coração de Leão, V. Ricardo I.</i>	
<i>Cordova, v. califado de Cordova.</i>	
<i>Coria, é cercada em 1138 por Affonso VII.</i>	II, 164
<i>— rende-se em 1143.</i>	II, 187
<i>Correia (Paião Peres), V. Peres Correia (Paião).</i>	
<i>côrtes de Coimbra em 1211.</i>	IV, 9-13
<i>— em 1261.</i>	V, 168-173
<i>— de Leão em 1130.</i>	II, 139
<i>— em 1135.</i>	II, 146
<i>— de Leiria em 1254.</i>	V, 120
<i>— nelas tomam parte pela primeira vez os procuradores dos concelhos.</i>	V, 120-124
<i>— resoluções tomadas nelas</i>	V, 124-126
<i>— de Santarem em 1273.</i>	V, 249
<i>Coruche, reedificação do seu castello em 1166.</i>	III, 82
<i>— o seu castello é destruido pelos almôadas em 1180.</i>	III, 112
<i>costumes, que eram.</i>	VIII, 24
<i>— nos concelhos perfectos da 3.ª fórmula.</i>	VIII, 61-62

<i>Cotanda</i> , batalha entre os aragoneses e os sarracenos.	II, 86
<i>courelas</i> , V. <i>leiras</i> .	
<i>Crato</i> (o), V. <i>Ucrate</i> .	
<i>Cravo</i> (<i>Mem</i>), vende o castelo de Lombroso ao partido do infante Affonso	V, 59
<i>Crescones</i> (<i>Mido</i>).	II, 46
<i>cruzadas</i> (<i>as</i>).	II, 23-24
— é proibido aos habitantes da Hespanha tomar parte nelas	II, 25
<i>cruzados</i> (<i>os</i>), ajudam Affonso I contra Lisboa em 1140.	II, 186
— partem por mar para a Terra Santa.	III, 9-11
— visitam Compostela.	III, 11
— prometem ajudar Affonso I a tomar Lisboa.	III, 13
— acôrdo com Affonso I para a conquista de Lisboa.	III, 17-20
— muitos dos francos que vieram ao cêrco de Lisboa fixaram-se na Estremadura	III, 52
— duas armadas veem demandar o porto de Lisboa em 1189	III, 166, 342-344
— a primeira armada, com uma armada portuguesa, toma Alvor no Algarve	III, 166, 168
— a segunda armada ajuda Sancho I contra Silves.	III, 170-171, 176-192
— condições assentes com Sancho I para a conquista de Silves.	III, 170
— discórdia entre êles e Sancho I no cêrco de Silves.	III, 190
— Sancho I expulsa-os da cidade.	III, 190
— acusações feitas aos portugueses e ao seu rei de desleais.	III, 191
— Nicolau, bispo de Silves, tenta induzί-los a ajudarem os portugueses contra Faro, sem resultado.	III, 194-195
— uma nau inglesa aporta a Silves e ajuda a defender a cidade contra os sarracenos.	III, 197
— uma armada chega a Lisboa	III, 198, 204
— quinhentos homens eccolhidos vão em socorro de Sancho I em Santarêm	III, 204
— violências exercidas sôbre os moradores de Lisboa e arredores pelos homens da armada.	III, 206-208
— intervençāo de Sancho I.	III, 207-208

<i>cruzados (os)</i> , desforra dos burgueses de Lisboa	III, 208
— uma armada alemã que se dirigia á Palestina aporta a Silves, toma a cidade e abandona-a	III, 231-232
— os papas Inocêncio III e Honório pregam uma nova cruzada contra os sarracenos do Oriente	IV, 76
— uma numerosa armada parte do norte da Europa para o Oriente em 1217 e aporta a Lisboa	IV, 76-77
— Sueiro, bispo de Lisboa, propõe-lhes a conquista de Alcácer	IV, 81
— cerco de Alcácer	IV, 83-93
— cartas ao papa Honório III pedindo que lhes fosse concedido conservarem a armada em Lisboa por mais um ano e prosseguirem nas conquistas, etc.	IV, 93-94
— resposta negativa do papa	IV, 95
— partida da armada em março de 1218	IV, 95
<i>Cuenca</i> , é entrada á forcea e os seus moradores são passados á espada	II, 163
<i>curadores</i> , que eram	VII, 31-32
<i>Curia</i> , cidade da provincia de Al-kassr	II, 170
<i>curia</i> , a ordem dos decuriões	VII, 29
<i>curia solenne</i> , reunida em Coimbra em 1228	IV, 204-205
<i>curiaes</i> , ordem do município romano	VI, 116
— classe de contribuintes entre os visigodos	VI, 114-115, 117
— suas contribuições	VI, 119
— o mesmo que decuriões	VII, 29

D

<i>dar de censura</i> , que era	VI, 263-264
<i>dar por estiva</i> , V. <i>dar de censura</i> .	
<i>decalvacão</i> , que era	VIII, 103
<i>decuriões</i> , ordem do município romano	VI, 116, VII, 29
— suas espécies	VII, 38-40
<i>defensor</i> , cargo quinquenal nos municípios não privilegiados	VII, 37-38

- deixar em sua verdade, que era* VIII, 145
- depoimento judicial, V. prova testemunhal.*
- Descornes (Guilherme), capitão dos francos, po-*
voa Alouguia. III, 52
- Desiderio (frei), delegado apostólico enviado por*
Inocência IV para julgar das acusações
feitas pelo infante Affonso, de Castela,
contra os inimigos de Sancho II V, 75
- Dhi-n-nun, senhores de Toledo* I, 184, 185, 186
- Dias (Rui), V. Cid.*
- Diceto (Radulfo de), sua narração do cêrco de*
Santarém em 1184 III, 123-125
- Didacide (Roderico), V. Dias (Rui).*
- Dinamarca, Waldemar II casa com D. Berengá-*
ria, filha de Sancho I IV, 58-59
- Dinis (infante), Affonso III manda-o a Castela*
com socorros de terra e mar V, 178-179
- *é associado ao poder* V, 272
- direito canónico, sua inviolabilidade reconhecida*
nas còrtes de Coimbra de 1211 IV, 9
- direito de asilo, que era.* VIII, 24-35
- direito de immuniidade, que era* VIII, 24-35
- direito de propriedade, que era.* VII, 42, 44-45
- direito italico, equiparação dos municípios pro-*
vinciais aos municípios italianos VIII, 34-35
- direitura, V. miunça.*
- dizer ás enquisas, que era.* VIII, 145
- dizimos, Affonso II concede-os aos bispos no*
reino em 1218. IV, 103 104
- djzihed, tributo de capitação pago pelos mozá-*
rabes. VI, 26
- dominicanos (os), congregação fundada por Do-*
mingos de Gusmão. IV, 128-130
- *seu estabelecimento em Portugal* IV, 130-131
- *capítulo provincial da ordem em Burgos*
em 1237. IV, 270
- *estabelecem um convento no Porto.* IV, 270
- *é-lhes proibido o exercício do ministério*
sacerdotal. IV, 271
- Drade, nome do rio de Silves.* III, 175
- dromon, nome especial de galé.* III, 126
- dromunda, V. dromon.*
- Dulce (D.), mulher de Sancho I, sua morte em 1198.*
 — *filha de D. Theresa e de Affonso IX, de*

Leão, é declarada segunda herdeira ao trono de Leão	IV, 216-217
<i>duumvires</i> , magistrados municipais.	VII, 30-31
<i>dux portugallensis</i> , título dado por Lúcio II a Affonso I.	II, 194

E

<i>Ebora</i> , capital da Lusitânia no tempo de Sertório.	I, 60
<i>Ebraldo</i> , é expulso de Coimbra.	II, 47
<i>Ebrardo</i> , V. <i>Ebraldo</i> .	
<i>eclesiasticos dos concelhos</i> , eram equiparados aos seus cavaleiros vilãos.	VIII, 89-90
<i>Edessa</i> , sua perda em 1144.	III, 8
<i>edis curues</i> , magistrados municipais	VII, 33
<i>edis plebeus</i> , magistrados municipais	VII, 33
<i>Egas (D. João)</i> , eleito arcebispo de Braga	V, 31
— vai a Lyão e trabalha pela causa do infante Affonso junto do papa.	V, 35
<i>Egitania</i> , é repovoadá por Sancho I	III, 217
<i>Elvas</i> , é acometida e tomada pelo portuguezes em 1226.	IV, 188-190
— abandono da povoação pelos portuguezes e tres anos depois pelos sarracenos	IV, 190, 343-344
— recebe foral de Sancho II em 1229.	IV, 209
— sua occupação definitiva em 1230.	IV, 214
<i>Elcira</i> , filha de Fernando Magno, senhora de Touro	I, 234
<i>emphiteutas (quasi)</i> , que eram	VI, 239-256
<i>enquisa</i> , suas significações.	VIII, 144-146
<i>enterramento em vida</i> , pena afflitiva	VIII, 172-177
<i>erbaticum</i> , tributo sobre os pastos	VI, 159
<i>erecta</i> , que era	VIII, 103-104, 216
<i>eremitas</i> , isto é os almorávidas.	I, 186
<i>Ervigio</i> , sua lei tributária.	VI, 120-121
<i>escribas</i> , officiaes subalternos dos municípios.	VII, 34
<i>escrivão</i> , suas funções.	VII, 339-340
<i>escusos</i> , outra designação de presores.	VI, 169
<i>estalagem</i> , que era.	VIII, 230

estiva, V. *dar de censura*.

Estombar, povoação do Al-faghar. III, 168

Estremadura, os indivíduos que iam combater os sarracenos desta província obtinham remissão dos peccados como em Jerusalém. II, 187

Eudon, duque d'Aquitânia, desbarata os muçulmanos junto de Tolosa. I, 108

Eugenio II, papa, resposta a Affonso VII sobre a homenagem de Affonso I II, 198

euskaldunac, V. *iberos*.

Evora, é conquistada em 1159 e é perdida pouco depois. III, 72

— sítio e riqueza. III, 77

— é tomada por Giraldo Sempavor em 1166. III, 79

— é conquistada por Affonso I em 1165, segundo Ibn Sahibi-s-salat III, 82-83

— cêreo pelos sarracenos em 1180 (ou 1181). III, 113

— (os freires de), Affonso II dá-lhes o lugar de Aviz IV, 70

exactor, o mesmo que questor. VII, 33

Examare, V. *Ismar*.

exceptores, V. *escribas*.

exquisa, suas significações. VIII, 144-146

F

Fafes (Nuno) morre combatendo com Sancho I em Ciudad Rodrigo III, 243

Fafile, rei das Astúrias I, 191

faida, que era VIII, 181-185

família, respeito aos seus laços VIII, 42, 46-48, 54-58, 66-67.

familias de ambos os sexos e ordens, classe de servos no tempo da reacção cristã VIII 155-157

fangas, mercado de cereais. VIII, 228

Fannes (Alvaro), V. *Albar Hanax*.

Faria, castelo que sustentou o partido de Sancho II. V, 58

<i>Farinha (Affonso Peres), V. Peres Farinha (Affonso).</i>	
<i>Faro</i> , é reduzida á obediência por Ibn Suleyman.	III, 54
povoação do Al-faghar.	III, 167
— é submetida pelos cristãos em 1249.	V, 92
<i>fatimitas</i> , fundam um reino muçulmano no norte d'Africa	I, 149-150
<i>feiras</i> , seu estabelecimento na maior parte das povoações importantes do reino.	V, 148
<i>Felix de Urgel</i> , a sua heresia entre os cristãos das Astúrias	VI, 39
<i>Fernandes (D. João)</i> , mordomo-mór de Sancho II na sua menoridade	IV, 179
<i>Fernandes (Lopo)</i> , comendador do Templo, morre combatendo ao lado de Sancho I em Ciudad Rodrigo	III, 243
<i>Fernandes (Martim)</i> , alferes-mór no tempo de Sancho I, é feito mordomo-mór por Affonso II.	IV, 16
<i>Fernandes Castro (Pedro)</i> , fidalgo castelhano ao serviço do imperador de Marrocos	III, 225
— o papa excomunga-o por estar ao serviço dos muçulmanos.	III, 227
— congraça os reis de Castela e de Leão.	III, 230
<i>Fernandes de Lima (D. João)</i>	IV, 179
<i>Fernandes de Vizela (D. João), V. Fernandes (D. João).</i>	
<i>Fernando I</i> , rei de Leão, celebra um convénio em Sahagun com seu irmão, Sancho, rei de Castela	III, 68-69
— invade Castela.	III, 69
<i>Fernando II</i> , rei de Leão, casa com D. Urraca, filha de Affonso I, em 1165	III, 74
— funda Ciudad Rodrigo.	III, 85
— vence Sancho, filho de Affonso I, em Arganal.	III, 87
— desbarata Affonso I em Badajoz e fã-lo prisioneiro.	III, 92-93
— restitue Affonso I á liberdade a trôco dos territórios que lhe havia tomado.	III, 94
— repudia D. Urraca em 1175	III, 101
— sua morte em 1188.	III, 153
— sua descendência	III, 153-154
<i>Fernando I</i> , rei de Castela, vence Bermudo III na bathala de Carrión.	I, 227-228

- Fernando I*, rei de Leão e Castela I, 228-234
- guerra com o rei de Navarra I, 229-230
 - guerra com os muçulmanos I, 230-233
 - toma Coimbra em 1064 I, 232
 - divide os estados por seus filhos I, 234
- Fernando III*, rei de Castela, expedição em 1224
- contra os sarracenos do Andaluz IV, 181-182
 - alia-se a Adhdhatir IV, 182
 - nova expedição em 1225 contra os sarracenos do Andaluz IV, 182
 - recebe do papa incitamentos para combater sem cessar os infieis IV, 187
 - disputa o trono de Leão a suas irmãs declaradas herdeiras por Affonso IX e consegue reunir as duas coroas IV, 217-221
 - conquistas no Andaluz, sobretudo de Sevilha em 1248 V, 65-66
 - sua morte em 1252 V, 106
- Fernando* infante, filho de Sancho I, sai de Portugal logo que morreu seu pai e retira-se para França IV, 16-18
- (infante), irmão de Sancho II, actos brutais praticados contra o bispo de Lisboa IV, 273-276
 - remorsos dos seus actos brutais e penitência imposta pelo papa IV, 283-288
 - passa a Castela e faz-se vassalo de Fernando III V, 25-26
- filho de Affonso VIII, rei de Castela, invade o território dos sarracenos IV, 25
- seu falecimento IV, 26
- Fernando Magno*, V. *Fernando I*, rei de Castela.
- ferro em brasa*, prova do juizo de Deus VIII, 158-160
- feudo-tirou* (*Pedro*), burguês do Porto, um dos chefes do levantamento popular contra o seu bispo III, 275
- fiador de nocion*, que era VIII, 140
- fiança no processo judicial* nos concelhos perfectos VIII, 136-137, 139-140
- fieis*, os bucelários dos reis visigodos VI, 106
- fiel*, que era VII, 249-250, VIII, 132-133
- Figueiredo* (*Pereira de*), V. *Pereira de Figueiredo*.
- Figueiró*, concelho fundado em 1204 por Pedro Affonso III, 258
- firma*, fórmula de juramento VIII, 147, 149-150

<i>fisco</i> , grande número de agentes para recolher os tributos	VIII, 228-229
— seus abusos	VIII, 229-232
<i>Flandres</i> condessa de, intervem a favor de Affonso Raimundes	II, 95
<i>fogueira</i> , casal aforado	VI, 249
— sua significação nas Inquirições.	VI, 275
<i>Folquini</i> (Guilherme), deão de Narbona, é escolhido para nuncio em Portugal para conhecer dos agravos dos prelados portugueses	V, 234, 236
— a sua missão não se realiza por motivo da morte do papa	V, 236
<i>fome de 1202</i>	III, 255-256
<i>Fonte d'Angos</i> , V. <i>Viadangos</i> .	
<i>fora</i> , que era	VII, 29
<i>foraes</i> , que eram	VII, 83-86
— diferentes das cartas de povoação.	VII, 89-97
— principais características	VIII, 20-24
— direito de imunidade e de asilo do ter ritório do concelho ou povoação	VIII, 24-35
— solidariedade municipal: direitos e deveres comuns a todos os vizinhos do concelho	VIII, 35-41
— garantias pessoais comuns á generalidade dos vizinhos do concelho, conforme as diversas fórmulas nos concelhos perfectos e ainda nos imperfectos. VIII, 41-48, 50-58, 61-67	
— privilégios dos vizinhos dos concelhos	VIII, 48, 59-61, 67-68, 69-79
— malados e maladia.	VIII, 113-126, 276-282
— solarengo.	VIII, 115-126
— sistema judicial, conforme as diversas fórmulas nos concelhos perfectos: fórmulas do processo	VIII, 127-141
— provas judiciais: seu valor relativo.	VIII, 141-142
— prova documental	VIII, 142-144
— prova testemunhal.	VIII, 144-146
— prova por juramento	VIII, 146-153
— prova por compurgação	VIII, 153-157
— prova por juramento individual.	VIII, 157
— prova do juizo de Deus	VIII, 157-168
— as sentenças	VIII, 169-170
— as penalidades.	VIII, 170-177
— as composições ou <i>wehrgeld</i>	VIII, 177-181

- foraes*, a revindicta ou *faida* VIII, 181-185
- a calúnia ou multa ou coima, tributo individual nos concelhos VIII, 185-198
- a colheita, jantar ou parada, tributo colectivo nos concelhos VIII, 198-206
- o montado, tributo sobre as pastagens. VIII, 206-210
- o condado, tributo sobre a caça VIII, 206, 211-213
- o quinto rial dos despojos havidos nas correrias em terra de inimigos. VIII, 206, 213-218
- a martinega VIII, 218
- a almocrevaria. VIII, 218
- os impostos sobre o consumo ou de barreiras VIII, 219-241
- a portagem VIII, 220-225, 232-241
- a açougagem. VIII, 220-225, 232-233, 235-241
- a passagem ou peagem VIII, 221, 225, 226, 238
- alcavala, alcaidaria, julgado, relegagem, ochavas. VIII, 226-228
- imperfeições das instituições municipais; causas de desorganização VIII, 242-249
- discórdias dos concelhos entre si VIII, 249-253
- forca*, pena affitiva VIII, 172-177
- Fornellos (D. Maria Ayres de)*, V. *Ayres de Fornellos (D. Maria)*.
- foro*, privilégio do clero alterado nas côrtes de Coimbra de 1211. IV, 13
- que era VIII, 197
- foro dos juizes*. VI, 19
- foros*, V. *foraes*.
- forum*, V. *foraes*.
- Forz (Guilherme de)*, capitão de uma armada de cruzados. III, 198
- fossadeira*, contribuição fixa que substituiu o serviço pessoal de fossado ao norte do Douro. VI, 220-221
- fossado*, serviço militar a cavallo VI, 217-219, 221-222
- prédios sujeitos a ele. VI, 224-232
- regulamento militar. VIII, 102-106
- Fraga*, batalha entre leoneses e sarracenos. II, 145
- franci*, que eram. VIII, 259
- franciscanos (os)*, congregação fundada por Francisco de Assis IV, 128-130
- francos (os)*, fixaram-se na Estremadura. III, 52
- elemento da primitiva população portuguesa VI, 75-82

<i>francos</i> , muitos individuos nobres veem á Península no tempo de Affonso VI e posteriormente.	VI, 75-77
— numerosas colónias francas estabelecem-se no território português.	VI, 77-82
<i>fredum</i> , multa	VIII, 177
<i>Freire</i> (Mello), V. <i>Mello Freire</i> .	
<i>Freitas</i> (Martim), alcaide de Coimbra, exemplo de fidelidade ao seu rei.	V, 72-74
<i>Freixo</i> , os seus moradores repelem o infante de Molina do castello de Alva	IV, 268
<i>Friderico II</i> , imperador de Alemanha, lutas com o papado	V, 7-8, 14-16
— é deposto no concilio de Lyão de 1245	V, 46
<i>Froila</i> , V. <i>Fruela</i>	
<i>Froilaz de Trava</i> (Pedro), aio do infante Affonso Raimundes	II, 36
— faz alevantar a Galiza em nome do seu pupilo	II, 36
— prende os fidalgos parciais de Affonso I, d'Aragão, junto de Castro Xeriz	II, 41
<i>Fromarigues</i> (Suario).	II, 46
<i>fronteiras de cristãos e sarracenos</i> , incerteza nos limites e desenfreamento de paixões	III, 78
<i>Froyaz</i> (Durando), chanceler de Sancho II	V, 9
<i>Fruela</i> , rei usurpador de Oviedo	I, 196
— filho de Affonso III, governador das Astúrias	I, 200
<i>Fruela II</i> , rei de Leão	I, 203
<i>fuero</i> , V. <i>foraes</i> .	
<i>fueros</i> , V. <i>foraes</i> .	
<i>fugatio</i> , que era.	VI, 276
<i>functiones</i> , tributo.	VI, 120
<i>Furtado</i> (Fernando), fidalgo vencido no torneio de Vaidevez.	II, 178

G

<i>Gaia</i> , instituição do concelho e partilha dos direitos d'entradas no Douro entre o bispo e a coroa.	V, 139-141
--	------------

galleci, V. *gallici*.

gallici, povo. VIII, 259

Galiza, limites ao sul no tempo de Fernando

Magno. II, 8

— governada por condes. II, 8

— guerra civil II, 42

— sua situação perturbada em consequên-
cia das discórdias entre D. Urraca e o
marido. II, 65

— revolução de alcaides e senhores de ter-
ras a favor do rei de Aragão II, 66

— dissensões intestinas em tempo de D.
Urraca II, 72

Garcia, rei de Oviedo e de Leão I, 200-201

— a Navarra separa-se da monarquia e con-
stitue um reino independente. I, 200-201

— guerras com os muçulmanos I, 201

— rei de Navarra, guerra com o rei de Leão
e Castela e sua morte I, 229-230

— filho de Fernando Magno, rei da Galiza e
do território denominado Portugal, até
ao Mondego I, 234

— desbarata alguns barões de Entre-Douro
e Minho I, 236-237

— perde a Galiza e Portugal. I, 239

Garcia de Souza (D. Fernão), desafia em Tran-
coso Martin Gil como causador dos ma-
les públicos V, 77-78

Gardea, castelo na região de Silves. III, 172

Gayangos (Pascual), carta a Herculano sôbre a
batalha de Ourique e a pseudo-crítica de

A. C. Pereira. VII, 5 20

gazua, expedição santa I, 216

Gebel Tarik, V. *Gibraltar*.

Gelmires, bispo de Compostela, é derrotado em
Fonte d'Angos. II, 50

— combate os levantados da Galiza, partidá-
rios do rei de Aragão. II, 66

— faz-se poderoso na Galiza. II, 70

— resiste á rainha D. Urraca II, 74

— reconcilia-se com a rainha II, 74

— manda vir obreiros navais de Génova. II, 78

— as suas galés devastam as costas do
Gharb. II, 78

— sua ambição. II, 79

<i>Gelmires</i> , escapa aos ardis de D. Urraca . . .	II, 79
— rende-se a D. Urraca em Compostela em 1116.	II, 80
— aliado do conde de Trava.	II, 86-87
— tenta elevar a sê de Santiago a metropoli- tana.	II, 92
— é feito arcebispo.	II, 93
— é nomeado legado do papa nas dioceses de Compostela e Braga em 1120.	II, 94
— exerce vexames contra o arcebispo de Braga	II, 94
— impetra do papa uma bula que o desligue dos juramentos feitos a D. Urraca . . .	II, 95
— astúcia e enredos com a rainha D. Ur- raca	II, 96
— toma parte na invasão de Portugal em 1121	II, 98
— a rainha impede-o de deixar a expedi- ção contra Portugal.	II, 100
— toma posse dos bens que disputava ao arcebispo de Braga.	II, 101
— é preso por ordem de D. Urraca	II, 104
— é encerrado no castelo de Cira	II, 105
— é solto.	II, 106
— mandado contra Affonso I adoece.	II, 138
<i>Germanello</i> , castelo mandado edificar por Af- fonso I.	II, 187
<i>Gharb</i> (amires do), são os Beni Alaffas	II, 168
— terminam com a entrada dos almorávi- das na Hespanha	II, 168
— região do ocidente da Hespanha, compu- nha-se de tres províncias no século XII.	II, 170
— sua partilha em dois estados independen- tes no fim da dinastia dos almorávidas.	II, 171
— os seus governadores e alcaides marcham ao encontro de Affonso I	II, 171
— conquistas de Affonso I em 1165 e 1166. . .	III, 82-83
<i>Ghalib</i> , general de Al-hakem, submete as pos- sessões dêste no norte d'Africa.	I, 157
— governador de Medinaceli.	I, 159
<i>Ghamim Ibn Mohammed Ibn Mardanix</i> , vem ata- car Lisboa por mar em 1179.	III, 108
<i>ghaswat</i> , V. <i>gazua</i> .	
<i>Gibraltar</i> , origem do seu nome.	I, 102

<i>Gil (Martim)</i> , tidoalho da linhagem de Soverosa do partido rial.	V, 30
— vencedor da lide do Porto.	V, 38
<i>Gilberto</i> , bispo de Lisboa, vai á Gran-Bretanha em 1151 prègar uma cruzada contra os almôhadas da Hespanha.	III, 65
<i>Giraldo</i> , arcebispo de Braga, cliente de Bernardo, arcebispo de Toledo.	II, 196
<i>Giraldo Sempavor</i> , conquista Evora.	III, 79-81
<i>Gistell (Christiano de)</i> , chefe dos cruzados flamengos que ajudaram a conquistar Lisboa	III, 10
<i>Glancille (Herveu de)</i> , condestavel da gente de Suffolk e Norfolk	III, 19
<i>Godinho (Silvestre)</i> , é eleito arcebispo de Braga por morte de Estevam Soares.	IV, 256
— o papa encarrega-o de pôr ordem nos negócios da diocese de Coimbra	IV, 257-258
— manda ao papa uma exposição dos agravos feitos á igreja pelo poder rial. . .	IV, 272-273
— obtem de Sancho II a reparação completa de todos os agravos contra a igreja. .	IV, 279-280
<i>Gomes (Paio)</i> , mestre da ordem dos templários.	V, 118
— (<i>Sancho</i>), pretendente á mitra de Lisboa e favorecido da cõrte em competição com o deão João	IV, 274
— (<i>Sueiro</i>), estabelece em Portugal a ordem dos dominicanos.	IV, 130-131
— vai missionar para a diocese de Coimbra	IV, 132
— promulga leis penais na diocese de Coimbra e provoca assim a intervenção do rei.	IV, 134
<i>Gomes de Briteiros (Rodrigo)</i> , infanção do partido do infante Affonso	V, 31
<i>Gomes de Cabra</i> , aio do infante Sancho, filho de Affonso VI, é morto na batalha de Uclès	I, 255
<i>Gomes Gonçalves</i> , pretendente á mão de D. Urraca	II, 38-39
<i>Gomes Nunes</i> , faz guerra a D. Urraca a favor de Affonso Raimundes	II, 80
— governador da terra de Toronho ou de Tuy.	II, 149
<i>Gomes Ramires</i> , mestre do Templo, comandava os templários na batalha de Navas	IV, 29
<i>Gomes Viêgas</i> , tidoalho do partido do infante Affonso.	V, 31

<i>Gonçalo (frei)</i> , legado do papa, vem a Portugal receber o censo da santa sé em dívida havia muitos anos.	IV, 57-58
<i>Gonçalves (Fernando)</i> , capitão dos burgueses que conquistaram Beja em 1162	III, 77
<i>Gonçalves (Gomes)</i> , V. <i>Gomes Gonçalves</i> .	
<i>Gonçalves Bezzeria Sueiro</i> , fidalgo da Beira desleal ao seu rei, Sancho II	V, 59
<i>Gonçalves de Sousa (Mem)</i> , V. <i>Mendo o Sousa (D.)</i> .	
<i>Gouveia</i> , tumultos civis em 1277.	V, 270
<i>Granada</i> , estado criado por Habuz Ibnu Maksin	I, 183
— Ibn Alahmar aliado de Alfonso X acompanha-o na guerra contra Ibn Mahfot.	V, 142
<i>Gregorio VIII</i> , papa, prega a cruzada contra Saladino	III, 158
<i>Gregorio IX</i> , é eleito papa	IV, 195-196
— dá pronta reparação aos gravames de que se queixara Martinho Rodrigues ao papa Honório III.	IV, 199-200
— manda João de Abbeville, como legado, á Hespanha para pôr ordem nos negócios da igreja	IV, 203-205
— toma a defesa de Sueiro, bispo de Lisboa, e as providências necessarias.	IV, 232-236
— os delegados apostólicos fulminam o interdito sobre o reino	IV, 236
— dirige uma encíclica a Sancho II repreendendo os bispos portugueses por cederem abusivamente a tonsura	VI, 242-243
— absolve Sancho II por haver compelido clérigos á guerra contra infieis.	IV, 243-244
— atende as queixas de Martinho Rodrigues contra Sancho II.	IV, 249-250
— manda compellir Sancho II á reparação do mal praticado e suspende a isenção de censuras que lhe concedera antes.	IV, 250
— manda providenciar contra os abusos das ordenações dos clérigos	IV, 255
— manda expedir uma bula exortando todos os súbditos de Sancho II a ajudá-lo na guerra contra os infieis	IV, 255-256
— toma as providências que as violências da	

- autoridade real requeria em Portugal, es-
pecialmente na diocese de Lisboa. . . . IV, 277-278
- Gregorio IX*, dirige um bula aos portugueses
incitando-os com promessas a associa-
rem-se á empresa de Sancho II. . . . IV, 293
- convoca um concílio em Roma para 1241. . . V, 7
- a armada de Friderico II, imperador da
Alemanha, desbarata a que conduzia os
prelados para o concílio. . . . V, 8
- sua morte em 1241. . . . V, 13
- Gregorio X*, é eleito papa em 1272 . . . V, 236-237
- providências inérgicas contra Affonso III
e ameaças de censuras canónicas terri-
veis . . . V, 253-256
- estas ameaças não produziram sôbre Affon-
so III o efeito moral que era de esperar . . V, 258
- Guadalete*, V. *Chryssus*.
- Guarda*, sua fundação em 1199 . . . III, 251, 253
- origem do seu nome. . . . III, 253
- dimensões do seu termo. . . . III, 253
- mestre Vicente, chanceler de Sancho II, é
eleito seu bispo . . . IV, 261
- guerra marítima*, faziam-na os sarracenos nas
costas de Portugal, Galiza e Astúrias, sal-
teando os logares próximos das praias. . II, 77-78
- Guilherme*, deão de Silves, vai a Flandres recrutar
colonos. . . . III, 248
- conde de Holanda, um dos chefes da armada
de cruzados que em 1217 partiu do norte
da Europa para o Oriente. . . . IV, 77
- Guilherme IX*, duque d'Aquitânia, intervem a
favor de seu sobrinho Affonso Raimundes . II, 95
- Guilherme de Forz*, V. *Forz (Guilherme de)*.
- Guillen (Beatriz)*, V. *Beatriz*.
- Guimarães* (batalha de), V. *S. Mamede*.
- cêreo de 1127 por Affonso VII. . . . II, 123
- o seu castelo sustentou o partido de San-
cho II . . . V, 58
- Gusmão (Domingos de)*, fundador da ordem dos
dominicanos . . . IV, 128-130
- Guterres (Paio)*, alcaide do castelo de Leiria. . II, 153
- vencido e capturado em Leiria . . . II, 180

H

<i>Habuz Ibnu Maksan</i> , senhor de Granada	I, 183
<i>Hacen Al-arak</i> , V. <i>Alarcos</i> .	
<i>Hajaru-n-nasar</i> , castelo do Moghreb	I, 157
<i>Ham Albonte</i> , nome de lugar	I, 179
<i>Hamilcar</i> , general cartaginês, conquistador da Hespanha	I, 52-53
<i>hamuditas</i> , dinastia reinante em Málaga	I, 183
<i>Hannibal</i> , general cartaginês, conquistador da Hespanha	I, 53-56
<i>Hasdrubal</i> , general cartaginês, conquistador da Hespanha	I, 53
<i>Hayrun</i> , um dos nomes de Faro	III, 194
<i>Henrique</i> , conde de Bar, capitão dos cruzados flamengos que ajudaram á conquista de Silves em 1189	III, 170
— filho de Affonso VIII, sobe ao trono de Castela	IV, 61
— o conde Alvaro Nunes de Lara seu tutor . .	IV, 61
— casa com D. Mafalda, filha de Sancho I. . .	IV, 62-63
— dissolução do seu casamento com D. Mal- fada	IV, 63
<i>Henrique de Borgonha</i> , conde de Portugal, seus ascendentes	II, 16
— sua vinda á Península	II, 16
— seu casamento com D. Theresa.	II, 17, 20, 240-243
— é feito governador da provincia portuga- lense	II, 17, 20, 238
— recebe as propriedades regalengas	II, 20
— visita o templo de Santiago	II, 22
— reside na côrte de Affonso VI em 1100 e 1101.	II, 22
— é vencido pelos sarracenos perto de Ma- lagon	II, 22
— parte para o Oriente em 1103 e toma parte na 2ª cruzada	II, 25
— regressa a Portugal em 1105.	II, 26
— reside na côrte de Affonso VI em 1106. . .	II, 26
— occupa-se na administração do país	II, 26

<i>Henrique de Borgonha</i> , seu carácter.	II, 27
— tratado secreto com Raimundo, conde da Galiza.	II, 29-30
— vantagens dêsse pacto para êle.	II, 31
— a morte de Raimundo destroe as suas esperanças de engrandecimento territorial.	II, 32
— pretensões sôbre Affonso VI, seu sogro, no leito de morte.	II, 33
— reduz á obediência os sarracenos de Cintra que se haviam rebelado.	II, 34
— vai a França alistar gente de guerra, é preso e foge.	II, 37
— vai ao Aragão e alia-se com Affonso I d'Aragão.	II, 38
— aconselha os fidalgos galegos a proclamarem rei o infante Affonso Raimundes.	II, 41
— os seus homens d'armas são desbaratados em Vatalandi.	II, 46
— liga-se a Affonso I d'Aragão contra Castela e Leão.	II, 49
— batalha de Campo d'Espina.	II, 49
— declara-se pelo partido de D. Urraca, mediante promessas de terras.	II, 51
— com D. Urraca põe cêrco a Penafiel onde estava Affonso I d'Aragão.	II, 52
— alia-se com os nobres de Leão e Castela para fazes guerra a D. Urraca.	II, 55
— põe sítio a Carrión.	II, 55
— seu falecimento em 1114.	II, 59, 243-251
— sua ambição política e desejo de engrandecimento territorial.	II, 60
— sua idade quando faleceu.	II, 61
<i>Henriques (Affonso), V. Affonso I.</i>	
<i>Herberto</i> , abade de Moreruela, recebe de Sancho I a doação de bens reguengos.	III, 298
<i>herdade afosseirada</i> ou <i>de fossadeira</i> , que era.	VI, 219-221
<i>herdade foreira</i>	VI, 281
<i>herdades simplesmente afosseiradas</i>	VI, 224-227
— transformações que sofreram.	VI, 232-238
<i>herdador</i> , designação do homem livre não-nobre na primeira época da monarquia.	VI, 215
<i>Hervas-tenras</i> (batalha de).	III, 243
<i>Hespanha</i> , povos que a habitaram em tempos primitivos.	I, 43
— origem fenícia do nome.	I, 48

<i>Espanha, colónias fenícias e gregas</i>	I, 48-52
— <i>a conquista cartaginesa</i>	I, 52-56
— elementos que ajudaram a conquista cartaginesa	I, 53-54
— <i>a conquista romana</i>	I, 56-62
— estado político e social durante o domínio romano	I, 62-68
— <i>a conquista germânica</i>	I, 69-72
— ao acabar o império romano as diferentes nacionalidades achavam-se incorporadas na nação romana	I, 72-74
— o sistema de povoação dos romanos explica a romanização rápida dos indígenas . .	I, 82-88
— porque restam vestígios de vocábulos e usanças de outros povos peninsulares anteriores	I, 88-90
— o testemunho dos escriptores confirma que o latim rústico se tornara a língua da Península	I, 90-98
— <i>a conquista muçulmana: conquistas de Tarik</i>	I, 102-103
— conquistas de Musa	I, 103-106
— conquistas de Abdu-l-aziz	I, 104, 106
— resistência de Theodemiro no oriente da Península	I, 104
— Abdu-l-aziz, governador	I, 106
— Ayub Ibn Habib Al-lakhmi, governador	I, 107
— Al-horr Ibn Abdu-r-rahman Athakefi, governador	I, 107-108
— Assamah Ibn Malik Al-khaulani, governador: conquistas além dos Pireneus . .	I, 108
— Abdu-r-rahman Ibn Abdillah Al-ghakafi, governador	I, 108-109
— Anbasah Ibn Sohaym, governador: conquistas além dos Pireneus	I, 109
— Odhrah Ibn Abdillah Al-fehri, governador eleito	I, 109
— Yahya Ibn Salmah Al-kebi, governador	I, 109
— Hodheifah Ibn Al-ahwass, governador . .	I, 109
— Othman Ibn Abi Nesah, governador . . .	I, 109
— Al-haytham Ibn Obeyd, governador . . .	I, 110
— Mohammed Ibn Abdillah, governador interino	I, 110

<i>Hespanha</i> , Abdu-r-rahman Ibn Abdillah, governador : conquistas além dos Pireneus e batalha de Poitiers em que foi vencido e morto por Carlos Martel	I, 110-111
Abdu-l malek Ibn Kattan Al-fehri, governador	I, 112
— Okbah Ibu-l-hejaj, governador	I, 112
— guerras civis entre os muçulmanos : Abdu-l-malek, Balj Ibn Beshr e Thalebah Ibn Salamah	I, 112-114
— Abul-khattar Husam, governador	I, 114
— Thuabah Ibn Salamah, governador interino	I, 114-115
— continuam as guerras civis e os cristãos do reino das Astúrias ganham novas forças	I, 115
— Yusuf Ibn Abdi-r-rahman Al-fehri, eleito governador pelos principais entre os árabes.	I, 115-116
— Abdu-r-rahman Ibn Muawiyah, fundador da dinastia dos Beni Umeyya, de Córdova	I, 116-120
— conquistas de Carlos Magno na Península	I, 118-119
— reinado de Hixam I	I, 120-122
— conquistas além dos Pireneus e lutas com os cristãos do reino de Oviedo	I, 121
— reinado de Al-hakem	I, 122-128
— reinado de Abdu-r-rahman II.	I, 128-135
— primeiras expedições dos normandos nas costas da Península	I, 133-134
— reinado de Mohammed	I, 135-140
— novas expedições dos normandos.	I, 136
— guerras civis.	I, 138-140
— guerras infelizes com os cristãos das Astúrias :	I, 138-140
— reinado de Al-mundhir	I, 140-142
— reinado de Abdullah	I, 142-143
— Abdu-r-rahman III toma o título de califa : o seu reinado	I, 144-155
— guerras civis.	I, 145-147
— guerras com os cristãos	I, 147-148, 150-153
— conquistas no norte de África.	I, 149-150, 153-154
— levantamento de seu filho Abdullah	I, 152
— esplendor do seu reinado	I, 153-155
— califado de Al-hakem II	I, 155-158

- Espanha*, califado de Hixam II . . . I, 158-168, 170, 172, 173
- Mohammed Abi Amir Al-maaferi Al manssori, é feito seu primeiro ministro e tutor. . . I, 158-166
 - guerras vitoriosas com os cristãos e os muçulmanos de Africa. I, 158-159, 162-164
 - Abdu-l malek, filho do primeiro ministro, substitue seu pai no cargo I, 166
 - Abdu-r-rahman, filho segundo de Al-manssor, sucede a seu irmão no cargo. . . I, 167-168
 - Mohammed, primo do califa, vence Abdu-r-rahman, depõe Hixam II e declara-se califa. I, 167-172
 - levantamento dos africanos I, 169
 - Suleyman Ibn Al-hakem declara-se califa : guerras civis para a posse do califado . . . I, 169-174
 - Aly Ibn Hamud proclama-se califa. I, 174-176
 - Abdu-r-rahman Ibn Mohammed, da familia dos Beni Umeyya, disputa-lhe o califado I, 175-177
 - morto Aly, é proclamado em seu lugar seu irmão Al-kasim Ibn Hamud I, 176, 178-179
 - seu sobrinho Yahya, filho de Aly, disputa-lhe o califado I, 176-179
 - a Abdu-r-rahman Ibn Mohammed succede Abdu-r-rahman, irmão do califa Mohammed. I, 177
 - seu primo Mohammed faz-se aclamar califa pelos seus soldados I, 177-178
 - Hixam Ibn Mohammed, bisneto de Abdu-r-rahman III, é proclamado califa I, 179-181
 - Jauhar Ibn Mohammed é eleito amir I, 181-182
 - desmembração do califado em amirados independentes I, 182-186
 - as vitórias de Affonso VI, rei de Leão, obrigam os amires a pedir auxilio contra elle aos almorávidas. I, 186
 - origem e progresso desta seita africana até á sua entrada na Península I, 186-189
 - a *reconquista cristã* : fundação de uma nova monarquia gótica nas Astúrias I, 191
 - Pelágio : batalha de Cangas de Onis I, 191
 - Fafila, seu filho, rei das Astúrias. I, 191
 - Affonso I, rei das Astúrias : guerras com os muçulmanos I, 191
 - Fruela I, rei das Astúrias. I, 191-192

Hespanha, Guerras com os muçulmanos : fun-

dação de Oviedo.	I, 192
— Aurélio, rei das Astúrias	I, 192
— Silo, rei das Astúrias	I, 192
— Mauregato, rei das Astúrias.	I, 193
— Vermudo, rei das Astúrias	I, 193
— sua abdicação	I, 193
— Affonso II, rei das Astúrias	I, 193-194
— guerras com os muçulmanos	I, 194
— estabelece a capital em Oviedo	I, 194
— progressos da civilização no seu rei- nado	I, 194
— Nepociano, conde do palácio, disputa a coroa do reino das Astúrias a Ramiro, filho de Vermudo	I, 195
— Ramiro I, rei de Oviedo.	I, 195
— Ordonho I, rei de Oviedo.	I, 195-196
— guerra com os muçulmanos.	I, 196
— Fruela, rei usurpador de Oviedo	I, 196
— Affonso III, filho de Ordonho I, rei de Oviedo.	I, 196-200
— guerras vitoriosas com os vascónios e os muçulmanos.	I, 196-199
— rebelião de seus filhos e sua abdicação. . .	I, 200
— Garcia I, rei de Leão	I, 200-201
— separação da Navarra	I, 200-201
— guerras com os muçulmanos	I, 201
— Ordonho II, rei de Leão.	I, 201-203
— invasões nos territórios dos muçulma- nos.	I, 201-203
— Fruela II, rei de Leão.	I, 203
— Affonso IV, rei de Leão	I, 203-204
— Ramiro II, rei de Leão.	I, 204-210
— discórdias civis	I, 204
— guerras com os muçulmanos.	I, 204-209
— tréguas com o califa de Córdoba.	I, 209
— Ordonho III, rei de Leão	I, 210
— seu irmão, Sancho, disputa-lhe a coroa. . .	I, 210
— guerra com os muçulmanos.	I, 210
— Sancho I, rei de Leão	I, 210-212
— Ordonho, filho de Affonso IV, expulsa-o do trono	I, 210
— é reposto no trono por Abdu-r-rah- man III, califa de Córdoba.	I, 211
— levantamento dos condes da Galiza.	I, 212

<i>Espanha</i> , Ramiro III, rei de Leão.	I, 212-215
— regência de sua tia Elvira.	I, 212
— guerras com Al-manssor.	I, 212-215
— Bermudo, neto de Fruela II, faz-se procla-	
mar rei na Galiza	I, 213-214
— Bermudo II, rei de Leão	I, 215-218
— guerras com Al-manssor.	I, 215-218
— dissensões civis	I, 215
— a gaza de Al-manssor contra Compos-	
tela.	I, 216
— Affonso V, rei de Leão.	I, 219-224
— regência de sua mãe Elvira	I, 219
— guerras com Al-manssor, Abdulmalek,	
Al-modhaffer.	I, 219-221
— guerra com o conde de Castela, Sancho	
Garcez	I, 222-223
— Bermudo III, rei de Leão.	I, 224-228
— guerras civis.	I, 224-225
— o rei de Navarra, Sancho, anexa a Cas-	
tela.	I, 225
— guerra com Navarra	I, 225-226
— fundação da monarquia de Castela	I, 227
— batalha de Carrión e morte de Ber-	
mudo III.	I, 227-228
— Fernando I, rei de Leão e Castela.	I, 228-234
— guerra com Garcia, rei de Navarra	I, 229-230
— guerras com os muçulmanos	I, 230-233
— tomada de Coimbra em 1064.	I, 232
— divide os seus estados por seus filhos. . .	I, 234
— discórdias e guerras dos tres irmãos,	
filhos de Fernando I.	I, 235-236
— Affonso, rei de Leão, desbarata o de Cas-	
tela, Sancho, na batalha de Carrión . .	I, 235
Affonso é por sua vez desbaratado por	
Sancho e fica seu prisioneiro	I, 236
— Garcia, rei da Galiza, mantém a sua in-	
dependência nestas lutas entre Sancho	
e Affonso.	I, 236-237
— Sancho cerca Urraca em Zamora e é	
morto junto dos seus muros.	I, 237-238
— Affonso é aclamado rei de Leão e Castela,	
VI do nome	I, 238
— apodera-se da Galiza.	I, 239
— socorre a Al-mamon, rei de Toledo, seu	

- protector, contra os muçulmanos de Sevilha. I, 239-240
- Hespanha*, alia-se com Ibn Abbad, de Sevilha, e casa com a filha d'ele, Zaida. I, 241-242
- guerra com os muçulmanos de Toledo. I, 241-242
- cerca e toma Toledo (1085). I, 242-244
- os amires do Andaluz resolvem pedir o auxilio dos almorávidas contra Affonso VI. I, 245-246
- batalha de Zalaca ou Sacralias. I, 247-250
- vantagens dos muçulmanos contra os estados de Affonso VI. I, 250-252
- apossa-se dos territórios até á foz do Tejo I, 253
- batalha de Uclés e morte de seu filho, Sancho. I, 254-255
- sua morte em 1109. II, 32-33
- declara D. Urraca sua herdeira ao trono. II, 33
- hisbet*, é a policia VII, 316
- Hisn Abi Cherif*, castelo na Serra Morena. I, 181
- Hisn Conca*, fortaleza pertencente a Omar Ibn Hafssun I, 145
- Hisn Kastala*, hoje Cacela no Algarve. III, 167
- Hispano* (Pedro), é eleito arcebispo de Braga V, 239-240, 324-327
- o papa não confirma a sua eleição por o ter elevado ao cardinalato e feito bispo tusculano. V, 240
- é eleito papa com o nome de João XXI. V, 259
- hispano-romanos* (os), sua condição de inferioridade depois da conquista visigótica: formam a classe dos não-nobres VI, 97-100
- incorporação legal das duas raças VI, 100
- influência do clero católico depois da conversão de Recaredo ao catolicismo: por êle os vencidos podiam aspirar ao poder e ás honras. VI, 100-101
- carácter e limitação d'esse facto VI, 101-103
- as suas terras eram as únicas tributadas. VI, 109
- historia patria*, sua concepção na idade média e no renascimento, V. *Portugal*.
- suas origens, V. *Portugal*.
- historia social*, necessidade do seu estudo na primeira época da monarchia portugueza VI, 7-12

- Hixam*, hajib de Mohammed Al-mundhir. I, 143
- Hixam I*, amir de Córdoba. I, 120-122
- conquistas além dos Pireneus e lutas com os cristãos do reino de Oviedo I, 121
- Hixam II*, califa de Córdoba. I, 158-168, 170, 172, 173
- Mohammed Abi Amir Al-maaferi Almansor, seu primeiro ministro e tutor . . . I, 158-166
- guerras vitoriosas com os cristãos e os muçulmanos de Africa. I, 158-159, 162-164
- Abdu-l-malek, filho do primeiro ministro Al-manssor, succede a seu pai no cargo . . . I, 166
- Abdu-r-rahman, filho segundo de Al-manssor, succede a seu irmão no cargo de primeiro ministro I, 167-168
- Mohammed, primo do califa, vence Abdu-r-rahman, depõe o soberano e declara-se califa. I, 167-172
- é reposto no trono. I, 172-173
- Hixam Al-atibi*, chefe dos toledanos revoltados contra Abdu-r-rahman II I, 132
- Hixam Dhi-n-nun*, amir de Toledo. I, 185-186
- Hixam Ibn Mohammed*, bisneto de Abdu-r-rahman o grande, é eleito califa I, 179-181
- Hixam Ibn Suleyman Al-raxid*, caudilho dos *berbers* I, 169
- Hodheyjah Ibn Al-ahwass*, governador da Hespanha I, 109
- Hollanda*, conde de, V. *Guilherme*, conde de Hollanda.
- homem bom*, designação do homem livre não-nobre na primeira época da monarquia. VI, 215-216
- homem de outrem*, que era. VIII, 115, 121-124
- homem de rua*, que era VII, 140
- homem foreiro*, que era VI, 281
- homens bons*, que eram VII, 119
- teem assento no tribunal municipal . . VII, 297-311
- esta designação abrangia em geral os vizinhos do concelho VII, 311-315
- homens de bemfeitoria*, que eram VI, 175
- homens de criação*, classe de servos na primeira época da monarquia. VI, 162, 195-198
- sua transformação em colonos livres. . . VI, 198-212
- entram na classe dos *juniores*. VI, 212
- homens de fora parte*, que eram. VIII, 8-14
- homens do rei*, V. *peões*.

homens livres não-nobres, V. ingenuos.

- sua divisão, durante o domínio dos visigodos, nas classes dos bucelários e dos agricultores livres; e suas causas. . . . VI, 103
- os bucelários, clientes dos visigodos. . . VI, 104-108
- os agricultores livres, constituídos pelos hispano-romanos VI, 104, 108-113
- sua situação social no tempo da reacção eristã VI, 165-180
- documentos que mostram a existência dos presores e dos colonos livres VI, 167-168
- suas designações várias VI, 169
- distincão entre cavaleiros vilãos e peões. VI, 169-172
- sua condição social na primeira época da monarquia VI, 212-300
- cavaleiros vilãos, suas origens. VI, 213-216
- eram obrigados a prestar o serviço militar a cavalo; condições dêste VI, 217-223
- o fossado, serviço militar a cavalo . . . VI, 217-219
- herdade de fossadeira ou afosseirada, ou cavalaria VI, 219-221
- fossadeira VI, 220-221
- cavalo ou morabitino de maio. VI, 222-223
- cavaleiros vilãos: vários graus VI, 223-238
- herdades simplesmente afosseiradas. . . VI, 224-227
- cavalarias sujeitas ao fossado e á anúduva. VI, 224, 227-228
- cavalarias sujeitas ao fossado, á anúduva, á lutuosa, etc. VI, 224, 230-231
- transformações que sofreram as herdades afosseiradas e as cavalarias VI, 232-238
- os homens do rei, peões ou colonos voluntários VI, 238-285
- tres espécies de homens do rei: os quasi enfiteutas, os reguengueiros e os jugadeiros (ou jugueiros) VI, 239
- os quasi enfiteutas. VI, 239-256
- os reguengueiros VI, 239-268
- os jugadeiros VI, 269-285
- os cabaneiros VI, 287-293
- servidores rurais VI, 294-295
- carácter da história do povo nos séculos XII e XIII: o progresso da libertação do homem do trabalho. VI, 295-300

<i>homens livres não-nobres</i> , extractos de documentos acêrea da condição do povo durante a reacção cristã	VI, 317-327
<i>homizieiro</i>	VIII, 188-189, 191-192, 196
<i>Hondhalah Ibn Sefwan</i> , amir de África	I, 114
<i>honorati</i> , que eram	VIII, 30
<i>Honorio III</i> , prega a cruzada contra o Oriente	IV, 76
— confirma a posse da coroa a Affonso II em 1218.	IV, 103
— na contenda entre Affonso II e o arcebispo de Braga, toma as providências que o interesse do clero exigia.	IV, 117-120
— autoriza Estevam Soares a levantar as censuras sobre o rei e o reino se elle obtiver reparação condigna	IV, 146
— escreve uma carta a Affonso II em que de novo ameaça o soberano e o reino com penas maiores se não reparar os agravos feitos ao clero	IV, 146-147
— confirma a coroa portugueza, a Sancho II em 1225	IV, 186-187, 342-343
— incita Fernando III a combater sem cessar os infieis	IV, 187
— expede uma bula cheia de cominações e ameaças contra os nobres e prelados que avexavam as ordens monásticas	IV, 193
— sua morte em 1227.	IV, 195
<i>hospitallarios</i> , Sancho II doa-lhes um extenso território onde fundaram Urate em 1221.	IV, 239
— Sancho II entrega-lhes as povoações de Moura e Serpa	IV, 239-240
— Affonso Peres Farinha seu chefe	IV, 240
— estabelecem a sua principal comenda em o Crato	IV, 290
— conquistam Arôche e Aracena em 1249, segundo parece.	V, 101-102
<i>hoste</i> , o exército.	VI, 228
<i>hoste e fossado</i> , que era.	VIII, 197
<i>Hoveden Rogerio de</i> , afirma que depois da batalha de Alarcos um troço de sarracenos invadiu a Estremadura portugueza.	III, 222-223
<i>Huesca</i> , tratado de aliança feito aí em 1191 entre Aragão, Leão e Portugal.	III, 211
<i>Hugo</i> , monge de Cluni, favorece as ambições dos condes Henrique e Raimundo.	II, 29

- Hugo*, arceediago da sé de Compostela, é feito
bispo do Porto. II, 67-68, 251-254
— bispo do Porto, é enviado a Roma por
Gelmires. II, 93

I

- Iaborah*, cidade da provincia de Al-kassr II, 170
iberos, povo I, 43
Ibn Abbad, V. *Mohammed Al-mutamned Ibn Abbad*.
— amir de Sevilha, pede o auxilio dos al-
morávidas contra os cristãos. I, 245-246
— entrega o castelo de Algeziras aos almorá-
vidas. I, 246
— batalha de Zalaka. I, 248
— vantagens obtidas no território de Toledo
depois da batalha de Zalaka I, 250-251
— os almorávidas apossam-se do amirado
de Sevilha. I, 252-253
Ibn Abdi-l-barr, conselheiro de Abdullah, filho
de Abdu-r-rahman. I, 152
Ibn Abu Danès, V. *Al-kassr Ibn Abu Danès*.
Ibn Alahmar, rei de Granada e aliado de Af-
fonso X, acompanha este na guerra contra
Ibn Mahfot. V, 142
— faz causa comum com os mouros suble-
vados contra Affonso X V, 161-163
Ibn Aly Ibn Al-hajan, revoltase em Badajoz
contra os almóhadas. III, 54
Ibn Atiyah, V. *Zeiry Ibn Atiyah*.
Ibn Errik, nome que os sarracenos davam ao
filho do conde Henrique. II, 168
Ibn Ghanyyiah, governador de Valência II, 167
— chefe dos almorávidas no Andaluz II, 204
— desbarata os sarracenos revoltados do
Gharb II, 205
— cerca Niebla. II, 205
— revoltam-se muitas cidades do Gharb con-
tra elle II, 205
— sua morte em 1248. III, 70

<i>Ibn Ghanyyriah</i> , a sua familia estabelece um estado independente nas Baleares . . .	III, 262
<i>Ibn Hamud</i> , V. <i>Aly Ibn Hamud</i> .	
<i>Ibn Hud</i> , torna-se senhor de quasi todo o Andaluz; é desbaratado por Affonso IX, de Leão	IV, 213-214
<i>Ibn Kasi</i> , senhor de Mértola	II, 171
— invade com Seddaray o distrito de Sevilha	II, 205
— estuda a doutrina de Al-Ghazaly e propaga-a entre os seus naturais	II, 207
— oferece obediência a Abdu-l-mumen	II, 207
— é nomeado governador do Gharb	II, 207
— guerra com Seddaray e Omar	II, 207
— pede socorro a Affonso I	II, 208
— prisioneiro de Seddaray	II, 210
— é libertado por Ibn Samail	II, 210
— vai ao Moghreb invocar o socorro dos almôhadas	II, 210
— senhor novamente de Mértola e Silves em 1145	II, 211
— rebela-se em Silves contra os almôhadas	III, 53
<i>Ibn Khaldun</i> , sua narração do cêrco de Santarém em 1184	III, 123
<i>Ibn Mahfot</i> , rei de Niebla e do Algarve, cede o senhorio dos seus domínios ao intante Affonso, de Castela . . . V, 100-101, 142 143, 293 302	
<i>Ibn Omar</i> , ministro de Ibn Abbad	I, 241
<i>Ibn Sahibi s-salat</i> , como Affonso I tomava os castelos dos sarracenos	III, 58-59
<i>Ibn Samail</i> , liberta Ibn Kasi	II, 210
<i>Ibn Tumarta</i> , funda uma nova seita	II, 161
— na cidade de Marrocos prega contra os almorávidas e é expulso dela	II, 161
— estabelece a sua morada num cimiterio vizinho	II, 162
— toma o nome de Al-mahdi	II, 162
— foge para Tynmal	II, 162
— faz-se aclamar imam	II, 162
— sua morte em 1130	II, 162
<i>Ibn Wasir Ach-chelbi</i> , governador de Alcácer, pede socorro aos outros governadores do Andaluz	IV, 84

<i>Ibn Wasir Ach-chelbi</i> , fica prisioneiro dos portugueses depois do cerco de Alcácer . .	IV, 93
<i>Ibn Zakaria Ibn Ghanyyiah</i> , V. <i>Ibn Ghanyyiah</i> .	
<i>Ibn Zobeir</i> , levanta-se na Efrikia contra os almôhadas.	III, 112
<i>Ibrahim Abu Isak</i> , sucede a Taxtin, imperador dos almorávidas	II, 204
— é decapitado em Marrocos.	II, 204
<i>Ibrahim Ibn Humuchk</i> , capitão dos almôhadas na fronteira de Badajoz	III, 97
<i>idade media</i> , como ela considerava as origens da história pátria, V. <i>Portugal</i> .	
<i>Idanha</i> , V. <i>Egitania</i> .	
— castelo fundado pelos templários.	III, 95
— é povoada por Sancho I e doada aos templários	III, 257
<i>Idanha-a-velha</i> , tentativa de repovoamento. .	IV, 290-291
— o seu senhorio foi dado aos templários.	IV, 291
<i>Idrisitas</i> reino africano dos	I, 149-150
— dinastia reinante de Málaga.	I, 182
<i>Ielch</i> , cidade da província de Al-kassr.	II, 170
<i>imam</i> , título que tomou Abdu-r-rahman III. . .	I, 145
<i>immunidade da pessoa</i> , que era. . . VIII, 42-44, 50-52, 61-64	
<i>Imperio do Oriente</i> , sua desmembração. . . .	IV, 74
<i>impostos</i> os, propriedade tributada e não-tributada entre os visigodos.	VI, 109
— tradições romanas acerca dos impostos.	VI, 110-112
— capitação e capitação humana.	VI, 111-112
— contribuições dos curiaes e privados entre os visigodos.	VI, 115, 119-120
<i>impostos nos concelhos</i> , V. <i>tributos nos concelhos</i> .	
<i>infurção</i> , sua significação.	VI, 276
<i>ingenuos</i> , eram os homens livres entre os visigodos.	VI, 24
— sua divisão em nobres e não-nobres ou homens livres inferiores	VI, 94
<i>Ingllaterra</i> , João Sem Terra sobe ao trono por morte de Ricardo Coração de Leão. . .	III, 244
— Arthur, duque de Bretanha, disputa o trono a João Sem Terra.	III, 244
<i>Innocencio III</i> , papa, ordena ao legado Raynerio que obrigue a concórdia os reis de Por-	

tugal, Leão e Castela, sob pena de ex- comunhão	III, 232
<i>Innocencio III</i> , manda que Affonso IX, de Leão, repudie Berengária, filha do rei de Cas- tela, sob pena de excomunhão.	III, 233
— escreve a Sancho I exigindo-lhe o paga- mento do censo á santa sé	III, 235-237
— obriga Sancho I a restituir o bispado e bens ao bispo do Porto.	III, 269
— manda que Sancho I dê todas as satisfa- ções ao bispo do Porto e reponha tudo no anterior estado	III, 274-275
— escreve a Sancho I queixando-se energica- mente do seu procedimento contra o bispo de Coimbra	III, 291
— manda aos seus delegados que compo- nham a contenda entre Sancho I e o bispo de Coimbra	III, 293-298
— confirma a Affonso II a successão do reino em 1212	IV, 14
— manda cumprir o testamento de Sancho I no respeitante aos legados feitos a suas filhas.	IV, 15
— a sua intervenção na contenda entre Affonso II e suas irmãs foi parcial e in- teresseira.	IV, 54-55
— reclama o pagamento do censo devido á santa sé	IV, 56-58
— manda frei Gonçalo a Portugal lembrar e receber o censo em dívida	IV, 57-58, 307-308
— anula o casamento de D. Mafalda com Henrique, rei de Castela.	IV, 63
— prega nova cruzada contra o Oriente.	IV, 76
<i>Innocencio IV</i> , papa, abandona os seus estados e transfere-se para Lyão em 1244.	V, 15
— convoca um concílio em Lyão para 1245.	V, 16
— exposição dos prelados portugueses sôbre o estado deploravel dos negócios do reino.	V, 16-20
— a situação do papado favorece a conjura- ção portuguesa contra Sancho II.	V, 28-29
— aconselha e roga em 1245 ao infante Affonso de Bolonha que parta em so- corro da Terra Santa.	V, 33

- Innocencio IV*, manda que Sancho II repudie sua mulher se se provar que são parentes . . . V, 34-35
- dirige a Sancho II uma bula onde se enumeravam todas as queixas dos prelados, ordenando-lhe a emenda de todos os abusos e males públicos. V, 36-37
 - no concílio de Lyão de 1245 depõe o imperador Friderico II. V, 116
 - depõe Sancho II e dá-lhe por successor Affonso de Bolonha V, 47-49
 - manda frei Desiderio a Portugal para julgar das acusações feitas pelo infante Affonso, de Castela, contra os inimigos de Sancho II. V, 74-76
 - tenta reconciliar Affonso III e Affonso X, de Castela, em guerra. V, 110
 - encarrega Affonso X de proteger os interesses dos partidários de Sancho II foragidos em Castela. V, 126
 - declaração a favor de Affonso III inibindo Affonso X de usar da força na protecção dos interesses dos partidários de Sancho II foragidos em Castela. V, 126
 - envia frei Valasco á Península a tratar certos negócios com os reis de Portugal, Castela e Aragão V, 127-128
- inquerito judicial*, V. *prova testemunhal*.
- inquirições geraes* de 1220 IV, 137-146
- eram providências de difficil applicação e susceptíveis de violências e injustiças. . IV, 139-142
 - como procediam os inqueridores. . . IV, 142-143
 - descontentam a fidalguia e o clero por ferirem os seus interesses e privilégios. . IV, 143-146
 - extractos que elucidam acêrca da propriedade tributária não municipal . . . VI, 331-343
- inquirições geraes* de 1258 V, 154-160
- instituto da penitencia*, espécie de frades menores seculares da fundação de Francisco de Assis IV, 241
- intolerancia do clero mosarabe*, V. *mosarabes*.
- inviolabilidade do lar domestico*. VIII, 42, 45-46, 53-54, 64-66
- Isa Ibn Maimun*, senhor de Faro. III, 54
- Ismael Ibnu Dhi-n-nun*, senhor de Toledo. . . I, 183-184
- Ismar*, chefe dos sarracenos na batalha de Ourique. II, 173

J

- Jacob (frei)*, ministro dos minoritas e confessor provavel de Sancho II. IV, 243-244
- Jaen*, é conquistada em 1246 por Fernando III. . . V, 65
- Jafar*, filho de Omar Ibn Hafssun, continua a combater o califado I, 146-147
- Jafar Ibn Othman Al-muchafi*, hajib do califa Hixam II. I, 159
- jantar*, V. *colheita*.
- Jauhar*, V. *Jauhar Ibn Mohammed*.
- general do califa Muizz, vence os muçulmanos da Hespanha I, 254
- Jauhar Ibn Mohammed*, é eleito amir I, 181-182
- Jelmanyah*, castelo da provincia de Al-kassr. . . II, 170
- sua conquista em 1166 por Alfonso I. . . III, 82-83
- Jerusalem*, é conquistada em 1187 por Saladino. . III, 157
- João*, arcebispo de Braga, contesta a primazia de Toledo II, 196
- o papa Eugénio III suspende-o do officio pastoral e obriga-o a reconhecer a primazia de Toledo II, 198-199
- deão da sé de Lisboa, é eleito bispo da diocese, apesar da opposição da corte. . . IV, 274
- actos brutais que pratica contra elle o infante Fernando de Serpa. IV, 274-276
- obtem de Sancho II plena satisfação aos seus agravos. IV, 283
- João XXI*, nome de papa que tomou Pedro Julião, ou Hispano. V, 259
- Alfonso III escreve-lhe congratulando-se com a sua eleição e referindo-se ás questões entre o clero e o poder rial lança as culpas sobre aquele V, 261
- manda, segundo parece, repreender Alfonso III por assim culpar o clero. . . V, 261
- carta a Alfonso III recomendando-lhe que estenda sobre o clero um braço protector e annunciando-lhe a partida de um en-

- viado português para tratar das questões pendentes. V, 261-263
- João Sem Terra*, sobe ao trono de Inglaterra. . . III, 244
- Arthur, duque de Bretanha, disputa-lhe o trono. III, 244
- Jogo do Bufurdio*. II, 179
- Jourdan*, capitão dos francos, povoa Lourinhan. . III, 52
- judeus (os)*, elemento da primitiva população portuguesa. VI, 70-75
- são tratados com intolerância pelas leis visigóticas. VI, 70-71
- favorecem a conquista dos muçulmanos. . VI, 71-72
- importância d'este elemento desde o século XI e lei protectora de Affonso VI. . VI, 72-75
- jugada*, V. *jugadeiro*.
- jugada de bois*. VI, 277
- jugadeiro*. VI, 269-285
- *jugada*, foro imposto ao peão morador na gleba. VI, 269-280
- casal e fogueira : sua significação nas inquirições. VI, 275
- *jugada* : toma por base de contribuição o singel ou jugo de bois. VI, 276-280
- foreiros ou herdadoreiros d'elrei. VI, 280-281
- condições da existência dos *jugadeiros*. . VI, 281-285
- espécie de malados. VIII, 115
- jugaria*, terra de *jugada*. VI, 269
- jugatio*, V. *capitação*.
- jugueiro*, V. *jugadeiro*.
- jugueiro particular*. VIII, 115
- juiz*, principal magistrado dos concelhos perfectos. VII, 175, 180
- o mais elevado funcionário régio nos concelhos perfeito da 2.^a fórmula. . . VII, 198-204
- juizo de Deus*, V. *prova do juizo de Deus*
- julgado*, espécie de imposto. VIII, 226-227
- julgamentos arbitraes*. VIII, 126-127
- Juliano*, governador de Ceuta por Witiza, entrega a cidade a Musa. I, 102
- Julião*, chanceler de Sancho I, sua actividade. . III, 247
- sua destresa e valimento junto de Sancho I. III, 294-291
- chanceler de Affonso II. IV, 10-11
- (D.), é eleito bispo do Porto em 1247. . . V, 116
- contenda com Affonso III. V, 116-118

<i>Julião (Pedro), V. Hispano (Pedro).</i>	
<i>juniores, que eram.</i>	VI, 174-175
<i>juntas, V. medianidos.</i>	
<i>jura de malicia, fórmula de juramento.</i> . .	VIII, 147-148
<i>juradores, que eram.</i>	VIII, 154-157
<i>jurados, V. juradores.</i>	
<i>jurados das aldeias, que eram.</i>	251-252
<i>juramento, V. prova por juramento.</i>	
<i>juratores, V. juradores.</i>	
<i>Jurumenha, Sancho I promete a sua fortaleza á</i> ordem de Calatrava quando a conquistar	III, 152
— sua occupação pelos portuguezes em	
1230	IV, 214-215

K

<i>Kaaba dos nazarenos, era a igreja de Santiago</i> de Compostela.	I, 218
<i>Kalat Ayub, é conquistada pelos aragoneses.</i> .	II, 86
<i>karadji, tributo predial pago pelos mozárabes.</i>	VI, 26
<i>Karl, filho de Pepin de Heristal, vence os mu-</i> gulmanos em Poitiers.	I, 111
<i>Kasim, V. Al-kasim.</i>	
<i>Kassr Al fetah, outro nome de Alcácer.</i>	IV, 79
<i>Kedala, tribu berber.</i>	I, 187
<i>Khayran, hajib do califa Hixam II.</i>	I, 173-174
— hajib do califa Abdu-r-rahman Ibn Moham-	
med	I, 175
<i>khothbah, V. chotbah.</i>	

L

<i>Lacorní, V. Descornes.</i>	
<i>Lagos, povoação do Al-faghar.</i>	III, 167
— entrega-se aos portuguezes depois da con-	
quista de Silves.	III, 195

<i>Lamtuna</i> , tribu berber.	I, 187
<i>Lanhoso</i> , cêrco do seu castello.	II, 100
— celebra-se aí um tratado que renova o de Palência.	II, 103
<i>Lapella</i> , povoação fundada por Affonso I.	III, 142
<i>lar doméstico</i> , V. <i>inviolabilidade do lar doméstico</i> .	
<i>Lara</i> (<i>Alvaro Nunes de</i> , V. <i>Nunes de Lara</i> (<i>Alvaro</i>)).	
— (<i>Pedro de</i>), amante de D. Urraca.	II, 107
— tenta impedir a accessão de Affonso VII ao trono.	II, 117
<i>Lascaris</i> (<i>Theodoro</i>), proclama-se imperador em Nicéa.	IV, 74
<i>lazzi</i> , V. <i>lidos</i> .	
<i>Leão</i> (cidade de), côrtes aí celebradas para restabelecer a paz pública.	II, 139
— côrtes de 1135 em que Affonso VII foi aclamado imperador.	II, 146
— (reino de), suas fronteiras no occidente na primeira metade do século XI.	VI, 301-304
<i>leiras</i> , que eram.	VI, 263
<i>Leirena</i> , V. <i>Leiria</i> .	
<i>Leiria</i> , castello edificado por Affonso I em 1135.	II, 152
— os sarracenos cercam o castello e levam-no á escala.	II, 154
— o seu castello é destruido pelos sarracenos em 1140.	II, 180, 287-289
— é reedificado.	II, 186
— os indivíduos que morressem na sua defensão obtinham remissão dos pecados como em Jerusalém.	II, 187
— é repovoada por Sancho I.	III, 217
— recontro entre os castelhanos e as tropas do infante Affonso em 1248.	V, 76-77
<i>Leonor</i> (D.), irmã de Sancho II, casa em 1229 com Waldemar, príncipe herdeiro da Dinamarca.	IV, 206
— sua morte em 1231.	IV, 206
<i>Lerez</i> , lugar da diocese de Compostela.	II, 69
<i>leti</i> , V. <i>lidos</i> .	
<i>Leuwigildo</i> , unifica a Hespanha sob o domínio dos visigodos.	I, 71
<i>levar sobre cabo</i> , que era.	VIII, 132-133
<i>libertos</i> , que eram.	VI, 135

<i>libertos</i> , espécies de alforria.	VI, 135-137
— sua divisão em idôneos e inferiores ou rústicos	VI, 137
<i>libertos da igreja</i>	VI, 137-139
<i>libertos fiscaes</i>	VI, 139
<i>libyphenices</i> , povo.	I, 52
<i>Lidador</i> (o), V. <i>Mendes da Maia</i> (Gonçalo).	
— denominação dada a Gonçalo Mendes da Maia pelo seu esforço nas batalhas.	III, 97
<i>lidos</i> , classe de servos entre os germanos.	VI, 124-125, 128
<i>Lima</i> (D. João Fernandes de), V. <i>Fernandes de Lima</i> (D. João).	
<i>Limia</i> , nome de distrito	II, 109
— Affonso I apossa-se d'ele	III, 88
— em 1169 ainda estava sujeito a Portugal.	III, 90
<i>Lisboa</i> , é conquistada por Affonso VI	II, 14
— é reconquistada por Seyr	II, 18
— suposto cêreo em 1120.	II, 87, 254-255
— Affonso I ajudado dos cruzados tenta conquistar a cidade em 1140.	II, 186
— sua descripção em 1147.	III, 15-17
— sua população	III, 16
— soltura dos costumes.	III, 16
— suas fortificações.	III, 16
— acôrdo com os cruzados para a sua conquista.	III, 17-20
— Affonso I propõe aos seus moradores uma capitulação vantajosa.	III, 20-21
— cêreo da cidade.	III, 21-51
— torre móvel construida por um engenheiro natural de Pisa	III, 32-40
— os sitiados sentem os horrores da fome	III, 33
— os sitiados pedem um armistício	III, 40
— arruido no arraial dos cruzados contra Affonso I	III, 41-44
— condições da capitulação.	III, 42-46
— os sitiadores entram na cidade e põem-na a saque	III, 46-51
— numerosa população mozárabe na cidade.	III, 51
— uma frota comandada por Ibn Mardanix ataca a cidade sem resultado	III, 108
— uma armada de Abu Yacub vem atacar a cidade sem resultado	III, 126-127
— fontes históricas da tomada da cidade aos muçulmanos.	III, 307-310

- Lisboa*, circunstâncias da tomada da cidade. . . III, 311-313
 — cidade populosa e prospera no tempo de
 Affonso III V, 145-146
 — Affonso III fá-la capital do reino. V, 145
 — Affonso III promove o seu progresso. . . . V, 146-147
- liti*, V. *lidos*.
- Livro das Leis* VI, 19
- Livro dos gados* VI, 19
- Lixbona*, cidade da provincia de Belatha II, 170
- Lobeira*, castelo na Galiza. II, 118
- Lopia Ibn Musa*, V. *Lupo Ibn Musa*.
- Loulé*, povoação do Al-faghar. III, 168
- Lourenço (Egas)*, fidalgo do partido do infante
 Affonso V, 30
 — (João), fidalgo do partido do infante
 Affonso V, 30
 — (Martim), fidalgo do partido do infante
 Affonso V, 30
- Lourinhan*, é povoada de francos. III, 52
- Lucio II*, papa, promete protecção material e
 moral a Affonso I. II, 193
 — trata Affonso I por *dux portugallensis*. . . . II, 194
- luctuosa*, género de foro VI, 230, VIII, 60
- Ludwig*, langrávio de Turingia, capitão dos cru-
 zados alemães que ajudaram á conquista
 de Silves em 1189 III, 170
- Luiz VII*, rei de França, toma a cruz vermelha. . III, 9
- Luiz IX*, rei de França, prepara-se para uma
 nova cruzada ao Oriente V, 35
- Lupo*, V. *Lupo Ibn Musa*.
- Lupo Ibn Musa*, revolta-se em Toledo contra
 Mohammed. I, 135
- Lusignan (Guido de)*, rei de Jerusalém, vencido
 na batalha de Tiberiada em 1187 III, 157
- lusitani*, povo. I, 35, 36, 38, 39
- Lusitania*, região I, 35, 39
 — seus diferentes limites. I, 43-46
 — Portugal não representa geograficamente
 a antiga Lusitânia I, 43-46, 97-98
 — seu estado político e social no tempo do
 império romano I, 64-66
 — sua rápida romanização I, 94
- lusitanos*, V. *lusitani*.
 — tribu céltica I, 43-46

<i>lusitanos</i> , os portuguezes não são os successores	
dos lusitanos	I, 46-74, 97-98
— origem do nome	I, 48
— combatem contra os romanos ao lado de	
Hannibal	I, 56
— combatem contra os romanos capitanea-	
dos por Manilio e Pisão	I, 56, 57
— Viriato e a sua luta contra Roma	I, 57
— Sertório e a sua luta contra Roma	I, 58-60
— os montanhesees do Hermínio são exter-	
minados por Cesar	I, 60-61
— ao acabar o império romano acham-se incor-	
porados na nacionalidade dos romanos	I, 72-74
— a língua portugueza procede do latim e	
não do céltico	I, 74-98
<i>Lyão</i> , Inocência IV transfere para esta cidade a	
côrte pontificia em 1244	V, 15
— concílio de 1245 em que o papa depõe o	
imperador Friderico II	V, 46

M

<i>Mafalda</i> (D.), filha de Affonso I, desposa-se com	
Affonso II, de Aragão	III, 73
— filha de Sancho I, pede ao papa confir-	
mação dos legados de seu pai	IV, 15
— contenda com Affonso II sôbre o senho-	
rio de Bouças	IV, 19-21
— casa com Henrique, rei de Castela, ainda	
menino	IV, 62-63
— dissolução do casamento antes de consu-	
mado	IV, 63
— toma o veio no mosteiro de Arouca	IV, 64
<i>magister</i> , designação dada aos individuos, em	
regra pertencentes ao clero, que haviam	
feito estudos regulares em Itália, França	
ou Salamanca	IV, 259
<i>Mahaut</i> , V. <i>Mathilde</i> , condessa de Bolonha.	
<i>Maia</i> (Gonçalo Mendes da), V. <i>Mendes da Maia</i> (Gonçalo).	
<i>Maiorca</i> , amirado	III, 262

maladia, V. *malado*.

malado, que era. VIII, 113-126, 276-282

Malaga, estado independente criado pelos Idrí-
cidas no fim do califado de Córdova . . . I, 182-183

Mamede (S.) junto de Guimarães, batalha dada
por Affonso Henriques a sua mãe. . . . II, 128

mancebos, eram os servidores rurais VI, 294-295
VIII, 115, 121-124

mancipii, que eram VI, 131-132

maneria, V. *maninhádego*.

maninhádego, que era. VIII, 60

manquadra, fórmula de juramento VIII, 150-153

mão quadra, V. *manquadra*.

mansio, que era VI, 184

manumissão, que era VI, 135

— suas espécies : absoluta ou completa e
condicional ou incompleta VI, 135-137

Marida, cidade da provincia de Al-kassr. . . . II, 170

martinega, espécie de tributo. VIII, 218

Martinho, comendador de Palmela, toma parte
no combate que se travou junto de Al-
cácer em 1217 IV, 90

martinega, V. *martinega*.

Martins (Martin), mestre da ordem dos templá-
rios, mantem-se fiel ao soberano Sancho II . . . V, 69

Marvão, sua povoação. IV, 70

— recebe foral de Sancho II em 1226. IV, 209

Mathilde, condessa de Bolonha e primeira mu-
lher de Affonso III, representa ao papa
contra o casamento do príncipe com D.

Beatriz. V, 174

— sua morte em 1258. V, 174

matmoras, silos subterrâneos que servem de ce-
leiros. III, 26

Mattheus, bispo de Lisboa, Affonso III manda-o
a Itália em missão junto do pontífice. . . . V, 238

— aconselha Affonso III a congratular-se com
João XXI pela sua eleição e a deixar ao
seu arbítrio o julgamento da contenda
pendente V, 260-261

Mauregato, rei das Astúrias I, 193

Maurício, arcebispo de Braga, celebra a sagra-
ção do bispo do Porto e de Mondonhede
em Lerez com o arcebispo de Compostela . . II, 67-69

— contesta a primazia de Toledo. II, 196

<i>Mazusa</i> , tribu berber	I, 187
<i>Mecia</i> (D.), seu casamento com Sancho II. . . V, 12 13, 81-288	
— o papa manda que seja repudiada se se pro- var o seu parentesco com Sancho II.	V, 34 35
<i>medianidos</i> , que eram.	VII, 269 275
<i>Medina Sanabria</i> , seu cêrco em 1120.	II, 88
<i>meirinho-mór</i> , cargo criado e logo suprimido no reinado de Sancho II.	IV, 262
<i>Melgaço</i> , povoação fundada em 1181 por Af- fonso I.	III, 142
<i>Mello Freire</i> , as origens da história pátria, se- gundo elle	I, 40
<i>Mendes</i> (Gonçalo), succede a Julião como chance- ler de Affonso II, adverso á cleresia	IV, 110
— (D. Gonçalo), mordomo-mór de Sancho II na sua menoridade.	IV, 179
— (D. Henrique), mordomo-mór de San- cho II na sua menoridade.	IV, 179
— (Nuno), governador do distrito do Porto	II, 12
— sua morte	II, 12-13
— (Paio), arcebispo de Braga, V. <i>Paio</i> (D.)	
— (Sueiro), governador de Santarém, Lisboa e Cintra	II, 14
— parcial de Affonso Henriques.	II, 126
<i>Mendes da Maia</i> (Gonçalo), o Lidador	II, 14
— sua morte	III, 97-98
<i>Mendes de Sousa</i> (Gonçalo), mordomo-mór em tempo de Sancho I, deixa a côrte por morte do seu rei.	IV, 16
— defende Montemor por D. Theresa	IV, 51
— retira-se da vida pública.	IV, 114
<i>Mendes Poyares</i> (D. Pedro), combate seu tio o bispo do Porto, Martinho Rodrigues	IV, 192
— morre no combate de Trasconho contra seu primo D. Pedro Rodrigues de Pereira	IV, 192
<i>Mendes Sarracines</i> (Affonso), cavaleiro que expôs a vida para salvar o seu soberano, San- cho II	IV, 189
<i>Mendo</i> (o conde D.), o Sousão, primeiro alcaide de Silves depois da sua conquista	III, 192, 194, 348-352
<i>Meneses</i> (D. Garcia de), bispo de Evora, foi o pri- meiro que fez <i>lusitani</i> sinónimo de <i>por- tugalenses</i>	I, 38

<i>mercadores de grosso trato dos concelhos, eram equiparados aos cavaleiros vilãos. . . .</i>	VIII, 90
<i>Merida, é tomada por Affonso IX, de Leão, em 1230.</i>	IV, 213
<i>Mertola, capital de Ibn Kasi.</i>	II, 206
— os seus moradores revoltam-se contra Ibn Kasi	II, 210
— castello conquistado por Sancho II.	IV, 288
— limites do seu termo.	IV, 288
— o seu senhorio foi dado aos espatários. . .	IV, 289
— os espatários estabelecem aí o convento da ordem	IV, 289
— Paio Peres Correia dá-lhe foral	V, 130
<i>Messines, povoação do Al-faghar.</i>	III, 168
— entrega-se aos portuguezes depois da conquista de Silves	III, 195
<i>ministeriaes, classe de servos entre os germanos.</i>	VI, 128-129
<i>ministeriales, V. ministeriaes.</i>	
<i>miunça, prestação paga pelo reguengo simples. .</i>	VI, 260 261
<i>Miranda, perto de Coimbra, o castello é tomado pelos sarracenos em 1116</i>	II, 84
<i>Mirtolah, povoação da provincia do Al-faghar .</i>	II, 170
— castello sôbre o rio Iana ou Guadiana. . .	III, 167
<i>moeda, tentativas de Affonso III para a alterar ou quebrar</i>	V, 133-135
— acréscimo da riqueza dos metais amoedados nas mãos dos vilãos dos concelhos. .	V, 149
— o pagamento em moeda substitue a pouco e pouco o pagamento em géneros .	V, 150-151
— reforma fiscal de Affonso III.	V, 151-152
— Affonso III pretende quebrar moeda em 1261.	V, 168
— Affonso III é obrigado a reunir côrtes em Coimbra para se definir êsse assunto. .	V, 168
— resoluções tomadas nessas côrtes a êsse respeito.	V, 169-170
— regras para o cunho da nova moeda. . .	V, 170-172
<i>Moghreb, a Mauritânia</i>	I, 102, 149, etc.
<i>Moghreb-al-aksa, Moghreb do meio</i>	I, 149
<i>Mohab (Martim), mozárabe ou sarraceno renegado</i>	II, 218
<i>Mohammed, chefe dos meridenses revoltados contra Addu-r-rahman II</i>	I, 131-133
<i>Mohammed, amir de Córdova</i>	I, 135-140

<i>Mohammed</i> , guerras com os cristãos no oriente e no occidente da Hespanha	I, 135-136
— os normandos infestam novamente as costas da Hespanha.	I, 136-137
— guerras civis.	I, 138-140
— guerras infelizes com os cristãos das Astúrias	I, 138 140
— filho do amir de Córdoba Abdullah, levanta-se contra seu pai	I, 142 143
— primo do califa Hixam II, vence o primeiro ministro Abdu-r-rahman, depõe Hixam e declara-se califa	I, 167 172
— V. <i>Mohammed Abi Amir Al-maaferi</i> .	
— rei de Niebla, V. <i>Ibn Mahfot</i> .	
<i>Mohammed Abi Amir Al-maaferi</i> , é feito primeiro ministro de Hixam II.	I, 158
— guerras com os cristãos e com os muçulmanos de A'frica.	I, 158-159
— retrato que Al-makkari nos faz d'ele . . .	I, 159 161
— toma o titulo de Al-manssor	I, 161-162
— guerras com os cristãos e com os muçulmanos de A'frica.	I, 162 164
— promove as letras e as sciências.	I, 164-165
— a sua última expedição contra os cristãos e a sua morte	I, 165-166
<i>Mohammed Abu-l-aswad</i> , revolta se contra Abdu-r-rahman Ibn Muawiyah.	I, 119
<i>Mohammed Abu-l-kasim Ibn Abbad</i> , senhor de Sevilha.	I, 183
<i>Mohammed Al-mutamed Ibn Abbad</i> , amir de Sevilha	I, 185 186, 240
— perde e recupera Sevilha	I, 240
<i>Mohammed Aly Ibn Al-hadj</i> , governador do Gharb em 1161.	III, 75
<i>Mohammed Annasir</i> , V. <i>Annasir</i> .	
<i>Mohammed En Nacer</i> , V. <i>Annasir</i> .	
<i>Mohammed Ibn Abdillah</i> , governador interino da Hespanha.	I, 110
<i>Mohammed Ibn Al-kasim</i> , general de Al-hakem, é desbaratado e morto na guerra de A'frica	I, 156-157
<i>Mohammed Ibn Aly</i> , senhor de Badajoz. . . .	III, 54
<i>Mohammed Ibn Isac</i> , é mandado justicar por Abdu-r-rahman III.	I, 150
<i>Mohammed Ibn Yezid</i> , amir de A'frica.	I, 107

- Mohammed Ibn Yusuf*, governador de Córdoba, prepara grandes forças para invadir o país dos cristãos III, 196-197
- Mohammed Ibn Yusuf Ibn Wamudin*, invade o Alentejo e põe cêreo a Évora em 1180 (ou 1181) III, 113
- mohtesib*, é o almotacé VII, 316
- Molina* (infante de), V. *Affonso*, infante de Molina
- Monchique*, povoação do Al-faghar III, 168
- entrega-se aos portugueses depois da conquista de Silves III, 195
- monarchia* (*a*), em Portugal estriba-se no povo para lutar contra a nobreza e a igreja . IV, 224-226
- representa o sentimento da guerra . . . IV, 226-228
- Moniz* (*Egas*), fiador da promessa de Affonso Henriques II, 123
- devoção heroica II, 124, 261-266
- (*Ermigio*), parcial de Affonso Henriques II, 126
- (*Martin*), governador de Coimbra II, 13
- governador do distrito de Arouca II, 15
- Monsanto*, castelo fundado pelos templários . . III, 95
- montádego*, V. *montado*.
- montádigo*, V. *montado*.
- montado*, tributo sôbre as pastagens VIII, 206-210
- Montagudo*, povoação do Al-faghar III, 168
- Montalvo de Sor*, é povoada por colonos francos . III, 249
- Montanches*, é tomada por Affonso IX, de Leão, em 1230 IV, 212
- montatico*, V. *montado*.
- montaticum*, tributo sôbre os pastos VI, 159
- Monte-Leboreiro*, castelo da Galiza de que se apoderou o conde Velasco III, 89
- Montemor-o-novo*, castelo mandado edificar por Sancho I III, 258
- Monteroso*, castelo da Galiza II, 36
- Monzon*, castelo em Castela II, 51
- morabitino de maio*, prestação anual que substituiu o serviço pessoal do fossado ao sul do Douro VI, 223
- morador do concelho*, V. *vizinhos do concelho*.
- mordomo-mór*, este cargo é substituído pelo de meirinho-mór IV, 262
- Moreruela*, mosteiro, recebe de Sancho I a doação de bens reguengos III, 298

<i>morte</i> , pena afflictiva	VIII, 172-177
<i>mosarabes</i> , cristãos que viviam sob a autoridade dos muçulmanos.	I, 107
— quatro mil acompanham Taxfin no seu regresso a Marrocos.	II, 163
— sua situação e história.	VI, 21-33
— adoptam os usos e costumes dos muçulmanos	VI, 29-31
— intolerância do seu clero.	VI, 31-33
— suas migrações forçadas e voluntárias para o território leonês.	VI, 35-42
— sua significação	VI, 36, nota 2
— suas migrações para o território que foi Portugal nos séculos XI e XII	VI, 42-61
— testemunhos directos nele de colonização mozarabe	VI, 52-58, 312-317
— são incorporados nas classes inferiores.	VI, 60-61
— foram elles que conservaram a tradição do município romano e o transmitiram aos concelhos modernos	VII, 181-186
<i>mostarabes</i> , V. <i>mosarabes</i> .	
<i>Moura</i> , é conquistada por Affonso I em 1166	III, 82
— é reconquistada por Sancho II em 1232.	IV, 239
<i>mouros (os)</i> , elemento da população portugueza, V. <i>sarracenos</i> .	
<i>mouros forros</i> , continuavam a desfrutar os seus bens	III, 63
<i>Maghe, th Al-rumi</i> , renegado grego ao serviço de Tarik.	I, 163
<i>Muizz</i> , califa fatímida.	I, 154
<i>multa</i> , V. <i>calumnia</i> .	
<i>município (o)</i> , é o aliado da monarquia contra a cleresia.	IV, 225-226
<i>município romano</i> , seu carácter no nosso território antes da fundação da monarquia portugueza.	VI, 81-82
— sua composição: decuriões ou curiais e plebeus ou privados.	VI, 116
— sua differença da colónia	VII, 28
— sua forma primitiva	VII, 28-34
— seu estado na época do império.	VII, 34-40
— sua conservação na época do domínio visigótico.	VII, 40-48
— suas modificações durante o domínio visigótico	VII, 48-61

- município romano*, seus vestígios durante o domínio sarraceno VII, 62-66
- renovação lenta da vida municipal durante a reacção cristã. VII, 66-81
- vestígios de lutas das classes populares para obterem mais liberdades. . . . VII, 343-356
- municípios (os)*, V. *concelhos*.
- Munio Affonso*, V. *Affonso (Munio)*.
- Muntajech*, castelo tomado por Affonso I em 1166 III, 82-83
- Musa*, V. *Musa Ibn Nosseyr*.
- Musa*, governador de Fez pelos fatímidas. . . . I, 149
- godo renegado que atacou o reino de Oviedo em tempo de Ordonho I. . . . I, 196
- edifica na Rioja o castelo de Albaida . . . I, 196
- é desbaratado junto de Clavijo I, 196
- Musa Ibn Nosseyr*, amir de Africa I, 101
- suas conquistas na Hespanha. I, 103-106
- prende Tarik. I, 104
- é chamado á presença do califa de Damasco I, 105-106
- Musa Ibn Zeyad*, governador de Saragoça, revolta-se contra Mohammed. I, 135
- mussulmanos (os)*, a sua tolerância, V. *tolerância dos mussulmanos*.
- mutilação*, pena afflitiva VIII, 172-177

N

- Nahar Hagir*, o rio de Badajoz. I, 247
- Nacarra*, constitue-se em reino independente em tempo de Garcia, rei de Leão . . . I, 200-201
- Sancho, seu rei, anexa Castela. I, 225
- guerra com o rei de Leão, Bermudo III, e conquista de uma parte dos estados dêste. I, 225-226
- divide os seus estados por seus filhos. . . I, 226-227
- Garcia, seu rei. I, 226
- vence Ramiro, seu irmão, senhor do condado de Aragão I, 227

- Nacarra*, ataca o rei de Castela e é vencido e morto por elle I, 229-230
- Navas de Tolosa*, batalha ganha em 1212 por Affonso VIII, de Castela, contra Annasir. . . IV, 30
- Nepociano*, conde do palácio, disputa a coroa do reino das Astúrias a Ramiro, filho de Vermudo. I, 195
- Nicéa*, aí se proclama imperador Theodoro Lascaris IV, 74
- Nicolau* (flamengo), é eleito bispo de Silves. . . III, 195
- tenta induzir os cruzados a ajudarem os portuguezes a conquistar Faro, sem resultado. III, 194-195
- obtem que uma nau inglesa de cruzados ajude os portuguezes de Silves contra os sarracenos em 1190 III, 197
- (frei), franciscano hespanhol enviado a Portugal como nuncio para tratar da questão pendente entre o clero e o poder rial . . V, 259-260
- é recebido por Affonso III, mas as suas instâncias ficam inuteis V, 263-264
- realiza as ameaças de interdito em Lisboa e outras povoações principais do reino. . . V, 264
- audiências posteriores entre elle e Affonso III, sem resultado V, 265-269
- retira-se do reino excomungando o soberano e desligando os seus súbditos de vassalagem e obediência. V, 269-270
- Niebla*, revolta-se contra os almôhadas III, 53
- é reduzida á obediências por Ibn Suleyman III, 54
- é tomada por Affonso X, de Castela, em 1257 V, 142-143
- nobilis homo*, que era VIII, 196
- Nobrega* (Pedro Ourigues da), V. *Ourigues da Nobrega* (Pedro).
- nobres*, V. *ingenuos*.
- nobres-homens*, são os alcaides VII, 197-198
- normandos*, suas expedições nas costas da Hespanha I, 133-134, 136-137
- notarios*, V. *escribas*.
- Novoa* (Pedro Annes da), V. *Annes da Novoa* (Pedro).
- numerarios*, que eram. VII, 57
- nuncio*, que era VII, 60
- Nunes* (Gomes), V. *Gomes Nunes*.

<i>Nunes (Sancho)</i> , parcial de Affonso Henriques. .	II, 126
<i>Nunes de Lara (Alvaro)</i> , tutor de Henrique, rei de Castela.	IV, 61
<i>Nunila</i> , mulher de Vermudo, rei das Astúrias. .	I, 194

O

<i>Obeydullah</i> , califa fatímida.	I, 149-150
<i>Obeydullah Ibnu-l-balensi</i> , general de Abdu-r-rahman, é enviado contra os cristãos das Astúrias	I, 130
<i>Obidos</i> , castelo que sustentou o partido de Sancho II	V, 58
<i>ochavas</i> , espécie de imposto.	VIII, 227-228
<i>Odhras Ibn Abdillah Al-fehri</i> , governador eleito da Hespanha.	I, 109
<i>Odoario</i> , bispo de Lugo, seu testamento. . . .	VI, 147-150
<i>ofreção</i> , que era.	VI, 262
<i>Okbah</i> , V. <i>Okbah-Ibnu-l-hejaj</i> .	
<i>Okbah-Ibnu-l-hejaj</i> , governador da Hespanha. .	I, 112
<i>Oksonoba</i> , cidade da província do Al-faghar. .	II, 170
<i>Omar</i> , destroe Leiria e cativa o seu alcaide, Paio Guterres.	II, 180, 287-289
— toma Trancoso	II, 180-181, 287-289
— é repellido por Affonso I.	II, 181
<i>Omar Ibn Al-mundhir</i> , governador de Silves por Ibn Kasi.	II, 206
— guerra com Ibn Kasi.	II, 207
<i>Omar Ibn Hafssun</i> , renegado que se revolta contra Mohammed, Al-mundhir, Abdullah, amires de Córdova, e Abdu-r-rahman III, califa	I, 137, 139-146
<i>Omar Ibn Mohammed</i> , amir de Badajoz, manda seu filho com tropas em socorro de Yahya de Toledo, cercado na sua capital por Affonso VI.	I, 243
<i>Omar Ibn Saleh As-senhaji</i> , general de Abdul-mumen na conquista do Gharb	II, 211
<i>Oran</i> , é cercada por Abdul-mumen.	II, 203
<i>ordem</i> , o mesmo que ordem dos decuriões. . .	VII, 29

<i>Ordonho</i> , abade fonselense, é eleito arcebispo de Braga	V, 252-253
<i>Ordonho I</i> , rei de Oviedo	I, 195-196
— guerra com os sarracenos.	I, 196
<i>Ordonho II</i> , filho de Affonso III, governador da Galiza, depois da abdição de seu pai.	I, 200
— e proclamado rei de Leão.	I, 201
— invasões nos territórios dos sarracenos.	I, 201-203
— auxilia o rei de Navarra contra os sarracenos	I, 202
— acto de ferocidade no fim do seu reinado	I, 203
<i>Ordonho III</i> , rei de Leão.	I, 210
— seu irmão, Sancho, disputa-lhe a coroa.	I, 210
<i>ordens de cavalaria</i> , sua importância na conquista e povoamento de novas territórios	III, 151
— entrada de novas ordens em Portugal no tempo de Sancho I.	III, 152
— as ordens do Templo, do Hospital e do Sepulcro são do reinado de Affonso I.	III, 152
— a ordem de Calatrava entrou em Portugal em 1166	III, 152
— a ordem de Cáceres Ucles ou Santiago, fundada por Fernando II, de Leão, entrou em Portugal no tempo de Sancho I	III, 152
— fundam novas vilas nos terrenos além do Tejo que lhes foram doados.	III, 254-255
— a ordem de Évora funda Benavente em 1200.	III, 255
— nas províncias ao sul do Tejo elas estavam senhoras da maior porção dos territórios conquistados.	IV, 289-290
— nas suas terras organizadas com instituições completas o comendador substitua o alcaide.	VII, 227
<i>ordens mendicantes</i> , sua fundação	IV, 128-130
— tomam o partido do infante Affonso contra Sancho II	V, 69
<i>ordens militares</i> , V. <i>ordens de cavalaria</i> .	
<i>ordens monásticas</i> , sua decadência e corrupção no princípio do século XIII	IV, 127-128
— durante as discórdias da menoridade de Sancho II, nobres e prelados avexam-nas por todos os modos.	IV, 193
<i>Oreja</i> , V. <i>Aurelia</i> .	

Oriente, V. Imperio de Oriente.

originaes, classe de servos. VI, 162

Orik, nome árabe do castelo ou lugar de Ourique. II, 172

Orsillon, fortaleza em Castela. II, 50

osas, que eram. VIII, 60

Osea, capital da Celtibéria no tempo de Sertório. I, 60

Osseira (abade de), juiz nomeado pelo papa para julgar a contenda de Affonso II com as irmãs. IV, 47-49

Othman Ibn Abi Nesah, governador de Africa. I, 109

Ouriques da Nobrega (Pedro), nobre que seguiu para França com o infante Affonso. V, 29

Ourique batalha de. II, 172-174

— as mulheres almorávidas combatem ao lado dos maridos. II, 172

— as crónicas cristãs coevas mencionam esta batalha em breves palavras. II, 172

— exaggeros e absurdos da tradição. II, 173-174

— efeito moral da vitória. II, 174-175

— os escritores árabes não mencionam esta batalha. II, 172-173

— foi apenas um fossado. II, 173

— forças sarracenas que teriam entrado nela. II, 174, 279-287

— carta de Pascual de Gayangos e a pseudo-crítica de António Caetano Pereira. VII, 5-20

outorgamento, V. firma.

ovençaes, V. alvasis dos ovençues.

— agentes da fazenda pública. VIII, 130

Oviedo, capital das Astúrias, côrtes de 1115. II, 75

Ozezar, castelo fundado pelos templários. III, 85

P

Paderne, povoação do Al faghar. III, 168

— entrega-se aos portugueses depois da conquista de Silves. III, 195

Padron, povoação galega das margens do Minho. II, 99

<i>Padron</i> , os seus marinheiros vencem as barcas dos portuguezes.	II, 99
<i>Paes (Durando)</i> , é eleito bispo de E'vora	V, 238
— (<i>Gualdim</i>), mestre do Templo em Portugal, defende Thomar contra Abu Yusuf. . .	III, 200-201
<i>Paes Ribeiro (D. Maria)</i> , amante de Sancho I. .	III, 241
<i>Paio (D.)</i> , arcebispo de Braga, apossa-se de bens da sé de Santiago	II, 92
— obtem da rainha D. Urraca confirmação do conto da sé de Braga	II, 94
— é preso por ordem de D. Theresa e depois solto	II, 111
— parcial de Affonso Henriques	II, 126
— contesta a primazia de Toledo.	II, 196
— bispo de Lisboa depois de D. Suenro . . .	IV, 274
<i>palatium</i> , que era	VI, 184
<i>Palencia</i> , tratado aí feito para a divisão dos estados de Affonso VI	II, 53, 103
<i>Palestina</i> , reino cristão, no princípio do século XIII estava quasi aniquilado	IV, 74
<i>Palmella</i> , o seu castelo entrega-se a Affonso I em 1147.	III, 51
— posto avançado dos territórios d'Almada e de Lisboa	III, 54 55
— Sancho I doa o castelo á ordem de Cáceres.	III, 152
— rende-se aos sarracenos em 1191	III, 212
— está em 1210 em poder dos espatários e sede da ordem.	IV, 78
— Sancho II doa o padroado das suas igrejas aos espatários em 1236.	IV, 253
<i>papado</i> , V. <i>sancta sé</i> .	
<i>parada</i> , V. <i>colheita</i> .	
<i>Parcimant</i> , hoje Portimão, povoação do Al-faghar. .	III, 167
<i>paredenarios</i> , que eram	VI, 289
<i>passagem</i> , direito de transito VIII, 221, 225-226, 238	
<i>patrones</i> , que eram.	VI, 183
<i>patrono</i> , senhor que dava liberdade ao seu escravo.	VI, 135
<i>peagem</i> , V. <i>passagem</i> .	
<i>Peculiar (João)</i> , arcebispo de Braga, V. <i>João</i> .	
<i>pecutio proprio</i> , bens próprios dos servos. . . .	VI, 131
<i>Pedro (D.)</i> , bispo do Porto, pede aos cruzados, em nome de Affonso I, que o sirvam na guerra contra os sarracenos.	II, 13

- Pedro*, presbítero, aio de D. Urraca. II, 15
- infante de Aragão, procura congraçar Sancho I e Affonso VIII, de Castela . . . III, 224
 - bispo de Coimbra, discórdias com Sancho I III, 286-298, 355-356
 - violências de Sancho I contra elle. . . . III, 288-289
 - é metido em prisão por Sancho I quando se dispunha a partir para Roma . . . III, 290-291
 - manda um agente ao papa apresentar as suas queixas contra o soberano III, 291
 - é posto em liberdade III, 297-298
 - desavenças com Affonso II. IV, 131-132
 - autoriza Sueiro Gomes, dominicano, a missionar na sua diocese IV, 132
 - vai a Roma depôr perante o pontífice o báculo pastoral para evitar castigo do papa IV, 256-257
- Gregório IX encarrega o arcebispo de Braga de pôr ordem nos negócios da sua diocese em desagravo do clero leal. . . IV, 257-258
- Pedro (D.)*, infante, filho de Sancho I, sai de Portugal logo que morreu seu pai e retira-se para Leão IV, 16-17
- é feito mordomo-mór em Leão IV, 212
 - infante, tio de Sancho II, sua vida aventureira fora da pátria V, 24-25
 - a pedido do papa favorece o partido do infante Affonso V, 54
 - aconselha Affonso III na sua empresa do Algarve V, 90
- Pedro Affonso*, V. *Affonso (Pedro)*.
- Pedrogam*, concelho fundado em 1206 por Pedro Affonso. III, 258
- peita*, que era VIII, 197
- Pelagio*, funda a monarquia das Astúrias. . . . I, 191
- desbarata os sarracenos em Cangas de Onis I, 191
- pelourinhos*, sua origem, segundo Herculano. VII, 35 nota
- Penacornaria*, castello na Galiza. II, 118
- Penafiel*, castello perto de Valladolid II, 52
- seu cêrco. II, 52-53
- penalidades* nos concelhos. VIII, 170-177
- Penamacor*, castello edificado por Sancho I. . . III, 276
- penhora* nos concelhos perfeitos. VIII, 131-140
- Penna da Rainha*, castello II, 177

Pennaguda (torre de), V. *Penna da Rainha*.

peões, classe de ingênuos inferiores, colonos

livres da coroa VI, 109-172

— eram de tres espécies: quasi enliteutas,

reguengueiros e jugadeiros VIII, 238-285

peões dos concelhos. VIII, 81, 106-113

Pereira (Antonio Caetano), V. *Caetano Pereira*

(Antonio).

— (D. Pedro Rodrigues), V. *Rodrigues Pereira*

(D. Pedro).

Pereira de Figueiredo, as origens da história

pátria, segundo elle I, 40

Peres (Abril), mordomo-mór de Sancho II na sua

menoridade IV, 179

— árbitro nas contendas entre o bispo do

Porto e os burgueses IV, 282

— parcial do infante Affonso. V, 30

— é morto na lide do Porto V, 38

— (Arias), fidalgo galego. II, 118

— (Fernando), conde galego. II, 151

— capitão de Affonso I na conquista de San-

tarém. II, 218

— (Gonçalo), comendador dos espatarios,

toma o partido do infante Affonso V, 55

— á frente dos seus freires acompanha

Affonso III na sua empresa do Algarve. . V, 90

— (Rodrigo), conde galego, senhor de vá-

rios castelos no distrito de Límia. . . . II, 149

— (Vermudo), fidalgo vencido no torneio

de Valdevez II, 178

Peres Correia (Paio), chefe dos espatarios . . . IV, 253

— supostas conquistas no Algarve ociden-

tal no ano de 1242 [?] IV, 375-376

— dá foral a Mértola V, 130

Peres de Aboim (D. João), mordomo mór de

Affonso III, locupleta-se á custa dos con-

celhos do reino V, 220-229

Peres Farinha (Affonso), chefe da ordem do

Hospital IV, 240, 350-355

Peres Magro (Gonçalo), V. *Peres* (Gonçalo).

Peres de Trava (Bermudo), torna-se poderoso em

Portugal II, 125

— senhor do castelo de Seia II, 140

— conspira contra Affonso I II, 141

— é expulso de Portugal. II, 142

- Peres de Trava (Fernando)*, chefe das tropas do arcebispo Gelmires II, 96
- governador dos distritos do Porto e Coimbra com o título de cônsul ou conde. II, 97
- domina completamente D. Theresa II, 110
- senhor dos castelos de Coja, Soure e Santa Eulalia. II, 116
- foge de Portugal. II, 129
- volta a Portugal. II, 139-140
- Perpenna*, general de Sertório. I, 60
- petrones*, V. *patrones*.
- Philippe Augusto*, rei de França, parte para a cruzada. III, 198
- picota*, nome vulgar dos pelourinhos VII, 325
- Pinhel*, castelo edificado por Sancho I IV, 276
- Pires (Martinho)*, bispo do Porto, é eleito arcebispo de Braga em 1191 III, 266
- Pisano (Matheus de)*, a sua história da guerra de Ceuta I, 37-38
- Placidia*, esposa de Ataulfo e irmã do imperador Honório VII, 42
- plebeus*, classe de contribuintes entre os visigodos VI, 114-115, 117
- ordem do município romano VI, 116
- pobrador*, V. *povoador*.
- poder real e clero*, V. *clero e poder real*.
- Poitiers*, batalha em que Karl, filho de Pepin de Heristal, venceu os sarracenos I, 111
- Polvoraria*, batalha em que Afonso III, de Oviedo, venceu os sarracenos. I, 197
- Pombal*, castelo fundado pelos templários III, 95
- Pompeio*, V. *Cesar*.
- Ponte de Sor*, V. *Montalvo de Sor*.
- Pontevel*, sua doação às colónias da Lourinhan e Villa-verde III, 247
- população da Hespanha cristã*, idea falsa acêrca dela nos séculos anteriores á fundação da monarquia portuguesa VI, 12-13
- causas do erro. VI, 13-16
- população leonesa*, seu incremento rápido devido às migrações dos mozárabes. VI, 40-42
- população portuguesa*, origens das classes inferiores VI, 7-83
- elementos mozárabes nela VI, 42-61
- elementos sarracenos nela. VI, 62-70

<i>população portuguesa, elementos judaicos nela</i>	VI, 70-75
— elementos francos nela	VI, 75-82
— no norte do país na primeira metade do século XI	VI, 304-312
<i>porção, prestação paga pelo reguengo simples</i>	VI, 259-261
<i>Porches, povoação do Algarve submetida pelos cristãos em 1249</i>	V, 92
— sua doação ao chanceler Estevam Annes em 1250	V, 92
<i>portagem, direito de barreiras</i>	VIII, 220-225, 232-241
<i>porteiro, suas funções</i>	VII, 334-337
<i>porteiros, agentes do fisco</i>	VIII, 229
<i>portelo, que era</i>	VII, 251
<i>Portimão, entrega-se aos portugueses depois da conquista de Silves</i>	III, 195
<i>Porto, incremento da sua população nos séculos XII e XIII</i>	III, 272
— os burgueses recusavam reconhecer-se vasallos do seu bispo	III, 272
— os burgueses tomam o partido do rei contra o bispo e com os officiaes do rei cercam-no no paço episcopal durante cinco meses	III, 273-247
— os burgueses abandonados pelo rei na discórdia com o bispo foram constrangidos a submeter-se a Martinho Rodrigues	III, 282-283
— os burgueses, aliados da coroa, combatem o seu bispo Pedro Salvadores, ainda depois de vencido Sancho II.	IV, 281-282
— composição entre elles e o seu bispo servindo de árbitros o bispo de Coimbra e Abril Peres	IV, 282-283
— batalha travada perto desta cidade em 1245 entre a principal nobresa do reino	V, 38-39
— rápido incremento da sua população e comércio e contestações de ordem fiscal com o seu bispo	V, 136-139
— partilha dos direitos d'entradas no Douro entre o bispo e a coroa	V, 141
— provisões favoraveis aos burgueses da cidade por Affonso III.	V, 141
<i>Portucale, capital de condado ou distrito</i>	II, 8, 227-228
— limites do distrito	II, 8-9, 12

<i>portucalenses (os)</i> , os povos do distrito de Portucale	II, 12
<i>Portocarreiro (Gomes Viegas de)</i> , V. <i>Viegas de Portocarreiro (Gomes)</i> .	
<i>Portugal</i> , V. <i>Portucale</i> .	
- método histórico da idade média no modo de considerar as origens da história pátria	I, 27-30
- carácter das antigas crónicas portuguesas	I, 30-31
- método histórico diferente do renascimento	I, 31-33
- estas duas concepções da história pátria fundem-se	I, 33-35
- André de Resende representa esta tendência e associa o nome de Portugal ao da antiga Lusitânia	I, 35-36
- <i>lusitani</i> sinónimo de <i>portugalenses</i> desde o último quartel do século xv.	I, 36-39
- frei Bernardo de Brito é quem encarna esta tendência na história pátria	I, 39
- Pereira de Figueiredo, António Caetano do Amaral e Melo Freire sacrificaram também às origens remotas de Portugal Herculano rejeita esta maneira de escrever a história	I, 40-41
- caracteres que podem estabelecer a identidade nacional de diversas gerações sucessivas	I, 41-42
- o território : Portugal não representa geograficamente a antiga Lusitânia.	I, 43-46, 97-98
- a raça : os portugueses não são os sucessores dos lusitanos.	I, 46-74, 97-98
- a língua : o português procede do latim e não do céltico	I, 74-98
- seus elementos constitutivos quanto ao território e á população : elemento leonês e elemento sarraceno.	I, 99-100
- necessidade de conhecer resumidamente estes dois elementos	I, 100
- nome comum da província portuguesa e dos distritos de Coimbra e Santarém.	II, 20
- os seus habitantes davam-lhe o título de reino.	II, 71

<i>Portugal</i> , unidade moral em tempo do conde Henrique e da condessa D. Theresa. . .	II, 73
— socego na fronteira do Gharb desde a morte de Henrique até 1116.	II, 77
— o seu território dilata-se pelos distritos de Tuy e Orense em tempo de D. Theresa. . .	II, 83
— invasão da fronteira sul pelos sarracenos em 1116	II, 84
— os anos de 1117 a 1120 são de paz	II, 88
— instinto de vida política independente dos portugueses	II, 88-89
— erro dos historiadores em quererem determinar data precisa á sua independência. . .	II, 89-90
— os successos occorridos em Portugal são determinados pelos do resto da Hespanha cristã	II, 90
— D. Urraca com um exército galego invade o norte do país	II, 99
— extensão do seu território em tempo de D. Theresa.	II, 108-109
— invasão do seu território por Afonso VII	II, 119
— situação política em 1127-1128	II, 124-125
— perda do distritos de Tuy e Orense.	II, 136
— Afonso VII pretende ao seu domínio eminente.	II, 137
— esforço e consiância dos portugueses pela sua independência	II, 146
— guerra com Leão em 1140	II, 175
— factos que provam que os portugueses aspiravam á independência	II, 181-184
— pretensões dos seus principais a engrandecimento territorial	II, 183
— Afonso I faz homenagem do seu reino á santa sé	II, 192
— Lúcio II chama ao reino de Afonso I simplesmente <i>terra portugalensis</i>	II, 194
— falsa luz a que os historiadores teem visto as origens de Portugal	II, 199-200
— invasão de Abu Yacub em 1171.	III, 98
— paz completa desde 1171 até ao ano de 1179.	III, 105
— os almôhadas invadem o país e cercam Abrantes em 1179	III, 112
— os almôhadas tomam Coruche em 1180 . .	III, 112

- Portugal*, limites do seu território no começo do
 reinado de Sancho I. III, 142-149, 321-330
- incerteza das fronteiras meridionais . . . III, 144-145
 - a população nestas fronteiras era rara e os
 terrenos incultos. III, 146-148
 - domínios portugueses na província, de Al-
 kassr nos fins do século XII . . . III, 162-163, 338-342
 - invasão de Abu Yusuf em 1190 III, 197-206
 - nova invasão do seu território meridio-
 nal em 1191 III, 211-212
 - um troço de sarracenos teria invadido de-
 pois da batalha de Alarcos a Estrema-
 dura portuguesa III, 222-223
 - a fome assola o país em 1202 III, 255-256
 - as dioceses portuguesas no princípio do
 século XIII III, 284-285
 - estado da sua fronteira sudoeste em
 1217. IV, 78-80
 - fronteiras ao meio-dia antes da conqui-
 stas de Elvas IV, 183-185, 340-341
 - com a conquista dos restos do Algarve, o
 nosso país atinge pelo meio-dia os seus
 limites naturais V, 93
 - Portugal e a reconquista cristã até
 1249 V, 93-96, 292-293
 - desenvolvimento da riqueza pública em
 tempo de Afonso III V, 147-149
 - limites definitivos pelo Alentejo traçados
 pela convenção de Badajoz de 1267 V, 182
 - a primeira época da monarquia sob o
 aspecto administrativo, topografia so-
 cial VI, 181-190
 - sua divisão administrativa e judicial . . . VI, 190-194
 - sua condição social VI, 194-300
- portugalenses (os)*, povo I, 36, 37
- possessores*, indivíduos sujeitos á *jugalio*. . . . VI, 112
- povo*, necessidade do seu estudo como prepara-
 ção do estudo dos concelhos VI, 84-93
- quadro da sua situação durante o domí-
 nio visigótico. VI, 94-140
 - seu estado desde o começo da reacção
 cristã até á separação de Portugal. . . . VI, 141-180
 - como cresceu em número durante este
 período. VI, 144-145

- povo*, sua situação social VI, 150-153, 165-180
- povoador*, que era VII, 224
- povoador-mór*, que era VII, 224
- Poyares (D. Pedro Mendes)*, V. *Mendes Poyares (D. Pedro)*.
- Pravia*, residência de Silo I, 192
- predio ermo*, que era VI, 246
- prefeito*, que era VII, 31
- pregoeiro*, suas funções VII, 340
- presores*, que eram VI, 150, 164-167
- documentos que provam a sua existência no tempo da reacção cristã VI, 167-168
- presuria*, que era VI, 147
- pretor*, era o alcaide VII, 190
- (vice-), era o alcaide menor VII, 195
- principal*, magistrado do município não privilegiado VII, 37
- privados*, classe de contribuintes entre os visigodos VI, 114-115, 117-119
- ordem do município romano VI, 116
- suas contribuições VI, 119
- outra designação de presores VI, 169
- privilegios dos vizinhos dos concelhos* VIII, 48-50, 59-61, 67-68, 69-79
- processo judicial*, suas formas nos concelhos
- perfeitos VII, 127-141
- a queixa ou querela perante o tribunal VIII, 127-134
- as citações VIII, 127-134
- a nomeação dos advogados VIII, 130-131, 141
- as penhoras ou arrestos VIII, 134-140
- as fianças VIII, 136-137, 139-140
- proletarios*, lei de Affonso II repressiva deles VI, 293-294
- propriedade*, V. *direito de propriedade*.
- propriedade tributada e não tributada*, V. *tributos*.
- prova por juramento* VIII, 146-153
- suas fórmulas VIII, 146-147
- firma ou outorgamento VIII, 147, 149-150
- jura de malícia VIII, 147-148
- manquadra VIII, 150-153
- prova por juramento individual* VIII, 157
- prova do juízo de Deus* VIII, 157-168
- prova do ferro em brasa VIII, 158-160
- prova do combate singular VIII, 160-168

<i>provas judiciaes</i> , seu valor relativo . . .	VIII, 127, 141-142
— <i>prova documental</i>	VIII, 142-144
— <i>prova testemunhal</i>	VIII, 144-146

Q

<i>quatuorviros</i> , magistrados municipais.	VII, 30-31
<i>quebrar moeda</i> , V. <i>moeda</i> .	
<i>queixa no processo judicial</i>	VIII, 127-134
<i>querella</i> , V. <i>queixa</i> .	
<i>questor</i> , magistrado do município	VII, 33-34
<i>quinquennaes</i> , o mesmo que curadores.	VII, 31-32
<i>quinto dos despojos da guerra</i>	VIII, 206, 213-218

R

ração, V. *porção*.

<i>Radimiro</i> , conde, é desbaratado e cativo por Affonso I.	II, 177-178
<i>Radulfo</i> , V. <i>Diceto (Radulfo de)</i> .	
<i>Raimundes (Affonso)</i> , filho de D. Urraca, é de- clarado senhor da Galiza se sua mãe passar a segundas núpcias	II, 34
— os fidalgos galegos tentam proclamá-lo rei	II, 39
— escreve ao papa contra o procedimento de Gelmires	II, 93
— toma parte na expedição contra Portugal em 1121	II, 98
— entra nos dezoito anos e procura haver o poder de sua mãe.	II, 107
— sua accessão ao trono de Leão e Castela com o nome de Affonso VII.	II, 117
<i>Raimundo de Borgonha</i> , é feito príncipe da Ga- liza.	II, 14 15
— seu casamento com a infanta D. Urraca.	II, 15

<i>Raimundo de Borgonha</i> , invade a provincia hoje da Estremadura	II, 18-19
— é desbaratado perto de Lisboa	II, 19, 239
— pretendia a coroa de Leão.	II, 27
— tratado secreto com Henrique, conde de Portugal.	II, 29-30
— sua morte em 1107	II, 32
<i>Ramires (Garcia)</i> , é eleito rei de Navarra.	II, 147
— reconhece Affonso VII como suzerano.	II, 148
— faz guerra a Affonso VII	II, 150
— <i>(Gomes)</i> , V. <i>Gomes Ramires</i> .	
— <i>(Mem)</i> , vai espiar Santarém por ordem de Affonso I	II, 217
<i>Ramiro I</i> , rei de Oviedo.	I, 195
— guerras com os sarracenos e os piratas normandos.	I, 195
— sua crueldade	I, 195
<i>Ramiro II</i> , rei de Leão	I, 204-210
— discórdias civis	I, 204
— guerras com os sarracenos	I, 204-209
— batalha de Osma	I, 206
— Umeyya Ibn Isak Abu Yahya, alcaide de Santarém, presta-lhe obediência	I, 206-207
<i>Ramiro III</i> , rei de Leão	I, 212-215
— regência de sua tia Elvira.	I, 212
— guerras com Al-manssor.	I, 212-215
— Bermudo, neto de Fruela II, faz se pro- clamar rei na Galiza.	I, 213-214
<i>Ramiro</i> , é eleito rei de Aragão	II, 147
<i>Raolino</i> , chefe da colônia flamenga que fundou a vila dos francos, depois Azambuja.	III, 248
<i>Raulin</i> , V. <i>Raolino</i> .	
<i>Raymond</i> , V. <i>Raimundo</i> .	
<i>Raynerio</i> , legado do papa, é encarregado de obrigar a concórdia os reis de Portugal, Leão e Castela, sob pena de excomunição.	III, 232
— consegue impedir que o rei de Castela faça guerra a Sancho I	III, 234-235
<i>reacção neo-gótica e a conquista muçulmana</i> , V. <i>conquista muçulmana e a reacção neo- gótica</i> .	
<i>Recaredo</i> , sua conversão ao catolicismo.	VI, 101
<i>reguengueiro</i> , distincção entre prédios reguengos simples e aforados.	VI, 239-256

- reguengueiro*, residência obrigada para elles no
prédio VI, 250-256
- significações de reguengo e exemplos . . VI, 257-259
- prestações que pagavam os reguengos
simples: porção ou ração ou terradigo . VI, 259-261
- outra prestação: miunça ou direitura . . VI, 260-261
- reguengos deshabitados VI, 261-264
- ofreção VI, 262
- San-Joaneiros VI, 262
- leiras ou courelas VI, 263
- trazer de censuria VI, 263-264
- reguengos simples no sul do reino . . . VI, 265-266
- causas do grande número destes até
muito tarde: o comisso e o confisco . VI, 267-268
- Reimondo*, V. *Raimundo*.
- relegagem*, espécie de imposto VIII, 227
- relego*, V. *relegagem*.
- relegueiros*, agentes do fisco VIII, 229
- renascimento*, como elle considerava as origens da
história pátria, V. *Portugal*.
- repto*, que era VIII, 160
- Resende* (*André de*), o seu tratado das *Antigui-*
dades Lusitanas I, 35
- revindicta*, reparação do dano ou da injúria pelas
armas V, 104, VIII, 181-185
- Ribeira* (*D. Maria Paes*), V. *Paes Ribeira* (*D. Ma-*
ria).
- Ricardo I*, rei d'Anglaterra, parte para a cru-
zada III, 198
- ricos-homens*, eram os governadores de distritos.
. VII, 197-198
- Rioja*, povoação da Navarra II, 147
- Roberto*, dominicano, é eleito bispo de Silves . V, 113-114
- Affonso III protesta contra a usurpação do
seu direito de apresentação e as doações
perpétuas a elle feitas por Affonso X,
de Castela V, 114-115
- Roberto de Sabloil*, V. *Sabloil* (*Roberto de*).
- Rodrigo*, último rei visigodo I, 102
- Rodrigues* (*Martinho*), é eleito bispo do Porto
em 1191 III, 266
- discórdia e paz com o cabido III, 267-268
- discórdia e paz com Sancho I . . . III, 268-269, 352-355
- foge do Porto e é despojado dos bens,
alfaias e cavalgaduras III, 269

<i>Rodrigues (Martinho)</i> , paz com Sancho I	III, 269
- recusa-se a receber processionalmente no Porto o príncipe herdeiro, Affonso, e a noiva por serem parentes os noivos. . .	III, 270-271
- renovam-se as disputas com Sancho I por este motivo	III, 271
- apela para o papa.	III, 271
- é encerrado no paço episcopal pelos officiaes do rei e pelos burgueses.	III, 273-274
- foge para Roma	III, 274
- regressa de Roma com cartas cominatorias do papa.	III, 278
- prestes a morrer, Sancho I submete-se a todas as condições do seu adversário. .	III, 280-283
- andara envolvido nos distúrbios civis da menoridade de Sancho II.	IV, 196
- queixa-se ao papa de vários vexames do poder rial	IV, 197-198
- recebe pronta reparação ás suas queixas contra o poder rial do novo papa Gregório IX.	IV, 199-200
- vai a Roma apresentar ao papa os agravos que Sancho II lhe fizera e aos seus diocesanos.	IV, 249-250
- regressa a Portugal em 1234 sem esperanças de plena satisfação dada pelo rei .	IV, 252
- as suas diligências em Roma contra Sancho II parece terem resultado nulas . .	IV, 254
- últimos anos do seu episcopado.	IV, 347-348
- (<i>Pedro</i>), irmão do bispo do Porto, é preso pelo rei	III, 269
- é posto em liberdade	III, 269
<i>Rodrigues Pereira (D. Pedro)</i> , é vencedor no combate de Transconha de seu primo D. Pedro Mendes de Poyares.	IV, 192
<i>Rotrou</i> , conde de Perche	II, 74
<i>Roderico</i> , V. <i>Rodrigo</i> , rei dos visigodos.	

S

<i>Sabloil (Roberto de)</i> , capitão de uma armada de cruzados.	III, 198
--	----------

<i>Sabugal</i> , entrevista e pazes entre Sancho II, de Portugal, e Fernando III, de Leão e Castela	IV, 222
<i>Sacralias</i> , V. <i>Zalaka</i> .	
<i>sacramentales</i> , que eram	VIII, 154
<i>Sagalias</i> , V. <i>Zalaka</i> .	
<i>Sagres</i> , povoação do Al-faghar.	III, 167
<i>Sahagun</i> , aí reúnem os barões e cabeças populares de Leão e Castela e exigem a reconciliação de D. Urraca com seu marido. .	II, 57
— concílio e negócios a tratar nele.	II, 100
— convénio celebrado aí entre os dois filhos de Afonso VII em 1158 para partilha de futuras conquistas.	III, 68-69
<i>Saherio d'Arcells</i> , V. <i>Arcells (Saherio de)</i> .	
<i>Said Ibn Harun</i> , senhor do Algarve depois de Ahmed Ibn Said.	I, 183
<i>Saladino</i> , vence o rei de Jerusalém na batalha de Tiberiada em 1187 e toma Jerusalém. .	III, 157
<i>Salamanca</i> , o seu foral serve de tipo da 2. ^a fórmula dos concelhos perfeitos	VII, 177-178
— nomes próprios dos magistrados municipais neste foral.	VII, 179-180
<i>Salvadores (Pedro)</i> , sucede a Martinho Rodrigues como bispo do Porto	IV, 255
— pede o estabelecimento de um convento de dominicanos no Porto em 1237	IV, 270
— quadro tenebroso sôbre o estado de Portugal	IV, 270-271
— proíbe aos dominicanos o exercício do ministério sacerdotal	IV, 271
— queixa-se ao papa da quebra das imunidades eclesiásticas na sua diocese. . . .	IV, 272
— obtem de Sancho II plena satisfação ás suas queixas contra a coroa.	IV, 280-281
— contendas entre êle e os burgueses do Porto	IV, 281-282
— composição com os burgueses do Porto, servindo de árbitro o bispo de Coimbra. .	IV, 282-283
— obtem de Sancho II doações importantes	V, 43-44
— os espatários cedem-lhe o senhorio de Odemira	V, 45
<i>Salvaterra do Extremo</i> , recebe foral de Sancho II em 1229.	IV, 209

<i>Salvaterra do Extremo</i> , nova tentativa de repovoamento.	IV, 291
— o seu senhorio foi dado aos templários . . .	IV, 291
<i>San-Joaneiros</i> , que eram.	VI, 262
<i>Sancha</i> (D.), mulher de Fernando Magno	I, 235
— filha de Sancho I, pede ao papa confirmação dos legados de seu pai.	IV, 15
— contenda com Afonso II sobre o senhorio de Alenquer e Aveiras	IV, 22-24, 32-51
— conclusão do litigio com Affonso II	IV, 50-51
— recebe reparação dos danos soffridos na contenda com seu irmão.	IV, 167-171
— filha de D. Theresa e Affonso IX, de Leão, é declarada primeira herdeira ao trono de Leão	IV, 216-217
<i>Sanches</i> (Garcia), é aclamado rei de Navarra . .	I, 201
— (Martim), filho bastardo de Sancho I, estando foragido em Leão recebe aí mercês na fronteira de Portugal.	IV, 113
— invade o norte de Portugal com tropas galegas	IV, 121-126, 311-312
— combate junto do mosteiro da Varzea, perto de Barcelos	IV, 124
— alferes-mór em Leão	IV, 212
— (Rodrigo), alcaide de Silves por Sancho I. . .	III, 194
— é morto na batalha de Alarcos.	III, 221-222
— (Rodrigo), tio de Sancho II, pratica actos brutais contra a igreja portuense. . . .	IV, 280-282
— toma o partido do infante Affonso.	V, 30
— é morto na lide do Porto.	V, 38
<i>Sancho</i> , filho de Affonso VI, é morto na batalha de Uclés	I, 254-255
<i>Sancho I</i> , rei de Leão	I, 210-212
— Ordonho, filho de Affonso IV, expulsa o do trono.	I, 210-211
— é reposto no trono pelo califa de Córdova.	I, 211
— levantamento dos condes da Galiza. . . .	I, 212
<i>Sancho</i> , rei de Navarra, anexa a Castela	I, 225
— guerra com o rei de Leão, Bermudo III. . .	I, 225-226
— divide os seus estados por seus filhos. . .	I, 226-227
— filho de Fernando Magno, rei de Castela. .	I, 234
— guerras com seu irmão, Affonso de Leão. .	I, 235-236
— cerca D. Urraca em Zamora e é morto junto dos seus muros.	I, 237-238

- Sancho*, filho de Affonso VI e de Zaida, considerado herdeiro do trono de Leão. II, 28
- rei de Castela, celebra um convénio em Sahagun com seu irmão Fernando, rei de Leão. III, 68-69
- Sancho VII*, rei de Navarra, alia-se com Affonso IX, de Leão. III, 225
- guerra com Castela. III, 226
- nova guerra com Castela. III, 230
- Sancho*, infante de Portugal, filho de Affonso I, seu pai arma-o cavaleiro em Coimbra em 1170. III, 103
- seu casamento com D. Dulce em 1174. III, 105
- invade a Andaluzia e marcha sobre Sevilha. III, 105-107
- combate na fronteira do Alentejo contra os sarracenos. [Depois *Sancho I*] III, 113
- Sancho I*, rei de Portugal. III, 138-305
- 1185, sua aaccessão ao trono. III, 138
- impossibilidade de alargar o território português pela Galiza e pela Estremadura leonesa. III, 139-142
- limites de Portugal. III, 142-147, 321-330
- incerteza das fronteiras no Gharb ou meridionais. III, 144-145
- a população nestas fronteiras era rara e os terrenos incultos. III, 146-148
- 1187, supostas discórdias com Leão. III, 148-149
- occupase em prover ás necessidades internas do país. III, 150-151
- aumenta as ordens de cavalaria. III, 151-152
- entrega aos freires de Cáceres os castelos de Alcácer, Palmela, Almada e Arruda. III, 152
- entrega aos freires de Calatrava o castelo de Alcanede e a vila de Alpedriz e prometeu-lhes Jurumenha. III, 152
- 1188, parece querer partir para a cruzada contra Saladino. III, 159
- seu primeiro testamento. III, 332-338
- 1189, Abu Yusuf invade Portugal, sem grande resultado. III, 160-161
- domínios portugueses na província de Alkassr nos fins do século XII. III, 162-163, 338-342
- uma armada de cruzados e uma outra portuguesa tomam Alvor, no Algarve. III, 166, 168

- 1189, põe cêrco á cidade de Silves ajudado de
uma armada de cruzados III, 163-171
- condições feitas aos cruzados da ar-
mada. III, 170
- cêrco de Silves III, 176-189
- discórdia entre o príncipe português e os
cruzados no cêrco de Silves. III, 190
- expulsa os cruzados da cidade III, 190
- partindo de Silves invade o baixo Alentejo
e toma Beja e outras povoações . . . III, 195-196
- lança-se dentro de Santarém para re-
sistir a Abu Yusuf III, 202
- sua situação crítica. III, 202, 204
- pede socorro a uma armada de cruzados
ancorada no Tejo III, 204
- Abu Yusuf faz-lhe propostas de paz. . . III, 204-205
- Abu Yusuf retira-se para Sevilha III, 205
- sai de Santarém para Lisboa para repri-
mir as violências dos cruzados que ha-
viam desembarcado III, 207-208
- obriga os cruzados a partir de Lisboa. . . III, 208
- Clemente III confirma-lhe a coroa. . . . III, 209
- 1191, sua filha D. Theresa desposa em Guima-
rães Affonso IX, de Leão III, 210
- tratado de aliança com Aragão. III, 211
- nova invasão de Abu Yusuf. III, 211-212
- perde Silves III, 211
- perde Alcácer, Palmela, Almada, etc. . . III, 212
- seu carácter. III, 213-214
- depois da conquista de Silves tomou o
título de rei de Portugal, de Silves e do
Algarve III, 216
- abandona este título depois da perda de
Silves. III, 216
- 1192-1195, occupa-se em fundar novas povoa-
ções ou restaurar as antigas III, 216-218
- repovoa Egitânia e Leiria III, 217
- 1195, sua filha D. Theresa é repudiada por
mandado de Clemente III. III, 218
- é excomungado pelo papa III, 219
- um troço de sarracenos teria invadido a
Estremadura portuguesa depois da ba-
talha de Alarcos. III, 222-223
- 1196, faz aliança com Affonso VIII, de Cas-
tela. III, 224-225

- 1196, o papa permite-lhe que incorpore no seu país tudo quanto pudesse tirar ao rei de Leão III, 227
- 1196-1197, invade a Galiza e toma Tuy, Pontevedra, etc III, 228
- 1197, uma armada de cruzados alemães toma Silves e abandona-a III, 231-232
- 1198, novas discórdias com Leão e preparativos de guerra III, 232-234
- consegue do papa que impeça o rei de Castela de lhe fazer guerra III, 234-235
- Inocência III escreve-lhe exigindo o pagamento do censo á santa sé. III, 235-237
- doa aos templários os terrenos de Açafa. III, 238-240
- morte de D. Dulce III, 241
- filhos havidos dela III, 241
- 1199, guerra com Leão III, 241-244
- ataca Ciudad-Rodrigo III, 243
- manda uma embaixada ao rei de Inglaterra, João Sem Terra. III, 245-246
- sua actividade III, 247
- estabelecimento de novas colónias de estrangeiros III, 247-250
- fundação da Guarda III, 251-253
- 1202, grande fome no reino III, 255-256
- 1202-1208, entrega-se inteiramente ao povoamento do país e organização de municípios III, 257-259
- funda Idanha-a-nova que entrega aos templários III, 257
- manda edificar o castelo de Montemor-o-novo em 1203 III, 258
- funda o município de Aveiras em 1207 III, 258
- durante anos teve paz nas fronteiras dos sarracenos e dos leoneses III, 259-263
- 1208 ou 1209, casa seu filho Affonso, herdeiro do trono, com D. Urraca, filha do rei de Castela III, 263, 265
- 1208-1210, discórdias com o bispo do Porto III, 268-283, 352-355
- edifica os castelos de Pinhel, Penamacor e Sortelha III, 276
- é acometido de enfermidade grave III, 276-277
- o seu testamento III, 277-278
- escreve ao bispo do Porto que venha con-

- graçar-se com elle e submete-se a todas
as condições do seu adversário III, 286-283
1208 1210 discordias com o bispo de Coimbra.
III, 286-298, 355-356
- escreve a Inocência III uma carta estran-
nhando a sua intervenção a favor do
bispo de Coimbra III, 291-292
 - congraça-se com o bispo de Coimbra . . . III, 297-298
 - faz doação ao mosteiro de Moreruela
e ao seu abade Herberto de vários
bens reguengos III, 298
 - 1211, sua morte III, 298
 - confirmação do seu testamento pelo papa. III, 299
 - carácter do seu governo III, 300-312
 - carácter moral III, 302-304
 - aliança do rei e dos concelhos contra o
clero e a nobresa III, 304-305
- Sancho II*, rei de Portugal IV, 162-293, V, 9-81
1223, sua accessão ao trono IV, 162-163, 319-321
- situação perturbada do reino IV, 163-164
 - doação do padroado de Soure aos templá-
rios IV, 164
 - pacificação definitiva com o clero e con-
dições dela IV, 164-167, 171-172, 321-323
 - regulariza-se a situação das infantas suas
tias e condições IV, 167-171
 - a fidalguia ferida nos seus interesses pelas
inquirições gerais, aproveitando a me-
noridade do soberano, devia dar largas
às suas ambições e descontentamento. IV, 173-174
 - a sua menoridade foi um período agitado
de competições IV, 174-176
 - os seus tutores rompem com o arcebispo
de Braga e o bispo de Lisboa IV, 176
 - os bandos da fidalguia disputam-se o so-
berano : estado tumultuário do reino.
IV, 177-180, 323-340
 - tentativa de uma expedição contra os
sarracenos do Alentejo IV, 180
 - fronteiras de Portugal ao meio-dia, antes
da conquista de Elvas IV, 183-185, 340-341
 - circunstâncias internas e externas favora-
veis á empresa de Elvas IV, 185-186
 - 1225, recebe de Honório III a confirmação da
coroa IV, 186-187, 342-343

- 1226, expedição contra Elvas. IV, 188-190
- 1227-1228, depois da conquista de Elvas, o soberano firma-se no trono: mudanças nos altos cargos. IV, 190-192
- durante as discórdias da sua menoridade, os bispos associam-se aos bandos dos nobres. IV, 192-193
- com o advento ao poder de mestre Vicente e Pedro Annes, prevalece no governo em relação ao clero o sistema do anterior reinado, e daí novas contendas. IV, 194-195
- o papa manda-lhe que dê pronta reparação dos vexames feitos a Martinho Rodrigues. IV, 199-200
- estado deplorável da igreja portuguesa. IV, 200-203
- 1228-1229, legacia de João de Abbeville. . . . IV, 203-205
- cúria solene convocada em Coimbra por conselho de João de Abbeville. IV, 204-205
- restauração de Idanha-a-velha. IV, 205
- 1229, casamento de sua irmã, D. Leonor, com Waldemar, príncipe herdeiro da Dinamarca. IV, 206
- seu irmão, Affonso, sai de Portugal para a corte de França, acompanhado de vários cavaleiros portugueses. IV, 207
- dedica-se à repovoação dos territórios próximos das fronteiras do Alentejo. . . . IV, 209-211
- 1230, ocupação definitiva de Elvas. IV, 214
- toma Jurumenha. IV, 214-215
- linha de fronteira com os sarracenos. . . . IV, 215
- não intervem na sucessão ao trono de Leão, por motivos de ordem interna. . . . IV, 221-222
- vê-se com o rei de Castela, Fernando III, no Sabugal e assentam pazes. . . . IV, 222
- Fernando III, já rei de Leão, restitue o castelo de Chaves pelas pazes do Sabugal. IV, 222
- antinomia entre a realesa e a igreja. . . . IV, 223-229
- o seu reinado é de 1230 em diante o combate da monarquia e da igreja. . . . IV, 229
- contendas com Sueiro, bispo de Lisboa. IV, 230-236, 244-246
- os delegados apostólicos fulminam o interdito sobre o reino. IV, 236

- 1232, providências para o estabelecimento de novas colônias no norte do Alentejo . . . IV, 239
- conquistas ao meio-dia e ao oriente de Evora IV, 239-240
- favor ás ordens militares e mendicantes IV, 240-241
- incorpora-se no instituto chamado da penitência e daí o apelido de *Capelo* . . . IV, 241
- 1234, obtem do papa uma encíclica de repressão aos bispos por concederem abusivamente a tonsura. IV, 242 243
- 1233, Gregório IX absolve-o de haver compelido clérigos á guerra contra os infieis IV, 243-244
- 1232, obtem do papa bulas que proibiam aos prelados fulminarem censuras em quanto fizesse guerra aos sarracenos. . . IV, 245
- até 1233, o clero acusa o poder rial de menosprezar os seus privilégios e imunidades, mas desde então junta aos seus agravos os dos povos IV, 246 249
- Gregório IX manda-o compellar a reparar o mal feito ao bispo do Porto e aos seus diocesanos, e suspender a isenção de censuras que lhe concedera em 1232 . . . IV, 250-252
- 1234, toma Aljustrel IV, 253
- 1235-1237, doa aos espatários Aljustrel (1235, Cezimbra (1236) e os padroados das igrejas de Palmela, Alcácer e Almada (1237) IV, 253
- as diligências do bispo do Porto contra o soberano parece terem resultado nulas. . . IV, 254
- Gregório IX manda providenciar contra os abusos das ordenações dos clérigos. . . IV, 255
- o mesmo papa manda expedir uma bula exortando todos os seus súbditos a ajudá-lo na guerra contra os infieis. . . . IV, 255-256
- é eleito arcebispo de Braga Silvestre Godinho IV, 256
- é eleito bispo de Coimbra Tibúrcio. . . . IV, 258
- facilitou com a sua brandura a própria ruína. IV, 258-259
- os prelados portuguezes na sua luta com o poder rial serviam-se de armas que lhe davam a sua maior cultura IV, 259 260

- 1235-1237, o chanceler, mestre Vicente, é eleito bispo da Guarda IV, 261-262
- Pedro Annes, mordomo-mór, deixa o seu cargo e a cõrte IV, 262
- o cargo de mordomo-mór é substituído pelo de meirinho-mór, em breve suprimido. IV, 262
- mudanças de validos na cõrte. . . IV, 262-263, 356-362
- causas e efeitos destas mudanças. . . IV, 262-265
- abusos das classes privilegiadas. . . IV, 266-268
- impotência da autoridade rial para reprimir os abusos das classes privilegiadas. IV, 268-269, 362-370
- êsses abusos servem ao clero para guerrear a coroa IV, 270
- quadro tenebroso sôbre o estado de Portugal feito pelo bispo do Porto em 1237. IV, 270-271
- o arcebispo de Braga e o bispo do Porto queixam-se ao papa dos agravos feitos á igreja pelo poder rial. IV, 272-273
- actos brutais do infante Fernando da Serpa praticados contra o bispo de Lisboa. . IV, 273-276
- Gregório IX constrange o soberano com censuras a respeitar os direitos e imunidades da igreja. IV, 277-278
- 1238, cede a todas as exigências do papa a favor dos prelados portugueses. . . . IV, 278-288
- 1238-1240, conquistas por uma e outra márgem do Guadiana até à sua foz. IV, 288-289
- nova tentativa de repovoamento de Idanha-a-velha e Salvaterra do Extremo IV, 290-291
- preparativos para uma expedição por mar e por terra contra os sarracenos do Algarve occidental IV, 291-292
- 1241, Gregório IX dirige uma bula incitando os portugueses com promessas a associarem-se á empresa IV, 293
- a expedição não chegou a realizar-se. . . IV, 293
- marinha militar IV, 372-375
- Durando Froyaz, chanceler V, 9
- 1241-1244, frouxidão do seu governo e anarquia administrativa V, 9-11
- o consórcio com D. Mecia Lopes de Haro aumenta a desordem interna. . . V, 12-13, 281-288

1241-1244, os prelados portugueses fazem ao papa uma exposição do estado deploravel dos negócios do reino	V, 16-20
— os males públicos de que os prelados se queixavam, em parte verdadeiros, eram d'elles culpados o clero como o poder real	V, 20-22
— os prelados planeiam derribá-lo do trono, accusando-o de inepto	V, 22-23
— condições a que devia satisfazer o novo soberano.	V, 23-24
— Affonso, seu irmão, era quem satisfazia melhor a essas condições.	V, 24-28
— famílias nobres que seguiam o partido do infante, Affonso de Bolonha	V, 29-31
— o papa manda-lhe que repudie sua mulher se se provar que são parentes.	V, 34-35
— o papa dirige-lhe uma bula onde se enumeravam todas as queixas dos prelados ordenando-lhe a emenda de todos os abusos e males públicos.	V, 36-37
— os bispos do Porto e Coimbra e o prior dos dominicanos são encarregados de velar pelo cumprimento desta bula. . .	V, 37
1245, lide do Porto entre a principal nobresa do reino	V, 38-39
— tempo insufficiente para cumprir convenientemente as letras apostólicas. . . .	V, 40
— os delegados apostólicos diligenciam que o príncipe cumpra os mandados do papa.	V, 40
— encontra-se no Porto com os delegados apostólicos e outros prelados e nobres, seus contrários	V, 42-44
— faz doações importantes ao bispo do Porto.	V, 43-44
— os seus inimigos accusavam-no de mentecapto e pródigo	V, 44
— os delegados apostólicos recolhem vários testemunhos contra elle e levam-nos ao papa.	V, 45-46
— o papa depõe-no e dá-lhe por successor Affonso de Bolonha	V, 47-49
1246, guerra civil e constância do partido do soberano.	V, 56-58
— exemplos de lealdade e de deslealdade ao soberano.	V, 58-60

- 1246, rapto de D. Mecia dos paços de Coimbra. V, 60-62
 — violências do seu partido V, 62-65
 — fizera ao infante Affonso, de Castela, generosas mercês. V, 66
 — pede socorro contra seu irmão ao infante Affonso, de Castela. V, 66
 — o infante Affonso, de Castela, intercede por elle junto do papa V, 67
 — resposta evasiva do papa V, 67-68
 — D. Theresa, antiga rainha de Leão, sua tia, e as ordens mendicantes, etc., passam ao partido adverso. V, 68-69
 1247, Affonso, infante de Castela, invade Portugal pela fronteira de Cima-Coa em socorro do rei de Portugal. V, 70, 288-290
 — impede que se dê sepultura em Coimbra ao bispo Tibúrcio V, 71
 — Martin de Freitas, alcaide de Coimbra, exemplo de fidelidade ao rei V, 72-74
 1248, recontro de Leiria entre os castelhanos e as tropas do infante Affonso. V, 76-77
 — a história dos cavaleiros de Trancoso, segundo os nossos cronistas. V, 77-78
 — retira-se para Toledo e morre. V, 78-79, 290
 — breves considerações sôbre o seu fim desgraçado V, 80-81
Sancho Inigo, conde de Bigorre, governador da Navarra por Affonso III. I, 201
Sancta Cruz, castelo da Galiza de que se apoderou o conde Velasco. III, 89
Sancta Eulalia, castelo junto de Montemor, é tomado pelos sarracenos em 1116. II, 84
 — é reedificado por D. Theresa II, 116
 — é cedido por Fernando Peres de Trava. II, 116
Sancta Maria, cidade da provincia do Al-faghar. Hoje Faro. II, 170
Sancta Maria de Faron, povoação fundada por cristãos. Hoje Faro. III, 194
Sancta Maria de Pharum, povoação do Al-faghar. Hoje Faro. III, 167
sancta sé av, tinha o sumo império sôbre todas as monarquias cristãs. II, 190-191
 — Affonso I faz-lhe homenagem do seu reino. II, 192, 294-308

<i>Sanctiago</i> , a sua sé é elevada a metropolitana . . .	II, 93
— tropas municipais que recusam marchar contra Affonso I	II, 138
— ordem militar, V. <i>Caceres</i>	
<i>Sandino</i> , castello, é cercado por Affonso I . . .	III, 89
<i>Santarem</i> , é conquistada por Affonso VI	II, 14
— é reconquistada em 1111 por Seyr.	II, 46
— Abu Zakaria seu alcaide em 1144	II, 208
— sua descripção em 1147	II, 213-214
— relação da sua tomada feita por um monge de Alcobaça	II, 217
— sua veracidade	II, 309-312
— plano da sua conquista	II, 218-220
— tomada da cidade	II, 220-222
— cêrco de 1171 pelos almôhadas	III, 99
— cêrco de 1184 pelos mesmos	III, 119-125
— côrtes de 1273	V, 249
— o seu foral serve de tipo da 1.ª fórmula dos concelhos perfectos	VII, 177-178
— nome próprio do magistrado municipal neste foral	VII, 179
<i>Saragoça</i> , estado independente criado pelos to- gibidas	I, 183
— é conquistada por Affonso I, d'Aragão, em 1118	II, 86
<i>sarracenos</i> , sua definição	VI, 62-63
— elemento da primitiva população por- tuguesa	VI, 62-63
— elemento pouco importante até ao rei- nado de Affonso VI, de Leão	VI, 63-67
— como eram tratados antes e depois de Affonso VI, de Leão	VI, 63-70
— procedimento tolerante de Affonso VI e dos seus successores com elles	VI, 67-70
<i>Sarracines</i> (Affonso Mendes, V. <i>Mendes Sarracines</i> (Affonso).	
<i>Scípião Africano</i> , general romano, conquista uma parte da Hespana	I, 56
<i>Seddaray</i> , senhor de Badajoz	II, 171
— invade o distrito de Sevilha com Ibn Kasi	II, 205
— guerra com Ibn Kasi	II, 207
<i>Seia</i> , castello muito forte	II, 140-141
<i>senado</i> , o mesmo que cúria	VII, 29
<i>senadores</i> , o mesmo que curiais	VII, 29

- senhor*, funcionário régio nos concelhos perfectos da 2.^a fórmula ao lado do *judex* . VII, 204-216
- senior*, V. *senhor*.
- sentenças* VIII, 169-170
- Septum*, V. *Ceula*.
- Serpa*, é conquistada em 1166 por Affonso I. . . III, 82
- é tomada por Sancho II em 1232. IV, 239
- Sertorio*, adversário de Roma I, 58-60
- servidores ruraes*, fixação do seu salário . . . VI, 294-295
- servos*, entre os visigodos eram os indivíduos que não gozavam de liberdade civil . . VI, 94
- origens germânicas e romanas VI, 126-129
- sua divisão entre os romanos em públicos e particulares VI, 128
- sua divisão entre os germanos em ministeriaes e lidos VI, 128-129
- sua condição e origens entre os visigodos. VI, 129-130
- distinção entre os servos godos e os servos romanos. VI, 130-131
- sua divisão entre os visigodos em idoneos ou bons e infimos ou rústicos . . VI, 131-132
- servos da igreja e do clero VI, 133
- servos fiscaes ou famílias do fisco. . . . VI, 133-135
- sua situação social durante a reacção cristã VI, 151-158
- suas diferentes classes no tempo da reacção cristã VI, 155-162
- sua condição na primeira época da monarquia VI, 194-212
- os homens de criação. VI, 195-198
- transformação da servidão e suas causas. VI, 198-212
- servos de pena*, classe de servos VI, 162
- servos mouros*, classe de servos VI, 162
- sesmeiro*, magistrado municipal temporário . . VII, 326
- suas funções. VII, 327-330
- sesmo*, que era. VII, 186
- Sesnando*, mozarabe da Beira ao serviço de Fernando Magno II, 10, 228-229
- governador de distrito. II, 10
- sua morte II, 13
- Sevilha*, estado independente criado por Mohammed Abul-kasim Ibn Abbad I, 183
- Abbad Al-mutadhed-billah e Mohammed

Al-mutamed Ibn Abbad seus amires : engrandecimento territorial d'este estado e guerras com Toledo e outros estados . . .	I, 185
<i>Sevilha</i> , invasão do seu distrito pelos revoltados do Gharb, Ibn Kasi e Seddaray . . .	II, 205
— Sancho, infante de Portugal, marcha contra ella em 1178.	III, 106
— é conquistada por Fernando III. de Castela, em 1248	V, 66
<i>Seyr</i> , V. <i>Seyr Ibn Abi Bekr</i> .	
<i>Seyr Ibn Abi Bekr</i> , general dos almorávidas, obtem vantagens contra os cristãos depois da batalha de Zalaka.	I, 250-251
— suas conquistas no Gharb.	II, 18
— conquista as Baleares e Valência	II, 21
— suas conquistas no Gharb.	II, 45
— toma Santarém em 1111	II, 46
— sua morte	II, 48
<i>Sheberina</i> , castelo da provincia de Al-kassr . . .	II, 170
— é tomado por Affonso I em 1166	III, 82-83
<i>Sid Ray</i> , V. <i>Seddaray</i> .	
<i>signal</i> , sêlo dos magistrados do concelho	VIII, 138
<i>silingos</i> , povos que occuparam a Bética	I, 70
<i>Silo</i> , rei das Astúrias	I, 192
<i>Silva</i> (<i>Estevam Soares da</i>), V. <i>Soares da Silva</i> (<i>Estevam</i>).	
<i>Silves</i> , Omar Ibn Al-mundhir seu governador. .	II, 206
— reduzida á obediência por Ibn Suleyman	III, 54
— capital do Al-faghar	III, 167
— sítio, riqueza e fortificações.	III, 172-175
— era povoada de árabes do Yemen.	III, 174
— é cercada e tomada em 1189 pelos cristãos	III, 176-189
— rende-se aos sarracenos em 1191.	III, 211
— é tomada por uma armada alemã de cruzados e abandonada	III, 231-232
— Affonso X restaura a sua sé.	V, 113
— Roberto, frade dominicano, é eleito seu bispo.	V, 114
<i>Sisenando</i> , V. <i>Sesnando</i> .	
<i>Smare</i> , V. <i>Ismar</i> .	
<i>Soares</i> (<i>Estevam</i>), illustre por linhagem e arcebispo de Braga	IV, 111-112

- Soares*, Affonso IX, de Leão, doa-lhe o conto de Ervededo em Límia IV, 113-114
- convoca uma assemblea de prelados onde exproba os actos do rei contra o clero. IV, 115-116
 - lança o anátema sobre o rei e põe interdito no reino. IV, 116
 - foge para a Itália ás iras do rei. IV, 117
 - o papa autoriza-o a levantar as censuras sobre ele e o reino se obtivesse condigna reparação IV, 146
 - Affonso II reconcilia-se com ele com promessa de satisfação dos seus agravos. IV, 150
 - pacificação definitiva com o poder real e condições dela. IV, 164-165, 171-172, 321-323
 - (*Garcia*), parcial de Affonso Henriques II, 126
- Soares da Silva* (*Estevam*), V. *Soares* (*Estevam*).
- Sobha*, mãe de Hixam II. I, 158
- sobrecabar*, que era VIII, 132-133
- sociedade portuguesa*, V. *concelhos*.
- sociedade portuguesa na primeira época da monarquia*, V. *população portuguesa*, — povo durante o domínio visigótico e a reacção cristã, — reino na primeira época da monarquia.
- solarengo*, espécie de malado, VIII, 115-126
- soldada*, que era. VIII, 223
- soldadeiro*, V. *soldada*.
- solidariedade municipal*: direitos e deveres comuns a todos os vizinhos do concelho VIII, 35-41
- sók*, V. *açougue*.
- Sortelha*, castelo edificado por Sancho I. III, 276
- recebe foral de Sancho II em 1228. IV, 210
- sortes dos visigodos*, que eram. VI, 109
- Soure*, castelo occupado pelos sarracenos em 1116 II, 84
- é reedificado por D. Theresa II, 116
 - é cedido a Fernando Peres de Trava. II, 116
 - é cedido aos templários. II, 151
- Sousa*, V. *Garcia de Sousa* (*Fernão*), *Gonçalves de Sousa* (*Mem*), *Mendes de Sousa* (*Gonçalo*).
- Spania*, designação que os cristãos davam ao Andaluz VI, 34
- Spatharios* (*os*), possuem Palmela em 1210 IV, 78
- é-lhes entregue Alcácer depois da sua reconquista em 1217 IV, 95
 - elegem Paio Pires Correia seu chefe IV, 253

<i>Spatharios</i> (os), Sancho II doa-lhes Aljustrel. 1235 .	
Cezimbra (1236 e os padroados das igre-	
jas de Palmela, Alcácer e Almada 1237 .	IV, 253
— recebem o senhorio de vários castelos con-	
quistados por Sancho II aos sarracenos.	IV, 289
— estabelecem em Mértola o convento da	
ordem	IV, 289
— cedem o senhorio de Odemira ao bispo do	
Porto e atraçoam a causa de Sancho II.	V, 44-45
<i>Spina</i> abade de , juiz nomeado pelo papa para	
julgar a contenda de Affonso II com as	
irmãs	IV, 47-49
<i>Strabão</i> , testemunha que o latim se tornara a	
língua da Hespanha	I, 90-91
<i>Suberoso</i> , castelo da Galiza onde foi cercada	
D. Urraca por D. Theresa.	II, 81
<i>Sueiro</i> , bispo de Lisboa, funda Alhandra. . . .	III, 258
— agente de Affonso II em Roma no tempo	
da contenda com as irmãs.	IV, 55-56
— faz uma recepção magnifica aos cruzados	
que em 1217 se dirigiam ao Oriente . .	IV, 80
— propõe aos cruzados a conquista de Al-	
cacer.	IV, 81
— prega a cruzada contra os infieis	IV, 82
— contenda com o deão da sé, mestre Vi-	
cente.	IV, 105-107
— contenda com Sancho II.	IV, 230-236, 244-246
— acusações apresentadas ao papa contra os	
ministros de Sancho II	IV, 233-236
— fim incerto do prelado.	IV, 244
— últimos anos do seu episcopado.	IV, 348-350
<i>suecos</i> , V. <i>vandalos</i> .	
<i>súk</i> , V. <i>acougue</i> .	
<i>Suelyman</i> , filho de Omar Ibn Hafssun, continua	
a luta contra o califado	I, 146
<i>Suelyman Ibn Al-hakem</i> , declara-se califa. . . .	I, 169
— guerras civis para a posse do califado. . .	I, 169-174
— é morto por Aly Ibn Hamud	I, 174
<i>Saleyman Ibn Arabi</i> , governador de Saragoca.	118
<i>Sus</i> , província de Marrocos.	II, 162
<i>susceptor</i> , o mesmo que <i>questor</i>	VII, 33

T

- Taberiolo*, castelo na Galiza II, 118
- Tabira*, cidade da provincia do Al-faghar . II, 170, III, 167
- tadjibitas*, senhores de Saragoça I, 183
- Takerna*, tribu berber I, 121
- talha*, o mesmo que colheita VIII, 204
- Tamarmá*, fonte em Santarém II, 218
- Tarasia*, V. *Theresa*.
- Tareja*, V. *Theresa*.
- Tarik*, V. *Tarik Ibn Zeyad*.
- Tarik Ibn Zeyad*, suas conquistas na Hespanha I, 102-105
- deu nome a Gibraltár I, 102
- venceu Rodrigo nas márgens do Chryssus ou Guadalete I, 102
- conquista Toledo I, 103
- é preso por Musa I, 104
- é chamado á presença do califa de Damasco I, 105
- Tavira*, castelo conquistado por Sancho II. . . . IV, 289
- o seu senhorio foi dado aos espatários . . IV, 289
- Taxfin*, susbtitue Temin no governo da Hespanha II, 163
- lutas que teve de sustentar II, 163
- passa á espada os habitantes de Cuenca que se haviam rebelado II, 163
- é chamado ao Moghreb por seu pai . . . II, 163
- sucede a seu pai, Aly, no império de Marrocos II, 203
- é vencido pelos almóhadas junto de Tlemecen II, 203
- sua morte em 1145 II, 204
- Tejada*, batalha contra os sarracenos IV, 182
- Telles (Afonso)*, funda o forte logar de Albuquerque, cêrca de 1218 IV, 184
- Temin*, V. *Abu Taher Temin*.
- irmão de Aly, ganha a batalha de Uclés . . II, 44
- ataca as fronteiras do Aragão II, 85
- é desbaratado pelos aragoneses em Cotalanda em 1120 II, 86

<i>templarios (os)</i> , monges cavaleiros, senhores de Soure	II, 151
— são desbaratados em Soure por Abu Zakaria em 1144.	II, 208
— Affonso I doa-lhes a terça parte de tudo o que elles pudessem povoar e adquirir no Alentejo.	III, 95, 152
— dera-lhes já o castello de Cera e os territórios cortados pelo Nabão e pelo Zezere.	III, 95
— castellos fundados por elles.	III, 95
— recebem de Sancho I a Idanha e seus termos e os territórios de Açafa.	III, 238-240, 257
— Affonso II doa-lhes o território da Cardosa	IV, 70
— fundam Castello Branco	IV, 70
— o seu pelejar.	IV, 87-88
— recebem doação do padroado de Soure	IV, 164
— recebem o senhorio de Idanha-a-velha e Salvaterra do Extremo	IV, 291
— caem no desagrado de Affonso III e são espoliados dos seus tesouros por terem sido do partido de Sancho II	V, 118
<i>terças dos romanos</i> , que eram.	VI, 109
— proíbe-se a sua conversão em sortes góticas	VI, 118-119
<i>terrádigo</i> , que era.	VIII, 208
— prestação paga pelo reguengo simples.	VI, 259-261
<i>terra portucalensis</i>	II, 12
<i>terra portugallensis</i> , nome dado por Lúcio II aos domínios de Affonso. I	II, 194
<i>terras</i> , que eram.	VI, 182, 190
<i>Thalebah</i> , V. <i>Thalebah Ibn Salamah</i> .	
<i>Thalebah Ibn Salamah</i> , faz-se proclamar governador da Hespanha	I, 113-114
<i>Theodemiro</i> , duque ou governador godo no oriente da Hespanha.	I, 104
— é desbaratado por Abdulaziz em Lorca; aceita o jugo muçulmano e é reconhecido príncipe dos godos, mas tributário	I, 104
<i>Theodorico d'Alsacia</i> , V. <i>Thierry</i> .	
<i>Theotonio</i> , prior de Santa Cruz	II, 218
<i>Theresa (D.)</i> , filha bastarda de Affonso VI, desposa o conde Henrique de Borgonha	II, 17, 229-238
— Portugal foi-lhe dado em dote?	II, 20, 240-243
— os portuguezes tratavam-na de rainha.	II, 53

<i>Theresa (D)</i> , recolhe-se e depois foge do mosteiro de Sahagun	II, 54-55
— princípio do seu governo	II, 61
— persuade a Affonso I, d'Aragão, que D. Urraca intentava dar-lhe peçonha	II, 62
— sua aliança com Affonso I, d'Aragão	II, 63
— era de ânimo sagaz e vivo	II, 64
— relações estreitas dela com o arcebispo de Compostela, Gelmires	II, 70
— usou do título de condessa e infanta, e depois do de infanta e rainha.	II, 70-71
— situação inferior em relação a sua irmã, D. Urraca	II, 75-76
— ataca D. Urraca em Suberoso.	II, 81
— é vencida	II, 82
— os seus domínios dilatam-se pelos distritos de Tuy e Orense.	II, 83
— é cercada em Coimbra por Aly em 1117	II, 85
— senhora de Tuy e Orense em 1119.	II, 90
— tenta resistir ás tropas de D. Urraca, mas em vão	II, 98-99
— é cercada no castelo de Lanhoso.	II, 100
— convenção com D. Urraca e concessão desta de vários logares e direitos senhoriais	II, 102-103, 255-259
— vassalagem a D. Urraca.	II, 104
— quebra o pacto de Lanhoso e passa ao partido contrário	II, 107-108
— deixa-se dominar por Fernando Peres de Trava	II, 110
— manda prender D. Paio	II, 111
— primeiros indícios da revolução que a ha-de expulsar de Portugal.	II, 111-112, 120-121
— manda reedificar os castelos de Soure e Santa Eulalia	II, 116
— põe em estado de defesa os seus domínio ao norte do Minho	II, 118
— vencida por Affonso VII, reconhece a sua supremacia	II, 119
— é vencida pelo filho, Affonso Henriques, na batalha de S. Mamede.	II, 128
— é expulsa de Portugal.	II, 129
— sua morte em 1130.	II, 130

- Theresa (D)*, suposto casamento com Fernando
 Peres de Trava. II, 130, 270-277
 — carácter do seu governo II, 130, 132
 — filha de Affonso I, casa com Filipe, conde
 de Flandres III, 115-118, 320-321
 — troca o seu nome pelo de Mathilde. III, 118
 — filha de Sancho I, desposa Affonso II, de
 Leão, em 1191 III, 210
 — pede ao papa confirmação dos legados
 de seu pai IV, 15
 — contenda com Affonso II sobre o senho-
 rio de Montemor IV, 22-24, 32-51
 — conclusão do litigio com Affonso II . . . IV, 50-51
 — recebe reparação dos danos soffridos na
 contenda com seu irmão IV, 167-171
 — é repudiada por Affonso IX e toma o há-
 bito de Cistér IV, 216
 — trabalha pela elevação ao trono de Leão
 de suas filhas D. Theresa e D. Dulce. IV, 217-221
 — entra em concórdia com D. Berengária e
 cede do direito de suas filhas ao trono
 de Leão IV, 221
 — toma partido pelo infante Affonso contra
 Sancho II V, 68-69
Thierry, conde de Flandres. III, 67
Thomar, os sarracenos destroçam aí os portu-
 gueses II, 155, 277-279
 — castelo fundado pelos templários. IV, 95
Thuabah, V. *Thuabah Ibn Salamah*.
Thuabah Ibn Salamah, faz-se proclamar gover-
 nador da Hespanha. I, 114-115
Tiberiada, batalha em que Guido de Lusignan,
 rei de Jerusalém, é vencido e feito pri-
 sioneiro em 1187. III, 157
Tiburcio, é eleito bispo de Coimbra. IV, 258
 — árbitro nas contendas entre o bispo do
 Porto e os burgueses IV, 282
Tlemecen, é cercada por Abdu-l-mumen II, 203
Toledo, estado independente criado por Ismael
 Ibnu Dhi-n-nun I, 183-184
 — Hixam Dhi-n-nun. I, 185-186
 — guerras com Sevilha e estados vizi-
 nhos I, 185-186
 — Affonso VI assenhoreia-se da cidade I, 186

- Toledo*, os seus arcebispos teem o título de primaz das Hespanhas. II, 196
- tolerancia dos mussulmanos* VI, 22-23
- tomar sobre si, que era* VIII, 132-133
- Tordjala*, V. *Truxillo*.
- Torinho*, distrito da Galiza. II, 149
- Affonso I apossa-se d'ele. III, 88
- em 1169 ainda estava sujeito a Portugal. III, 90
- Torre de Pennaguda*, V. *Penna da Rainha*.
- Trancoso*, castello tomado pelos sarracenos em 1140. II, 180-181, 287-289
- Transconho*, combate aí travado entre os dois poderosos fidalgos D. Pedro Mendes Poyares e D. Pedro Rodrigues de Pereira IV, 192
- Trava*, V. *Froylaz de Trava (Pedro)*, *Peres de Trava (Bermudo)*, *Peres de Trava (Fernando)*.
- o conde de, levanta a Galiza contra D. Urraca. II, 79
- renuncia á luta II, 80
- levanta-se novamente depois da partida de D. Urraca. II, 82-83
- reconcilia-se com D. Urraca. II, 86
- (a condessa de), é presa em Santa Maria de Castrelo II, 42
- trazer de censuria*, V. *dar de censuria*.
- Triana*, arrabalde de Sevilha, é saqueado por Sancho em 1178 III, 106-107
- tributarios*, outra designação de presores. . . . VI, 169
- tributo predial*, imposto pago pelos mozárabes. VI, 26
- tributos nos concelhos*, calúnia ou multa ou coima, tributo individual VIII, 185-198
- colheita, jantar ou parada, tributo colectivo. VIII, 198-206
- o montado. VIII, 206-210
- o condado VIII, 206, 211-213
- o quinto rial dos despojos havidos nas correrias em terra de inimigos. VIII 206, 213-218
- a martinega VIII, 218
- a almocrevaria. VIII, 218
- os impostos sobre o consumo ou de barreiras. VIII, 219-241
- a portagem VIII, 220-225, 232-241
- a açougagem VIII, 220-225, 232-233, 235-241

<i>tributos nos concelhos, a passagem ou peagem . .</i>	VIII, 221, 225-226
— alcavala, alcaidaria, julgado, relegagem, ochavas.	VIII, 226-228
— grande número de agentes fiscaes. . .	VIII, 228-229
— abusos do fisco.	VIII, 229-232
<i>Truxillo, é conquistada por Affonso I em 1165. .</i>	III, 82, 84
— os seus habitantes eram valentes e in- quietos.	III, 84
<i>Tuy, a posse do seu território pretexto de hos- tilidades em 1121</i>	II, 89
— tratado aí celebrado em 1137 entre Affonso I e Affonso VII.	II, 157-159
— é conquistada por Affonso I	III 88

U

<i>Uclés, ordem militar, V. Cáceres, ordem militar.</i>	
— batalha em que o infante Sancho, filho de Affonso VI, foi morto	I,
<i>Ucrate, é fundada pelos hospitalários em 1231 .</i>	IV, 239
<i>Umeyya, filho de Abdu-r-rahman, vence os revoltados de Toledo.</i>	I, 132
<i>Umeyya Ibn Isak Abu Yahya, alcaide de San- tarém, bandeia-se com Ramiro II . . .</i>	I, 206-207
<i>Urbano IV, papa, representações do clero e dos povos para que anulasse o interdito e santificasse o consórcio de Affonso III com D. Beatriz</i>	V, 175-176
— relaxa as censuras do seu antecessor e legitima o matrimónio incestuoso. . . .	V, 176
<i>Urgel (Felix de), V. Félix de Urgel.</i>	
<i>Urraca (D.), filha de Fernando Magno, senhora de Zamora</i>	I, 234
— Sancho, seu irmão, pretende tirar-lhe o senhorio de Zamora	I, 237-238
— filha de Affonso VI, rainha de Leão e Castela	II, 34
— seu casamento com Affonso I, d'Aragão. . .	II, 35
— o clero obtem o seu divórcio.	II, 35
— é sequestrada em Castelar pelo marido. . .	II, 39
— carácter do seu governo	II, 40

<i>Urraca (D.)</i> , ruptura definitiva com Affonso I, d'Aragão	II, 42-43
- guerra com Aragão	II, 43
— reconcilia-se de novo com Affonso I, d'Aragão	II, 53-55
— cede ao conde de Portugal o castelo de Ceia	II, 54
- novas discórdias entre ela e o marido seguidas de luta á mão armada	II, 56-57
— novamente se reconcilia com o marido	II, 58
- nova ruptura com elle	II, 58
— é expulsa de Astorga pelo marido	II, 62
— o reino de Leão toma o seu partido	II, 63
- intenta prender Gelmires	II, 74
— tenta novamente prender Gelmires, bal-dadamente	II, 79
- guerra com Aragão	II, 87
— declara guerra a D. Theresa	II, 96
— invade o distrito de Tuy em 1121	II, 98
— cerca D. Theresa no castelo de Lanhoso	II, 100
— intenta mais uma vez prender Gelmires	II, 102
— paz com D. Theresa	II, 102
— manda prender Gelmires	II, 104
— estado calamitoso do seu reino	II, 106-107
— sua morte em 1126	II, 116-117
— filha de Affonso I, casa com Fernando II, de Leão, em 1165	III, 74
— é repudiada por Fernando II	III, 101
— filha de Affonso VIII, de Castela, casa com Affonso, filho de Sancho I	III, 263, 265
<i>Urrros</i> , o seu castelo é unido á vila de Freixo	IV, 268

V

<i>Vadheh</i> , é desbaratado por Zeiry no Moghreb	I, 164
— hajib de Hixam II	I, 170-173
<i>Valasco (frei)</i> , Inocêncio IV envia-o á Península a tratar certos negócios com os reis de Portugal, Castela e Aragão	V, 127-128

<i>Valdevez</i> , encontro dos exércitos de Affonso VII e Affonso I.	II, 178
torneio entre fidalgos portuguezes e do imperador Affonso VII.	II, 178-179
batalha em que os portuguezes são vencidos pelos loneses em tempo de Affonso II	IV, 36
<i>Valencia</i> , V. <i>Dias (Rui)</i> e <i>Seyr</i> . — estado criado por Abdu-l-aziz Abu-l-hasan.	I, 183
<i>Valencia do Minho</i> , conferência entre D. Theresa e D. Berengária sôbre a sucessão ao trono de Leão.	IV, 221
<i>Valladolid</i> , concilio provincial ordenado pelo legado Guido.	II, 188
<i>vandalos</i> , povo, occuparam com os suevos a Gallaecia e a Castela-a-velha.	I, 69-70
<i>varadas</i> , pena afflitiva.	VIII, 172-177
<i>Varzea</i> mosteiro da), batalha entre os portuguezes e Martim Sanches.	IV, 124
<i>vasconios</i> , povo.	I, 43
<i>Vasques (Gil)</i> , fidalgo morto nos tumultos civis de Gouveia.	V, 270
<i>Vatalandi</i> , logar perto de Santarém onde foram desbaratados os portuguezes em 1110.	II, 46
<i>Veiga da matança</i>	II, 179
<i>Vela (Rodrigo)</i> , conde galego.	II, 151
<i>Velas</i> , familia castelhana que deixa Castela e se refugia em Leão.	I, 223
<i>Velasco</i> , conde, apodera-se dos castelos de Santa Cruz e Monte-Leboreiro na Galiza — alcaide de Cedofeita.	III, 89 III, 89
<i>Vellito Adaulfiz</i> , mata Sancho, de Castela, no cêreo de Zamora.	I, 238
<i>Vermudo</i> , rei das Astúrias.	I, 193
— abdica em Affonso, filho de Fruela I.	I, 193
<i>Viadangos</i> , batalha.	II, 50
<i>Vianna</i> , Afonso III institue o seu concelho em 1262.	V, 147
<i>Vicente</i> , deão da sé de Lisboa, agente de Affonso II em Roma no tempo da contenda com as irmãs.	IV, 56
— agente de Affonso II em Castela, negocia o casamento de D. Mafalda com o rei de Castela.	IV, 62
— contenda com o seu bispo.	IV, 105-107

- Vicente*, é o escolhido para tratar da concórdia entre Affonso II e Estevam Soares IV, 149
- assume o cargo de chanceler IV, 191
- é eleito bispo da Guarda IV, 261
- procedimento ulterior para com a coroa IV, 262
- (S.), as suas reliquias são transferidas para Lisboa do cabo que dêle tomou o nome III, 126
- Vico* (cardeal *Guido de*), legado do papa em Hespanha II, 188
- ajunta um concílio provincial em Valladolid II, 188
- preside o sínodo de Girona em 1143 II, 192
- Viegas* (*Gomes*), *V. Gomes Viegas*.
- (*Gonçalo*), mestre da ordem d'Évora, é morto na batalha de Alarcos III, 221-222
- (*D. João*) *V. Egas* (*D. João*).
- (*Raimundo*), fidalgo da linhagem dos Portocarreiros, toma o partido do infante Affonso V, 30
- Viegas de Portocarreiro* (*Gomes*), *V. Gomes Viegas*.
- Vigilas*, *V. Velas*.
- villa*, que era VI, 183
- Villa-Mendo*, *V. Castello-Mendo*.
- villãos*, outra designação de presores VI, 169
- Villa-verde*, é povoada de francos II, 52
- Villar-maior*, concelho fundado por Affonso IX, de Leão III, 276
- Viriato*, pastor do Herminio, combate os romanos I, 57
- Vizella* (*D. João Fernandes de*), *V. Fernandes de Vizella* (*D. João*).
- vizinhos do concelho* VIII, 814
- cozeiro*, suas funções VII, 340, VIII, 130

X

- Xerixa*, cidade da província de Al-kassr II, 170

Y

Yacub, V. Yacub Abu Yusuf.

- Yacub Abu Yusuf*, príncipe dos almôhadas, inva-
de Portugal e põe cêrco ao castelo de
Abrantes em 1179 III, 112
— succede a seu pai Yusuf Abu Yacub em
1184 III, 149
— invade Portugal em 1189, sem grande re-
sultado III, 160-161
— invade de novo Portugal em 1190 e põe
cêrco a Silves. III, 197-206
— toma Torres-novas e cerca Thomar III, 200
— faz propostas de paz a Sancho I. . . . III, 204-205
— condições de paz. III, 205
— retira-se para Sevilha. III, 205
— novamente invade Portugal em 1191. . . III, 211-212
— toma Silves III, 211
— toma Alcácer, Palmella, Almada etc. . . III, 212
— vence Affonso VIII, de Castela, na ba-
talha de Alarcos em 1195. III, 222
Yadu Ibn Yala, chefe dos Beni Yeferun, obtém a
dignidade de amir do Moghreb I, 163
Yahya, filho de Aly, disputa o califado a seu
tio Al-kasim Ibn Hamud I, 176-179
— senhor de Toledo, depois da morte de Al-
mamon. I, 241
— cêrco e tomado de Toledo por Af-
fonso VI I, 242-244
— pede socorro ao amir de Badajoz, Omar Ibn
Mohammed, cujas tropas são desbara-
tadas. I, 243
— filho de Annasir, é aclamado imperador
de Marrocos IV, 213
Yahya Ibn Ibrahim, amir das tribus de Zanagah. . . I, 187
Yahya Ibn Isak, governador das possessões do
amir de Maiorca na Efrikia III, 262
— é vencido por Annasir e perde essas
possessões. III, 262-263

<i>Yahya Ibn Salmah Al-kebi</i> , governador da Hespanha	I, 109
<i>Yahya Taxfin</i> , governador de Córdova, capitaneou a invasão da fronteira sul de Portugal em 1116	II, 84
<i>Yobaxter</i> , V. <i>Bixter</i> .	
<i>Yusuf</i> , V. <i>Abu Yacub Yusuf</i> e <i>Yusuf Abu Yacub</i> .	
<i>Yusuf Abu Yacub</i> , amir dos almôhadas, succede a Abdu-l-mumen no império em 1163	III, 81-82
— manda Abu Hafss com um exército em socorro de Badajoz	III, 97
— invade Portugal e vai pôr cêreo a Santarêm em 1171	III, 98-99
— toma Alcântara aos leoneses.	III, 100
— submete todo o Andaluz e volta a África em 1176	III, 106
— manda Ibn Mardanix com uma frota contra Lisboa em 1179.	III, 108
— preparativos para invadir Portugal.	III, 114
— cerca Santarêm com um poderoso exército em 1184	III, 119-125
— sua morte em Algeiras em 1184.	III, 121
— uma armada vem atacar Lisboa em 1184, mas sem resultado.	III, 126-127
<i>Yusuf Ibn Abdi-r-rahman Al-fehri</i> , governador eleito da Hespanha	I, 115-116
<i>Yusuf Ibn Bokht</i> , general de Hixam I.	I, 121
<i>Yusuf Ibn Suleyman</i> , general de Abdu-l-mumen, vence os andaluzes revoltados.	III, 54

W

<i>Waldemar II</i> , rei da Dinamarca, casa com D. Berengária, filha de Sancho I, em 1214.	IV, 58-59
<i>Waldemar</i> , príncipe herdeiro da Dinamarca, casa com D. Leonor, irmã de Sancho II.	IV, 206
<i>Wallia</i> , estabelece o domínio dos visigodos em quasi toda a Hespanha	I, 71
<i>wehrgeld</i> , que era.	VIII, 177-181
<i>wisigodos</i> os, occupam a Hespanha.	I, 70-72

<i>visigodos (os)</i> , divisão da população em ingé- nuos e servos	VI, 94
— composição da população : germanos e hispano romanos	VI, 95
— conceito da nobresa entre germanos e romanos	VI, 96
— a classe nobre era quasi só constituída por indivíduos de raça germânica	VI, 96-97
— como se fez a divisão das terras cultiva- das depois da conquista	VI, 97
— incorporação legal das duas raças	VI, 100
foram arianos até Recaredo : sua conver- são ao catolicismo	VI, 101
— as suas terras estavam isentas de tri- butos	VI, 109
<i>Withe</i> , conde, um dos chefes da armada de cruzados que em 1217 partiu do norte da Europa para o Oriente	IV, 77
<i>Witiza</i> , rei visigodo	I, 102

Z

<i>Zahra</i> , V. <i>Azzahrat</i> .	
<i>Zaida</i> , concubina ou mulher legitima de Af- fonso VI	II, 28
<i>Zalaka</i> , batalha em que Affonso VI foi desba- ratado pelos muçulmanos	I, 247-250
<i>Zamora</i> , é prometida por D. Urraca ao conde Henrique	II, 54
— conferência e paz definitiva entre Af- fonso I e Affonso VII	II, 188
<i>Zanagah</i> , tribu berber	II, 186
<i>Zawia</i> , povoação do Al faghar	III, 167
<i>Zeiry</i> , V. <i>Zeiry Ibn Atiyah</i> .	
<i>Zeiry Ibn Atiyah</i> , chefe zeneta, obtem a digni- dade de amir do Moghreb	I, 163
— desbarata Vadheh, mas é vencido por Abdu-l-malek	I, 164
<i>Zintiras</i> , V. <i>Chintra</i> .	

INDICE DE MATERIAS

LIVRO VIII

PARTE III

Distincção entre os habitantes dos concelhos.

Arreigados e não-arreigados. Homens de fóra parte. — Situação dos individuos pertencentes ás classes privilegiadas, residindo nos concelhos. — Verdadeira indole dos foraes, o estabelecer as relações do direito publico local. — Quaes eram as suas principaes características. — Garantias dos concelhos como individuos Moraes. Direito de asylo e solidariedade municipal. — Garantias communs á generalidade dos vizinhos, conforme as diversas formulas, nos concelhos perfectos, e ainda nos imperfectos. — Os cavalleiros villãos e os bésteiros. — Os peões. — Solarengos e malados. — Systema judicial. — Tributos. — Appreciação das instituições municipaes nos seculos XII e XIII.

7 a 253

APPENDICE

As colonias estrangeiras ou os concelhos francos no sul do reino. — Caractéres feudaes das relações entre os alcaides-móres ou senhores destes gremios e a coroa. — Diferenças e analogias entre os mesmos concelhos e os de população portugueza. — Suas instituições de direito publico e privado.

255 a 275

NOTA

Malado, Maladia.	276 a 282
--------------------------	-----------

APPENDICES DA SETIMA EDIÇÃO

I. - Como foi feita esta edição definitiva . . .	285 a 290
II. - Lista alfabética dos nomes árabes, próprios e comuns, que occorrem na <i>História de Por- tugal</i> de A. Herculano, na orthografia do autor e na nossa, simplificada conforme o critério exposto	291 a 322
III. — Indice analítico de matérias	323 a 461

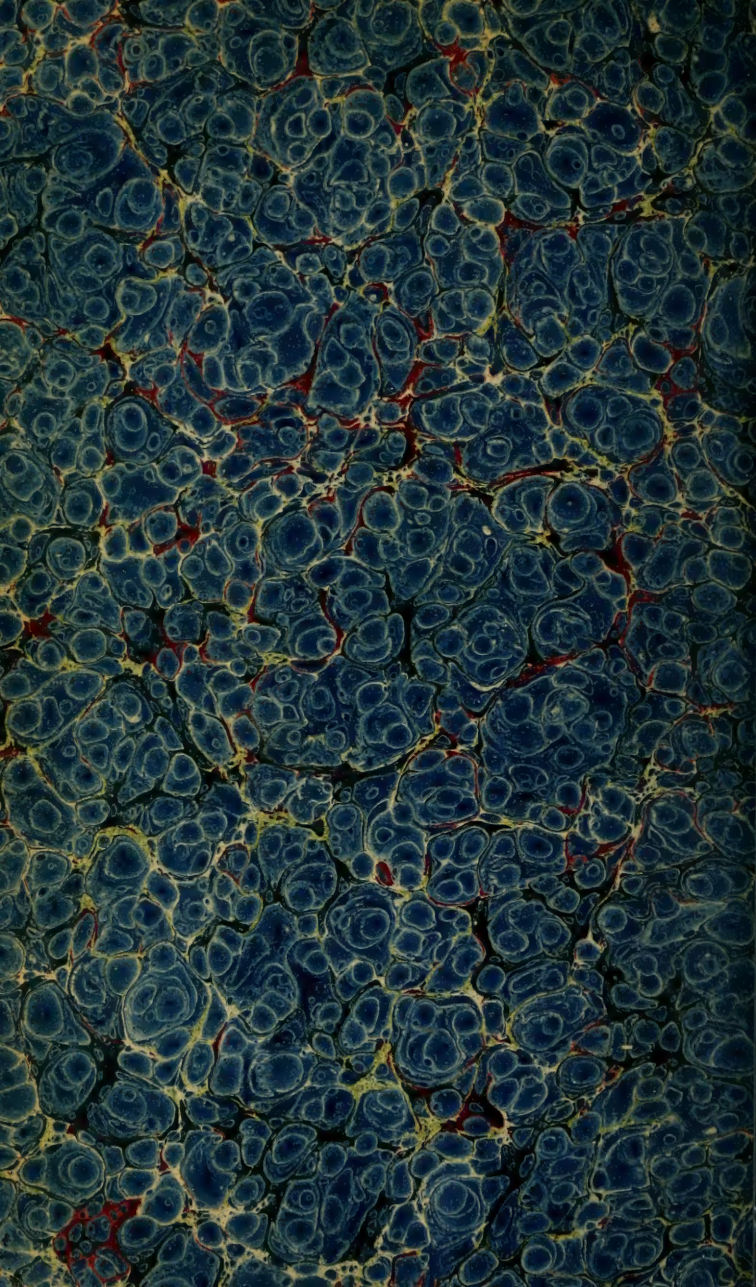
INDICE DE ILLUSTRAÇÕES

	Pags.
1. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com viola de arco e uma rapariga com pandeiro. (<i>Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda</i>).	9
2. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma rapariga com pandeiro de guisos, sentada num escabello. (<i>Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda</i>).	16
3. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma cantadeira. (<i>Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda</i>).	23
4. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma rapariga com pandeiro. (<i>Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda</i>).	29
5. — Scena que representa o mestre-trovador, uma bailadeira de braços erguidos dançando ao som das castanholas e um jogral com psalterio, sentado. (<i>Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda</i>).	37
6. — Scena que representa um mestre-trovador, uma rapariga dançando com castanholas nas mãos erguidas e um jogral com um psalterio, sentado. (<i>Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda</i>).	43
7. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma rapariga a tocar castanholas. (<i>Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda</i>).	51
8. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com viola e uma cantadeira. (<i>Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda</i>).	57

9. — Scena que representa o mestre-trovador, uma bailadeira dançando ao som das castanholas e um jogral com psalterio, sentado. (*Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda*). 65
10. — Scena que representa o mestre-trovador, e um jogral com harpa, sentado. (*Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda*). 71
11. — Scena que representa o mestre trovador, um jogral com viola e um segundo jogral a tocar harpa, sentado no chão. (*Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda*). 77
12. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e um rapaz escutando. (*Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda*). 83
13. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma rapariga a tocar castanholas. (*Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda*). 91
14. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e um segundo jogral a tocar harpa, sentado no chão. (*Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda*). 99
15. — Scena que representa o mestre-trovador, uma rapariga com castanholas e um jogral com psalterio. (*Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda*). 105
16. — Scena que representa o mestre-trovador, um jogral com guitarra e uma rapariga com castanholas, escutando. (*Bibliotheca da Ajuda : illuminura do cancioneiro da Ajuda*). 111
17. — Pavão. (*Archivo Nacional : Livro das Aves*). . . 118
18. — Pelicano. (*Archivo Nacional : Livro das Aves*). . 121
19. — Perdiz. (*Archivo Nacional : Livro das Aves*). . 125
20. — Phenix. (*Archivo Nacional : Livro das Aves*). . 129
21. — Instrumento do seculo XII para detenção de presos (tronco). (*Archivo Nacional : Commentario ao Apocalypse de Lorrão*). 135
22. — Instrumentos do seculo XII para detenção de preso (tronco). (*Archivo Nacional : Commentario ao Apocalypse de Lorrão*). 143

23. — Instrumento de musica do seculo XII. (<i>Archivo Nacional : Commentario ao Apocalypse de Lorrão</i>)	151
24. — Instrumentos de musica do seculo XII. (<i>Archivo Nacional : Commentario ao Apocalypse de Lorrão</i>)	159
25. — Arreios de [cavallo do seculo XII. (<i>Archivo Nacional : Commentario ao Apocalypse de Lorrão</i>)	166
26. — Arreios de cavallo. (<i>Archivo Nacional : Commentario ao Apocalypse de Lorrão</i>)	171
27. — Illuminura do Fuero Juzgo (seculo XIV). (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	179
28. — Illuminura do Fuero Juzgo. (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	189
29. — Illuminura do Fuero Juzgo. (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	195
30. — Illuminura do Fuero Juzgo. (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	201
31. — Illuminura do Fuero Juzgo. (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	209
32. — Illuminura do Fuero Juzgo. (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	217
33. — Illuminura do Fuero Juzgo (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	225
34. — Illuminura do Fuero Juzgo. (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	231
35. — Illuminura do Fuero Juzgo. (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	239
36. — Illuminura do Fuero Juzgo. (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	245
37. — Illuminura do Fuero Juzgo. (<i>Bibliotheca Nacional</i>)	251
38. — Pombo. (<i>Archivo Nacional : Livro das Aves</i>)	258
39. — Pombos. (<i>Archivo Nacional : Livro das Aves</i>)	261
40. — Poupa. (<i>Archivo Nacional : Livro das Aves</i>)	265
41. — Rola. (<i>Archivo Nacional : Livro das Aves</i>)	267
42. — Illuminura do Commentario ao Apocalypse de Lorrão. (<i>Archivo Nacional</i>)	271





560656

HSp Herculano de Carvalho e Araujo, Alexandre
H5398hil Historia de Portugal ... 7.ed. ... dir.por

**University of Toronto
Library**

**DO NOT
REMOVE
THE
CARD
FROM
THIS
POCKET**

Acme Library Card Pocket
LOWE-MARTIN CO. LIMITED

